

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO MESQUITA FILHO” – UNESP
– CAMPUS DE MARÍLIA.

POGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Rosângela Teixeira Gonçalves

A JUVENTUDE FORA DA CASA

Os jovens egressos do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente –
Fundação CASA

MARÍLIA-SP
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO MESQUITA FILHO” – UNESP
– CAMPUS DE MARÍLIA.

POGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A JUVENTUDE FORA DA CASA

Os jovens egressos do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente –
Fundação CASA

Rosângela Teixeira Gonçalves

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Campus de Marília, para obtenção do título de mestre em Sociologia, sob orientação do Professor Dr. Luís Antônio Francisco de Souza.

MARÍLIA/SP

2015

Gonçalves, Rosângela Teixeira.
G635j A juventude fora da CASA: os jovens egressos do
Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente –
Fundação CASA / Rosângela Teixeira Gonçalves. –
Marília, 2015.
227 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e
Ciências, 2015.

Bibliografia: f. 216.225

Orientador: Luís Antônio Francisco de Souza.

1. Delinqüentes juvenis. 2. Juventude. 3. Assistência a
menores. 4. Jovens - Conduta. 5. Fundação Centro de
Atendimento Socioeducativo ao Adolescente. I. Título.

CDD 362.74

A JUVENTUDE FORA DA CASA

Os jovens egressos do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente –
Fundação CASA

Rosângela Teixeira Gonçalves

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Banca Examinadora:

Dr. Luís Antônio Francisco de Souza

Orientador

Dr. Marcos Alvarez

Dra. Alessandra Teixeira

Suplentes

Dr. Rodolfo de Arruda Barros

Dra. Luana Carvalho

2015

AGRADECIMENTOS

Acredito que a trajetória de um pesquisador, bem como de um trabalho acadêmico, não se dá de maneira isolada, mas nas constantes relações estabelecidas.

Desse modo, agradeço em especial ao professor e orientador Luís Antônio Francisco de Souza, que desde a graduação, com generosidade, carinho e paciência, faz parte do meu processo de formação acadêmica e humana. Agradeço por esses anos juntos, pelo apoio, pelo aprendizado e pelo diálogo, que foram fundamentais para a concretização de mais essa etapa.

Agradeço a leitura atenta e a participação do professor Antônio Braga, na banca de qualificação, que trouxe inúmeras contribuições para esse trabalho.

Ao Rodolfo de Arruda Barros, pelos diálogos e discussões travadas nas viagens a campo, nas pesquisas coletivas, grupos de estudos e em especial pela participação na banca de qualificação, com sua leitura e com as valorosas contribuições para o desenvolvimento desse trabalho.

Agradeço a Alessandra Teixeira e ao professor Marcos Alvarez, por aceitarem compor a banca de defesa, pelos questionamentos e colocações que contribuíram para o resultado final desse trabalho.

A Joana D'Arc Teixeira, que com sua generosidade para compartilhar todo seu conhecimento sobre o sistema socioeducativo e sua coragem para lutar pelos direitos da infância e juventude, me instigou e me auxiliou na inserção no tema. Agradeço ainda, a sua sempre e constante abertura para o diálogo, aos trabalhos e pesquisas desenvolvidos em conjunto, ao aprendizado e a sua amizade.

Agradeço a professora Flávia Lemos e a Adriana Elisa de Alencar Macedo, pelas indicações de leituras, trocas, diálogos, e por me inspirarem com a incansável luta pela defesa de direitos de meninas e meninos privados de liberdade.

Agradeço ainda a Natália Redigólo, que foi fundamental para o início de minha trajetória acadêmica, com indicações de leitura, assim como pelas discussões travadas

ao longo das madrugadas, bem como o compartilhamento de livros, sorrisos, alegrias e angústias.

Não posso deixar de fazer um segundo agradecimento ao professor Luís Antônio Francisco de Souza, que não mediu esforços para me auxiliar a abrir o campo de pesquisa e que me inseriu como pesquisadora no Observatório de Segurança Pública.

Agradeço a Emanuela, Larissa, Paula, Mariana e Joana, pesquisadoras do Observatório de Segurança Pública, com quem compartilhei angústias, cafés, relatórios, artigos, quartos de hotel e a amizade.

Agradeço em especial a minha família, meu pai Antônio, que sempre me deu amor, afeto e apoio emocional, de maneira incondicional, sem o qual não seria possível a realização desse trabalho e a conclusão dessa etapa. A minha mãe, Maria, que mesmo com sua curta passagem pela terra, me ensinou o que é o amor e mesmo não estando presente em corpo, se faz presente em alma e continua fazendo parte dessa trajetória, a quem eu sou grata a tudo que sou. A minha irmã Thais, que compartilhou comigo os bons e os maus momentos, que mesmo com sua pouca idade, sempre me aconselhou, acompanhou e me orientou, sou grata por sua amizade e sua compreensão.

Agradeço a João Henrique Gil, meu noivo, amigo e companheiro, que mesmo trilhando caminhos tão diferentes daqueles que eu optei sempre me estendeu sua mão, sua palavra, sua calma e compreensão, obrigada por me acompanhar. Agradeço ainda a acolhida da família Gil e da família Lopes.

Aquelas que mesmo distantes, não deixam de se fazer sempre presentes, ainda que as atribulações do dia a dia não nos permitam estar sempre juntas: Bruna, Jucke, Amanda e Maiara, obrigada pelos anos que passamos juntas e por compartilharem tantas experiências nessa universidade e cidade. A Daya, Theo, Elisa e Michele, aqueles que sempre me fazem voltar, obrigada pela amizade de uma vida.

Agradeço aos funcionários da Vara da Infância e Juventude do município em que a pesquisa foi realizada, em especial a Maria, que me auxiliou a abrir o campo, a entrar em contato com atores institucionais, com os pedidos de autorizações e que compartilhou muito sobre o histórico da infância e juventude no município.

Não posso deixar de dedicar essas linhas aos atores institucionais, que com generosidade e receptividade aceitaram conceder entrevistas, documentos, assim como suas trajetórias: Lourenço, Renato, Lúcia e Laura. Em especial, agradeço a Vânia, técnica das medidas socioeducativas que realizou o intermédio com a direção do CREAS, com os jovens entrevistados, que me concedeu sua sala para a realização das

entrevistas, os prontuários para consulta, amizade e carinho, sem seu compromisso ético com os jovens atendidos, essa pesquisa não seria possível.

Agradeço a cada um dos meninos e meninas entrevistados, que aceitaram conceder seu tempo, suas narrativas e me ensinaram para muito além das leituras. A Mel, Júlia, Thais, Antônio, Luan, Wellington e Iago, dedico esse trabalho a vocês e a tantos outros meninos e meninas que vivenciam cotidianamente situações de violações de direitos.

Agradeço aos membros da Secretaria Nacional da Juventude, pela receptividade com que receberam a todos os pesquisadores e pesquisadoras em Brasília, pela abertura, pelo diálogo e pela riqueza que a experiência proporcionou, impactando de maneira direta o desenvolvimento dessa pesquisa.

E, por fim, agradeço a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, pelo apoio financeiro, que possibilitou a dedicação integral para a concretização desse trabalho, além do diálogo e debate com inúmeros pesquisadores, através do auxílio para a participação em congressos e eventos.

RESUMO

O sistema socioeducativo brasileiro tem experimentado um crescimento significativo no número de jovens cumprindo medidas socioeducativas de internação. Pois, mesmo diante das normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que apontam para a internação somente em último caso, as instituições socioeducativas de privação de liberdade se consolidaram no país e em maior número no estado de São Paulo. Desse modo, a presente pesquisa teve como objetivo trazer o perfil, a trajetória e as representações dos jovens egressos das unidades socioeducativas da Fundação CASA, sobre o período de cumprimento da medida de internação e da medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida. Como conclusões, a pesquisa aponta que as práticas da antiga FEBEM, ainda permanecem vigentes no cotidiano das unidades masculinas e femininas da Fundação CASA e nas representações dos jovens sobre a instituição. Quando em liberdade, a medida socioeducativa de internação amplia o status positivo dos jovens frente ao crime e o status negativo frente à instituição escolar e ao mundo do trabalho. E, a medida de LA que poderia vir a possibilitar a vivência de outras trajetórias para os jovens inseridos nas medidas socioeducativas, vem se constituindo como uma ampliação da pena, que aumenta a possibilidade de reincidência e de institucionalização.

Palavras-chave: Juventude. Ato infracional. Liberdade Assistida.

ABSTRACT

The Brazilian childcare system has experienced significant growth in the number of young people fulfilling educational measures committal. As even before the regulations of the Statute of Children and Adolescents and the National Socio-Educational Services System, which point to the committal only in the latter case, the socio-educational institutions of deprivation of liberty were consolidated in the country and in greater numbers in the state of São Paulo. They can, this research aimed to bring the profile, the trajectory and the representations of young egression of social and educational units of the CASA Foundation, over the period of performance of the detention procedure and socio-educational measures in freedom of probation. As conclusions, the research shows that the practices of the former FEBEM, still remain in force in the daily lives of male and female units of the CASA Foundation and representations of young people on the institution. When released, the socio-educational measure of committal increases the positive status of young people against the crime and the negative status front of the school and the world of work. And the measure of probation that it could enable the experience of other paths for young people entered the educational measures, is becoming as an extension of the sentence, which increases the chance of recurrence and institutionalization.

Keywords: Youth. Offenders. Probation.

Índice de tabelas, gráficos e mapas

Tabelas

Tabela 1 - Frequência de atendimento dos CREAS as MSE de LA no Brasil – 2012.....	126
Tabela 2 - Percentual de ações e atividades realizadas pelos profissionais no âmbito da Liberdade Assistida – 2012.....	127
Tabela 3 - Principais parceiros com os quais este CREAS conta para inserir na rede de atendimento os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de LA e PSC – 2012.....	128
Tabela 4 - Perfil dos entrevistados.....	131

Gráficos

Gráfico 1- Idade	42
Gráfico 2- Sexo.....	42
Gráfico 3- Cor/raça	43
Gráfico 4 – Renda	43
Gráfico 5- Trabalho.....	44
Gráfico 6- Escolaridade.....	44
Gráfico 7- Problemas para serem discutidos na sociedade.....	45
Gráfico 8- Causa da morte de parentes e amigos.....	46
Gráfico 9- Proximidade dos parentes ou amigos	46
Gráfico 10 - Número de jovens em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil – 2012.....	91

Gráfico 11- Número de jovens em restrição e privação de liberdade no Brasil – 2012.....	92
Gráfico 12 - Número de jovens em restrição e privação de liberdade no estado de São Paulo – 2012.....	93
Gráfico 13 - Número de atos infracionais no estado de São Paulo – 2012	94
Gráfico 14 - Local de execução das MSE de LA e PSC no Brasil – 2012.....	124
Gráfico 15 - Número de jovens cumprindo MSE em meio aberto no Brasil – 2010 a 2012.....	124
Gráfico 16 - Jovens em cumprimento de MSE de LA e PSC por gênero no Brasil – 2012.....	125
Gráfico 17 - Número de jovens em cumprimento de medida de MSE de LA no Brasil – 2012.....	126

Siglas e Abreviaturas

CBIA - Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência

CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente

CDP - Centros de Detenção Provisório

CIT - Comissão Interssetorial Tripartite

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CMDA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA – Conselho Nacional da Criança e do Adolescente

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CONDECA - Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente

CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializada da Assistência Social

DAC - Divisão Técnica de Apoio a Comunidade

DAMC – Divisão de Apoio ao Menor na Comunidade

DRADS - Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social

DIJU – Delegacia de Polícia da Infância e Juventude

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo

FEBEM - Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor

Fórum DCA - Fórum Nacional Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem- Estar do Menor

Fundação CASA - Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente do estado de São Paulo

FUNAD - Fundo Nacional Antidrogas

GIR - Grupo de Intervenções Rápidas

ILAUD - Instituto Latino Americano para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LA – Liberdade Assistida

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

ME – Ministério da Educação

MNMMR - Encontro Nacional do Movimento Meninos e Meninas de Rua

MP – Ministério Público

MSE – Medidas Socioeducativas

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONGs – Organizações Não – Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos

PARTICIPATÓRIO - Observatório Participativo da Juventude

PCC – Primeiro Comando da Capital

PEA – População Economicamente Ativa

PIA – Plano Individual de Atendimento

PM – Polícia Militar

PNABEM - Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PROJOVEM- Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRÓ-MENOR - Fundação Paulista de Promoção ao Menor

PSC – Prestação de Serviços a Comunidade

ROTA - Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar

SAM – Serviço de Atendimento ao Menor

SAP – Secretaria de Administração Penitenciária

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos

SSP – Secretaria de Segurança Pública

SENAI – Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial

SGD - Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SPDCA - Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UIP – Unidade de Internação provisória

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Pesquisa de Campo, instituição e interlocutores	22
Estrutura dos Capítulos.....	26
1. CAPÍTULO I – A condição juvenil no Brasil	29
1.1 A modernidade e as fases da vida	29
1.2 A emergência da adolescência e juventude como fases da vida	31
1.3 Crise e transição - Uma concepção psicológica.....	33
1.4 A tematização sociológica da juventude	37
1.5. A vivência da condição juvenil no Brasil	43
1.5.1 Condição juvenil, vulnerabilidade e violência: um leque de sistematizações	49
1.6 Políticas públicas para a juventude no Brasil.....	51
1.6.1 Políticas públicas de juventude e governamentalidade.....	45
2. CAPÍTULO II A institucionalização da infância e juventude pobre no Brasil	60
2.1 O Código de Menores de 1927.....	60
2.2 A Doutrina da Situação Irregular	67
2.3 Da Situação Irregular à Proteção Integral	73
2.4 De FEBEM à CASA – Mudanças no sistema socioeducativo de privação de liberdade do Estado de São Paulo	76
2.5 Rupturas e permanências no ECA.....	85
3. CAPÍTULO III O SINASE e a municipalização da medida socioeducativa de Liberdade Assistida: o caso do município pesquisado	95
3.1 .Da emergência a consolidação da medida de Liberdade Assistida – governamentalidade de trajetórias jovens	95
3.2 O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (SINASE) – O desenho da política.....	99
3.3 A implementação das medidas socioeducativas em meio aberto no município pesquisado - o discurso institucional	105
3.4 A implementação das medidas socioeducativas em meio aberto no município pesquisado – A política na “ponta”	108

4 CAPÍTULO IV A juventude dentro e fora da CASA.....	129
4.1 Perfil dos jovens entrevistados.....	130
4.2 Mel.....	131
4.3 Júlia.....	134
4.4 Thais.....	140
4.5 Antônio.....	148
4.6 Luan.....	150
4.7 Wellington.....	154
4.8 Iago.....	164
4.9 Juventude, ato infracional e gestão dos ilegalismos.....	173
4.9.1 De CASA a FEBEM – As unidades masculinas.....	182
4.9.2 As unidades femininas	193
4.9.3 Fora da CASA – A medida de LA.....	203
Considerações Finais.....	213
Referências Bibliográficas.....	216

Introdução

Passadas quase três décadas da abertura democrática e da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, intensificam-se a cada dia as demandas sociais por maior punitividade aos jovens que cometem atos infracionais, “sendo a eles atribuída, no imaginário social, uma espécie de equivalência ao fenômeno da violência urbana e seu crescimento” (TEIXEIRA; SALLA, 2013, p. 2).

De acordo com Tereza Caldeira (2000), ao passo em que houve uma expansão da cidadania política no Brasil, houve uma deslegitimação da cidadania civil, ou seja, a democracia política não trouxe consigo o respeito pelos direitos, pela justiça e pela vida humana, processo contraditório, conceituado pela autora como democracia disjuntiva.

O crescimento da violência, o fracasso das instituições da ordem, a privatização da segurança e da justiça, o contínuo cerceamento das cidades e a fala do medo e do crime¹ geram novas formas de segregação espacial e discriminação social, fazem o medo se proliferar e incorporam preocupações raciais, étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados, reordenando o mundo social e redefinindo práticas (CALDEIRA, 2000).

Na fala do crime, estão presentes estereótipos que correlacionam o crime às drogas, a problemas morais e psicológicos, a uma possível “natureza pervertida”, a ausência de uma família que discipline adequadamente seus filhos e os mantenham à distância de “más companhias”, a mulher que trabalha e não consegue manter os filhos no “caminho certo”, ao tempo ocioso, a ausência de racionalidade das crianças, adolescentes e mulheres, a pobreza, dentre outros (CALDEIRA, 2000).

A fala do crime passa a construir a reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos, criminalizando determinadas categorias sociais. Desse modo, a fala do crime é produtiva, mas o que ela ajuda a produzir é segregação (social e espacial), a criminalização de alguns grupos, abuso por parte das instituições da ordem, contestação dos direitos, da cidadania, a privatização da justiça, o uso de meios de vingança violentos e ilegais e especialmente a própria violência. A fala do crime ajuda a organizar estratégias cotidianas de proteção através de enclaves fortificados e legítima

¹ A fala do crime é compreendida como todos os tipos de conversa, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que tem o crime como tema e a experiência de ser vítima do crime. Ver Tereza Caldeira (2000).

reações privadas ou ilegais, quando aparentemente, as instituições parecem falhar (CALDEIRA, 2000).

E, na medida em que a ordem categorial articulada na fala do crime é a ordem dominante de uma sociedade desigual, ela não incorpora a experiência de grupos dominados como os pobres, os nordestinos, as mulheres, os jovens, mas ao contrário ela normalmente os discrimina e os criminaliza.

Como se considera que as crianças pequenas e as mulheres são mais fáceis de controlar, o grupo que corre o maior risco de ser afetado pelo mal é o dos rapazes. Eles são considerados muito jovens para se protegerem do mal por si mesmos, e por não serem totalmente racionais, ainda, precisam ser controlados. Por serem homens, resistem ao controle e são atraídos pelos ambientes em que o mal abunda, principalmente a rua. Ali encontram as drogas, que perturbam sua consciência e os transformam em alvos fáceis para as forças do mal. (CALDEIRA, 2000, p. 90).

Nesse contexto, se, por um lado, os jovens são as maiores vítimas da violência do país, da morte precoce² e a categoria mais vulnerável diante da sensação de insegurança que envolve a maior parte da sociedade brasileira, por outro, aparecem quase sempre como possível ameaça à ordem pública, agressores e criminosos em potencial, que necessitam ser contidos através de medidas punitivas ou moralizadoras. “É como se, diante dos reais desafios da violência no país, fosse mais fácil simplesmente eleger uma categoria que sintetizaria todos os nossos medos e um diploma legal que fosse a causa de todos os nossos males” (ALVAREZ, 2014, p. 111).

Esse cenário ainda é alimentado por especulações, diante da carência ou mesmo ausência de dados e informações qualificadas a respeito da participação de jovens em crimes (TEIXEIRA; SALLA, 2013). Ao levantar diferentes fontes de dados quantitativos referentes a apreensões de jovens no estado de São Paulo, a fim de refletir sobre as principais mudanças no perfil e trajetória da criminalidade juvenil nos últimos anos, Teixeira e Salla (2013) concluem que de 2010 a 2013, há um aumento na apreensão de jovens em 42%, enquanto as prisões de adultos representam um aumento

² O Mapa da Violência 2013 “Juventude e Violência no Brasil” aponta que a porcentagem de mortes referentes a causas naturais entre a população jovem é de 26,8%, enquanto entre a população não jovem² é de 90,1%. Já a proporção de mortes referentes a causas externas entre os jovens é de 73,2% e entre a população não jovem de 9,9%. Desse percentual, 20,4% são vítimas de acidentes de transporte, enquanto entre os adultos essa porcentagem é de apenas 3,1%. Os suicídios fizeram nesse período 3,7% de mortos entre a população jovem, enquanto entre a população não jovem esse percentual foi de 0,7% e os homicídios representaram 39,3% das mortes entre os jovens e 3,0% entre a população não jovem.

de 17%. Com relação à apreensão em flagrante, enquanto a variação aumentou 7% para os adultos, para os jovens o aumento foi de 24%, entre 2010 a 2012.

As ocorrências envolvendo os jovens perfazem 2% do total de crimes registrados na capital de São Paulo, no ano de 2012. No entanto, a apreensão de jovens nesse mesmo ano representou 15,7% de todas as prisões efetuadas na capital (TEIXEIRA; SALLA, 2013).

Uma das conclusões preliminares de Teixeira e Salla (2013) relaciona o grande número de apreensões de jovens em relação à representatividade desse segmento nos crimes, a um incremento no controle e punitividade, que não encontra correspondência estrita com o envolvimento criminal dos jovens, oficialmente registrado.

Aliado ao aumento do número de apreensões de jovens no estado de São Paulo houve nos últimos anos, uma expansão do número de instituições socioeducativas de internação. Teixeira (2009) aponta que em 2006, com o início do processo de descentralização das unidades da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA, foram construídas 41 novas unidades, com capacidade para atender 2460 jovens, em um período de dois anos.

De acordo com o Levantamento Anual dos (as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (2012), o estado de São Paulo conta com 142 unidades, sendo 132 destinadas ao atendimento exclusivo de jovens do sexo masculino, 4 para atendimento misto e 6 para o atendimento de meninas³. De acordo com o Levantamento Anual, o estado de São Paulo concentra o maior número de unidades socioeducativas de privação de liberdade do país, seguido por Minas Gerais com 31 unidades, Santa Catarina com 27 unidades, pelo Paraná e Rio de Janeiro, ambos com 24 unidades e pelo Rio Grande do Sul com 23 unidades.

Diante da crescente institucionalização dos jovens e da expansão do sistema socioeducativo no estado de São Paulo, alguns autores reabrem o debate sobre o lugar da punição na sociedade contemporânea (CALDEIRA, 2000; GARLAND, 2008; WACQUANT, 2008).

Garland (2008) aponta que há trinta anos, a criminologia que melhor se adequava ao Estado de Bem-Estar Social nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha era um movimento que inicialmente visava ampliar os direitos dos presos, minimizar o encarceramento, restringir o poder estatal e proscrever a prisão cautelar. No entanto, nos anos 1970 e

³ Informações divulgadas no Boletim Estatístico produzido em 3 de janeiro de 2014 pelo NUPRIE, da Diretoria Técnica da Fundação CASA. Link: <http://transparencia.fundacaocasa.sp.gov.br/cadaView.aspx>

1980, com as crises econômicas, as altas taxas de criminalidade tornam-se constantes, levando consigo o descrédito as soluções penais previdenciárias e na capacidade do Estado de justiça criminal em controlar os índices de criminalidade.

A sensação de fracasso fez com que a habilidade estatal de controlar o crime fosse questionada, redundando em uma nova compreensão acerca da relação entre as atividades estatais e não estatais no campo da segurança pública, tornando-se uma importante fonte de legitimação para políticas anti-previdenciárias e para uma concepção dos pobres como subclasse social, não merecedora de apoio.

As sentenças condenatórias não são mais inspiradas por conceitos correcionais, tais como indeterminação e soltura antecipada. As possibilidades de reabilitação das medidas da justiça criminal são rotineiramente subordinadas a outros objetivos penais, especialmente a retribuição, a neutralização e o gerenciamento de riscos (GARLAND, 2008, p. 51).

De acordo com Souza (2003), essa mudança de paradigma é compreendida por Garland (2008), não apenas como uma resposta ao aumento das taxas de criminalidade ou ao medo a elas aliado. Para o autor, esse fenômeno está relacionado a amplas transformações históricas, econômicas e sociais que marcaram as últimas décadas do século XX. As mudanças econômicas resultaram em salários estagnados, enfraquecimento de sindicatos, aumento do exército de reserva de desempregados e subempregos, mudanças na estrutura familiar, crescimento dos subúrbios segregados, império da televisão e da comunicação de massas, crescimento da criminalidade, novos padrões de alienação, isolamento, mobilidade. “Todas essas mudanças levaram ao fortalecimento de uma perspectiva “reacionária” na qual o problema do crime passou a ser visto não mais no sentido da solidariedade e dos direitos, mas sim como uma fratura da ordem social” (SOUZA, 2003, p.164).

A consequência imediata desse endurecimento penal e das formas de controle das pequenas ilegalidades foi a ampliação da população encarcerada na maior parte dos países. Diante dessa nova percepção do crime, as condenações tornam-se mais severas, aumentam as penas privativas de liberdade e o encarceramento, o cumprimento integral das penas e restrições à aplicação de liberdade vigiada, retribuição nos juizados de menores e encarceramento de crianças, retorno as penas corporais, as prisões de segurança máxima, “a multiplicação de crimes punidos com pena de morte e do número de execuções efetivadas, leis sobre notificações comunitárias e registro de pedófilos,

políticas de tolerância zero e penas restritivas de certos comportamentos” (GARLAND, 2008, p. 315).

Os efeitos do crime, vítimas, medo e custos, passam a ser alvo de controle e não as suas causas. O Estado passa a compartilhar as responsabilidades pelo controle do crime, enfatizando a prevenção, as parcerias público-privadas e o apoio às medidas mais austeras (GARLAND, 2008). Alia-se as penas longas em cadeias sem privilégios as novas formas de exercício de poder, “através do qual o Estado procura governar à distância, formando alianças e ativando os poderes governamentais das agências não estatais” (GARLAND, 2009, p.376).

No Brasil, especificamente no estado de São Paulo é possível verificar fenômeno semelhante ao analisado por Garland (2000), quando, em meados da década de 1990, os discursos dos direitos humanos ganhavam espaço na área de segurança pública, entre os novos gestores estatais. Franco Montoro (1983-1987), primeiro governador eleito após a instauração do regime militar, simbolizou as expectativas de mudança e redemocratização no início dos anos 1980, com o slogan “retorno ao Estado de direito”. Entre as propostas de governo estavam: o controle a polícia, a reformulação da Corregedoria de Polícia, a reforma da cúpula da hierarquia policial, controle a Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar - ROTA, a defesa aos direitos humanos, dentre outros (CALDEIRA, 2000).

Sem apoio popular a política de segurança pública instaurada por Franco Montoro, seus sucessores, Orestes Quércia (1987 - 1991) e Luís Antônio Fleury (1991-1995), passaram a apoiar a política de fortalecimento da Polícia Militar - PM e da ROTA, aumentando o efetivo policial, investindo na compra de veículos e equipamentos, apoiando o uso da violência pela polícia (CALDEIRA, 2000).

De acordo com Caldeira (2000), o massacre na Casa de Detenção do Carandiru em 1992, com 111 presos mortos, representou a política de segurança pública de tolerância aos abusos da polícia em que a combinação da “deslegitimação das instituições da ordem, o crescimento do crime violento, a adoção de meios privados para lidar com o crime e a violência policial, geraram um ciclo em que a violência é continuamente reproduzida ao invés de ser controlada” (CALDEIRA, 2000, p.158).

Após o massacre do Carandiru se tornar manchete na imprensa nacional e internacional, causando indignação em certos setores sociais, pesando negativamente sobre os governos, Mário Covas, que assume em 1995, passa a adotar medidas para conter as arbitrariedades policiais.

A partir daí houve uma nova postura no tratamento dado a área de segurança pública muito mais agressiva no combate ao crime, ampliando as taxas de encarceramento. A modernização da segurança pública passa a seguir a lógica de aumento da eficiência e eficácia, tendo a guerra à criminalidade como aliada à guerra as drogas, o tráfico de drogas equiparou-se a crime hediondo, novas plantas de prisões anti-rebelião foram anunciadas, assim como a descentralização das prisões e dos Centros de Detenção Provisórios - CDPs. (FELTRAN, 2012).

O “Estado Previdenciário” iniciado no Brasil nos anos 80 cede lugar ao “Estado Penal”, na lógica apontada por Garland (2008) nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha e por Wacquant (1999) que analisa a criminalização da miséria nos Estados Unidos.

O orçamento, ao invés de ser direcionado para políticas de âmbito social, é utilizado para a contenção dos miseráveis, das parcelas vulneráveis das classes trabalhadoras, elevando a instituição prisional ao lugar por excelência de controle social, afirmando a opção simplista do Estado em punir. A retração do Estado Social e a emergência do Estado Penal contribuem para intensificar a pobreza e o isolamento, trazendo impactos na vida dos presos e de seus familiares, tornando-se um propiciador de exclusão e de violação de direitos (WACQUANT, 1999). Na atualidade, o novo modelo de justiça criminal nos Estados Unidos tem sido adotado por países da Europa e da América Latina, como é o caso do Brasil (BARROS, 2012).

O sistema penitenciário brasileiro acumula, com efeito, as taras das piores jaulas do Terceiro Mundo, mas levadas a uma escala digna do Primeiro Mundo, por sua dimensão e pela indiferença estudada dos políticos e do público: entupimento estarrecedor dos estabelecimentos, o que se traduz por condições de vida e de higiene abomináveis, caracterizadas pela falta de espaço, ar, luz e alimentação (nos distritos policiais, os detentos, frequentemente inocentes, são empilhados, meses e até anos a fio em completa ilegalidade, até oito em celas concebidas para uma única pessoa, como na Casa de Detenção de São Paulo, onde são reconhecidos pelo aspecto raquítico e tez amarelada, o que lhes vale o apelido de "amarelos"); negação de acesso à assistência jurídica e aos cuidados elementares de saúde, cujo resultado é a aceleração dramática da difusão da tuberculose e do vírus HIV entre as classes populares; violência pandêmica entre detentos, sob forma de maus-tratos, extorsões, sovas, estupros e assassinatos, em razão da superlotação superacentuada, da ausência de separação entre as diversas categorias de criminosos, da inatividade forçada (embora a lei estipule que todos os prisioneiros devam participar de programas de educação ou de formação) e das carências da supervisão (WACQUANT, 1999, p.7).

De acordo com Barros (2012), o estado de São Paulo vem adotando uma política de encarceramento massivo, semelhante ao processo apontado por Wacquant (2009) nos Estados Unidos, que na ausência de um plano político efetivo apostou no aumento do número de instituições do complexo carcerário, na interiorização do sistema prisional e no aumento de recursos financeiros para a sustentação dessas estruturas.

Segundo os dados da Secretaria de Administração Penitenciária - SAP, em dezembro de 2001, o estado de São Paulo tinha uma população prisional de 67.624 indivíduos. Em abril de 2012, esse número aumentou para 188.518 presos em detenções provisórias ou cumprindo pena em presídios do estado. No ano de 2011, houve um aumento diário de 26,04 presos e em 2012 esse aumento foi de 81,85 presos por dia⁴.

Atualmente a população prisional de São Paulo representa 40% dos presos no país, distribuídos em 155 penitenciárias, sendo que do total, 135 presídios estão com lotação superior à capacidade de atendimento⁵. De acordo com a SAP, para dar conta da demanda de presos, está em curso o “Plano de Expansão de Unidades Prisionais do Governo do Estado de São Paulo”, com o objetivo de gerar mais 39 mil vagas e a contratação de 13.190 servidores⁶. Ao somar o número de unidades socioeducativas e de prisões, o estado de São Paulo conta hoje com 297 unidades para cumprimento de penas e medidas socioeducativas de privação liberdade.

Desse modo, o estado de São Paulo vivência uma explosão das taxas de encarceramento e das medidas socioeducativas de internação, o que demanda mais recursos e investimentos na construção de presídios e de unidades de internação de jovens, da mesma forma que contribui para a degradação das condições de cumprimento de penas privativas de liberdade e de internação.

Ao passo em que a prisão retorna ao cerne das políticas públicas de segurança, como exposto por Garland (2008), amplia-se no Brasil o número de legislações sobre o sistema socioeducativo, que tem como objetivo normatizar as medidas de privação de liberdade e em meio aberto, como a promulgação da lei 12.594 de 18/01/12 que regulamenta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – SINASE. Aliado à expansão penitenciária, ampliam-se ainda as parceiras com o terceiro setor, organizações não governamentais - ONGs e empresas privadas, na execução das

⁴ Fonte: www.sap.sp.gov.br/noticias/not147.html

⁵ Fonte: www.estadao.com.br/noticias/saopaulo,estado-de-sp-tem-superlotacao-em-9-de-cada-10-prisoes,1118906,0htm

⁶ Fonte: <http://www.sap.sp.gov.br/noticias/not147.html>. SAP amplia número de vagas com plano de expansão.

medidas socioeducativas, o que caracteriza o alinhamento do Brasil com as tendências contemporâneas de controle do crime (GARLAND, 2008).

E, no cerne da política de expansão do encarceramento em massa e de controle em meio aberto, estão os indivíduos, cada vez mais em relação constante com o sistema prisional ou socioeducativo, seja na condição de presidiário, familiar, agente prisional, vizinho, colega ou prestador de serviço.

É nesse contexto, que a presente pesquisa teve como objetivo compreender qual o perfil dos jovens egressos do sistema socioeducativo de internação no estado de São Paulo, verificar como esses jovens vivenciam a experiência de institucionalização precoce e qual o impacto das medidas de privação de liberdade e em meio aberto em suas vidas e em suas relações cotidianas, frente à política de segurança pública instaurada no estado de São Paulo, que privilegia o aumento dos contingentes policiais, o crescimento da população carcerária, a maior sofisticação dos equipamentos eletrônicos e a ampliação dos órgãos de controle e dos mecanismos de vigilância.

Pesquisa de Campo, instituição e interlocutores

Minha proximidade com o campo se deu em meados da graduação em Ciências Sociais na “Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho”, UNESP, Campus de Marília, através do projeto “Atos infracionais nas Varas da Infância e Juventude do estado de São Paulo (1991 – 2010)”, aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e em 2012 através da pesquisa referente ao projeto “A construção social da vitimização: perfil das mulheres vítimas de violência no sistema de justiça criminal – uma análise comparada São Paulo - Pará” aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, com o objetivo de traçar o perfil das jovens cumprindo medidas socioeducativas de internação nos dois estados, bem como o perfil das mulheres encarceradas, além de acompanhar as condições gerais de cumprimento das penas, a fim de produzir subsídios que possam orientar a formulação de futuras políticas públicas.

A partir das incursões em campo, das leituras sobre o sistema socioeducativo no Brasil e da elaboração de relatórios, foi possível verificar que grande parte das pesquisas consultadas até o momento, davam ênfase as condições do cumprimento das medidas de internação, a trajetória escolar e a relação dos jovens com o crime, deixando de lado os processos que envolvem a saída das instituições de internação (TEIXEIRA, 2009; DIAS, 2010; SCHLITTLER, 2012).

Ao realizar um levantamento das pesquisas sobre o sistema socioeducativo, foi possível verificar que a pesquisa realizada por Nery (2006) representa um marco diferencial no que tange a análise do sistema socioeducativo, por trazer as narrativas dos jovens que cumpriram a medida socioeducativa - MSE de internação. A autora privilegiou dar ênfase às representações dos adolescentes egressos da antiga Fundação de Bem-Estar do Menor - FEBEM, sobre o processo de internação e de sua (re) inserção na sociedade. Como conclusões a autora aponta que a passagem pela FEBEM traz consigo o peso de uma identidade institucional que marca o ex-interno, dessa forma a instituição faz parte de um sistema que marginaliza e mantém o adolescente em um grupo social desprivilegiado, marcado e estigmatizado. No entanto, em decorrência do processo de desativação dos grandes complexos e a reorganização da FEBEM, conforme os novos parâmetros exigidos pelo ECA, que resultou na entrega de novas Unidades a partir de 2001, em diferentes municípios do interior paulista e na cidade de São Paulo, com um novo nome, novas estrutura e novas propostas de atendimento e de gestão (TEIXEIRA, 2009), a pesquisa encontra-se desatualizada.

Outro aspecto importante é que muitas das pesquisas consultadas que dão enfoque ao autor de ato infracional, tem como referência autores da área da psicologia. Ao analisar o estado da arte sobre a juventude na pós-graduação, Sposito (2009), aponta para um conjunto de trabalhos focados nos adolescentes e em menor grau, trabalhos que se voltam à categoria juventude em conflito com a lei. Ao analisar a produção, a autora constatou que a maior parte dos trabalhos, buscou compreender como e porque são produzidos os adolescentes infratores⁷.

Ao consultar a bibliografia sobre o sistema socioeducativo no estado de São Paulo, ainda foi identificada a ausência de pesquisas sobre as jovens internas na FEBEM e após a transição para a Fundação CASA.

Desse modo, ao identificar a escassez de trabalhos sobre o perfil e a trajetória dos jovens egressos das instituições de privação de liberdade, que cumprem as medidas em meio aberto, e a ênfase dada à categoria adolescente e as análises com base na psicologia, toma corpo o interesse em pesquisar o cotidiano dos jovens egressos das unidades socioeducativas da Fundação CASA.

O ECA prevê que a medida de LA deverá ser adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada a fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente e que

⁷ Ver Tavares (2004), Frota (2006), Colombo (2001), Freitas (2003), Ribeiro (2003), Gatti (2005), Bacellar (2006) e Machado (1999).

atingindo o limite máximo de três anos para a privação de liberdade, o adolescente deverá ser colocado em regime de semiliberdade ou LA. Desse modo, a medida de LA pode ser aplicada como a primeira medida ou a medida de transição do meio fechado para o meio aberto.

Portanto, a fim de conhecer o perfil e o cotidiano dos jovens egressos do sistema socioeducativo de internação, foram realizadas entrevistas com jovens do sexo feminino e masculino que cumpriram medida de privação de liberdade nas unidades da Fundação CASA e que cumpriam no momento da pesquisa, a medida socioeducativa em meio aberto de LA, como medida de transição do meio fechado para o meio aberto.

Portanto, a pesquisa tem como objetivo verificar a partir da perspectiva dos jovens egressos das unidades de internação da Fundação CASA, quais os impactos da privação de liberdade, da MSE de LA e das políticas públicas para os egressos (as) do sistema de privação de liberdade, em sua vivência e em seu cotidiano e compreender a partir das narrativas dos técnicos, coordenadores e gestores como a medida de LA vem sendo efetivada desde a promulgação da lei que regulamenta o SINASE e estabelece a municipalização das medidas em meio aberto.

Para a realização da pesquisa foi selecionado um município que necessariamente tivesse uma unidade de internação da Fundação CASA, do sexo masculino ou feminino e que recentemente tivesse a medida socioeducativa de LA repassada para o município em decorrência da Lei nº 12.594 de 18/01/12, que regulamenta o SINASE.

O município em que a pesquisa foi realizada fica localizado na região-centro oeste do estado de São Paulo, possui cerca de 200 mil habitantes, conta com uma unidade socioeducativa de privação de liberdade para jovens do sexo masculino inaugurada em 2001⁸, como parte do processo de descentralização da FEBEM, com capacidade para o atendimento de 72 jovens, com o custo de 1,9 milhões e com uma unidade de semiliberdade, inaugurada no ano de 2012, com capacidade para o atendimento de 20 jovens. O nome do município em que a presente pesquisa foi realizada será mantido em sigilo para preservar a identidade dos entrevistados, tendo em vista que a medida de LA é alvo constante de embates políticos.

⁸ Não foi realizada nenhuma referência às notícias sobre a implantação da Unidade devido ao fato de que qualquer menção acarretaria na identificação do município no qual a pesquisa foi realizada.

A pesquisa foi realizada⁹ entre os anos de 2012 e 2013, no Centro de Referência de Assistência Social - CREAS¹⁰ do município, que realiza o atendimento aos jovens que cumprem as medidas de LA e de Prestação de Serviços a Comunidade – PSC¹¹.

A fim de verificar as mudanças nas medidas em meio aberto com a promulgação do SINASE, foram realizadas entrevistas com os técnicos e gestores da Cáritas Diocesana, ONG¹² responsável pela gestão e execução das medidas socioeducativas em meio aberto, entre os anos de 2002 a 2010. E, para mapear o processo de transição das medidas para o município, em decorrência da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que desde 2009 estabelece que o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de LA e PSC, deve estar vinculado aos CREAS dos municípios, foram realizadas reuniões com a equipe técnica responsável pelas medidas socioeducativas do CREAS, conversas informais e entrevistas, através de um roteiro semi-estruturado.

Com o objetivo de conhecer o perfil e a trajetória dos jovens egressos das unidades socioeducativas de internação da Fundação CASA que cumprem a MSE de LA, foram realizadas entrevistas com 7¹³ jovens, 4 meninos e 3 meninas, bem como a participação em grupos e atividades desenvolvidas no CREAS.

Todas as entrevistas com os jovens foram realizadas no espaço do CREAS, na sala de atendimento da medida de LA, através do intermédio de duas assistentes sociais,

⁹ Em momento anterior a entrada em campo foi necessário realizar uma série de reuniões com a equipe diretiva do CREAS para obter as autorizações, assim como encaminhar ofícios e pedidos de autorização ao judiciário.

¹⁰ Os CREAS compõem a rede de proteção social especial de média complexidade. Atende no município os serviços de “Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos – PAEFI”, que tem como usuários, famílias e indivíduos cujos direitos foram violados; o “Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e de PSC” que tem como usuários adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de LA e de PSC e o serviço especializado em abordagem social. Fonte: Cartilha publicada pelo CREAS do município no ano de 2013.

¹¹ De acordo com o art. 117 do ECA “A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho”.

¹² A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural. Fonte: <http://caritas.org.br/>

¹³ Os jovens entrevistados foram apresentados pelas 2 assistentes sociais, técnicas das MSE em meio aberto, do CREAS do município em que a pesquisa foi realizada. O único critério adotado para a seleção dos entrevistados foi: ter cumprido MSE de internação ou internação provisória nas unidades da Fundação CASA e estar cumprindo MSE de LA. Dos 8 jovens apresentados pelas técnicas, 1 recusou-se a dar a conceder a entrevista.

responsáveis pelas medidas no momento da pesquisa. As entrevistas foram realizadas individualmente, sem o acompanhamento de técnicos ou funcionários, com as portas fechadas. Os diálogos foram orientados por um roteiro padrão previamente estabelecido, gravados mediante a autorização e o consentimento dos entrevistados.

No entanto, ao realizar as entrevistas na mesma sala onde ocorre o atendimento técnico, tendo em vista que para os jovens que cumpriam as medidas, eu não me diferenciava em muito da figura de suas técnicas, psicólogas ou assistentes sociais, certamente levou com que suas narrativas expressassem o desejo de deixar o crime, a mudança de caminhos ou a busca por “conselhos”. Assim, em diversos momentos foi possível verificar o discurso institucional, quando se dirigiam a mim por “senhora”, quando afirmavam ter “saído do crime”, quando afirmavam ter o objetivo de retornar a instituição escolar ou procurar emprego.

Mas, também foi possível observar as resistências no período de cumprimento da MSE de internação e de LA, quando os jovens cumprem as regras dentro da instituição para ganhar a rua mais rápido, quando se recusam a voltar para a instituição escolar, quando faltam aos agendamentos de seus técnicos ou no rompimento da medida de LA.

Portanto, essas narrativas têm como objetivo traçar, a partir das experiências e vozes dos jovens egressos das unidades socioeducativas de internação, um contraponto ao discurso institucional que intervém com o objetivo de promover socialmente o adolescente e sua família, inserindo-os nos programas da assistência social, diligenciando no sentido da profissionalização e da sua inserção no mercado de trabalho¹⁴; através das medidas socioeducativas privativas de liberdade e em meio aberto, em que se criam maneiras de governar vidas e trajetórias.

Estrutura dos Capítulos

O presente trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo colocar em debate os conceitos de juventude e de condição juvenil, já que o conceito de adolescência comumente incorre na naturalização de tal fase da vida a partir de uma perspectiva biológica e psicológica. Desse modo, o capítulo parte da emergência dos conceitos de infância, adolescência e juventude pautando-se em autores como Ariès (1979), que analisa o surgimento dos conceitos no contexto Europeu, bem como Del Priore (2010) e Ramos (2010) cujos trabalhos estão voltados para a infância no Brasil Colônia e Império. O capítulo aborda também como os

¹⁴ Art. 199 do ECA.

discursos da psicologia e da sociologia tematizam esse segmento etário e faz uma breve análise da constituição das políticas públicas para a juventude no Brasil, a partir de dados que buscam dimensionar a atual condição juvenil no país.

O segundo capítulo busca realizar um breve histórico do surgimento da legislação sobre a infância e juventude no Brasil, assim como das instituições destinadas à internação de crianças e jovens, passando pelos discursos que possibilitaram a emergência do Código de Menores de 1927, do Código de Menores de 1979 e do ECA em 1990. Ainda foi possível verificar, a partir da leitura de diferentes pesquisas e trabalhos, assim como a análise dos prontuários dos jovens entrevistados, que a justiça infanto-juvenil, vem se orientando por posturas “menoristas”, primando pelas medidas socioeducativas de internação, frente à pretensa situação de vulnerabilidade social, na qual esses jovens estariam inseridos. Desse modo, a antiga “situação irregular”, vigente no antigo Código de Menores de 1979, continua presente, travestida em vulnerabilidades, que se tornam fundamentos para a internação de jovens, a fim de garantir a educação e profissionalização, o que incorre na violação dos preceitos estabelecidos pelo ECA.

O terceiro capítulo tem como objetivo analisar como se constitui a MSE de LA, e como atualmente a medida se encontra organizada após a promulgação do SINASE. Desse modo, o capítulo se inicia com o discurso institucional, que tem por objetivo reconstituir o histórico das medidas em meio aberto no município pesquisado e traz narrativas de antigos gestores e técnicos das medidas, a fim de contrapor o discurso institucional da política pública. O capítulo retoma as discussões que deram origem ao SINASE, as principais normativas do documento e como o desenho da política pública vem sendo implementado no CREAS do município pesquisado, tendo como base as narrativas dos técnicos que atuam com as medidas em meio aberto, no contexto da municipalização.

O quarto capítulo traz o perfil, as trajetórias e as narrativas dos jovens que estão inseridos nas medidas socioeducativas e na intrincada rede de disputas, que envolve diferentes instituições e atores. As trajetórias abordam o período de cumprimento da medida de privação de liberdade na Fundação CASA e o cumprimento da medida em meio aberto de LA no CREAS do município pesquisado. Como conclusão foi possível verificar que as práticas institucionais da FEBEM continuam vigentes no sistema

socioeducativo de privação de liberdade, através de espancamentos, *trancas*¹⁵, unidades atendendo acima da capacidade e rebeliões. Desse modo, a medida de internação acaba por propiciar aos jovens uma experiência precoce de institucionalização, que os coloca em proximidade com um vocabulário próprio das unidades prisionais e de um proceder próprio do mundo do crime e do *Comando*¹⁶. Quando em liberdade, a passagem pela institucional amplia o status positivo dos jovens frente ao crime e amplia o status negativo, frente à instituição escolar e ao mundo do trabalho. E, no cumprimento da medida em meio aberto, de LA, que teria por função inserir o jovem em outras instâncias que não as oferecidas pelo crime, à medida vêm se constituindo como uma ampliação das penas, na busca de moldar o comportamento dos indivíduos.

¹⁵. As categorias nativas estão destacadas em itálico ao longo de todo o texto. Tranca – procedimento institucional, que consiste em deixar o jovem em cela separada ou no quarto como sanção, por um determinado período.

¹⁶ Alusão ao Primeiro Comando da Capital (PCC).

CAPÍTULO I

1. A CONDIÇÃO JUVENIL NO BRASIL

De acordo com o último Censo realizado em 2010, há no Brasil 51,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o que corresponde a 25 % do total da população¹⁷. Em 1940, o total de jovens no país era de 8.246.733¹⁸, alcançando em 2010 o maior índice de população jovem da história em números absolutos. Em decorrência do aumento populacional e da constituição de trajetórias relativamente longas e não lineares, a juventude emerge como categoria sociológica e como objeto de políticas públicas.

Por essa razão, torna-se imprescindível contextualizar historicamente os conceitos adolescência e juventude, verificar como esses conceitos vêm sendo tematizados nos discursos e como os discursos constituem as diferentes políticas públicas de juventude, que impactam diretamente a vivência da condição juvenil no país.

O capítulo busca ainda, trazer para o debate dados que possibilitem dimensionar as características sociais, demográficas, políticas, econômicas e culturais, na busca de compreender a diversidade das condições de vida da população jovem.

Desse modo, o objetivo é trazer para o debate, o atual contexto no qual estão inseridos os jovens que em algum momento foram capturados pelo sistema de justiça juvenil, por práticas discursivas e institucionais, procedimentos, técnicas e táticas de governo, na condição de autores de atos infracionais, cumprindo MSE de internação e de LA.

1.1 A modernidade e as fases da vida

Contemporaneamente compreende-se que as idades da vida embora ancoradas no desenvolvimento bio-psíquico dos indivíduos não são fenômenos naturais, mais sociais e históricos, inseparáveis do processo da constituição da modernidade (PERALVA, 1997).

No entanto, um longo processo histórico foi necessário para que tal concepção fosse gestada. Phillipe Ariès (1981) analisa no contexto europeu as mudanças de atitudes diante da infância ao longo do Antigo Regime até os dias atuais. Através da análise de iconografias, peças literárias e obras de arte o autor identifica que na Idade

¹⁷ www.ibge.gov.br/home/estatisticas/populacao/populacao_jovem_brasil/

¹⁸ Censo/IBGE 2010. Link: www.ibge.gov.br/home/estatisticas/populacao/populacao_jovem_brasil/

Média não era dado um sentido especial às idades da vida, desse modo, a delimitação etária foi durante muito tempo algo impreciso, sendo a infância uma fase transitória e rapidamente esquecida da vida humana.

Àries (1981) vai atribuir esse fenômeno como consequência direta da demografia, pois, nesse período a infância não possuía representatividade numérica tendo em vista a elevada taxa de mortalidade infantil do período. Segundo Ramos (1996) a elevação das taxas também influíram no trato dispensado pelos portugueses às crianças. Entre os séculos XIV e XVIII, “a expectativa de vida das crianças portuguesas rondava os 14 anos, enquanto metade dos nascidos vivos morria antes de completar sete anos” (RAMOS, 1996, p. 20). Tal fenômeno, de acordo com o autor, fazia com que as crianças fossem consideradas pouco mais que animais, cuja força de trabalho deveria ser aproveitada ao máximo enquanto durassem suas vidas.

Outro fator preponderante na ausência dos sentimentos de infância e família estava relacionado às atitudes das famílias para com as crianças. Nesse período não havia lugar na escola para a transmissão de conhecimentos, a regra comum a todos era a aprendizagem. As crianças eram conservadas em casa até por volta dos sete ou nove anos de idade, quando eram mandadas para viver na casa de outras pessoas, a fim de aprender os ofícios, incumbindo-se de tarefas domésticas (ÀRIES, 1981).

Somente a partir do século XV, os sentimentos de infância e de família se transformaram em uma revolução lenta e profunda, impulsionada pela extensão escolar. Devido à nova necessidade de rigor moral por parte dos educadores e de uma preocupação iminente em isolar a juventude do mundo sujo dos adultos para mantê-la na inocência primitiva e de um desejo de treiná-la para melhor resistir às tentações, a educação passou a ser exercida cada vez mais pela escola (ARIÈS, 1981).

Essa significativa mudança correspondeu também a nascente preocupação dos pais em vigiar seus filhos mais de perto, de ficar mais perto deles e de não abandoná-los, mesmo que temporariamente, aos cuidados de outras famílias. A substituição da aprendizagem pela escola expressiu também uma “aproximação da família e das crianças, do sentimento de família e do sentimento de infância, outrora separados” (ARIÈS, 1981 p. 232).

Conjuntamente com o início da escolarização, extinguiu-se também o costume de mandar as crianças recém-nascidas para a casa das amas de leite, pois, no fim do século XIX, os processos de higiene e assepsia permitiram a utilização do leite animal, sem os

antigos riscos. Nesse meio tempo, as amas de leite passaram a se deslocar, no lugar das crianças, indo morar com as famílias.

Entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII, a criança havia conquistado um lugar junto a seus pais, lugar este que não poderia ter aspirado no tempo em que o costume mandava que fosse confiada a estranhos. A volta das crianças ao lar foi um acontecimento que possibilitou a família do século XVII adquirir a sua principal característica: a preocupação com a educação, a carreira e futuro das crianças (ARIÈS, 1981).

Para Rizzini (2009) o interesse pela infância se dá como reflexo de novas ideias. A criança deixa de ser considerada desimportante na família e na sociedade e passa a ser percebida como o valioso patrimônio de uma nação. Portanto, as práticas de abandonar as crianças na Europa Medieval passam a ser vistas como condenáveis e não mais toleráveis, principalmente o abandono do âmbito moral. A autoridade do poder pátrio perde lugar, colidindo com a autoridade do Estado, passando a ser regulada pelo poder público.

1.2 A emergência da adolescência e da juventude como fases da vida

Phillipe Ariès (1981) não se dedicou em sua obra a analisar somente o surgimento do sentimento de infância e família, mas também as chamadas idades da vida. Ariès (1981) aponta que durante a Idade Média as pessoas não sabiam ao certo sua data de nascimento e que a importância dada a essa teria se afirmado apenas à medida que os reformadores religiosos e civis a impuseram nos documentos, começando pelas camadas mais instruídas da sociedade, que passavam no século XVI pelos colégios. Revisitando a literatura, Ariès (1981) verifica que Sancho Pança não sabia ao certo a idade de sua filha, há quem muito amava, “ela pode ter 15 anos, ou dois a mais ou dois a menos. Mas é alta como uma lança e fresca como uma manhã de abril” (ARIÈS, 1981, p. 33).

Ainda na Idade Média, escritores e poetas faziam uma terminologia verbal da infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade. “As idades da vida” ou “idades do homem” equivaliam a noções positivas, conhecidas, repetidas e usuais que passaram da ciência para a experiência comum, como a ausência de dentes atribuída a infância e o fortalecimento dos membros a juventude (ARIÈS, 1981).

No entanto, as ambiguidades entre a infância e a adolescência e entre a adolescência e a juventude vão permanecer até o século XVIII. Segundo Àries (1981), a juventude somente se separou da adolescência no início do século XX, quando a juventude, que até então era concebida como adolescência, passou a ser tema literário, de pesquisas, e uma preocupação dos moralistas e dos políticos. Em 1914, durante a Primeira Guerra Mundial, a jovem frente de batalha se opôs em massa as velhas gerações da retaguarda, causando assim certo mal-estar no interior das tropas, pela discordância entre os jovens e os veteranos, o que possibilitou que a juventude ganhasse ainda mais visibilidade diante das outras fases da vida (ÀRIES, 1981).

A conclusão de Ariès (1981) para tal alteração nas mentalidades que possibilitou a visibilidade e a transformações de idades da vida, como o surgimento da adolescência e o desprezo pela velhice, foram as transformações estritamente atreladas as estruturas demográficas. A cada época corresponde uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana “a juventude é a idade privilegiada do século XVII, a infância do século XIX e a adolescência do século XX” (ARIÈS, 1981. p. 48).

No contexto específico do Brasil, Mauad (1996) aponta que no período imperial não existia uma roupa voltada para os adolescentes, com 12 anos, os meninos começavam a largar as calças e as meninas a encompridar os vestidos, assumindo a maneira de vestir dos adultos. Com a vinda da família real para o Brasil, todo um complexo foi se especializando na infância e juventude, casas de brinquedos, lojas de roupas, médicos especializados em moléstias infantis, livros de histórias (MAUAD, 1996). No entanto, tal complexo objetivava determinar os espaços que os pequenos pudessem frequentar, estabelecendo princípios e conceitos norteadores de seu crescimento e de sua educação. “Paralelamente era a rotina do mundo adulto que ordenava o cotidiano infantil e juvenil, por meio de um conjunto de procedimentos e práticas aceitos como válidos” (MAUAD, 1996, p. 140).

Machado Pais (2009) reforça a conclusão de Ariès (1981) que correlaciona o surgimento da infância as mudanças demográficas. Para o autor a segmentação do curso da vida em sucessivas fases é, por conseguinte produto de um complexo processo de construção social, no qual determinadas fases da vida, apenas são reconhecidas socialmente em determinados períodos históricos, enquanto geradoras de problemas, tal como ocorreu com os problemas associados à infância entre as camadas mais pobres da população, que determinaram a necessidade de assistência, mediante medidas legislativas e a consolidação da infância como fase de vida.

De acordo com Groppo (2000) é na modernidade que se produz a concepção das idades da vida como a conhecemos hoje e que devido a própria constituição da sociedade moderna, com instituições como a escola, o Estado, o direito e o trabalho industrial, assentou-se o reconhecimento das faixas etárias e a institucionalização do curso da vida. Desse modo, um mútuo engendramento de mudanças e de institucionalizações do período moderno, configuraram um período fértil para a constituição e objetivação das idades em etapas bem definidas. Com a modernidade ocidental surge uma rígida segmentação do curso da vida individual, a fim da obtenção de um critério objetivista e naturalista para a determinação da idade de cada indivíduo, o que gerou um acúmulo de produções científicas, jurídicas, psicológicas e criminalistas sobre esses estágios da vida (GROPPO, 2000).

1.3 Crise e Transição – Uma concepção psicológica

Dois termos são constantemente utilizados para designar um período da vida que demarca a transição entre infância e vida adulta, sendo eles: adolescência e juventude. Esses dois termos ora constituem campos distintos, ora se complementam, ora traduzem uma disputa por distintas abordagens. Contudo, as diferenças e as conexões entre os dois não são claras, e, muitas vezes, “as disputas existentes restam escondidas na imprecisão, sendo necessária a busca pela compreensão de ambos os conceitos” (FREITAS, 2005, p.6).

No Brasil, a adolescência é prioritariamente uma prática jurídica, definida pelo ECA, documento normativo, compreendido portanto, enquanto prática discursiva. Tal conceito foi inicialmente abordado e tematizado dentro do campo da psicologia, em estudos sobre o desenvolvimento humano, que conceberam a adolescência como uma etapa do ciclo humano da vida (OZELA, 2002).

A adolescência é comumente compreendida pela psicologia como uma fase marcada por tormentos, conturbações, agressividade e rebeldia, inerente ao ser humano e que ocorre necessariamente em qualquer condição social, cultural e histórica, na qual o indivíduo sofre uma série de mudanças psicológicas e biológicas a fim de adentrar no mundo adulto (OZELA, 2002).

A concepção vigente na psicologia sobre a adolescência está diretamente vinculada a estereótipos e estigmas, desde que Stanley Hall (1994) caracterizou o adolescente como um indivíduo instável, apaixonado, tomado por tensões e tormentos.

(OZELA, 2002). Posteriormente, autores como Debesse (1946) e Erikson (1976) foram responsáveis por introduzir na psicologia a essencialização do adolescente, propondo teorias como a “síndrome normal da adolescência”, caracterizada por uma mentalidade própria, com um psiquismo característico dessa fase, idêntica em todas as culturas e períodos históricos.

De acordo com Machado Pais (2001), a adolescência só começou a ser vulgarmente encarada como fase da vida quando, na segunda metade do século XIX, os problemas e tensões a ela associados tornaram-se objeto de “consciência social”. O envolvimento em grupos de amigos e demais comportamentos jovens começaram a ser identificados como fazendo parte de uma cultura adolescente, que se tornou fonte de preocupação social, na medida em que passou a associar-se a “perigosa conexão dessa cultura (predominantemente em comunidades de emigrantes) com o desenvolvimento de formas de marginalidade social e delinquência” (PAIS, 1990, p. 142). O prolongamento da escolaridade, a legislação sobre o trabalho infantil, o surgimento da família contemporânea, o correspondente aumento da dependência dos jovens em relação às suas famílias de origem, a proliferação das casas de correção e outras medidas públicas constituíram, segundo o autor, a expressão social do reconhecimento “dos problemas da adolescência” e conseqüentemente, o reconhecimento social do período da vida conceituado como adolescência.

Analizando as concepções contemporâneas utilizadas por psicólogos que trabalham com a categoria adolescência, Ozella (1999) encontrou uma ênfase nas características do desenvolvimento do homem, que trata a adolescência como um “mal natural”, “uma síndrome normal”, tomada por tendências antissociais e psicóticas. Ou seja, a psicologia insiste em negligenciar a inserção histórica dos jovens e suas condições objetivas de vida (OZELLA, 1999). De acordo com o autor, utilizando-se de uma relativização extrema, a psicologia pauta seus estudos em um único tipo de jovem: branco, urbano, pertencente a classes sociais abastadas, supondo assim uma igualdade de oportunidades entre todos os adolescentes, o que vem a ocultar às desigualdades presentes nas relações sociais, situando a responsabilidade das ações no próprio jovem.

Desse modo, as práticas psicológicas buscam instituir e legitimar modos de ser jovem através de procedimentos e técnicas com base em um discurso científico, e características naturais, na perspectiva de um sujeito normal, adaptado e governável. A adolescência e a juventude tornam-se assim, alvos constantes de discursos de saber que se configuram como apoio para diversos diagnósticos, que elencam as constantes e

renováveis patologias para a divulgação de um arcabouço de padrões de normalidade. Assim é possível considerar a implicação das práticas psicológicas como dispositivos de intervenção no investimento dos corpos jovens na perspectiva de que se tornem adultos bem adaptados, sadios e integrados à ordem social (GONZALES; GUARESCHI, 2008).

Segundo Foucault (2000), um dispositivo é um “conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, filantrópicas e morais” (FOUCAULT, 2000, p. 244). Ou seja, trata-se de uma trama formada por vários discursos e práticas que se materializam em saberes e poderes. O dispositivo raramente proíbe ou nega, antes controla e produz verdades moldando subjetividades. As práticas psicológicas assim como as instituições, se constituem enquanto dispositivos que vêm constituindo e legitimando determinados discursos que acabam por prescrever determinado modo de ser jovem na sociedade. Portanto, os discursos que delimitam a adolescência e a juventude como fase da vida, serão analisados enquanto práticas e discursos de saber, que se exercem no campo do saber científico, sujeitando os indivíduos.

Michel Foucault (1995), em “O Sujeito e o Poder”, afirma que o objetivo de seus trabalhos nos últimos vinte anos não foi analisar o fenômeno do poder, nem elaborar os fundamentos de tal análise, mas “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231). A categoria sujeito aparece como um efeito das relações de poder e de saber, que se aplica a vida cotidiana e categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade e impõe-lhe uma lei de verdade. (FOUCAULT, 1995).

Portanto, dois conceitos de Foucault (2005) serão fundamentais: o de poder e o de práticas discursivas. Segundo Foucault (2005), o poder não existe, mas sim, práticas ou relações de poder que se estabelecem na sociedade e emanam dos campos de saber, no qual o poder e o saber estão diretamente implicados, “não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2005, p. 27). Por formações discursivas Foucault (2009) compreende: “sempre que se puder descrever, entre regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) certo sistema de enunciados, semelhante sistema de dispersão, diremos por convenção que se trata de uma formação discursiva” (FOUCAULT, 2009, p. 43).

O saber é considerado como o conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar. Um saber é também o campo de “coordenação e subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso” (FOUCAULT, 1995, p.206). “O saber não está contido somente em demonstrações, pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentações institucionais, decisões políticas” (FOUCAULT, 1995, p. 209).

Foucault (1999) atribui o surgimento da disciplina psiquiátrica à grande mudança na economia dos conceitos, das análises e das demonstrações, do jogo entre a hospitalização, a internação, as condições e os procedimentos da exclusão social, as regras da jurisprudência, as normas do trabalho industrial, da moral burguesa, ou seja, todo o conjunto que caracteriza essa prática discursiva na formação de seus enunciados. “Portanto, a formação discursiva cuja existência a disciplina psiquiátrica permite demarcar não lhe é co-extensiva; ao contrário, ela a excede amplamente e a cerca por todos os lados” (FOUCAULT, 2009, p. 202). Assim como no campo psiquiátrico, os discursos psicológicos e as demais concepções sobre a adolescência e a juventude excedem o campo discursivo e ressoam por instituições e espaços sociais. Compreender as concepções vigentes a partir das práticas discursivas é fundamental para que não nos deixemos enganar, “pois mesmo na ordem dos discursos verdadeiros, mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação e segredo, e de não permutabilidade” (FOUCAULT, 1996, p.40).

Os discursos de saber julgam, condenam, classificam, obrigam a tarefas, destinando certa maneira de viver ou de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 2002).

O poder não para de questionar, de nós questionar; não para de inquirir, de registrar; ele institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa. Temos de produzir a verdade como, afinal de contas, temos de produzir riquezas, e temos de produzir a verdade para poder produzir riquezas. E, de outro lado, somos igualmente submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é a norma e o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos

específicos de poder. Portanto regras de direito, mecanismos de poder, efeitos de verdade. Ou ainda: regras de poder e poder dos discursos verdadeiros (FOUCAULT, 2002, p. 29).

Portanto, o exercício de poder, consiste segundo Foucault (1999) em conduzir a conduta dos indivíduos ou dos grupos, o “governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes” (FOUCAULT, 1995, p. 244) e no caso específico, dos jovens. Nesse sentido, governar passa a ser compreendido, como estruturar o eventual campo de ação dos outros.

1.4 A tematização sociológica da juventude

Segundo Fraga e Lunianelli (2005), do ponto de vista dos indivíduos a juventude seria uma condição provisória e transitória, diferentemente de outras categorias como gênero e etnia, que se apresentam mais permanentes. “Sua conceituação é um produto sócio-histórico, pois cada época e sociedade admite sua concepção própria e lhe atribui funções específicas” (FRAGA; LUNIANELLI, 2005, p. 9). Desse modo, a concepção sociológica busca ir para além dos limites das faixas etárias a fim de compreender a juventude a partir das teorias sociológicas, como resultado de construções sociais, que se relacionam com diferentes contextos e o processo de socialização pelos quais os seres humanos passam.

A juventude emerge como campo de estudos para a sociologia quando suas características de grupo ameaçam de alguma forma a ordem social estabelecida (ARIÈS 1978; PAIS, 1990; ABRAMO, 1994).

Em suma, a noção de juventude somente adquiriu uma certa consistência social a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar o prolongamento —com os consequentes “problemas sociais” daí derivados— dos tempos de passagem, que hoje em dia mais caracterizam a juventude, quando aparece referida a uma fase da vida (PAIS, 1990, p.148)

Segundo Abramo (1994), a primeira vez que se demonstra um maior interesse pelos fenômenos da juventude foi na passagem do século XIX para o século XX, quando a juventude emerge como grupo cultural excêntrico. A visibilidade da juventude e sua tematização como problema constroem-se, nesse período, através do surgimento de um comportamento considerado “anormal”, por grupos de jovens tidos como delinquentes, excêntricos ou contestadores, implicando em um contraste com os padrões vigentes. Encarada como uma fase da vida marcada por certa instabilidade, a

visibilidade e tematização da juventude, constrói-se nesse período como um problema social. (ABRAMO, 1994).

Nos anos 1920, a escola de Chicago, com grande influência nos estudos sociológicos, voltou-se para a investigação das culturas juvenis em uma das primeiras iniciativas institucionais em relação ao tema. A juventude era tratada como problema e os estudos sobre os jovens detinham-se sobre o modo como se manifestavam nas ruas das grandes metrópoles dos Estados Unidos, diante da industrialização, da explosão demográfica, da grande imigração para o país e das habitações pobres, entendidas como um dos centros potenciais de criminalidade, tensão social e marginalidade (ABRAMO, 1994). Os temas pesquisados compreendiam as gangues juvenis, os delinquentes, os marginais e os códigos de rua como um defeito no processo de socialização a ser corrigido por medidas educativas.

Nos anos 1960, a juventude era considerada como um problema na medida em que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado no terreno dos comportamentos étnicos e culturais. A partir da década de 1970, os problemas de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, quase a transformando em categoria econômica (PAIS, 1990; ABRAMO, 1997). Desse modo, a tradição sociológica considerava a juventude das sociedades modernas, em especial das cidades, elemento “desviante” em relação ao que se imaginava ser o funcionamento harmônico da sociedade (PAIS, 1990).

Na América Latina, a questão da juventude eclode na segunda metade da década de 1980, partindo do tema da delinquência, vinculada ao empobrecimento, o que ofereceu a visibilidade aos meninos e meninas de rua (LUNIANELLI, 2005). A discussão recaiu em um primeiro momento à dimensão da patologia social, tratava-se de compreender as razões do porque a infância e a juventude eram levadas a delinquir. Com a declaração do Ano Internacional da Juventude em 1985, o sistema Nações Unidas passou a produzir um discurso sobre a juventude, ligado ao fato da maior parte dos jovens se encontrarem em países subdesenvolvidos.

No Brasil, dos anos 1980 até recentemente, o termo adolescência foi predominante no debate público, na mídia e no campo das ações sociais e estatais, fruto de um importante movimento social alavancado em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, que resultou na implementação do ECA. Desse modo, a categoria adolescente desencadeou uma série de ações, programas e políticas para este segmento,

principalmente para aqueles considerados em risco pelo não atendimento dos direitos estabelecidos. A partir desse marco, as políticas públicas passaram a ter como público-alvo crianças e adolescentes, tendo relegado o termo juventude, assim como os jovens com mais de 18 anos, para o escopo da tematização social (ABRAMO, 2005). Desse modo, o ECA resume-se a falar da adolescência, até porque naquele momento a juventude enquanto perspectiva de atendimento não existia no Brasil (ABRAMOVAY, 2008).

Nos anos 1990, há segundo Lunianelli (2005), uma onda jovem na qual as taxas de crescimento da população de 15 a 29 anos foram muito intensas. Esse fato, combinado com a questão do crescimento das taxas de desemprego, aliado a renovação tecnológica e a crise do Estado de Bem-Estar Social, configurou uma situação explosiva. É nesse período que a juventude emerge para a sociologia no Brasil, aliada as dificuldades relacionadas à inserção e integração social marcada pela extensão dos fenômenos de exclusão decorrentes da crise do trabalho e do aumento da violência, que resultaram em profundas dificuldades de estruturar projetos de vida (ABRAMO, 2005). Por um longo tempo, os estudos referentes à juventude centraram-se nos jovens estudantes universitários e sua atuação frente aos movimentos estudantis. Desse modo, a politização da juventude, construiu pela primeira vez na América Latina, “a existência da juventude”, colocando todos os demais como excluídos da condição juvenil.

Contemporaneamente, o debate em torno da juventude ora a vislumbra como geradora de problemas, ora como uma fase da vida marcada por certa instabilidade social, ora como uma camada da população que necessita de políticas públicas específicas. Desse modo, cristaliza-se um determinado modo de ser jovem colado à concepção de uma determinada época social e histórica (GONZÁLES; GUARESCHI, 2008).

Para Machado Pais (1990), é necessário compreender se o pessimismo que hoje transparece no discurso científico sobre a juventude não seria uma ressonância do discurso que atravessa o olhar das gerações adultas, sobre as gerações jovens, ou seja, compreender em qual medida os “problemas sociais” não estariam contaminando as problemáticas sociológicas. De acordo com o autor, foram e são esses problemas que continuam a dar especificidade e razão de existência à fase de vida a que se refere à juventude, “eles continuam a serem os problemas de inserção profissional, os problemas de drogas, os problemas de delinquência, os problemas com a escola, os problemas com

os pais, mas sentirão os jovens estes problemas como os seus problemas?” (PAIS, 1990, p.144).

No campo sociológico, diversos autores buscam definições para o conceito de juventude. Abramo (1994) aponta que a juventude é socialmente variável, seu tempo de duração, de conteúdos, significados sociais, modifica-se de sociedade para sociedade e na mesma sociedade, ao longo do tempo.

Alguns autores buscam compreender a juventude na sua diversidade, com base nas condições sociais, culturais, de gênero, geográficas, étnicas, consideradas no conjunto das experiências vividas pelos indivíduos no seu contexto social, optando por trabalhar com a ideia de “condição juvenil” (PERALVA, 1997; ABRAMO, 2005; DAYRELL, 2007), na qual a juventude não está atrelada a fatores biológicos e psicológicos. Do latim, *conditio* refere-se à maneira de ser, a situação de alguém perante a vida, a sociedade. Refere-se também às condições necessárias para que se verifique essa maneira ou situação. Desse modo, existe uma dupla dimensão quando falamos em condição juvenil, a primeira centra-se no modo como uma sociedade constitui e atribui significado a este momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, a segunda centra-se na sua situação, ou seja, o modo como essa condição é vivida a partir de diversos recortes referidos às diferenças sociais. Na análise permite-se levar em conta tanto à dimensão simbólica, quanto os aspectos fáticos, materiais, geográficos, históricos e políticos, nos quais a produção da juventude se desenvolve, sendo de fundamental importância para a compreensão do fenômeno da juventude (DAYRELL, 2007).

Outros autores como Castro e Abramovay (1994), definem que não há somente a ideia de uma juventude, ou seja, definir juventude implica muito mais do que cortes cronológicos, vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicações, participação, consumo, gênero, raça etc. Na realidade, essa transversalidade traduz que não há apenas um grupo de indivíduos em um mesmo ciclo de vida, ou seja, uma só juventude. Para Fraga e Lulianelli (2005) as diferenças de condições sociais, de raça, etnia e gênero atravessam esse grupo etário e o modo de vivenciar essa fase da vida varia enormemente. Desse modo, há a existência de uma multiplicidade de juventudes e de sua interpretação em diversas formas de organização social.

De acordo com Abramo (2005), a juventude trata-se de uma fase marcada centralmente por processos de desenvolvimento, inserção social e definição de

identidades, que exige experimentação intensa em diversas esferas da vida. Essa fase não pode mais ser encarada, como em outros momentos como uma breve passagem da infância para a maturidade, de isolamento e suspensão da vida social, como preparação para a vida adulta. Esse período se alargou e se transformou ganhando maior complexidade e significação social, trazendo novas questões para as quais a sociedade ainda não possui respostas formuladas. Esse prolongamento advém em parte da necessidade de estender o tempo para a formação, capacitação profissional e também das dificuldades de inserção no chamado “mundo adulto”. Pois, os processos constitutivos da condição juvenil fazem-se de modo diferenciado segundo as desigualdades de classe, renda familiar ou região e em função dessas diferenças os recursos disponíveis resultam em chances distintas de desenvolvimento e inserção.

Em “Culturas juvenis”, Pais (2003) analisa o modo como a sociologia tem conceituado a juventude. De acordo com o autor, a sociologia da juventude tem variado entre duas tendências, em uma delas a juventude é tomada como conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida, prevalecendo à busca de aspectos uniformes e homogêneos que caracterizam esse período, em outra tendência a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, que engloba diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, de situações econômicas, de interesses, de oportunidades ocupacionais. Diante dos diferentes modos de se conceber a juventude, Pais (2003) apresenta as correntes que contemporaneamente tem se destacado nesse debate: a corrente geracional e a corrente classista. A corrente geracional toma como ponto de partida a juventude enquanto fase da vida, enfatizando o aspecto unitário da juventude. O quadro teórico dominante da corrente baseia-se nas teorias da socialização desenvolvidas pelo funcionalismo e na teoria das gerações. Nessa perspectiva, os conflitos ou discontinuidades inter-geracionais são vistos na maior parte dos casos como “disfunções” nos processos de socialização (PAIS, 2003). Nessa corrente, admite-se ainda a existência de uma cultura juvenil, que de certa maneira se opõe a de outras gerações.

Nesta corrente, os indivíduos experimentariam o seu mundo, as suas circunstâncias e os seus problemas, como membros de uma geração, e não como membros de uma classe social (como é defendido pela corrente classista). Isto é, para a corrente geracional, as experiências de determinados indivíduos são compartilhadas por outros indivíduos da mesma geração, que vivem, por esse facto, circunstâncias

semelhantes e que têm de enfrentar-se com problemas similares (PAIS, 2003, p.154).

Para a corrente classista, a reprodução social é vista em termos da reprodução das classes sociais. Segundo Pais (1990), os trabalhos desenvolvidos nessa corrente, em geral são críticos quanto ao conceito mais vulgar de juventude, que a associa a uma fase da vida, já que por ser entendida como categoria acabaria por ser dominada por relações de classe. De acordo com a corrente, a transição dos jovens para a vida adulta encontra-se sempre pautada por mecanismos de reprodução classista e as culturas juvenis são sempre culturas de classe. Para Pais (1990), o problema da concepção vigente é que forçam-se e forjam-se explicações que mantenham válidas as premissas teóricas, as distinções simbólicas entre os jovens “como diferenças de vestuário, hábitos linguísticos, práticas de consumo, dentre outras, são sempre vistas como diferenças interclassistas e raramente como diferenças intraclassistas” (PAIS, 2003, p.158).

De acordo com Machado Pais (1990), uma das questões que deve se colocar à sociologia da juventude é a desconstrução e a desmistificação sociológica de alguns aspectos da construção social da juventude, que em forma de mito nos é dada como entidade homogênea, além de não explorar apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens, mas as principais diferenças sociais que existem entre eles. Pais (1990) ainda ressalta que a juventude deve ser compreendida a partir de dois eixos semânticos: como aparente unidade e como diversidade. No primeiro caso, a característica fundamental é o de ser constituída por indivíduos pertencentes a uma dada fase de vida, principalmente definida em termos etários e no segundo caso, a juventude é tomada como um conjunto social, cujo principal atributo é o de ser constituída por jovens em situações sociais diferentes.

Quase poderíamos dizer, por outras palavras, que a juventude ora se nos apresenta como um conjunto aparentemente homogêneo, ora se nos apresenta como um conjunto heterogêneo: homogêneo se comparamos a geração dos jovens com outras gerações; heterogêneo logo que a geração dos jovens é examinada como um conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros (PAIS, 1990, p. 151).

Para Carrano (2011) é preciso estar sempre atento à distância existente entre as representações que fazemos sobre as idades da vida, além de considerar que a juventude é uma noção produtora de sentidos que contribui para o estabelecimento de determinadas representações sociais.

Pois, como é possível observar, os jovens e a juventude tiveram seus campos discursivos redefinidos, de modo que, cada época profere discursos relativos a seus jovens. Tais discursos denotam modelos e expectativas que irão produzir formas de ser e agir a partir de interesses específicos do momento histórico, cultural e social vigente. “Os jovens, nesse sentido, são sujeitos concretos que se aproximam ou não, em seus modos de vida, dos sentidos produzidos por esses discursos em cada época particular” (GONZALES; GUARESCHI, 2008).

1.5 A vivência da condição juvenil no Brasil

No campo das pesquisas estatísticas que buscam dimensionar a condição juvenil no país, a grande maioria (SPOSITO, 2003; ABRAMO; BRANCO, 2005; CASTRO; AQUINO, 2008) encontra-se defasada em relação ao período em que foram realizadas. A pesquisa “Juventude Brasil” realizada entre abril e maio de 2013, sob responsabilidade da Secretaria Nacional da Juventude - SNJ, da Secretaria Geral da Presidência da República e do Observatório Participativo da Juventude - Participatório, divulgada em agosto de 2013 é o que tem de mais recente no campo das pesquisas que buscam apontar o quadro geral das condições de vida da população jovem no Brasil.

Em seu texto de apresentação, o relatório aponta para o déficit de pesquisas de abrangência nacional e define o desenvolvimento do estudo não na perspectiva de traçar o perfil atual da juventude brasileira, mas principalmente de acompanhar as tendências de comportamento e de opinião dos jovens, além de identificar as demandas por políticas públicas. Além disso, faz referência as últimas manifestações dos meses de julho de 2013, fortemente protagonizadas por jovens, como necessárias de estudos, no qual a pesquisa pode vir a iluminar os interesses da juventude brasileira, que reivindicaram mais e melhores políticas públicas de transporte, saúde, educação e novas formas de participação política (BRASIL, 2013). Portanto, devido à amplitude nacional da pesquisa e pelo recente período abordado, seus dados serão utilizados para problematizar a condição juvenil brasileira¹⁹.

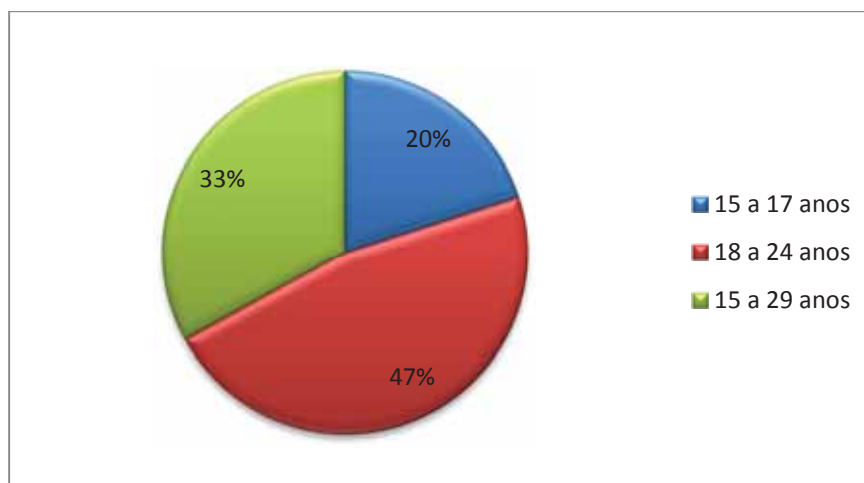
De acordo com o relatório da pesquisa “Juventude Brasil” o país registra nesse momento o maior contingente de jovens já alcançados, sendo 51,3 milhões de pessoas entre 15 a 29 anos, o que corresponde a cerca de 25% de sua população. Desse modo, a

¹⁹ Link de acesso a pesquisa Juventude Brasil: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/02/agenda-juventude-brasil.epub/view>

pesquisa trabalhou com uma amostragem de 3.300 entrevistas com jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, de 187 municípios, contemplando as 27 Unidades da Federação.

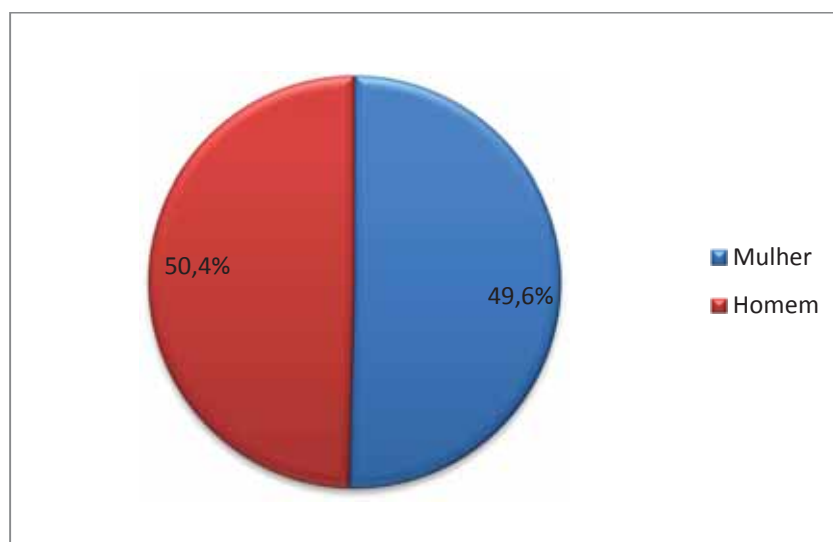
A pesquisa realizou entrevistas com 20% de jovens entre 15 a 17 anos, 47% de jovens entre 18 a 24 anos e 33% entre 25 a 29 anos. Com relação ao sexo, 50,4% dos entrevistados eram mulheres e 49,6% homens. Com relação à raça/cor, 45% dos entrevistados declararam-se pardos, 34% brancos, 15% pretos e 6% amarelo/indígena.

Gráfico 1- Idade



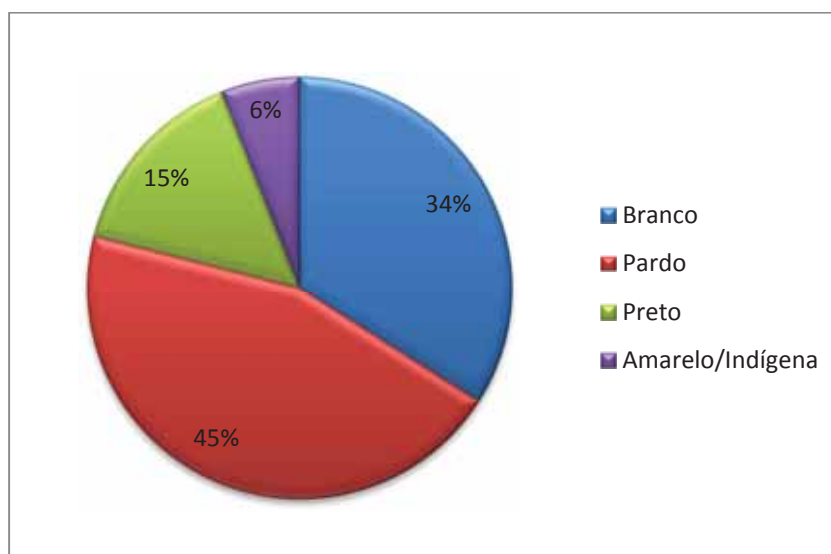
Fonte: Pesquisa Juventude Brasil (SNJ, 2013).

Gráfico 2 – Sexo



Fonte: Pesquisa Juventude Brasil (SNJ, 2013).

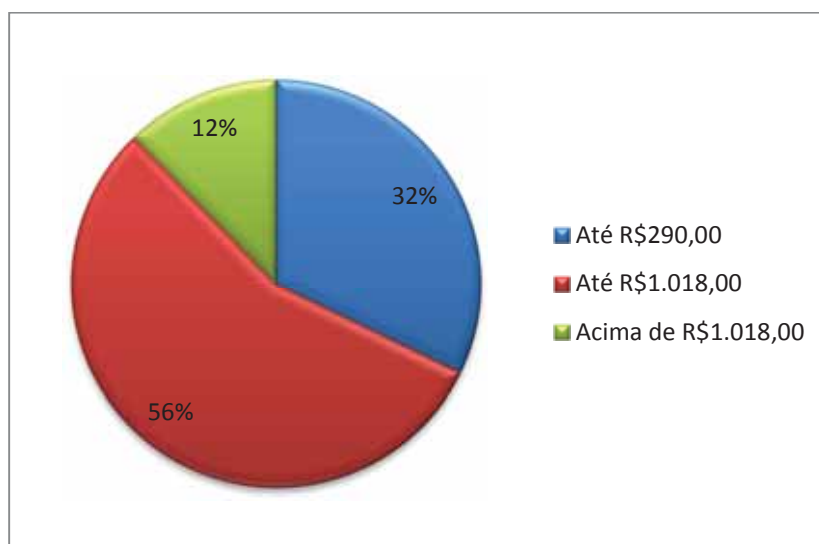
Gráfico 3– Cor/Raça



Fonte: Pesquisa Juventude Brasil (SNJ, 2013).

Com relação à renda per capita domiciliar, 29% dos entrevistados estão nos estratos mais baixos (até R\$290,00), 49% nos estratos médios e 11% nos altos (acima de R\$1.018,00).

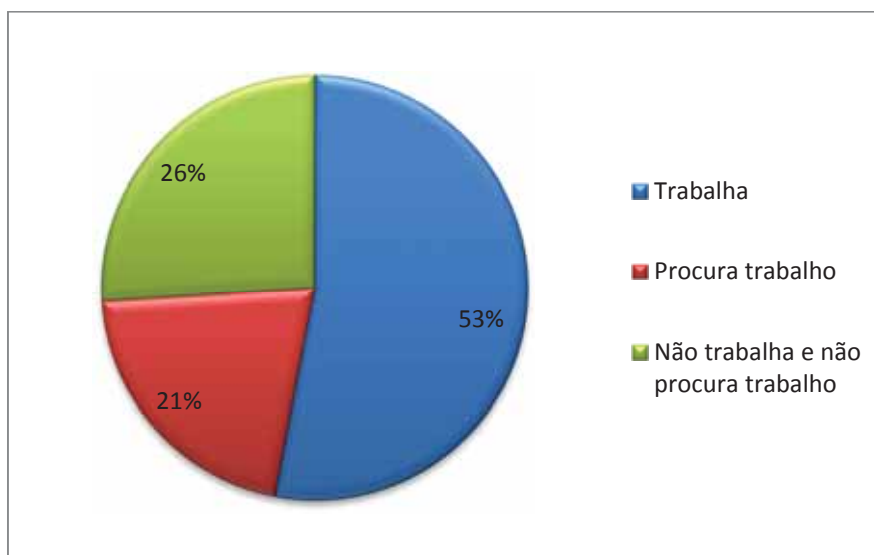
Gráfico 4 - Renda



Fonte: Pesquisa Juventude Brasil (SNJ, 2013).

Mais da metade dos jovens, 53% afirmou trabalhar, enquanto 21% estavam em busca de emprego e 26% não trabalhava e não procurava emprego. Tais dados levaram aos pesquisadores a afirmar que o trabalho também constitui a condição juvenil no Brasil (BRASIL, 2013, p.19).

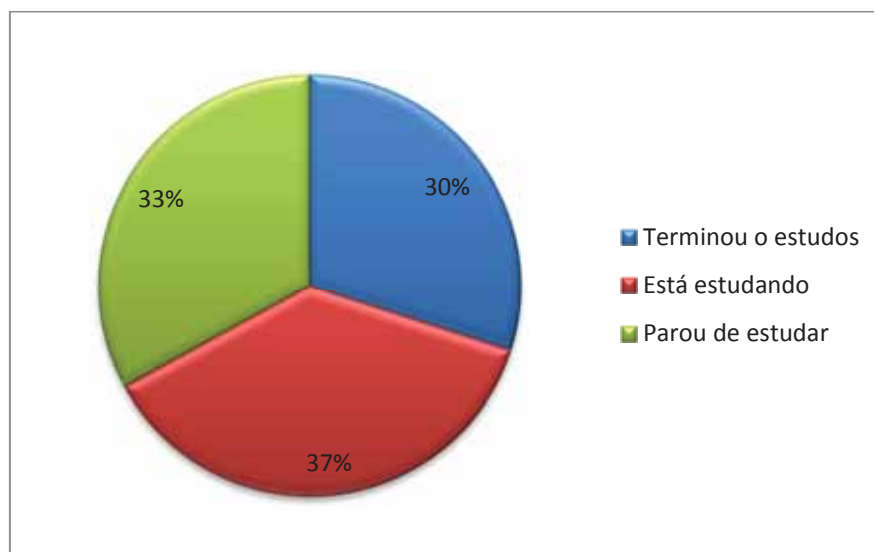
Gráfico 5 - Trabalho



Fonte: Pesquisa Juventude Brasil (SNJ, 2013).

Dos jovens entrevistados, 30% terminaram os estudos, 37% estavam estudando e 33% pararam de estudar.

Gráfico 6 - Escolaridade



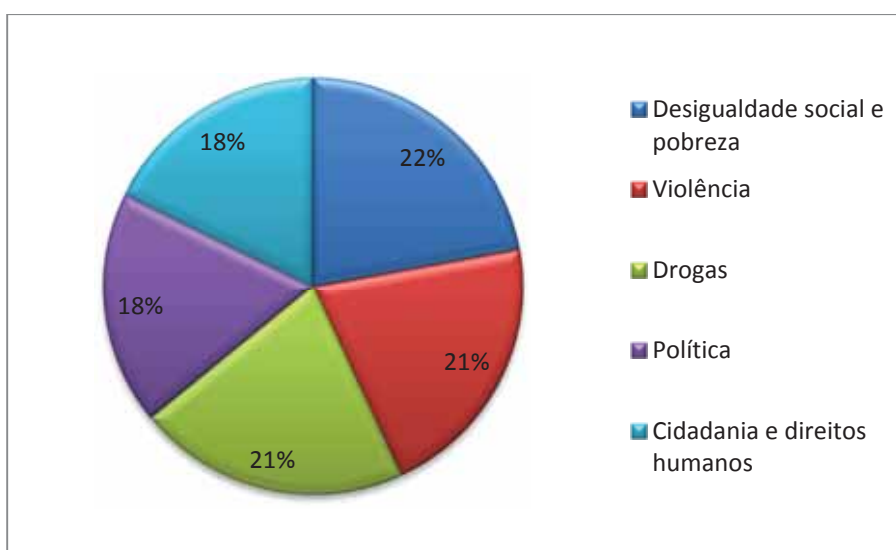
Fonte: Pesquisa Juventude Brasil (SNJ, 2013).

Com relação aos jovens que não estudam e não trabalham, 41% está na faixa etária entre 18 a 24 anos, 36% entre 25 a 29 anos, 6% entre 15 a 17 anos, ou seja, a tendência aumenta à medida que aumenta a faixa etária e quando separados por sexo e idade, o percentual dos jovens que não estudam e não trabalham está concentrado entre as jovens que são mães, com baixa renda e que adiam a entrada ou se retiram do mundo do trabalho (BRASIL, 2013, p. 19).

Com relação ao uso das novas tecnologias, 80% dos entrevistados afirmaram fazer uso do computador e internet, enquanto 89% disse possuir celular. Quando questionados sobre as políticas públicas de juventude, a maior parte dos entrevistados apontou que os governos conhecem as necessidades dos jovens, mas que não fazem nada a respeito. Essa opinião cresce à medida que a renda dos entrevistados aumenta. Pouco menos da metade dos entrevistados alegaram ter conhecimento de algum projeto ou programa do governo dirigido para a juventude, os mais citados foram o Programa Universidade para Todos, o Exame Nacional para o Ensino Médio e o Programa de Financiamento Estudantil, todos no âmbito da educação.

Na pesquisa, 40% dos jovens afirmaram que os problemas importantes para serem discutidos na sociedade são a desigualdade social e a pobreza, 38% dos entrevistados afirmaram que o que mais os preocupa é a violência, 38% as drogas, 33% a política, 32% a cidadania e os direitos humanos.

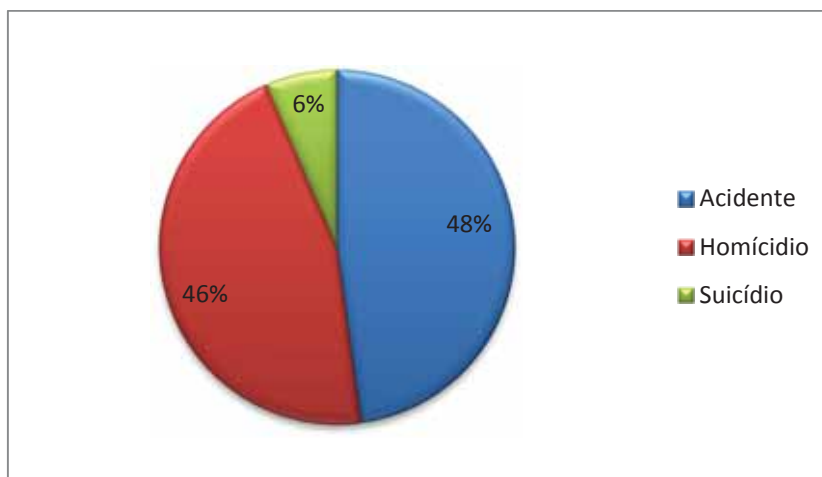
Gráfico 7 – Problemas importantes para serem discutidos na sociedade



Fonte: Pesquisa Juventude Brasil (SNJ, 2013).

A pesquisa ainda apontou que 51% dos jovens já perderam uma pessoa próxima, classificada como parente ou amigo de forma violenta. Desse total, 22% foram relativos a acidentes, 21% a homicídios e 3% suicídios.

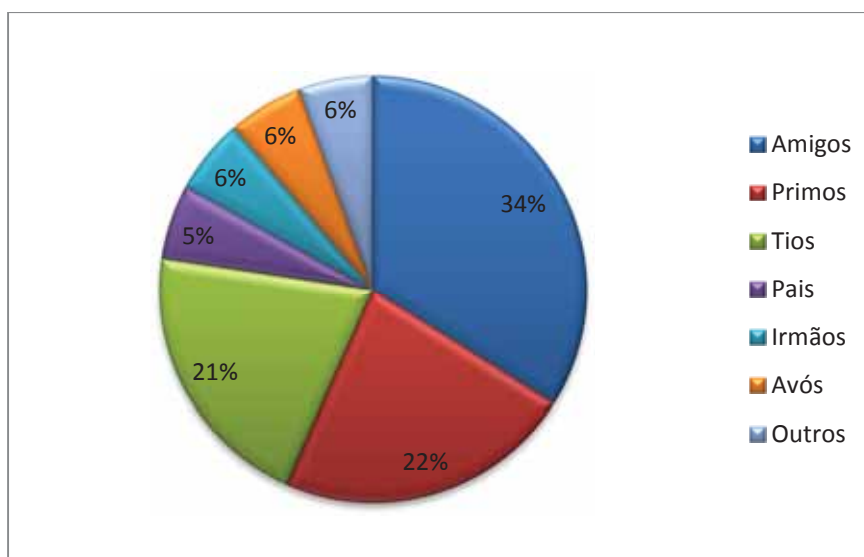
Gráfico 8- Causa da morte de parentes ou amigos



Fonte: Pesquisa Juventude Brasil (SNJ, 2013).

Com relação ao grau de proximidade, 18% das vítimas foram referentes a amigos, 12% primos, 11% tios, 3% pais, 3% irmãos, 3% avós e 3% outros.

Gráfico 9– Proximidade dos parentes ou amigos



Fonte: Pesquisa Juventude Brasil (SNJ, 2013).

A porcentagem de perda de parentes ou amigos é maior entre os jovens negros, com 54%. Mediante declaração espontânea o que mais preocupa os jovens atualmente é a violência, em segundo lugar aparece o desemprego ou profissão, num terceiro lugar estão às questões de saúde e educação e em últimos lugares, as drogas, as crises econômicas e a família. De acordo com os pesquisadores tal fenômeno configura “uma experiência geracional de alta dramaticidade, que explica o peso que o tema da violência alcança entre as preocupações dos jovens” (BRASIL, 2014, p. 52).

1.5.1 Condição juvenil, vulnerabilidade e violência: um leque de sistematizações.

Problematizar os dados que a recente pesquisa “Juventude Brasil” traz, para além das assertivas que a equipe técnica de pesquisa faz (BRASIL, 2014), permite que ecoem discursos que atrelam a condição juvenil a categorias como “jovens nem-nem”, que não estudam e não trabalham, jovens “vulneráveis face à violência e a gravidez precoce,” “jovens em condição de risco”, “custo econômico da juventude perdida no Brasil²⁰”, discursos esses, muitas vezes atrelados a publicações de grandes órgãos de desenvolvimento como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Instituto de Pesquisa Econômico e Aplicada (IPEA), que ecoam chegando até a “ponta”²¹ das ações sociais, governamentais e instituições que atuam diretamente com a juventude e que impactam diretamente a forma de atuação dos educadores, técnicos, assistentes sociais que trabalham cotidianamente com jovens.

Pois, o conceito de vulnerabilidade social traz implícito a condição de ausência de perspectivas de futuro, que aliada à condição adolescente, torna os sujeitos impulsivos, inconsequentes e em perigo. A esse discurso somam-se o descontrole e a fraqueza frente às drogas e o “mundo do crime”.

A montagem desse quadro contribui para a emergência da noção de que, estando essa população desprovida de autocontrole, resta como única forma de intervenção/solução possível aquela que se dá pela via da disciplina e da contenção, mesmo que forçada, desse jovem, afastando-o, ainda que momentaneamente, das ruas, lugar reconhecido como cenário dessa obra (SCISLESKI; GUARESCHI, 2011, p.30).

²⁰ Em publicação do Instituto de Pesquisa Econômico e Aplicada – IPEA (2014) um artigo escrito por Cerqueira e Moura (2014) intitulado “O custo da violência da juventude perdida no Brasil” faz um cálculo do problema econômico que a mortalidade juvenil representa.

²¹ A ponta é compreendida aqui pelos órgãos da assistência social, organizações não governamentais, rede educacional, dentre outras organizações que atuam diretamente com os jovens.

Ou seja, a proteção aos direitos dos jovens em “situação de risco” ou em “situação de vulnerabilidade” produz uma série de práticas de caráter punitivo e normalizador na vida desses jovens, frente à justificativa da “garantia de direitos”. Argumento esse que é constantemente utilizado pelo judiciário²², a fim de impor as MSE aos mais diferentes tipos de infrações. Ou seja, sob a “justificativa da proteção e do cuidado abre-se caminho para práticas de punição, exclusão e sofrimento, ainda que sob nome de medida socioeducativa” (SCISLESKI; GUARESCHI, 2011, p. 31).

Na “ponta” das ações da assistência social, saúde pública, e da efetivação das políticas públicas o conceito de vulnerabilidade passou a ser “palavra-chave” a fim de sistematizar as trajetórias e vivências juvenis, na busca de apoio e financiamento. Em grande parte dos casos, a vulnerabilidade juvenil remete a ideia de fragilidade e de dependência que se vincula a situação dos jovens, principalmente os mais pobres, o que leva a enfatizar os fatores negativos da experiência de segmentos menos favorecidos da juventude, relacionados à crescente violência urbana (MALVASI, 2012). Desse modo, o conceito de vulnerabilidade reforça o senso comum, associando a juventude pobre a “riscos”, problemas, como potencialmente perigosa, o que leva a criminalização e institucionalização na luta de reverter as “vulnerabilidades”, antes que os fatores de risco levem o jovem à entrada no crime.

Elas delineiam os “grupos especiais da população”, entre eles os “adolescentes vulneráveis” aqueles que estão mais propensos a ceder à criminalidade e a violência. O discurso corrente no sistema socioeducativo é de que “os adolescentes em conflito com a lei” são duplamente “vulneráveis” - por que são adolescentes e porque vivem em contextos determinantes e condicionantes negativos para a saúde e para a inserção social (MALVASI, 2012, p.163).

Portanto, quando se categoriza uma parcela substantiva de jovens como jovens em situação de vulnerabilidade social, jovens em situação de risco ou “jovens nem-nem”, que não estudam e não trabalham, anula-se uma geração inteira (NOVAES, 2014)²³, pois, como apontou a pesquisa Juventude Brasil (2013) o trabalho e a escola são constitutivos da juventude no país, ainda que não se dê em condições lineares.

Ou seja, é preciso ultrapassar as análises e os discursos que buscam enquadrar a juventude, o crime e a violência como um problema social em si, que resulta em teorias

²² A discussão sobre a imposição de MSE pautando-se no conceito de vulnerabilidade e encontra-se no segundo capítulo dessa dissertação.

²³ Referência à fala de Regina Novaes no I “Encontro Nacional de Pesquisadores e Pesquisadoras de Juventude”, em outubro de 2014, no Distrito Federal, organizado pela SNJ e pelo Participatório Jovem.

exógenas nas quais predominam a definição dos jovens a partir da ideia da transgressão das normas e dos conceitos de “vulnerabilidade”, ou “situação de risco” (VIEIRA, 2014), pois discursos de saber se constituem em verdades e verdades se constituem como lugar de exclusão e de poder.

1.6 Políticas públicas para a juventude no Brasil.

De acordo com Regina Novaes (2012), no Brasil, a juventude só emerge enquanto “sujeito de direitos” que demandam “políticas públicas específicas” no final dos anos 80, no momento em que a exclusão dos jovens se tornou parte constitutiva da questão social nacional e internacional²⁴. Até então não havia um diagnóstico específico para esse segmento populacional e a educação era a única política pública para a juventude. Política essa circunscrita as classes médias, já que os jovens das classes populares que entravam precocemente no mercado de trabalho deixavam de ser considerados jovens.

No entanto, entre os anos 1980 e 1990, com o desemprego e o inchamento das periferias urbanas passam a surgir outras classificações como “os jovens que estão fora da escola e fora do mercado de trabalho” e “jovens como vítimas e promotores da violência”. Dessa forma o desemprego juvenil e a violência entre jovens entravam no rol das preocupações tanto das instituições sociais como dos gestores públicos. É dessa forma que a juventude se insere no diagnóstico da questão social no Brasil e a partir desse “público alvo” e de “seus problemas” que se começa a exercer diagnósticos específicos.

Segundo Novaes (2012), as primeiras demandas em torno dos “problemas de jovens” foram levadas a público por organismos internacionais, gestores e políticos nacionais, ONGs, organizações empresariais, setores de igrejas, sustentadas por um conjunto de grupos, redes e movimentos juvenis. A favor da “juventude”, em um movimento de mão dupla, envolveram-se ainda instâncias do poder público e diferentes atores da sociedade civil. Contudo, nesse primeiro momento, ainda não se falava muito em “direitos”, a ênfase estava principalmente, na necessidade de contenção e prevenção.

²⁴ O ano de 1985 foi declarado já pela Organização das Nações Unidas – ONU, como o Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz. Dentão, e em especial durante os anos 90, os órgãos das Nações Unidas produziram dezenas de documentos, resultantes, inclusive, de fóruns, seminários e encontros diversos, em que foram estabelecidos programas de ação, diretrizes e medidas a serem adotadas pelos países-membros, configurando o campo das chamadas políticas públicas de juventude (SOUZA, 2009).

Para conter o desemprego e prevenir a violência, tratava-se de “ressocializar”, “promover o retorno aos bancos escolares”, “capacitar para o trabalho”, “inserir em dinâmicas de integração social”, “fomentar o protagonismo e o voluntariado juvenil”. Nesse cenário surgem nos anos 1990, os “projetos sociais” voltados para jovens em “situação de risco” e os “jovens de projeto”, ou seja, moradores de periferias urbanas consideradas pobres e violentas (NOVAES, 2012).

Nessa ocasião, no Brasil, registraram-se algumas iniciativas de criação de secretarias e coordenadorias municipais e poucas estaduais, sem se criar um espaço governamental nacional de juventude. Mesmo assim, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) programas com o enfoque em adolescentes e jovens foram introduzidos em vários ministérios, com destaque para o Ministério do Trabalho, assim como as organizações da sociedade civil foram incentivadas a lidar com jovens, de até 18 anos, por meio de ações coordenadas pelo Programa Comunidade Solidária (NOVES, 2012).

Sposito e Carrano (2003), ao analisarem a constituição das políticas públicas²⁵ para a juventude no Brasil nesse período, observaram que grande parte das propostas para atender a juventude carregavam mecanismos de controle social, como a ocupação do tempo livre, a formação de mão de obra, a busca pelo enfrentamento do problema juvenil e a contenção de um possível comportamento violento e disruptivo. O alvo das políticas públicas era o jovem pobre morador das periferias, o que deixava a parte, uma ampla faixa de jovens filhos de trabalhadores rurais e urbanos. A busca pela inclusão de jovens marginalizados refletia-se assim em políticas compensatórias ou na ampliação de possibilidades de integração no mercado de trabalho, que permanecia em um movimento imediatista e desarticulado (SPOSITO; CARRANO, 2003; ABRAMO, 2007).

Até o ano de 2002, o Brasil era considerado atrasado no que condiz a políticas públicas de juventude. Pois, era preciso afirmar que a juventude não se encerrava na

²⁵ Sposito e Carrano (2003) associam a ideia de políticas públicas a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolvendo uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se também no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. De toda a forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias.

adolescência, exigindo novos referenciais além do que coloca o ECA, que concebesssem a juventude como sujeitos que necessitam de demandas específicas nos mais variados campos e não somente no da educação. No Brasil, diferentemente de outros países europeus e americanos, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, como alvo diferenciado de crianças (ABRAMO, 2007).

A partir de 2005, no governo Lula, o Brasil constrói uma nova experiência no campo das políticas públicas de juventude. No âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República, foram criados a SNJ e o Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE, com o objetivo de elaborar, validar, articular e avaliar programas e ações voltados para jovens de 15 a 29 anos. Na mesma ocasião foi criado também o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, que contempla jovens de 18 a 29 anos que não terminaram o ensino fundamental. Em seguida foram realizadas a I (2008) e a II (2011) Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, envolvendo jovens de diferentes identidades e espaços de participação vindos de todas as regiões do país (NOVAES, 2012). Segundo Novaes (2012), nesse novo contexto, a linguagem dos “direitos” passou a organizar e ressignificar um conjunto de demandas (de distribuição, de reconhecimento e de participação) da juventude. O resultado desse progressivo “enquadramento semântico” na maneira peculiar de classificar e enunciar os “direitos da juventude” reflete, de acordo com a autora, a atual condição juvenil, na qual os padrões de passagem para a vida adulta encontram-se em profunda mutação.

Em 2010, foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional nº 65, conhecida como a PEC da juventude. A Emenda incorporou o "jovem" no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando ao segmento direitos que já foram garantidos constitucionalmente às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres. Essa conquista abriu caminho para a aprovação do projeto de Lei 4529/04 que dispõe sobre o Estatuto da Juventude, que estava em trâmite na Câmara desde novembro de 2004. Com o principal objetivo de garantir direitos fundamentais para o desenvolvimento e emancipação do jovem no Brasil, o Estatuto dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude, tendo sido aprovado em 16 de abril de 2013, quase 10 anos após sua criação. De acordo com Paulo Carrano (2011), avançou-se muito nesses últimos anos no fazer política de juventude e em especial nas representações do jovem no Brasil, pois segundo ele, já não é possível no campo democrático conceber as políticas públicas de juventude reiterando discursos

que enxerguem os jovens, somente pela via dos problemas sociais que necessitam de enquadramento, controle social e tutela do tempo e espaço.

Para Castro (2011), a maior conquista desse período foi à mudança de paradigma de juventude em “situação de risco” para a “juventude sujeito de direitos”.

De acordo com Novaes (2012), a principal diferença entre a abordagem das políticas públicas dos anos 1990 aos anos 2000, foi à incorporação da palavra “jovem” como sujeito de direitos, ausente da primeira fase dos projetos anteriormente voltados para os jovens excluídos. No entanto, lembra ainda que a expressão “jovens como sujeitos de direitos” também convive com outras como jovens em situação de risco, jovens como agente de desenvolvimento, jovens como janela de oportunidade, cunhadas em outros contextos, que, no entanto, disputam espaços teóricos e práticos.

Mesmo diante dos avanços referidos no plano das políticas públicas de juventude, para Carrano (2011), políticas nesse segmento ainda são frágeis, sendo grande o abismo entre demandas manifestas por jovens e a resposta na forma de políticas públicas efetivas. Pois, as políticas de juventude ainda não se constituíram em aporte suficiente para que os jovens brasileiros possam viver com dignidade o tempo da juventude. As políticas são fragmentadas, há insuficiência de orçamentos, de recursos humanos e materiais, há inexistência de pesquisas de caráter nacional e de indicadores sólidos e comparáveis ao longo dos anos.

Uma das evidências do caráter fragmentário e pouco integrado das diferentes ações públicas dirigidas aos jovens, de acordo com Carrano (2011), diz respeito à focalização das diretrizes do que se pode denominar “jovem temático”, que surge com a expressão “público-alvo”. Nessa perspectiva tem-se o “jovem-aluno”, o “jovem-filho”, o “jovem-infrator”, a “jovem-mãe”, “a jovem que não queremos que seja mãe”, o “jovem rural”. Como exemplo, pode-se mencionar o Ministério da Educação que trabalha com a concepção de estudantes e alunos, e não com sujeitos culturais para os quais a escolarização é apenas uma e não menos importante faceta da vida. O Ministério do Desenvolvimento Social trabalha com concepções para a integração familiar do jovem, ao contrário de estimular políticas que favoreçam a autodeterminação do jovem homem e da jovem mulher. O Ministério da Saúde centra-se suas ações no adolescente e não no jovem, o concebendo como sujeito de trânsito, instável e em crise de passagem (CARRANO, 2011).

No caso das políticas públicas destinadas aos jovens nas últimas décadas, nota-se que elas se destinam muito mais a oferecer aquilo que se institui serem as necessidades

dos jovens e muito menos a se ocupar em indagar ou provocar processos que abrissem caminhos ou espaços e tempos de diálogos para que os próprios jovens apontassem caminhos e demandas. Os jovens precisam de espaços e tempos não apenas para receber projetos pré-concebidos por lógicas adultas, eles e elas querem dizer e sinalizar para o que podem fazer individual e coletivamente (CARRANO, 2011).

De acordo com Carrano (2011), formular políticas públicas para a juventude exige reconhecer que em sua vida concreta os indivíduos não estão presos a limites etários bem definidos, sendo preciso superar conceituações psicológicas ou biológicas, pois os problemas compartilhados pelos jovens não são intrínsecos a sua idade, mas correspondem a sua inserção na sociedade. No caso dos jovens, sua inserção se faz paradoxalmente, através da exclusão. Exclusão da esfera produtiva, das instâncias de poder, da representatividade política. Falar em políticas públicas, nesse sentido, significa construir mecanismos que garantam a inserção dos indivíduos jovens na sociedade, com direitos específicos, espaço de participação política, garantia de formação técnica e intelectual para inserção na esfera produtiva e educacional.

É importante salientar aqui que muitos dos autores pioneiros do campo da sociologia da juventude, das políticas públicas de juventude e da tomada do “jovem enquanto sujeitos de direitos”, como Abramo (2007), Abramovay (2008) e Novaes (2012), hoje fazem parte do quadro da SNJ e contribuem para a proposição, constituição, desenho das políticas públicas de juventude e para a produção de materiais teóricos e científicos sobre a condição juvenil no Brasil.

1.6.1 Políticas públicas de juventude e governamentalidade

A recente expansão da tomada da juventude por políticas públicas faz com que seja necessário compreender de que forma essas ações governamentais vão cada vez mais conduzindo condutas.

Foucault (2002) aponta que anteriormente ao século XVIII a população numerosa só podia caracterizar o poder soberano a partir da obediência, pelo zelo ao trabalho ou por outra atividade.

No século XVIII, com o surgimento do mercantilismo, a população passou a não mais se figurar simplesmente como uma característica positiva, mas no interior de uma dinâmica, a dinâmica do poder do Estado e do soberano. No entanto, os mercantilistas ainda concebiam a população como uma coleção de súditos de direitos que a partir do

século XVIII passa a ser “considerada um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural” (FOUCAULT, 2002, p. 92). A possibilidade de gerenciar condutas, riscos e de organizar um Estado previsível e mensurável vai ser possível somente a partir da noção de população enquanto dimensão coletiva da espécie humana.

E a partir da constituição da população como correlato das técnicas de poder que podemos ver abrir-se toda uma série de domínios de objetos para saberes possíveis. E, em contrapartida, foi porque esses saberes recortavam sem cessar novos objetos que a população pode se constituir, se continuar, se manter como correlativo privilegiado dos modernos mecanismos de poder (FOUCAULT, 2002, p. 103).

Com a emergência da população, diferentemente da soberania, período em que o que possibilitava alcançar a obediência eram as leis, trata-se agora não de impor uma lei aos homens, “trata-se de dispor as coisas, utilizar táticas, muito mais que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas; agir de modo que, por um certo número de meios está ou aquela finalidade possa ser alcançada” (FOUCAULT, 2002, p.132). Os instrumentos de governo, em vez de leis passam a ser táticas, a partir do conhecimento do Estado em seus diferentes dados e dimensões, passa-se a agir diretamente sobre a população por meio de campanhas que venham estimular a taxa de natalidade, os fluxos de população ou determinadas atividades, “ou seja, a população vai ser o objeto que o governo deverá levar em conta nas suas observações, em seu saber, para chegar efetivamente a governar de maneira racional e refletida” (FOUCAULT, 2002, p.140).

Esse movimento que faz a população aparecer como um dado, como um campo de intervenção, com a finalidade de técnicas de governo para a possibilidade de condução de condutas, Foucault (2002) denominou de governamentalidade:

Por essa palavra por “governamentalidade” entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permite exercer esta forma bem específica, embora muito complexa de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito tempo, para a preeminência deste tipo de poder que podemos chamar de “governo”, sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que deveria entender os processos, antes

o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2002, p. 143).

A governamentalidade na forma de tecnologia de poder pressupõe táticas de governo que têm a população como alvo de suas ações, como forma de conduzir condutas. Nesse sentido, as ações do Estado passam a ser governamentalizadas. Portanto, falar em políticas públicas é falar em populações que devem ser governadas, previamente planejadas e calculadas. Políticas de saúde, assistência social, segurança pública são modos de gestão, de administrar e de maximizar a vida, ou seja, problemáticas de governo (SCISLESKI; GUARESCHI, 2011).

Para Scisleski e Guareschi (2012), quando se problematiza a condição juvenil, salienta-se uma noção que se constitui tanto como foco de intervenção estatal, a partir de urgências históricas, tanto quanto vidas a serem manejadas, ou seja, uma população que necessita ser abarcada e governada. Pois, muitos dos programas de proteção social, incluindo o campo socioeducativo, partem da proposição de proteção aos jovens vítimas de violação de direitos. No entanto, o que vem se produzindo é uma série de programas nos quais os jovens são prescritos a uma forma de tratamento pautada na ideia de que eles representam uma ameaça à segurança pública, ou seja, passa-se a produzir estratégias de governo aplicadas ao gerenciamento desse grupo populacional juvenil. Nelas, movimentos que falam em liberdade, assim como as propostas para políticas públicas vão marcando a emergência de uma função biopolítica que atravessa os jovens sujeitos de direitos, transformando-os em uma população que se deve administrada (SCISLESKI; GUARESCHI, 2011, p. 29).

Carmo (2014), em sua pesquisa sobre a implementação do programa do governo federal “Juventude Viva”²⁶, toma a ação governamental enquanto parte de uma política pública emergente de juventude que começa a ser implementada a partir de 2004, na busca de introduzir novas representações sobre a adolescência e uma noção ampliada de juventude, não apenas vinculada a faixa etária de 18 anos, mas incorporando a experiência juvenil de pessoas de até 29 anos. Com o objetivo de compreender como a ideia de juventude chega aos municípios dialogando com a prática concreta do fazer cotidiano dos profissionais das políticas voltadas para as crianças, os adolescentes e jovens, a autora conclui que por mais que as políticas desenhadas pelo Estado

²⁶ Programa do governo federal que busca prevenir o homicídio de jovens. Link de acesso: juventude.gov.br/juventudeviva/

demonstrem avanços significativos no que se referem às suas diretrizes, sejam em documentos normativos ou na recente Política de Juventude, as ações frente aos jovens dos grandes centros urbanos, “ainda carregam a marca da punição, violência e estigmatização” (CARMO, 2014, p.12). Tais práticas reforçam a reprodução do racismo institucional, contribuindo para a construção do jovem negro, morador da periferia “como perigoso, como ameaça, e assim, passível das mais severas punições, inclusive a morte” (CARMO, 2014, p. 12). De acordo com a autora, tais políticas encontram-se nas margens²⁷, não só territoriais, como na “ponta” do atendimento, onde a política pensada nos âmbitos federais e legais são executadas, e nessa execução não apenas as normativas são referências, assim como o conjunto de valores morais vinculados a representação da juventude pobre, marcada pelas concepções de raça, bem como por uma moral humanista que entra em cena na forma concreta da execução da política pública.

Portanto é possível concluir que mesmo a partir do movimento de retirada do jovem como um “problema”, ou em “situação de risco” do âmbito das políticas públicas de juventude, esforço do qual a academia é signatário, (SPOSITO; CARRANO, 2003; ABRAMO, 2007; NOVAES, 2012), as políticas públicas ainda tem por função governar trajetórias juvenis e mesmo quando desenhadas em âmbito normativo com o intuito de elevar o “jovem enquanto sujeito de direitos”, ou vinculadas aos direitos humanos, quando da sua execução são carregadas de mecanismos de repressão e omissão (CARMO, 2014).

Com base na contextualização dos conceitos de adolescência e juventude, o presente trabalho utiliza como categoria: jovem, juventude e condição juvenil. No entanto é importante salientar que mesmo com a recente tomada da juventude enquanto “sujeitos de direitos” e de políticas públicas, a juventude continua sendo alvo de dispositivos que buscam governar condutas, ainda que sejam na perspectiva dos

²⁷ Das e Poole (2008) recorrem ao conceito, propondo um distanciamento da imagem consolidada do Estado como forma administrativa de organização política racionalizada, ou como bloco monolítico, que tende a enfraquecer-se e desarticular-se ao longo de suas margens territoriais e sociais. As autoras buscam entender tais margens como espaços repletos de criatividade (o que não quer dizer não violento) em que o Estado é reconfigurado pelos sujeitos envolvidos nas práticas cotidianas, pois os habitantes das margens não são corpos massivos inertes submetidos ao biopoder, mas que trabalham cotidianamente com as estratégias de controle do Estado criando maneiras de fugir de tal controle ou mesmo de reivindicar formas de cidadania.

direitos. Em âmbito federal, constituíram-se Secretarias, Conselhos da Juventude, documentos normativos, desse modo, o conceito de adolescência vem perdendo espaço para o conceito de juventude que passa cada vez mais a ser incorporado na proposição de projetos por ONGs, empresas, órgãos públicos, na disputa por financiamento e repasse de recursos. E, do outro lado da recente tomada da juventude no campo teórico, social e político estão os jovens, sujeitos concretos, que não são homogêneos, inertes e passivos aos dispositivos de poder, mas que se relacionam de diferentes maneiras com as políticas do Estado.

CAPÍTULO II

2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE POBRE NO BRASIL

O presente capítulo tem como objetivo realizar um breve histórico sobre a legislação, o atendimento e a institucionalização da infância e juventude no Brasil, partindo do Código de Menores de 1927 até a promulgação e os desdobramentos do ECA, em 1990.

A fim de mapear as práticas, os discursos e a observância legal dos preceitos do ECA, foi realizada a análise da fundamentação do judiciário para a aplicação das MSE de internação aos sete jovens entrevistados. A partir das análises, foi possível concluir que mesmo após a implementação do ECA há a permanência das práticas adotadas no antigo Código de Menores de 1979, que se pautava na “situação irregular” para a institucionalização dos jovens. Contemporaneamente essas práticas tomam forma nos discursos que vinculam a juventude às “vulnerabilidades”, das quais os autores de atos infracionais seriam alvo, culminando na MSE de internação fundamentada com base em sua proteção e na defesa da sociedade.

Portanto, é possível concluir que o sistema de justiça juvenil e o ECA vivem uma dupla crise, uma no que tange a sua implementação e uma de interpretação por meio de entendimentos em geral contrários às normativas legais. (MINAHIM, 2010; BUDÓ, 2012; MORO, 2013).

2.1 O Código de Menores de 1927

Marcos Alvarez (1989) analisa a emergência das práticas históricas e dos discursos provenientes de diferentes campos como o médico, o psicológico, dentre outros, que permitiram a formulação da categoria menor no discurso jurídico brasileiro e de uma justiça infanto-juvenil no país. De acordo com o autor, na virada do século XIX para o século XX, começa a emergir no Rio de Janeiro e em São Paulo uma série de discursos em torno da necessidade de mudanças na legislação e nas instituições que tratavam dos problemas ligados à menoridade, antes vinculados ao Código Penal da República, que não considerava criminosos os “menores de 14 anos, que obrarem sem discernimento” e que punia aqueles que entre 9 e 14 anos que tivessem agido conscientemente determinando o recolhimento em estabelecimentos disciplinares

industriais, pelo tempo que ao juiz parecer, não podendo permanecer após os 17 anos (ALVAREZ, 1989).

A chamada recuperação dos menores era pautada na disciplina de caráter industrial, necessária para o período de crescente industrialização do país, o que deixava “transparecer a pedagogia do trabalho como principal recurso para a regeneração daqueles que não se enquadravam no regime produtivo vigente” (SANTOS, 2010, p. 216). No entanto, de acordo com Santos (2010), a capacidade de “obrar com discernimento” foi, no período, alvo de inúmeros debates e polêmicas entre juristas e familiares dos acusados, sendo muitas vezes objeto de longas disputas nos tribunais.

As críticas ao Código Penal, à Colônia e ao Instituto Disciplinar, que se destinavam a prisão e à correção pelo trabalho dos “vadios e vagabundos” e “a todos os criminosos menores de 21 anos, que lá deveriam ficar até essa idade”, motivaram no século XX um movimento por parte de advogados, juízes, educadores e médicos em geral que impulsionados pelas mudanças na legislação à proteção à infância em outros países passaram a publicar livros, artigos de jornais e projetos de lei que propunham reformas na legislação e nas instituições referentes aos menores em geral (ALVAREZ, 1989; RIZZINI, 2008; PAULA, 2011).

De acordo com Rizzini (2009), em 1906, Mello Mattos já estava entre os responsáveis pela criação de um projeto de lei que visava regulamentar “a situação da infância moralmente abandonada e delinquente” (RIZZINI, 2009, p.121). Desde então, muitos projetos e decretos foram apresentados, todos sinalizando na direção de um escrutínio na vida das crianças e jovens, no qual todos os aspectos de seu passado e de seu presente deveriam ser analisados, assim como o exercício de um controle maior sobre suas famílias. “Para os juristas do período a criança constituía um instrumento de civilizar o país” (RIZZINI, 2008, p.122).

Com a criação do Juizado de Menores no Rio de Janeiro, Mello Mattos, primeiro juiz de menores nomeado em 1924, passou a dedicar-se à redação do primeiro Código de Menores, baseado nos discursos da superação do critério do discernimento, com base nas leis referentes à assistência e proteção aos menores de todo país (LONGO, 2008).

Mello Matos reuniu sua experiência como criminalista, filantropo e juiz de menores para sintetizar, em forma de lei, um novo projeto de institucionalização da infância e adolescência, que já estava presente em muitos discursos que circulavam, então, na sociedade. Muitos autores no início do século, influenciados pelas mudanças na legislação de proteção à minoridade de outros países, colocavam a

necessidade de proteção à criança brasileira através de uma legislação apropriada e de estabelecimentos especiais, já que para esses autores, a infância no país ainda se encontrava abandonada, jurídica e institucionalmente. Mello Matos uniu essas novas ideias as mudanças na jurisprudência, que desde o início do século XX, tentavam dar conta dos novos problemas relativos a menoridade nos grandes centros urbanos para criar assim, uma legislação especial para a assistência e a proteção dos menores (ALVAREZ, 1989, p. 59).

Em 12 de outubro de 1927, o então presidente Washington Luiz aprovou sem mudanças o decreto nº 17.943/A, que criava o Código de Menores do Brasil. A nova lei disciplinava os procedimentos para a atenção aos menores de 18 anos, categorizados como abandonados, delinquentes, órfãos e operários, ou aqueles “em perigo de ser²⁸” (LONGO, 2008). De acordo com Rizzini (2009), ao acrescentar ao documento a frase “ou em perigo de ser”, abria-se a possibilidade de se enquadrar qualquer um, pois uma simples suspeita, desconfiança, biótopo ou a vestimenta de um jovem poderiam dar margem a sua apreensão.

O Código, que constitui o menor enquanto categoria jurídica e institucional foi uma empreitada multidisciplinar, “composta por membros das camadas médias como advogados, médicos, educadores e filantropos em geral, que acabaram por criar um dispositivo institucional que lhes garante espaço de atuação e ao mesmo tempo garante as novas formas de controle do Estado” (ALVAREZ, 1989, p. 67). Nele há um entrelaçamento frequente entre noções médicas, morais, psicológicas e jurídicas que transformaram a definição do menor em um objeto institucional (ALVAREZ, 1989; LONGO, 2008).

Com o Código, o juiz de menores tornou-se o agente privilegiado de todo o mecanismo de institucionalização da menoridade proposto na nova legislação. Para tanto, o Código lhe permitia processar, inquirir, examinar, vigiar e todas as outras ações necessárias para controlar tudo o que diz respeito aos menores (ALVAREZ, 1989). O Código de Menores de 1927 foi extremamente minucioso, contendo 231 artigos, que ultrapassavam as fronteiras do jurídico, o que o diferenciava dos projetos e decretos propostos anteriormente, no entanto, sua função continuava a mesma “resolver o problema dos menores, prevendo todos os possíveis detalhes e exercendo firme controle

²⁸ Artigo 86 do Código de Menores de 1927 “Si o menor não tiver sido preso em flagrante, mas a autoridade competente para a instrução criminal achar conveniente não o deixar em liberdade, procederá de acordo com os S2 e 3 (confiando, “mediante termo de responsabilidade, à sua própria família, pessoa idônea, instituto de ensino de caridade). (Ver Rizzini, 2008, p. 223).

sobre esses através de mecanismos de tutela, guarda, vigilância, educação, preservação e reforma” (RIZZINI, 2009, p.133).

A partir dessa legislação, pela primeira vez se constitui no país uma justiça especial para a infância e juventude, na qual as categorias abandonado e delinquente ganham forma nos dispositivos contidos no Código. Desse modo, todo o conjunto vigente de discursos e representações em torno do menor consolida um amplo projeto institucional, emergindo assim com a nova lei, novos objetos e novas práticas de poder (ALVAREZ, 1989). De acordo com Alvarez (1989), todo um segmento da população antes indiferenciado, disperso entre a figura dos expostos, enjeitados, infantes trabalhadores, crianças pobres em geral, passam, a partir de então, a girar em torno de uma categoria discursiva e institucional única – o menor. Define-se assim um novo tipo de institucionalização da infância por parte do Estado brasileiro. Uma institucionalização que tem em seu horizonte combater a delinquência, fruto do abandono, criando cidadãos saudáveis, tanto moral como fisicamente, que definia o menor como aquele que, em decorrência das condições de abandono que o distanciam da educação e do trabalho é sempre considerado como um delinquente em potencial, definição que continua a vigorar mesmo após a implementação do ECA. Com a emergência do Código, define-se um novo projeto jurídico e institucional para a minoridade, no qual uma justiça especial, não punitiva, recuperadora, disciplinar, tutelar e paternal, estará articulada a uma reorganização da assistência – mais ampla e sistemática, preventiva, organizada cientificamente pelo Estado.

Uma nova estratégia institucional produtiva, e não apenas repressiva ou excludente, visará à produção de crianças e jovens como indivíduos economicamente produtivos, moralizados e politicamente submissos. Uma série de mecanismos de vigilância, de apreensão, de classificação, de julgamento e de distribuição de crianças e adolescentes, garantirão a produção e reprodução de uma clientela institucional: os menores. Visando essa institucionalização, novas relações tutelares serão conceituadas. O eixo da tutela em relação aos menores se deslocará da família em direção ao Estado. Este intervirá na relação entre os menores e suas famílias, toda a vez que a saúde e a moralidade daqueles estejam ameaçadas. Enfim, o menor, como categoria jurídica e institucional estará plenamente individualizado (ALVAREZ, 1989, p.157).

A legislação dirigida aos menores de idade vinha legitimar o objetivo de manter a ordem almejada, à medida que, ao zelar pela infância abandonada e criminosa, prometia-se extirpar o mal pela raiz, livrando a nação de elementos vadios e

desordeiros, que em nada contribuíam para o progresso do país. Desse modo, a população jovem que fugia dos mecanismos de disciplina foi um dos focos para a ação moralizadora e civilizadora empreendida. “Sob o comando da justiça e da assistência, julgou-se estar desta forma combatendo os embriões da desordem” (RIZZINI, 2009, p.139).

Vera Batista (2003), analisa o primeiro caso julgado pelo juiz Mello Mattos em janeiro de 1924. Segundo a autora, tal processo se constitui como o padrão de trabalho do novo juizado: analisar jovens negros e pobres, acusados de crimes contra a propriedade. O primeiro processo julgado pelo então juiz de menores consiste na acusação de um jovem do sexo masculino, de 17 anos, preso em flagrante delito pelos artigos 330 e 13 do então Código Penal. A vida pregressa do jovem é cuidadosa e minuciosamente analisada, sendo esse caracterizado como “mentiroso e dado ao roubo”, “acostumado a viver com meretrizes, aplicado a imprudência”, levando o comissário de vigilância a conclusão: “péssimo conceito sou forçado a fazer do menor, pois tem procedido muito irregularmente, mal são seus costumes”. O exame médico pelo qual o jovem é submetido o caracteriza como “pardo claro, bem constituído fisicamente, sem defeito. Seu humor é irritável, tem mau modo, mau gênio e é dissimulado. Nega hábito de pederastia e onanismo, nunca frequentou a escola, não tem nenhum documento ou registro que identifique ao menos sua idade, ou seja, não tem identidade” (BATISTA, 2003, p. 70). De acordo com Donzelot (1980), os dossiês, como o mencionado por Batista (2003) sobre as crianças perigosas ou em perigo, são fornecidos pelo inquérito social, cuja generalização se dá ao mesmo tempo em que nasce a justiça de menores (1912). O inquérito social, segundo o autor se situa no ponto de encontro entre a assistência e a repressão, que tem como objetivo transferir o direito de correção até então reservado ao poder paterno para o aparelho judiciário e para os notáveis sociais.

Segundo Batista (2003), a novidade frente ao antigo Código Penal que regia a conduta da infância e da juventude é a figura do advogado de defesa, que buscou exercer seu papel ao justificar o envolvimento do jovem com a criminalidade devido “carecer de meio elevado e nobre capaz de reabilitá-lo”, no entanto, a sentença do juiz define que o jovem “é maior de 16 anos e menor de 18 e se trata de um indivíduo perigoso pelo seu estado de corrupção moral”. Portanto, o juiz julga procedente a acusação e sentencia o jovem a dois anos de prisão a serem cumpridos na Seção de Menores na Casa de Detenção. Segundo a autora, esse caso remete ao padrão estabelecido no período, “as histórias se repetem, pequenos furtos, meninos pobres,

analfabetos e quase sempre tem posição fixa, ou seja, trabalham” (BATISTA, 2003, p. 71). Quando capturados pelo sistema de justiça esses jovens passam a ter suas vidas analisadas e dissecadas com base em preceitos morais.

Com a vigência do Código, passa-se a atribuir à carência dos institucionalizados a ausência momentânea ou definitiva dos cuidados das famílias. “Se a família é considerada a primeira instituição responsável pela infância, o Estado intervém na circulação de crianças fora da família” (ALVAREZ, 1989, p. 134). Assim, com o abandono da família, a carência articulava-se a delinquência, levando a um minucioso exame das possíveis carências, materiais ou morais que apontavam a todo o tempo para a possibilidade de delinquir.

A clientela se define pelo abandono moral ou material causado pela ausência ou deficiência dos cuidados da família, que é a instituição que primeiro deve garantir a vida e a saúde dos menores, ou por impossibilidade de orientar o menor para o caminho da educação e do trabalho. A delinquência aparece como resultado do estado de abandono, mas também é a categoria que da unidade a todas as figuras do abandono, expostos, vadios, mendigos e libertinos, pois todas trazem em comum a possibilidade da delinquência, a possibilidade da criança não se desenvolver de modo saudável e honesto (ALVAREZ, 1989, p. 141).

Segundo Gregori (2000), Rizzini (2009) e Passetti (2010), a difusão de que delinquentes e crianças de rua advém de famílias desestruturadas é secular. A ideia que se pauta pela determinação entre miséria, abandono familiar e delinquência fazem parte dos discursos vigentes como as principais causas “da menoridade” desde os anos 1920 e 1930, período no qual, com a abolição da escravidão e o advento da República tem-se um grande contingente de imigrantes europeus vindos para o país, gestando inúmeros problemas sociais, fazendo assim com que o Estado chame para si tarefas de educação, saúde e punição de crianças e jovens. A família passa a perder terreno para o Estado, que desenvolve dispositivos de controle para disciplinar as classes “laboriosas”, fruto da Revolução Industrial, que o século XIX passou a identificar como as classes perigosas (RIZZINI, 2009). De acordo com Rizzini (2009), a integração dos indivíduos desde a infância à sociedade passou a ser tarefa do Estado através de dispositivos que tinham como intuito reduzir a delinquência e a criminalidade. Ocupar-se das crianças, significava “sanear as classes laboriosas”, não somente a fim de promover à educação daquelas abandonadas, desvalidas, mas para substituir o tipo de educação prática e particular que era proporcionada em seu meio, por uma educação uniforme, escolar,

racional, para o mercado de trabalho. Desse modo, as políticas de controle social vinculadas à infância propiciaram a oportunidade de transformar a família em um módulo padrão da sociedade, sujeito a uma regulação normalizadora.

O período que vai de 1930 a 1945, de acordo com Batista (2003), é a fase de implementação efetiva do Estado Social brasileiro, período no qual as políticas sociais tornam-se instrumentos de incorporação das massas urbanas no novo projeto nacional liderado por Getúlio Vargas. Nesse período ditatorial iniciado em 1937, o governo federal inaugurou uma política mais nítida de “proteção” e “assistência” ao menor e a infância, representada pela criação de órgãos federais que se especializaram no atendimento a essas duas categorias: o menor e a criança (RIZZINI, 2009).

Sob esse governo foi criada uma infraestrutura em âmbito nacional para o atendimento as crianças sob o nome de Serviço de Atendimento ao Menor²⁹ - SAM, vinculado ao Ministério da Justiça. O SAM compreendia toda uma estrutura composta por reformatórios, casas de correção, instituições agrícolas e escolas para o aprendizado de ofícios urbanos, tendo uma proposta correcional, baseada na reclusão e no isolamento. O sistema ainda contava com outros programas tais como a Casa do Pequeno Jornaleiro, a Casa do Pequeno Lavrador, a Fundação Darcy Vargas, a Casa do Pequeno Trabalhador e a Casa das Meninas (GREGORI, 2003; LONGO, 2008). Os programas assistencialistas do período tinham como compromisso inserir as crianças e jovens pobres no sistema produtivo por meio da disciplina institucional e o caráter moral e pedagógico do trabalho (LONGO, 2008). O SAM mantinha contrato com instituições particulares para o encaminhamento de menores que passavam por triagem, sendo ao todo 33 educandários (RIZZINI, 2009).

De acordo com Rizzini (2009), a organização de um sistema assistencial adequado se mostrava uma necessidade urgente nesse período diante dos novos conhecimentos médicos, psicológicos, pedagógicos sobre as causas de abandono, da delinquência e dos métodos de tratamento de males que assumiam proporções preocupantes.

Somente em 1944, com o Decreto-lei nº 6.865 de 1944, o SAM adquiriu âmbito nacional, desse modo, ao invés de apenas abrigar menores encaminhados pelo Juízo de

²⁹ Segundo o Decreto lei nº 3.799 de 5/11/1941 que institui o SAM este tinha por finalidade sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares; proceder à investigação social e ao exame médico, psicológico e pedagógico dos menores desvalidos e delinquentes; abrigar os menores, à disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal; recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de ministrar-lhes a educação, instrução e tratamento psíquico até seu desligamento; estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos; promover a publicação periódica dos resultados da pesquisa, estudos e estatísticas (RIZZINI, 2009, p.198).

Menores do Distrito Federal, competia abrigar os menores mediante autorização dos Juizados de Menores. No entanto, nem em seu regimento, nem no decreto-lei recém-aprovado havia indícios da operacionalização da instituição (RIZZINI, 2009).

Em 1956, o então diretor do SAM, Paulo Nogueira Filho, deixou uma obra intitulada “Sangue, Corrupção e Vergonha: SAM,” que tratava da corrupção, da existência de “falsos educandários”, da indefinição da categoria “desvalidos”, dentre uma série de desmandos ocorridos na instituição. Com o fim da era Vargas, o desgaste do SAM foi percebido através da fama alçada de “escola do crime”, “sucursal do inferno”, “fábrica de monstros morais”, “SAM – Sem Amor ao Menor”, baseados nas denúncias de exploração de crianças, maus-tratos e violência corporal sofrida pelos internos (TEIXEIRA, 2009; RIZZINI, 2009; LONGO, 2008).

Diante do breve histórico exposto sobre esse período, pode-se concluir que o pensar e o agir sobre as políticas públicas oficiais de assistência a infância no início do século era restrito a uma elite formada por autoridades, incomodadas com o “problema do menor”, principalmente porque já se pensava na utilidade desse sujeito ao futuro da nação, como mão-de-obra para a indústria nascente, para a agricultura e para a formação de um Estado-Nação forte e unido em torno dos mesmos ideais (RIZZINI, 2009). Nesse período, predominou como fio condutor do atendimento prestado pelo Estado e pela iniciativa privada, o ideal do saneamento moral da população pobre, a intervenção sobre as famílias e a internação em estabelecimentos fechados, dispositivos que mesmo após a promulgação do ECA, em 1990, ainda permanecem presentes. .

2.2 A Doutrina da Situação Irregular

Dezoito anos após o fim da ditadura Vargas, o golpe de Estado de 1964 interrompeu a vida democrática que se esboçava no país. A fim de minimizar a insatisfação popular e a tensão social “o governo militar buscou criar mecanismos de cunho social de grande porte com uma imagem de eficácia e eficiência, mas que trazia implícito o nítido alvo de controle social da população” (COIMBRA, 2003, p. 49).

Com relação à infância e juventude, as denúncias ao SAM levaram o Estado Militar a intervir, propondo a criação de um novo modelo através da lei nº 4.513, de 1 de dezembro de 1964, que extinguiu a instituição e propôs na propaganda oficial sua modernização e a ruptura das práticas repressivas com a implantação da Fundação

Nacional do Bem- Estar do Menor³⁰ - FUNABEM. A ela caberia formular e efetivar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor - PNABEM, em cada Estado, integrando-se a programas nacionais de desenvolvimento econômico e social, dimensionando as necessidades dos internos e racionalizando os métodos de intervenção (PASSETTI, 2010), atendendo aos “menores abandonados e infratores”, a fim de conter a criminalidade seguindo a Doutrina de Segurança Nacional³¹. Para Batista (2003), a questão da juventude pobre se encaixa na doutrina de defesa do Estado, portanto a nova instituição passa a atuar como propagadora da ideologia vigente em nível nacional, a partir de um discurso ideológico fortalecedor das representações negativas da juventude pobre a partir de determinismos e de teorias darwinistas em voga no período.

A concepção “biopsicossocial do abandono e da infração”, gestada pela FUNABEM, foi a principal mudança em relação ao SAM (PASSETTI, 2010). Para a FUNABEM, o “processo de marginalização” era compreendido como uma “situação de baixa renda, de pouca participação no consumo de bens materiais e culturais, de incapacidade de trazer a si os serviços de habitação, saúde, educação e lazer” (VOGEL, 2009, p.291). A massa crescente de crianças e jovens marginalizados fazia prever, a curto e médio prazo, prejuízos consideráveis do ponto de vista socioeconômico e do ponto de vista político. Diante de tal diagnóstico, a instituição constitui um corpo técnico composto por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, que tinham como princípios fundamentais a educação e a profissionalização para a (re) – integração na sociedade (RIZZINI, 2009; VOGEL, 2009). De acordo com Donzelot (1980), que buscou analisar os primeiros tribunais de menores nos Estados Unidos no final do século XI, a expansão das profissões de assistentes sociais e educadores especializados que tinham como alvo privilegiado a patologia da infância na sua dupla forma: a infância em perigo e a infância perigosa, a novidade do trabalho social consistia na

³⁰ A FUNABEM cabia: I – Assegurar a prioridade dos programas que visem à integração do menor na comunidade, através da assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos; II – Incrementar a criação de instituições para menores que possuam características aprimoradas das que informam a vida familiar e, bem assim, a adaptação a esse objetivo, das entidades existentes de modo que somente do menor a falta de instituições desse tipo ou por determinação judicial. Nenhum internacional se fará sem observância rigorosa da escala de prioridade fixada em preceito regimental do Conselho Nacional; III – Respeitar no atendimento às necessidades de cada região do País, as suas peculiaridades, incentivando as iniciativas locais, públicas ou privadas, e atuando como fator positivo na dinamização e autopromoção dessas comunidades (Artigo 6º, Lei Federal nº 4513, editada em 1964).

³¹ De acordo com Coimbra (2003), a Doutrina da Segurança Nacional exerceu grande influência e penetrou nos mais variados espaços, destacando o combate “ao inimigo interno”, que poderia colocar em perigo a segurança do regime. Esses “inimigos” não eram somente os que se opunham politicamente ao governo de forças instalado no Brasil com o golpe militar de 1964: eram todos aqueles que não se ajustavam aos modelos, padrões e normas vigentes – em especial, os pobres.

atenção concentrada nos problemas da infância, num questionamento das antigas atitudes de repressão e caridade, na promoção da educação, “substituindo a boa consciência da caridade pela busca de técnicas eficazes” (DONZELOT, 1980, p.92).

Portanto, os menores em situação irregular, tornaram-se objetos de saber e de intervenção (DONZELOT, 1980). O saber criminológico passou a analisar a partir dos dados coletados dos jovens apreendidos, seu passado, a organização de suas famílias, signos em comum, situação invariantes, más condutas e ações, a fim de estabelecer o perfil do futuro delinquente e de instaurar uma estrutura preventiva educacional e tutelar.

Partindo de uma vontade de reduzir o recurso ao judiciário, ao penal, o trabalho social se apoiará num saber psiquiátrico, sociológico, psicanalítico, para antecipar o drama, a ação policial, substituindo o braço secular da lei pela mão estendida do educador (DONZELOT, 1980, p 93).

O educador e o assistente social são tidos por Donzelot (1980), como o a extensão do judiciário, o aperfeiçoamento de seus procedimentos e a ramificação infinita de seus poderes na colonização das famílias, que visa substituir o patriarcado familiar pelo patriarcado do Estado. Tal esquema de controle que nasce com os tribunais de menores no final do século XIX nos Estados Unidos e na Europa, se consolida no Brasil com o Código de Menores de 1927, que através de pareceres biopsicossociais adota as internações em estabelecimentos judiciais como as principais formas de intervenção.

A FUNABEM se consistia como um órgão central, de caráter normativo, cuja incumbência era o repasse de recursos. No entanto, para cumprir com suas premissas era necessário contar com organismos que se encarregassem da aplicação da política a nível local, o que levou a Fundação a desencadear o processo que deu origem as FEBEMs (VOGEL, 2009). De acordo com Vogel (2009), a FUNABEM passa ser a responsável por capacitar as fundações estaduais, fornecendo-lhes documentos, vocabulário técnico e metodologia de atendimento. Desse modo, “o modelo elaborado e proposto pela FUBANEM pretendia-se assentar em bases científicas, capazes de se sustentarem, conceitual e politicamente, a formulação de sua estratégia de controle social” (VOGEL, 2009, p.298).

Em São Paulo, foi criada, em 1973, a Fundação Paulista de Promoção ao Menor-Pró – Menor, que em 1976 passou-se a chamar FEBEM, subordinada inicialmente a Secretaria de Promoção Social. A FEBEM do estado de São Paulo foi implementada no governo de Paulo Egydio Martins em 1976, durante a ditadura militar, tendo como

proposta o desenvolvimento nacional por meio do encarceramento e disciplinamento para o trabalho aplicado à juventude pobre brasileira (SCHLITTLER, 2011).

O estatuto da FEBEM foi aprovado pela Lei 8.777, de 13 de dezembro de 1976. Os objetivos da FEBEM/SP eram: Planejar e executar no Estado de São Paulo programas de atendimento integral ao menor carenciado, abandonado e infrator, através de programas e providências que venham a prevenir sua marginalização e corrigir as causas de desajustamento cumprindo e fazendo cumprir as diretrizes da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM (FEBEM-SP, 1980, p.18).

Após apenas um ano de funcionamento, em 1977, a FEBEM-SP, passou a ser questionada sobre seus propósitos e práticas de atendimento que se pautavam na defesa de uma unidade educacional, cuja base era a educação para o trabalho, que não vinha a coincidir com as acusações que recebia, como a de fugas de internos, maus tratos, espancamentos, más condições de trabalho para os funcionários, torturas e inúmeras rebeliões (TEIXEIRA, 2009).

Em 1979, há a substituição do Código de Menores promulgado em 1927. Com o mesmo objetivo da legislação anterior, o novo Código normatizava problemas e aspectos relacionados aos menores de 18 anos em situação irregular e para jovens entre 18 e 21 anos nos casos prosritos pela lei. O Código de Menores de 1979³² entendia por “situação irregular” a condição dos “menores” que estavam privados materialmente de acesso aos recursos de atenção às necessidades de subsistência, de saúde, de educação, que estavam sem a proteção legal de seus responsáveis, que eram vítimas de maus tratos, que estavam em perigo moral, que estavam com “desvio de conduta, que estavam inadaptados no meio familiar e/ou comunitário, que haviam cometido infração penal; e, ainda, por falta, ação ou omissão dos pais/ responsável” (BRASIL, 1980). Portanto, o Código de Menores de 1979 explicitou o estigma das crianças pobres como menores e delinquentes em potencial através da noção de situação irregular (PASSETTI, 2010).

Para Liberati (2006), a doutrina da Situação Irregular é fruto dos discursos vigentes pelo Código Mello Mattos, no qual a infância e a juventude não eram protagonistas de seus direitos, mas meros objetos do direito, sendo assim obrigados a se submeterem as medidas do Estado. A doutrina da situação irregular passou a dividir a infância em crianças e menores, portanto as medidas previstas no Código eram destinadas apenas aos menores em situação irregular, estigmatizando a categoria. Esse

³² Lei federal nº 6697 de 10 de outubro de 1979, aprovada em 11 de fevereiro de 1980.

paradigma fortalece a judicialização das questões sociais, reforçando a discriminação entre “crianças” e “menores”.

Na doutrina da situação irregular não se reconheciam os sujeitos como titulares de direitos, não existindo assim garantias processuais, como a inércia da jurisdição, o contraditório e a ampla defesa. Portanto, o juiz possuía amplos poderes de decisão sobre a vida e o destino daqueles considerados em situação irregular. Ambas as categorias, “menores delinquentes” ou “menores em situação irregular”, os levavam a serem submetidos às mesmas formalidades de caráter tutelar, sem as garantias formais do devido processo legal. Ter ou não ter cometido infrações, ter ou não ter garantias constitucionais era irrelevante, pois o objetivo central era a prevenção dos “desvios” de crianças e jovens “potencialmente perigosos”, através da internação em instituições destinadas a sua “correção e reintegração social”. Portanto, a definição de “situação irregular” acabou possibilitando a intervenção do Estado nas famílias através da destituição da guarda das mais pobres ou a prisão de seus membros levando a sua desqualificação social e moral.

Assim, estar em situação irregular é, concretamente, segundo o Código de Menores, entre tantas outras coisas, a manifesta impossibilidade dos pais “proverem condições essenciais de subsistência” (SCHEINVAR, 2002, p. 102).

A chamada amoralidade, presente na conduta dos familiares relacionada à conduta criminosa, eram conceitos caros a um período marcado pela preocupação médica com a preservação da infância e a crescente intervenção no domínio privado da família, sobretudo dos pobres e ignorantes (GREGORI, 2000).

Os pais são descritos em sua miséria, mais que material, moral. A definição dessas crianças como abandonadas significa a ausência de figuras que representem uma referência de moralidade. São nesse sentido, abandonados morais (GREGORI, 2000, p. 61).

A Doutrina da “Situação Irregular” vai instituir e legitimar esses discursos na legislação, articulando e consolidando o menor à pobreza e a vulnerabilidade moral e social, com o objetivo de redimensionar e controlar as famílias.

Pautadas no princípio da “situação irregular”, essas duas legislações seguiam uma lógica que colocava no terreno da imoralidade, da anormalidade e mesmo da patologia os modos de vida das famílias pobres, justificando assim a necessidade de o Estado tomar para si a tarefa de proteger crianças e jovens cujas famílias fossem classificadas de irregulares (COIMBRA, 2003, p.32).

Em relação ao Código anterior, o novo instrumento legal suspende a figura do advogado de defesa, “o jovem em situação irregular é processado e entra no circuito penal sem defesa, sem ser reconhecido como pessoa, mas como alguém ou um objeto a ser tutelado” (BATISTA, 2003, p. 79). Portanto, a arbitrariedade da polícia, o paternalismo dos juízes, a ausência de defesa, de direitos recursais, de limites preestabelecidos da responsabilidade e das medidas penais, eram abertamente programados na nova legislação. Nesse período, os processos se relacionaram às “famílias desestruturadas”, às “atitudes suspeitas”, “ao meio pernicioso à sua formação”, à “ociosidade”, à “falta de submissão ao trabalho”, ao “brilho no olhar” e ao “desejo de status”, ao invés do ato em si praticado. (BATISTA, 2003)

Em 1984, às vésperas da abertura democrática, em face do novo governo eleito, o clima de descontentamento referente à política da FUBABEM aumentava ao passo que os custos do desenvolvimento econômico não haviam diminuído e o contexto social era alarmante devido ao grande número de crianças nas ruas (VOGEL, 2009). Desse modo, era necessário reformular a política da FUNABEM, na qual funcionários da própria instituição julgavam fundamental um amplo debate público em torno das inegáveis falhas no atendimento, na busca da constituição de novas diretrizes para a política de bem-estar do menor. No entanto, pouco mais de dois anos de tentativas de reformulação das diretrizes e do atendimento, a instituição foi substituída pelo Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA.

Portanto, o objetivo oficialmente proposto pela FUNABEM de diferenciar-se da política e do atendimento exercido pelo antigo SAM não se concretizou, constituindo-se em mais uma instituição de cunho repressivo. Ao longo de todo o século XX, a pobreza, ou a pretensa imoralidade das famílias serviram como justificativas para a internação, adoção de crianças e a retirada do pátrio poder. De acordo com Batista (2003), mesmo após o fim da ditadura e a transição para o regime democrático, no atual contexto político e econômico, o Estado continua possibilitando e justificando um maior investimento no sistema penal, legitimando uma política de genocídio, fortalecendo ainda mais o sistema de controle social que visa uma parcela específica da infância e juventude considerada perigosa.

2.3 Da Situação Irregular à Proteção Integral

Com o fim da ditadura militar, tem início no Brasil um processo de abertura política, com ampla participação da sociedade civil, com a incorporação de movimentos de defesa dos direitos da infância e juventude, associados a outros movimentos de defesa dos direitos humanos. No momento de redemocratização da sociedade brasileira, esses movimentos ganharam força política e influenciaram diferentes questões que vêm compor o texto da Constituição Federal de 1988 (PAULA, 2011).

Fruto da movimentação da sociedade civil organizada em 1988 é criado o Fórum Nacional Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA, com o objetivo de articular a campanha “Criança Prioridade Nacional”, pressionar a mudança da legislação, além de denunciar a violência na qual estava inserido esse segmento. Em maio de 1988, realizou-se a “Ciranda da Criança” no Congresso Nacional, com um abraço simbólico do Congresso em favor da emenda “Criança Prioridade Nacional” (LONGO, 2009). A Constituição Federal promulgada em 1988³³ incorporou as reivindicações das emendas de iniciativa popular representando a primeira vitória no que condiz aos direitos da infância e juventude. Neste artigo estão listados os chamados direitos fundamentais a esse segmento: o direito a vida, a alimentação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Em dezembro de 1988, criou-se o grupo de redação do ECA formado por representantes das entidades de direitos, juristas e consultores do Fundo das Nações Unidas para a Infância -UNICEF. Em 1989, ocorreu no país o II Encontro Nacional do Movimento Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, com a denúncia de violação de direitos de crianças e jovens e em âmbito mundial, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, com Organização das Nações Unidas - ONU, que buscava reafirmar a valorização da criança enquanto pessoa humana em condição peculiar de desenvolvimento. Com a redação concluída, o ECA foi apresentado ao mesmo tempo na Câmara e no Senado Federal e, ao ser aprovado pelo Congresso Nacional, foi sancionado pelo Executivo, através da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (LONGO, 2009). Portanto, o ECA é resultado da luta dos movimentos sociais e sistematiza as

³³ Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, a liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65 de 2010).

principais leis nacionais e internacionais³⁴, que contribuíram para a formulação do princípio da garantia universal dos direitos infanto-juvenis.

Dividido em 267 artigos e em dois livros, o ECA passou a reconhecer as crianças e os adolescentes³⁵ como sujeitos de direitos, uma vez que considera esse público em condição peculiar de desenvolvimento, colocando como responsáveis por sua proteção, a família, a sociedade e o Estado, sendo que cabe a este último atuar através de políticas públicas específicas para promoção e defesa de seus direitos.

O primeiro livro versa especificamente sobre a regulamentação dos direitos fundamentais desse segmento, enquanto o segundo livro trata das questões específicas ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas e autores de atos ilícitos. Este livro vai regulamentar as formas de atendimento, a estrutura e o funcionamento das entidades, as instâncias colegiadas de participação da sociedade, as medidas de proteção às vítimas, o sistema de justiça juvenil e as medidas socioeducativas (PAULA, 2011).

No que se refere especificamente ao atendimento dos jovens autores de ato infracional³⁶, o ECA trouxe uma verdadeira transformação paradigmática no plano jurídico-legal, que passou a se basear na definição das MSE e na doutrina da proteção integral (NERY, 2006). No tocante ao adolescente³⁷ em conflito com a lei, ficam garantidos todos os direitos que correspondem aos adultos nos juízos criminais. Os adolescentes devem ser julgados por tribunais específicos, com procedimentos próprios e as sanções devem ser diferentes das aplicadas aos adultos, com base no princípio da brevidade e da excepcionalidade, considerando as condições do adolescente em cumprir a MSE, aplicando a internação somente em último caso (SARAIVA, 2006). Uma das alterações significativas em relação aos antigos Códigos de Menores refere-se à excepcionalidade e brevidade da MSE de internação, que deverá ser aplicada somente em casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça, violência ou necessidade de garantir a ordem pública, além disso, fica assegurado todas as garantias processuais

³⁴ Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959; Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil – Diretrizes de RIAD; Regras Mínimas das Nações Unidas para Proteção dos Jovens Privados de Liberdade; Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça e da Juventude – Regras Mínimas de Beijing.

³⁵ O conceito adolescência de refere ao contexto jurídico pautado pelo artigo 2º do ECA que “considera-se criança para efeitos desta Lei, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e 18 (dezoito) anos”.

³⁶ Ato infracional é uma ação praticada por criança ou adolescente, caracterizada na lei como crime ou contravenção penal (art. 130). De acordo com a Constituição Federal (art. 228), o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 104) e o Código Penal (art. 127) o adolescente autor de ato infracional é inimputável penalmente, desse modo é submetido a uma responsabilização jurídica especial.

³⁷ O termo adolescente é usado na medida em que se refere à legislação presente no ECA.

fixadas aos adultos e deve ser levado em conta a capacidade do jovem em cumprir a medida, as circunstâncias e a gravidade da infração.

Como parte do novo paradigma para a infância e juventude, o ECA privilegia as chamadas “medidas em meio aberto”. A MSE de LA, presente no artigo 118 do ECA é adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. Pode decorrer como substituta da medida de internação ou como determinação judicial da progressão da medida de internação para a LA, por um período mínimo de seis meses. Segundo Souza e Costa (2011), a LA tem como objetivo estimular o convívio familiar, estruturar a vida escolar e profissional e propiciar elementos para a inserção do jovem na sociedade. A MSE de PSC presente no artigo 117 do ECA, consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse da comunidade, não podendo exceder o período de seis meses, junto a instituições de cunho público, como escolas, hospitais e outros estabelecimentos, bem como em programas comunitários ou governamentais. O ECA ainda afirma que as tarefas devem ser atribuídas conforme as aptidões do jovem, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

O ECA ainda colocou como diretriz básica de atendimento a criação de Conselhos de Direitos nas três esferas do governo assegurando a participação popular, a municipalização e a descentralização política-administrativa dos órgãos de atendimento. Cabe aos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e paritários entre governo e sociedade civil, a formulação de políticas públicas específicas. A primeira instância do atendimento propriamente dito é constituído pelos Conselhos Tutelares, órgãos permanentes, autônomos e não jurisdicionais, com membros eleitos por cidadãos no plano local, encarregados de fiscalizar e implementar o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

De acordo com Rizzini e Pilotti (2009), os Conselhos de Direitos nos seus diversos níveis – nacional, estadual e municipal demoraram a ser implementados e quando criados não conseguiram se consolidar, diante de inúmeros dilemas e dificuldades referentes à falta de experiência, capacitação e fundos. Do mesmo modo, os Conselhos Tutelares tiveram de enfrentar as mesmas dificuldades em seu processo de institucionalização, diante da relutância do poder municipal, das novas formas de gestão e da fiscalização dos Conselhos, muitas vezes inexistentes. Desse modo, a transferência

da responsabilidade da infância e juventude para a sociedade civil se constituiu em um empreendimento com ambiciosos objetivos, que mesmo após o período de 24 anos da sua promulgação, ainda não se concretizaram. E, o ECA constitui-se como um desafio no que tange a consolidação dos organismos, numa ampla escala.

Mesmo diante dos avanços significativos nessa área ainda é possível verificar a continuidade de paradigmas minoristas, cisão nos Conselhos de Direito e políticas públicas de cunho repressivo e institucionalizadoras.

2.4 De FEBEM à CASA – Mudanças no sistema socioeducativo de privação de liberdade do Estado de São Paulo.

A antiga FEBEM – SP resumia-se a três grandes complexos: o Complexo Tatuapé, com capacidade para o atendimento de 1500 jovens, o Complexo Imigrantes, com capacidade pra o atendimento de 1200 jovens e o Complexo Franco da Rocha, com capacidade para atender 850 jovens. Durante toda a sua história a FEBEM-SP passou por inúmeras crises, a cada nova crise a FEBEM mudou com frequência de secretarias, passando pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, pela Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, sendo, inclusive, transferida para a Secretaria da Educação, tendo mais de 60 presidentes diferentes, durante toda sua existência (GREGORI, 2000). As inúmeras trocas de presidência, secretarias e os problemas que perpassaram todos os governos estaduais apontavam para a ausência de uma proposta que centralizasse sua função e gestão (TEIXEIRA, 2009).

Conforme Teixeira (2009), na década de 1980, a instituição passou a ser alvo de vários inquéritos realizados por comissões e principalmente de pesquisas acadêmicas que contribuiriam para o seu questionamento. Em 1987, a então presidente da FEBEM Inês Bierrenbach, conjuntamente com Emir Sader e Cynthia Figueiredo, que compartilharam a gestão da instituição, após demissão, buscaram apontar as problemáticas do sistema de justiça e os problemas sociais vivenciados por aqueles que eram capturados e sujeitados enquanto menores, por intermédio do livro “Fogo no Pavilhão – Uma proposta de liberdade para o menor” (1987).

De acordo com Sader (1987), nesse período cerca de 90% dos internos da FEBEM eram constituídos por crianças e jovens levados por parentes que se declaravam sem condições financeiras para mantê-los, o que segundo o autor consistia em um indisfarçável problema de caráter social, que na ausência de instituições mais

apropriadas as depositava na FEBEM. No entanto, o problema maior, segundo o autor, referia-se à desinstitucionalização dessa parcela da população, já que a maior parte desses jovens não tinha para onde retornar e, ao saírem, levavam o estigma de “menino da FEBEM”. Além das denúncias feitas à instituição, no que condiz a ausência de atividades programadas, fracassos na área de profissionalização, ausência de recursos materiais, a má utilização dos recursos existentes, a ociosidade e o tédio, o autor relata também a ausência de infraestrutura do judiciário para o atendimento as crianças e jovens, que se agravava quando os juízes passavam suas atribuições para os escreventes que em alguns casos decidiam pela medida a ser aplicada e as arbitrariedades da polícia na classificação dos “menores abandonados”. De acordo com o autor, a polícia levava constantemente às Unidades da FEBEM crianças que, na necessidade de contribuírem com o orçamento doméstico, estudavam pela manhã e no período da tarde vendiam santinhos, balas ou outros produtos nas ruas e nas estações do metrô. Para Sader (1979), o trabalho da polícia constituía em limpar as ruas dos meninos que violavam as normas vigentes do comércio nos locais da administração pública. Em sua gestão, o autor relatou que recebia em média 130 crianças e jovens por dia, levados sob acusações de “perambulação”, “vadiagem”, “cheirar cola”, “atitude suspeita”, suficientes para com o apoio do Código e do Juizado de Menores proceder à internação. Para Paula (2011), as práticas adotadas pela FEBEM que substitui o SAM mantêm as antigas práticas adotadas pelas instituições que a precedera. Dentre elas estavam o distanciamento da equipe técnica em relação ao cotidiano das unidades, a educação profissional de baixa qualificação e o uso da tortura física como tática de controle e disciplina.

Com relação à organização e gestão dos complexos, Bierrenbach (1979) relata que os cargos de direção das Unidades eram de confiança, desse modo, muito difíceis de serem preenchidos. Os profissionais geralmente eram formados dentro das próprias unidades da Fundação e na maior parte das vezes os diretores davam o tom e o compasso as suas casas. Os inspetores eram basicamente os responsáveis pelas atividades cotidianas dos internos, exercendo um papel fundamental no processo educacional, tanto positivo como negativo. Tais agentes ainda podiam facilitar a entrada de armas, drogas e a realização de fugas.

Tradicionalmente restringem-se a serem fiscais da disciplina entendida num sentido militar, onde cabem as formações, a garantia do silêncio e o domínio sobre o direito de vir e vir dos menores. Tacitamente foi lhes delegado o papel de algozes e carcereiros, que

cumprem com frequência e desenvoltura tendo por consequência imediata responderem como bodes expiatórios as ocorrências de violência física engendradas pela instituição, da qual são artífices e vítimas privilegiadas (BIERRENBACH, 1979, p.74).

Bierrenbach (1979) narra a história da FEBEM como que repleta por fugas e rebeliões. Próximo ao natal de 1985, quando o desejo de voltar para o “mundão” se aflora nos jovens internos, uma rebelião de proporções inéditas tomou conta da FEBEM, na qual predominou o confronto com a polícia, com os trabalhadores e o fogo e as depredações tomaram conta. A rebelião durou doze dias com a mesma intensidade, quando houve, por fim, a transferência dos internos para um anexo da penitenciária do Estado, o Instituto de Classificação e Triagem - ICT.

De acordo com Gregori (2000), após a implementação do ECA em 14 de outubro de 1990, os jornais passaram a noticiar a liberação dos 5398 internos do estado de São Paulo. Nesse mesmo período, o Ministério Público - MP passou a exigir a adequação das Unidades ao ECA, interpondo ações atrás de ações e muita fiscalização nas unidades da FEBEM. Nos anos 90, o Quadrilátero³⁸, chegou a abrigar 17 unidades em operação, atendendo concomitantemente a aproximadamente 1800 internos. A dinâmica de funcionamento da instituição era marcada por contradições entre saberes técnicos na figura de assistentes sociais, psicólogos e educadores e nas práticas constantes de violência física engendrada pelos monitores. Desse modo, a situação da instituição era considerada como “explosiva” pela mídia, por ativistas dos direitos da infância e juventude e pesquisadores, fato esse que justificou a liminar impelida pelo MP para resolver a situação em no máximo 30 dias. Fora a ação impetrada, o corregedor geral da justiça sugeriu a retirada imediata dos internos do quadrilátero, dadas às péssimas condições de saúde de meninos e meninas infectados pelo vírus da AIDS e a inexistência de projetos educativos.

As respostas efetivas as demandas legais só poderiam se concretizar com a construção de unidades descentralizadas, proposta pela então secretária do Menor, Alda Marco Antônio e presidente da FEBEM, o que, no entanto, estava parado devido à morosidade do processo de licitação de obras que impossibilitavam a solução do

³⁸ O Quadrilátero era o terreno da chácara do Belém doado ao Estado no início do século XX e no qual haviam funcionado o Instituto Disciplinar e a Colônia Correcional. Neste espaço instalaram-se o Juizado e a Delegacia de Menores, juntamente com o cartório do 3º Ofício de Menores responsável pelos processos de atos infracionais. Além disso funcionavam no Quadrilátero o Centro de Observação Feminino – COF, também vinculado a Secretaria da Justiça, o Instituto Modelo e o Serviço Social de Menores, além da horta e da enfermaria e de uma escola de educação profissional (PAULA, 2011).

problema (GREGORI, 2000). A fim de atender às exigências impostas no novo documento legal, a Secretaria do Menor rapidamente instalou oficinas culturais, levando os educadores de rua para dentro das unidades, retirando o policiamento interno, exigido pelo ECA. A secretária elaborou ainda um projeto de desativação gradual das unidades maiores, propondo a criação de pequenas unidades, com um número restrito de internos. No entanto, essas medidas levaram a um acirramento dos conflitos entre os funcionários da FEBEM e da Secretaria do Menor, devido à nova cultura de atendimento instalada notadamente anti-repressiva, depois pela diferença de salários pagos aos educadores de rua e aos funcionários das unidades e pelas ameaças de demissão vinculadas na imprensa (GREGORI, 2000).

Com a nova política de atendimento, Alda Marco Antônio não conseguiu criar coalizões ou alianças no interior do campo institucional do governo, nem em suas relações com as entidades organizadas da sociedade civil, fato que limitou a capacidade de interlocução e cooperação entre atores institucionais. Diante desse cenário, eclode no final do ano de 1992, uma das maiores rebeliões na unidade do Tatuapé, que resultou na demissão da então presidente da FEBEM. Das dezesseis unidades que formavam o quadrilátero, quatorze foram parcial ou totalmente destruídas, dos 1200 internos, 553 fugiram e 200 foram recapturados na semana seguinte (GREGORI, 2000).

De longe, e com as ruas de acesso obstruídas por carros da polícia, emanava um cheiro insuportável de fumaça. As ruas laterais, tomadas por curiosos, carros de bombeiros, viaturas, ambulâncias, tornavam ainda mais difícil a aproximação. Aos poucos avistamos os edifícios que compõe o quadrilátero: grades de arame cerca a Febem e outra grade separa a entrada geral dos pavilhões. Do lado de fora, gente olhando, PMs vigiando e dois ônibus estacionados. Entre as duas grades uma multidão de educadores, funcionários e coordenadores da Febem, coronéis, representantes de entidades de defesa dos menores e de direitos humanos. Alda Marco Antônio andava de um lado para outro. Lá dentro, sentados na grama os internos, alguns com atabaques e pandeiros, batucando, outros apenas sentados. Dos pavilhões visíveis da entrada, dos já estavam com o telhado inteiramente queimado (GREGORI, 2000, p. 179).

Para a autora, o que caracterizou tal rebelião como diferente das anteriores foi a polícia estática, as autoridades atônitas e os meninos alheios. Segundo Gregori (2000), a polícia não ter adentrado na Unidade a fim de impedir a destruição quase total da instituição estava ligada ao “massacre do Carandiru”, ocorrido há menos de duas semanas, no qual 111 presos foram assassinados, o que resultou em um incontável número de manifestações em nível internacional diante da atuação da polícia militar.

Após a rebelião de tais proporções, Alda e sua equipe de assessores diretos pediram demissão e foi iniciado um processo de crescente descaracterização do trabalho e das linhas de ação desenvolvidas pela Secretaria do Menor. Não houve propriamente uma desativação dos programas, mas eles começaram a sofrer com o corte de verbas, mudanças de orientação técnica e principalmente com a suspensão total dos treinamentos e reciclagens dos educadores (GREGORI, 2000). A nova secretária reconvocou antigos funcionários afastados por suspeita de maus-tratos aos internos, e iniciou a construção de pequenas unidades, que, segundo Gregori (2000), assemelhavam-se a presídios.

Em 1993, a Secretaria do Menor e a Secretaria de Promoção Social são fundidas, dando lugar a Secretaria da Criança, da Família e do Bem-Estar Social. A partir daí, alguns programas passam a ser descentralizados, com enfoque no repasse de verbas para as prefeituras. Em 1994 é assinado um contrato de gestão que prevê a descentralização, a regionalização e a municipalização das unidades de atendimento. Os programas em meio aberto continuaram a ser financiados pelas estatais e decaindo em termos de qualidade no atendimento (GREGORI, 2000). Nesse período, a característica da atual gestão deu-se através de crescentes parcerias, descentralização e municipalização dos programas.

Quando Mário Covas assume o governo do estado em 1995, a instituição encontra-se em uma situação financeira calamitosa. Sua primeira medida foi reduzir os gastos, promover cortes, priorizando metas de descentralização e de realização de convênios com a iniciativa privada. “A criação de novas culturas de atendimento, seguida por uma continua descaracterização, parece ser um padrão das intervenções estatais na área da infância e da adolescência” (GREGORI, 2000, p. 191). Os programas anteriores passam a ser desmantelados e as Casas Abertas, os Clubes da Turma e as Casas Moradias, já não mais existiam e os poucos projetos que restaram foram repassados para entidades sociais, desconsiderando as experiências acumuladas pela antiga Secretaria do Menor, que renovou e reformulou o atendimento a infância e a juventude pobre em São Paulo. Até o final de 1995, metade das entidades conveniadas eram instituições religiosas, o que implicou mudanças de concepções e práticas. Segundo Gregori (2000), a melhor caracterização desses repasses se define pela rapidez na transferência, a ausência de critérios mais objetivos para a seleção das entidades e a ausência de sistematicidade na fiscalização da chamada “parceria com a sociedade civil”.

Esses repasses fazem parte de uma política inovadora de convênios e parcerias, que é importante, mas não deixam de gerar problemas. A atual secretaria defendia o desenvolvimento de parcerias e convênios como a primeira etapa da municipalização dos serviços. A ideia era repassar os programas a entidades do município para que, mais tarde a prefeitura substituísse o poder estadual nos convênios (GREGORI, 2000, p. 192).

Em 1999, outra grande rebelião foi deflagrada tendo deixado 22 feridos, uma vítima fatal e três funcionários indiciados por incêndio criminoso. Nesse período, o estado São Paulo possuía 4.349 jovens em privação de liberdade, sendo 80% provenientes de outros municípios da região metropolitana e do interior, número que representava 53% da quantidade de internos de todo o país. Passados nove anos da implementação do ECA, a instituição exibia a evidente falência do modelo, através de denúncias de maus tratos, fugas e inúmeras rebeliões, que contabilizou no ano de 1999, a fuga de 1412 internos.

Como resultado do ciclo de rebeliões dos anos 1990, a FEBEM entrou em fase de desmonte e remodelamento nos anos 2000, caracterizada pela descentralização das unidades de internação e pela maior participação da sociedade civil organizada no processo socioeducativo³⁹. A partir de meados do ano 2000, o Quadrilátero foi desativado e em 2001 as primeiras unidades foram entregues em diferentes municípios do interior paulista e na cidade de São Paulo, cada uma com capacidade máxima para o atendimento de 72 jovens distribuídos de acordo com seu local de origem, faixa etária e infração cometida (TEIXEIRA, 2009; PAULA, 2011). No entanto, mesmo diante das determinações do ECA para o investimento em medidas não privativas de liberdade, as instituições foram consolidadas no estado de São Paulo. A municipalização e a descentralização foram justificadas pela proposta de enfrentar a crise da antiga FEBEM e a defesa do atendimento do jovem autor de ato infracional próximo à família e à comunidade (TEIXEIRA, 2009).

Ainda, em meados da década de 2000, a presidência da FEBEM passou a ser ocupada, mediante nomeação do governador Geraldo Alckmin, pela procuradora do Estado, Berenice Giannella, que anteriormente ocupou o cargo de corregedora geral do Sistema Penitenciário do Estado e que ocupava a função de secretaria-adjunta da

³⁹ Diante da falência do modelo centralizado, o então governador de São Paulo, Mário Covas em sua segunda gestão, convocou os principais atores políticos ligados a instituições de Defesa da Criança e do Adolescente para a apresentação de propostas de descentralização, reestruturação e modificação da antiga FEBEM (Ver Teixeira 2009).

Secretária de Administração Penitenciária - SAP⁴⁰. De acordo com Moreira (2011), o deslocamento de Berenice Giannella da SAP para a presidência da FEBEM marcou o início do ingresso de funcionários do sistema carcerário na instituição que passaram a assumir a direção de algumas unidades, assim como das transferências de jovens autores de ato infracional para presídios localizados no interior do estado e da implantação de práticas marcadamente prisionais, como o Grupo de Intervenções Rápidas - GIR, vinculado a SAP em tumultos e início de rebeliões.

Em 2006, foi realizado pelo IPEA, em parceria com o Conanda, um “Relatório de Inspeção Nacional às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei”, que visitou simultaneamente as unidades de internação nos 22 estados brasileiros e no Distrito Federal. O relatório concluiu que, mesmo após 16 anos de promulgação do ECA, as unidades de internação ainda permaneciam em desacordo com as normativas e a sua grande maioria servia apenas para a contenção e o encarceramento de jovens, sendo que, na realidade os autores de atos infracionais estavam sendo “processados (condenados), cumprindo medidas de privação de liberdade (penas), em estabelecimentos socioeducativos (prisões)” (BRASIL, 2006, p. 14). O quadro geral do relatório afirma que a realidade é muito semelhante em todas as unidades: superlotação, projetos arquitetônicos semelhantes a presídios, presença de celas fortes, castigos corporais, ausência ou precariedade dos projetos socioeducativos, desconhecimento por parte dos jovens de sua situação jurídica, procedimentos vexatórios de revista dos familiares por ocasião das visitas, dentre outros (BRASIL, 2006).

Com relação a FEBEM, foi concluído que as unidades entregues a partir de 2001, mantinham características prisionais, sem preocupações com propostas educacionais de reinserção (BRASIL, 2006). Além disso, foram constatadas inúmeras violações de direitos, a vigência de um sistema carcerário no cumprimento da MSE de privação de liberdade e a ausência de perspectivas concretas na construção de uma política e proposta de atendimento.

A partir das observações da estrutura física, do contato com os funcionários, dos relatos dos adolescentes e das marcas corporais, a grave constatação é a de que a Febem - SP é um sistema prisional, pautado pelas práticas de tortura, negligência e humilhação no trato com os adolescentes sob a responsabilidade do Estado, em completo desacordo com o instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O ambiente é de intensa violência, que atinge os internos e funcionários, física e psicologicamente (BRASIL, 2006, p. 25).

⁴⁰ Link de acesso da notícia: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u109701.shtml>

O relatório também apontou para a ausência de capacitação continuada dos funcionários, ausência de um projeto educacional, de atividades profissionalizantes, da tendência em resolver conflitos no âmbito da segurança e da culpabilização dos internos pelos acontecimentos violentos.

Diante desse quadro que apresentava uma continuidade das práticas vinculadas ao antigo Código de Menores, no ano de 2006, foi aprovada a lei nº 12469/06 que altera a nomenclatura da FEBEM-SP para Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP e que altera a denominação do Conselho Estadual do Bem-Estar do Menor para Conselho Estadual de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente. A fim de atender as normativas do Conanda⁴¹, que exigiram unidades menores, com capacidade máxima para o atendimento de até 40 jovens, foram entregues entre 2006 e 2008, 41 novas unidades, cada uma com 56 vagas para cumprimento da medida de privação de liberdade e 16 vagas para a medida de internação provisória, totalizando a criação de 2.460 novas vagas, ampliando ainda mais o número de instituições de internação no estado de São Paulo (TEIXEIRA, 2009).

Atualmente a Fundação CASA possui 148 unidades⁴² no estado de São Paulo, concentradas em maior número nas cidades localizadas no interior do estado, existindo municípios como o de Franco da Rocha, Guarulhos, Cerqueira César, Iaras, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campinas que possuem de 3 a 4 unidades.

Entre as 148 unidades instaladas no estado coexistem o modelo arquitetônico entregue até 2003, com capacidade para o atendimento de 72 a 160 jovens, que de acordo com a Resolução nº 46/1996 do Conanda deveriam ter sido desativadas, o novo modelo entregue a partir de 2006, para o atendimento de 56 jovens em medida de internação e 16 na internação provisória, cuja planta arquitetônica continua sendo utilizada como referência para a construção de novas unidades e unidades improvisadas a partir de antigas instituições escolares e abrigos, como é o caso da unidade feminina “Chiquinha Gonzaga”, localizada na Mooca, em São Paulo.

De acordo com Teixeira (2009), outra diferença no que compete às unidades da Fundação CASA, está relacionada à sua gestão, que não é unificada. Há unidades cuja gestão é caracterizada como plena, ou seja, o atendimento socioeducativo é realizado

⁴¹ Resolução nº 46/1996

⁴² Dados do NUPRIE – Fundação CASA.

exclusivamente por servidores públicos e unidades cuja gestão é compartilhada por diferentes atores, funcionários do Estado e de ONGs.

A diferença entre a gestão das unidades acarreta diferenças na rotina das unidades, sendo possível afirmar⁴³, que nas unidades em que a gestão é compartilhada, a compra de produtos de higiene, uniformes e aquisição de bens é realizada diretamente pela instituição em parceria com a ONG responsável pela gestão, diferentemente das unidades cuja gestão é plena, cujo processo para aquisição de produtos e bens é burocrático frente às autorizações e ofícios encaminhados aos departamentos responsáveis do Estado. Nas unidades em que a gestão é plena, faltam produtos de higiene pessoal, que são supridos através do “jumbo”⁴⁴, trazido pelos familiares no dia de visita e proibidos nas unidades de gestão compartilhada. A total terceirização da responsabilidade do Estado das instituições socioeducativas através da iniciativa da “gestão compartilhada” foi sinalizada em 2014⁴⁵, a partir da aprovação na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, do Projeto de Lei Complementar nº62 de 2013, que dispõe sobre a qualificação e o trabalho das organizações sociais. O texto prevê que a administração da Fundação CASA seja entregue as organizações sociais. Para Teixeira (2009), a gestão compartilhadas das unidades é problemática a medida em que a privação de liberdade é de responsabilidade indelegável do Estado.

A partir das etnografias realizadas na Fundação CASA (MIRAGLIA, 2002; OLIC, 2008; MOREIRA, 2011), é possível concluir que a unificação em termos de regimento, arquitetura e gestão é apenas aparente, sendo que as unidades também se diferenciam em termos de cotidiano, “de certa forma, cada unidade tem uma vida autônoma, um cotidiano independente, regras próprias que se misturam as regras institucionais, na fala nativa, cada unidade tem seu próprio *proceder*” (MIRAGLIA, 2001, p. 91).

⁴³ Essa afirmação é feita a partir de visitas realizadas por mim as cinco unidades femininas da Fundação CASA, localizadas no estado de São Paulo, reuniões com diretores das unidades e entrevistas com funcionários e jovens que cumpriam MSE de internação no momento das visitas. As visitas foram autorizadas pela presidência da Fundação e pelo Comitê de Ética da instituição e foram parte do projeto: “*A construção social da vitimização: perfil das mulheres vítimas de violência no sistema de justiça criminal – uma análise comparada São Paulo - Pará*”, aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Na ocasião foi possível conhecer unidades cuja gestão é realizada de forma plena e unidades de gestão compartilhada.

⁴⁴ O “jumbo” é conhecido pelos internos e funcionários de instituições prisionais como os pertences trazidos pelos familiares no dia de visita. O jumbo é composto na maioria das vezes por produtos de higiene, alimentos secos como bolachas e cigarros.

⁴⁵ www.revistaforum.com.br/blog/2014/04/alckmin-tenta-forcar-votacao-de-projeto-que-privatiza-fundacao-casa/.

2.5 Rupturas e permanências no ECA.

Com a promulgação do ECA em 1990, passam a ser garantidos os direitos ao devido processo legal, a ampla defesa, ao contraditório, a apelação e ao habeas corpus, antes inexistente aos suspeitos de cometimento de ato infracional. Desse modo, o ECA vêm consolidar o sistema de justiça juvenil, assim como as Varas específicas da Infância e da Juventude no Brasil.

Portanto, o objetivo aqui é analisar as fundamentações do judiciário para a aplicação das MSE de privação de liberdade, tendo em vista que a medida somente poderá ser aplicada quando: “tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta e em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada” (Art. 122 do ECA).

A fundamentação dos processos foi analisada a partir da consulta dos prontuários⁴⁶ dos sete jovens inseridos na medida de LA, no CREAS do município pesquisado⁴⁷. Em relação aos sete jovens entrevistados, seus prontuários continham uma cópia do Boletim de Ocorrência, o termo de declarações prestadas no auto da apreensão na delegacia⁴⁸ e ao promotor da infância e juventude, ofícios, intimações, anotações de atos infracionais pregressos, cópias dos autos do processo que se referem às falas do promotor, do defensor público ou advogado constituído, das testemunhas e dos familiares, além da fundamentação do juiz para a aplicação da MSE. Dos sete jovens entrevistados, três meninas e um menino foram representados pelo MP pelo ato infracional equiparado ao tráfico de drogas, enquanto três meninos foram representados por ato infracional análogo ao furto ou roubo.

⁴⁶ Ao dar entrada para cumprir a MSE de LA no CREAS do município pesquisado, a técnica arquiva o prontuário dos jovens, que se consiste em uma pasta na qual consta na maior parte das vezes, todos os documentos referentes ao seu processo, além das cópias de seus documentos pessoais.

⁴⁷ É importante salientar que no município em que a pesquisa foi realizada há uma Vara e um juiz Especializado na Infância e Juventude.

⁴⁸ Todos os jovens entrevistados passaram por delegacias de polícia comum, devido o fato de que na região em que a pesquisa foi realizada não existem Delegacias de Polícia de Infância e Juventude (DIJUs), observando que o ECA dispõe o encaminhamento para órgãos competentes quando necessário. A fim de cumprir as normativas existem no estado de São Paulo apenas três DIJUs localizadas nas cidades de Franca, Araraquara e Ribeirão Preto.

Todos os jovens receberam por parte do promotor de justiça a medida de internação provisória⁴⁹. O ECA determina no art.108, que a medida de internação provisória pode ser aplicada por até 45 dias, desde que a decisão seja fundamentada e baseada em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrando a necessidade imperiosa da medida. A fundamentação para a custódia especial de um dos jovens de sexo masculino de 16 anos, representado por roubo e de seus colegas que o acompanharam no ato infracional, foi alegada pelo promotor da Vara da Infância e da Juventude, com base no pretenso resguardo da ordem.

Os jovens infratores parecem ter perdido todo o respeito ao semelhante, sendo que tal ato infracional tem trazido desassossego a sociedade, instabilizando as relações de convivência social, bem como o fato de a medida se mostrar imperiosa para o resguardo da ordem pública e a credibilidade das instituições jurídicas e havendo elementos cognitivos acerca da materialidade infracional, bem como sérios indícios de autoria. (Promotor da Vara da Infância e da Juventude⁵⁰).

Uma das jovens de 15 anos, acusada de tráfico de entorpecentes na companhia de seu irmão, de 22 anos, teve como fundamentação para a medida de internação provisória a gravidade do ato infracional, assim como a pena de violação da ordem social.

Apesar da primariedade da jovem, o ato infracional praticado pela mesma é de natureza grave, equiparando a hediondo, necessitando, portanto uma maior severidade sob pena de violação da ordem social (Promotor da Vara da Infância e Juventude).

De acordo com Saraiva (2000), existe uma incompreensão do sistema de garantia de direitos presentes no ECA e um desconhecimento da carga retributiva provisoriamente imposta. Segundo o autor, há no Brasil, por parte de alguns setores da justiça juvenil, “afeição” demasiada pela imposição da medida de internação provisória, em casos nos quais não se aplicaria a prisão preventiva a um adulto, o que revela a ideia de uma subcidadania da juventude.

⁴⁹Art. 174 do ECA - Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.

⁵⁰ A presente citação da fala promotor da Vara da Infância e da Juventude faz parte da fundamentação do processo analisado.

A internação provisória, assim como a prisão preventiva, somente se justifica nos estreitos limites do garantismo penal, ao menos que se estabeleça o critério de prender o suspeito para protegê-lo, a consagrar a hipocrisia do Estado (SARAIVA, 2006, p. 187).

Dos sete jovens, seis contaram com defensor público e apenas 1 com advogado constituído. Do total, apenas 1 não teve decretada a medida de internação, sendo esse o único caso defendido pelo advogado constituído. Nas fundamentações do juiz para aplicar a medida de internação aos jovens representados por ato infracional equiparado ao tráfico de drogas, o juiz fundamentou a medida a partir de uma violência presumida contra toda a sociedade, na qual é possível justificar e legitimar a prática da imposição da medida restritiva de liberdade, tendo como base a grave ameaça, mesmo diante da publicação da súmula 492 pelo Supremo Tribunal de Justiça - STJ⁵¹, que determina que o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, não necessariamente conduz à medida de internação. Nos casos analisados, tem-se ainda a criação de uma categoria com fundo moral, tendo como base um suposto desvio de personalidade, justificando a medida de internação a partir do viés protetivo dos próprios indivíduos submetidos a elas, negando seu caráter penal e sancionatório.

Nos casos de atos infracionais de furto e roubo, a fundamentação para a MSE de privação de liberdade foi embasada em categorias com fundamento moral, tendo como pressuposto um possível desvio de conduta e uma suposta ausência de moralidade, fator esse que segundo o judiciário poderia vir a resultar na formação de uma personalidade criminosa. Como exemplo, a fundamentação da MSE de internação aplicada ao jovem do sexo masculino de 16 anos, acusado de ato infracional contra o patrimônio, afirma que:

Tal prática, a despeito a atenção dos responsáveis, revela sério desvio de conduta, freio moral nenhum, requerendo da justiça providências para se evitar o descaminamento definitivo e a formação de uma personalidade criminosa. (Juiz da Vara da Infância e da Juventude).

Ou seja, o judiciário não julga apenas os objetos jurídicos definidos pelo Código, mas julga as paixões, os instintos, as anomalias, as inaptações, os feitos, a hereditariedade. Punem-se as agressões, mas também as agressividades, as violações, as

⁵¹Em 13 de agosto de 2012, o STJ publica a súmula 492, que determina que o ato infracional análogo ao tráfico de drogas por si só, não conduz obrigatoriamente a medida de internação e que esta deve acontecer somente quando a venda das drogas ocorrer mediante violência ou ameaça, se o autor for reincidente ou tiver descumprido medidas disciplinares anteriores, editada com o intuito de coibir a prática recorrente do judiciário que prima pela internação nos casos de tráfico.

perversões, os desejos e os impulsos. Não apenas o crime é alvo de julgamento, como também o passado e o futuro daquele que o cometeu. (FOUCAULT, 1997).

Na fundamentação da MSE de internação de uma jovem apreendida em outra Comarca, sob a acusação de tráfico de drogas intermunicipal é possível ver ainda a permanência da “situação irregular”, vigente no antigo Código de Menores de 1979, travestida em “vulnerabilidades”, em que o estudo social apresenta a jovem como “frequentadora da vida noturna, que se relacionava com pessoas de má índole”, justificando a medida, com base na possibilidade de sua família “não contê-la”.

Ao analisarmos a vida pregressa da adolescente, notamos que ela apresenta quatro anotações das quais 3 foram arquivadas tendo recebido apenas a pena de advertência. O estudo social mostra que a adolescente passou por um período complicado, sofreu uma depressão, passou a frequentar vida noturna e a se relacionar com pessoas de má-índole. É inegável que a adolescente praticou os fatos narrados na representação. A gravidade do ato, transporte de 2 quilos de maconha, agindo de modo planejado, se apresenta como medida adequada à internação. A internação é a medida adequada para o caso, inclusive por que o estudo social realizado não evidenciou condições de controle da adolescente por sua família (Juiz da Vara da Infância e Juventude).

Ciarallo e Almeida (2009) destacam que embora o termo “menor” tenha sido superado, ele ainda está presente no imaginário social e na justiça infanto-juvenil que vem tratando o jovem como objeto de intervenção. Para Oliveira (1999), as fundamentações jurídicas para a medida de internação incorrem em um padrão, o que pôde ser constatado na análise dos processos. No caso das fundamentações analisadas, a primeira justificativa versa sobre a MSE de internação provisória, argumentando a mesma sob o pretexto da manutenção da ordem pública, da personalidade violenta do acusado e para a garantia de integridade física e pessoal do mesmo. A segunda justificativa para a medida de internação refere-se também à manutenção da ordem pública, à personalidade violenta do jovem autor do ato infracional, à integridade pessoal e à dissolução da autoridade paterna. As fundamentações se repetem e em muitos casos são cópias de outros processos.

O estudo biopsicossocial realizado sobre a vida do jovem acusado de cometimento de ato infracional é valorizado pelos juízes a fim de “construir a verdade sobre o sujeito transgressor” (OLIVEIRA, 1999). O estudo biopsicossocial constrói a figura do delinquente e se torna baliza da sentença. Outro discurso presente refere-se ao fracasso da família em controlar o jovem e o fracasso do próprio, pelas más escolhas, más

companhias, uso de drogas e do álcool. Desse modo, o judiciário e o Estado, colocam um modelo de juventude e de família familiar nuclear, como o único modelo aceitável, julgando todos os demais que não estejam adequados às normas como parte integrante do processo de ato infracional.

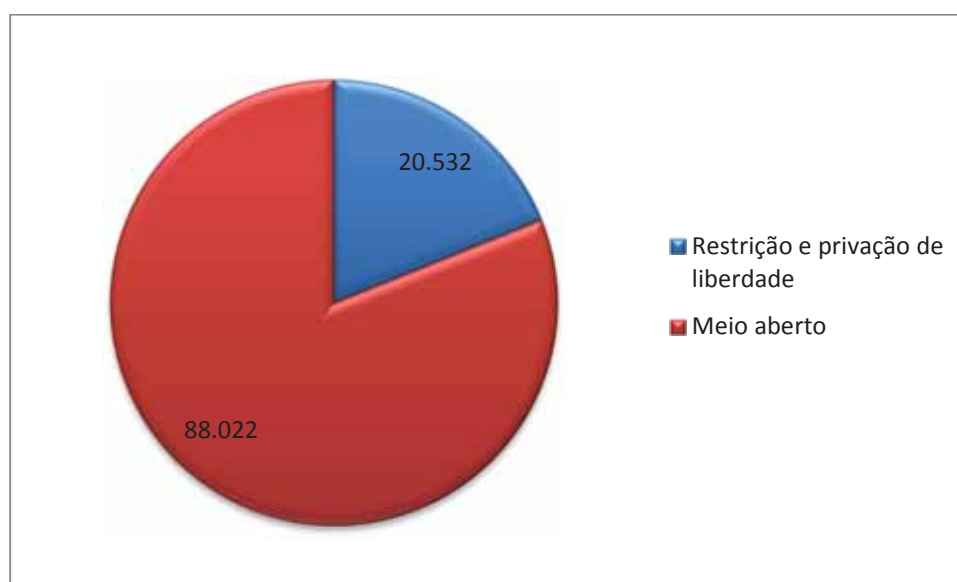
Com o objetivo de problematizar a relação entre ato infracional e o conceito de vulnerabilidade, Budó (2012) analisou 26 acórdãos do STJ. Os acórdãos tratavam de concessões ou denegações de ordem de Habeas Corpus, em casos, sobretudo, de internação provisória ou contrários as medidas de internação ou semiliberdade. Na análise, a autora verificou o constante uso de termos do antigo Código de Menores, tais como: juízo menorista, magistrado ou juiz menorista, sentença menorista e menor infrator, para designar o ECA, o que manifesta que a mudança da linguagem ainda não se operou no STJ. Em relação ao conceito de vulnerabilidade, a autora verificou que foi empregado sempre em conjunto com análises das condições sociais do jovem julgado, seja para referenciar uma condição econômica desfavorável, família desestruturada, perda do pai ou da mãe, influência negativa de membros da família, prática de atos infracionais, gravidez, uso de entorpecentes, abandono escolar, pais presos. Budó (2012) conclui que o uso do conceito de vulnerabilidade está estritamente relacionado à antiga categoria da “situação irregular”, quando o antigo Código de Menores, colocava como responsabilidade do Estado, “os menores” que estivessem em tal situação, especialmente em perigo moral, com desvio de conduta ou autor de infração penal, como foi observado nas fundamentações analisadas. Assim, em determinadas situações, ainda que o fato não seja considerado grave e não se esteja reiterando em sua conduta, aplicam-se medidas mais graves, como a semiliberdade e a internação, pelo fato de que o jovem não tem condições de se reintegrar socialmente, por ser vulnerável (BUDÓ, 2012). Entende-se, portanto, que nas situações de vulnerabilidade em relação à pobreza, o judiciário chega à conclusão que há necessidade de se interferir retirando o jovem do convívio da sociedade, semelhante ao paradigma da situação irregular.

Minahim (2009) analisou o discurso dos Tribunais dos estados de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia e Rio Grande do Sul, no tocante a MSE de privação de liberdade. De acordo com a autora, nos julgados com frequência se revelavam posicionamentos ideológicos, valorativos, extrajurídicos, que se coadunam com visões do senso comum sobre a criminalidade e a delinquência (MINAHIM, 2009). Nos Tribunais de Justiça do estado de São Paulo, foi possível observar que o discurso de características menoristas e estereotipado dos jovens que praticam atos infracionais é

fortemente presente. O STJ alerta que não devem as condutas jurisdicionais basear-se em um padrão ante o indicativo da internação, isto é não devem os juízes creditar ao jovem que as passagens anteriores pela Fundação CASA, à falta de suporte familiar, ou ainda o excesso de tempo ocioso serão os responsáveis pela internação. Porém, o que a pesquisa aponta no que tange à jurisprudência, foi perceber o quão isto está presente nas sentenças.

No último Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa, publicado em 2014, que trazem dados relativos ao ano de 2012, cumpriam medida de privação e restrição de liberdade, 20.532 jovens, enquanto 88.022 jovens cumpriam MSE em meio aberto.

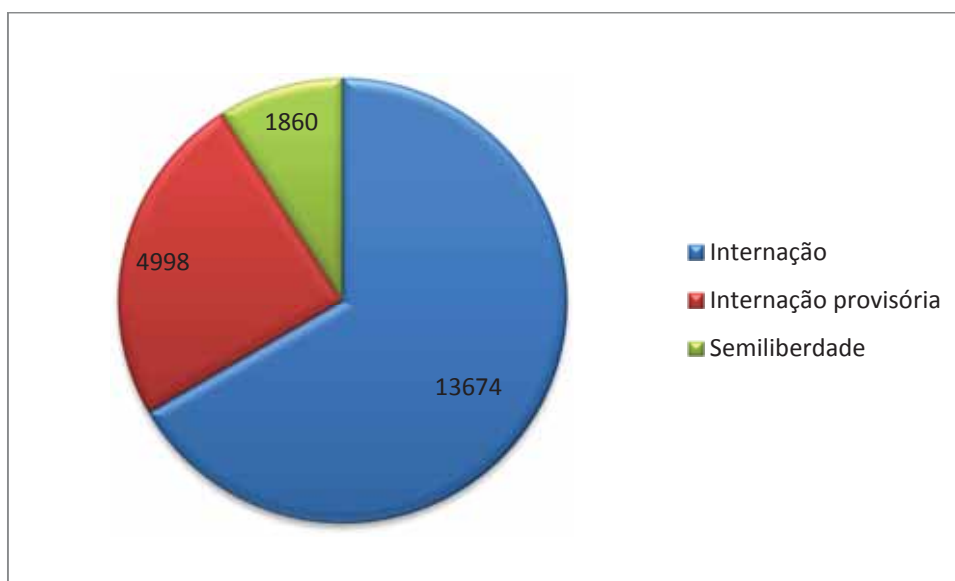
Gráfico 10 - Número de jovens em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil – 2012



Fonte: SNPDCA/SDH 2014

Dos jovens em cumprimento de medida de privação e restrição de liberdade no ano de 2012, 4.998 cumpriam medida de internação provisória, 13.674 cumpriam medida de internação e 1860 medida de semiliberdade.

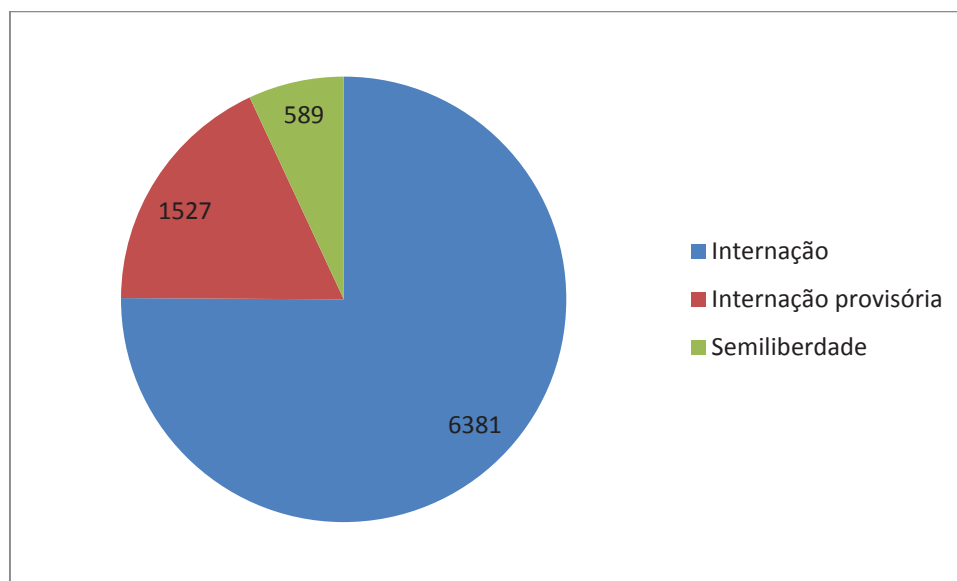
Gráfico 11 - Número de jovens em restrição e privação de liberdade no Brasil - 2012



Fonte: SNPDCA/SDH 2014

Em relação ao estado de São Paulo, no ano de 2012, 6.831 jovens cumpriam medida socioeducativa de internação, 1.527 jovens cumpriam medida de internação provisória e 589 jovens cumpriam medida de semiliberdade. Quando comparados os dados do estado de São Paulo, com os dados nacionais, os jovens que cumprem medida socioeducativa de internação no estado, representam 32% do total nacional, ou seja, cerca de 1/3 do total de jovens que cumprem medida de internação no país, estão no estado de São Paulo. Enquanto os jovens que cumprem medida de internação provisória e semiliberdade, representam respectivamente 24% do total nacional.

Gráfico 12 - Número de jovens em restrição e privação de liberdade no estado de São Paulo - 2012

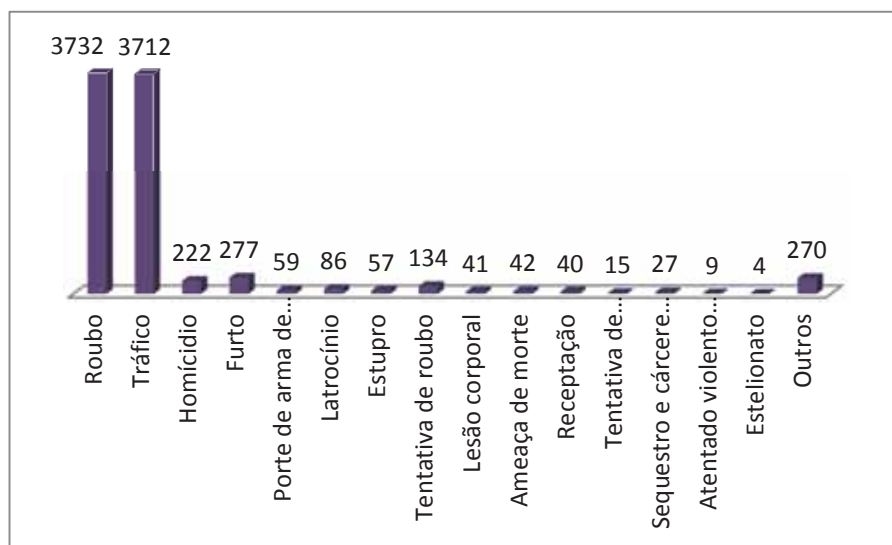


Fonte: SNPDCA/SDH 2014

Do total de jovens atendidos na internação, internação provisória e semiliberdade, no estado de São Paulo no ano de 2012, soma-se o número de 8.733 atos infracionais. Esse total, quando comparado ao número de restrição e privação de liberdade, pode ser diferente, considerando que um jovem pode praticar e ser sentenciado por mais de um ato infracional.

Do total de 8.733 atos infracionais, apenas 4,64% referem-se a atos infracionais contra a pessoa. Do total de atos infracionais, que levaram a medidas privativas e restritivas de liberdade, 3.732 é referente ao ato infracional de roubo, 3.712 ao tráfico de drogas, 277 ao furto e 222 ao homicídio, ou seja, a maior parte dos atos infracionais se refere a atos de menor potencial ofensivo.

Gráfico 13- Número de atos infracionais no estado de São Paulo – 2012



Fonte: SNPDCA/SDH 2014

De acordo com os dados, o que pode ser observado é que a MSE de internação vem sendo aplicada no estado de São Paulo, na maior parte dos casos, em atos infracionais cometidos sem grave ameaça ou violência à pessoa, como o tráfico de drogas. Com base nos dados não é possível identificar se os jovens reiteraram ou não no cometimento de outras infrações ou se descumpriram medida anteriormente imposta, mas na análise dos 7 processos dos jovens entrevistados, foi possível verificar que o discurso jurídico, não reconheceu o caráter sancionatório das MSE, as igualando às medidas de proteção, desconsiderando o princípio de excepcionalidade da medida de internação provisória e de internação, provendo a esta o status de solução à pobreza e de assistência pelo Estado.

A análise das fundamentações possibilitou verificar que a MSE de privação de liberdade foi justificada nos casos em questão de maneira abstrata, fundada na pretensa defesa da sociedade e do indivíduo, o que acaba incorrendo na ausência de limites para a aplicação da medida de internação, ainda que no país o número de jovens cumprindo MSE de restrição e privação de liberdade seja menor do que no meio aberto. Desse modo, as MSE tem seu caráter sancionatório ignorado e são encaradas como um “direito do jovem”, como uma medida protetiva que tem por função protegê-los de si mesmo, do

uso de drogas da família que não os “controla”, ou seja, do “leque de vulnerabilidades”, que sob a égide do cuidado, dão espaço a institucionalização dos jovens.

Portanto, amparado pelo ECA e pelas medidas protetivas e socioeducativas nele contidas, o Estado exerce o controle que julga como deficitário na vida da população de jovens por meio do judiciário que introduz diferentes especialistas como a única forma possível em nome do direito à vida, pelo bem do jovem, das famílias e da sociedade (SCISLESKI; GUARESCHI, 2011). E, de maneira semelhante à vigente no antigo Código de Menores de 1979, a antiga “doutrina da situação irregular” permanece presente no ECA sob o discurso das “vulnerabilidades” das quais o jovem autor de ato infracional seria alvo, justificando assim o confinamento a instituições privativas de liberdade.

CAPÍTULO III

3 O SINASE E A MUNICIPALIZAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA: O CASO DO MUNICÍPIO PESQUISADO

No estado de São Paulo, até o ano de 2009, as MSE em meio aberto de LA e PSC eram executadas pelo Governo do Estado em parceria com a FEBEM. A partir de 2006, tem início o processo de municipalização das medidas, em consonância as normativas do SINASE e com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que estabelece que as MSE em meio aberto devem estar vinculadas aos CREAS.

Desse modo, o presente capítulo tem como objetivo reconstituir o histórico da medida de LA, a implementação das MSE em meio aberto no estado de São Paulo, a elaboração e a promulgação da lei que institui o SINASE e problematizar as mudanças acarretadas com a municipalização das medidas em meio aberto.

A fim de mapear as mudanças no cotidiano institucional e no atendimento aos jovens inseridos nas medidas, foram entrevistados antigos coordenadores, educadores e técnicos da Cáritas Diocesana, ONG que realizou o atendimento das medidas socioeducativa em meio aberto em parceria com a FEBEM no município em que a pesquisa foi realizada entre 2002 a 2010 e os técnicos do CREAS que passaram a atender as medidas após a municipalização a partir de 2010.

Com base nas narrativas é possível concluir que na execução das políticas públicas, nas margens do Estado (DAS; POOLE, 2008) nada está articulado ou acabado, não há um tempo rígido e cronológico como no desenho das políticas, mas há descontinuidade de projetos, propostas, recursos e funcionários.

3.1 Da emergência a consolidação da medida socioeducativa de Liberdade Assistida – governamentalidade de trajetórias jovens

De acordo com Ortegá (2011), o primeiro dispositivo jurídico em meio aberto destinado à infância e juventude surge em 1921, com a Lei n ° 4242 que tratava do “livramento condicional”. O livramento condicional consistia em desinternar o jovem de uma instituição, mediante uma série de condicionalidades como “estar moralmente

regenerado”, “estar apto a ganhar a vida honradamente”, “viver em família idônea de modo a não reincidir”, dentre outras.

O Código de Menores de 1927 vai reformular a medida de livramento condicional, consolidando a liberdade vigiada que já aparecia em decretos⁵² anteriores. No Código, a liberdade vigiada aparece como uma medida de benefício ou dádiva, ao passo que a internação é compreendida como uma pena de fato (ORTEGAL, 2011). Na liberdade vigiada a pessoa encarregada da vigilância era obrigada a vigiar continuamente o “menor”, a visitá-lo frequentemente, tendo de encaminhar periodicamente relatórios ao juiz sobre sua situação moral e material e em caso de mau comportamento, ou de perigo moral constatado, o juiz poderia chamar os pais em sua presença (ORTEGAL, 2011). Nesse sentido, a liberdade vigiada funcionava como um mecanismo de vigilância daqueles que, embora não condenados pelo cometimento de infração penal, eram considerados potenciais infratores (PAULA, 2011).

O Código de Menores de 1979 altera a nomenclatura da medida, de liberdade vigiada para LA, no entanto sua finalidade continua a mesma: vigiar o menor em situação irregular⁵³ (ORTEGAL, 2011).

A publicação da Fundação CASA, que tem como objetivo documentar o processo de transição das medidas em meio aberto e servir como manual técnico de orientação relata que nos anos 70, o programa de LA no estado de São Paulo foi inicialmente implementado pela FEBEM/SP, juntamente com a Pastoral do Menor. O programa tratava-se de uma experiência piloto cuja principal característica era a ação com grupos familiares nas comunidades de origem dos menores em situação irregular (Cf. FUNDAÇÃO CASA, 2010).

Na década de 1980, com o investimento do poder público e estadual tem início o processo de regionalização da medida de LA na cidade de São Paulo, com a criação pela FEBEM de postos no bairro do Tatuapé (Posto Leste), Santo Amaro (Posto Sul), na Lapa (Posto Oeste) e na Grande São Paulo (Norte, Sul, Leste e Oeste). Em 1985, tem início o processo de descentralização das medidas em meio aberto, quando são implementados postos em todo o estado de São Paulo. No ano de 1986 eram 22 postos descentralizados no estado, coordenados pela Divisão Técnica de Apoio a Comunidade

⁵² Decreto nº 16.272 de 1923. Decreto Legislativo nº 5083 de 1926. (Ver Ortega 2011).

⁵³ Art. 38 do Código de Menores de 1979

];plicar-se à o regime de liberdade assistida nas hipóteses previstas nos incisos V e VI do art. 2º desta Lei, para o fim de vigiar, auxiliar, tratar e orientar o menor”. (ORTEGA, 2011, p. 85).

- DAC. A partir do ano de 1989, os postos de atendimento funcionavam com uma equipe composta por um coordenador de referência, assistentes sociais, psicólogos e monitores. Nesse período, os postos ofereciam atendimento aos jovens e suas famílias no local de moradia, por meio de plantões técnicos.

No ano de 1990, com a promulgação do ECA e com a alteração na doutrina da “situação irregular” para a doutrina da “proteção integral”, a medida de LA ganha, segundo Paula (2011), um novo status na economia das intervenções punitivas sobre os jovens que cometem atos infracionais. A medida passa a ser adotada de acordo com os arts. 118 e 119 do ECA que dão as diretrizes para sua execução.

“Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I – promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; II – supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III – diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV – apresentar relatório do caso”. (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990).

Com a promulgação do ECA, a vigilância desaparece do texto legal, dando lugar ao acompanhamento, ao auxílio e a orientação. Com a nova legislação, o caráter punitivo da medida de LA ficou menos evidente, tendo em vista que as antigas regras de conduta deram origem à promoção social, à escolarização, à profissionalização e à inserção no mercado de trabalho (PAULA, 2011), o que, no entanto, não deixou de fazer parte de um rol de regras. A medida de LA emerge, portanto, como uma estratégia central devido ao fato de não estar restrita a uma única instituição, além de permitir a articulação entre o indivíduo, a família, a escola e o mundo do trabalho, através de

intervenções no modo como o jovem se relaciona com cada uma dessas instâncias (PAULA, 2011; ORTEGAL, 2011).

No entanto, ao analisar o paradigma da “situação irregular” presente nos antigos Códigos de Menores e o paradigma vigente da “proteção integral” é possível afirmar que a medida de LA não rompe integralmente com as diretrizes anteriormente propostas. O locus de intervenção continua sendo as famílias, a pedagogia para o trabalho e o controle de comportamentos individuais no âmbito da comunidade. Ou seja, a gestão das MSE é marcada por dispositivos cada vez mais apertados e intrusivos e conjugam procedimentos, técnicas e táticas que “revelam uma racionalidade governamental capaz de espalhar o controle de forma tão capilar a ponto de atingir a moradia, o núcleo familiar do adolescente” (MALVASI, 2012, p. 261).

De acordo com Paula (2011), os discursos e as práticas a respeito da infância e juventude pobres, a aproximação entre política de assistência social e execução das medidas socioeducativas, recoloca a associação entre pobreza e delinquência, reiterando-a como chave explicativa e fonte de legitimidade de intervenções. Ao inserir as medidas socioeducativas, no âmbito da assistencial social, como forma de proteção especial, implica a percepção de que o envolvimento dos jovens com atos infracionais resulta da pobreza e da exclusão social, percepção presente no SINASE e nos documentos publicados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH (PAULA, 2011).

Portanto, mesmo que o desenho da medida de LA a caracterize como uma medida menos coercitiva, ela preserva o caráter punitivo da intervenção e seleciona as camadas pobres da população⁵⁴, com o objetivo de recuperar e reabilitar, sem restringir a liberdade do jovem, o que permite a gestão e o acompanhamento constante de suas rotinas e o repasse da informação ao juiz sobre suas condutas. Desse modo, a MSE de LA tornou-se uma das medidas mais aplicadas⁵⁵, seja por seu baixo investimento através de parceiras com instituições não governamentais, seja pelas práticas que possibilitam uma maior vigilância e controle dos jovens (RODRIGUES, 2013).

⁵⁴ A medida socioeducativa não é universal, ela atinge segmentos particulares da população juvenil considerada problemática ou indesejável (MALVASI, 2012).

⁵⁵ De acordo com o Levantamento Nacional Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa, publicado em 2014, que trazem dados relativos ao ano de 2012 e a período anterior, cumpriam medida de privação e restrição de liberdade, 20.532 jovens, enquanto 88.022 jovens cumpriam MSE em meio aberto.

3.2 O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (SINASE) – O desenho da política

Em relação à execução das MSE, o ECA determina que as medidas em meio aberto, assim como os programas de assistência social, as políticas sociais básicas, os serviços especiais de prevenção devem ser municipalizados, ou seja, de responsabilidade dos municípios. Determina também a criação de conselhos municipais, estaduais e nacionais da criança e do adolescente e a criação e a manutenção de programas específicos em âmbito nacional⁵⁶. Porém, o ECA não dá maiores diretrizes sobre a execução da medida de LA, mencionando apenas a figura de um orientador, o que deixa margem para que os estados e municípios instrumentalizem a sua maneira as MSE em meio aberto.

De acordo com Miraglia (2007), o processo de municipalização das medidas em meio aberto de LA e PSC tiveram início na maior parte dos estados apenas no período de 2003 a 2007, sendo que, somente Goiás, Maranhão e Paraíba iniciaram a municipalização na década de 1990. De acordo com a autora, esses dados demonstram que, de modo geral, as políticas estaduais socioeducativas tardaram em se adequar as normativas estabelecidas pelo ECA (MIRAGLIA, 2007).

Com relação ao estado de São Paulo, a publicação da Fundação CASA apontou que no transcorrer do ano de 2006, a instituição, norteadas pelo SINASE, desencadeou um processo de aprofundamento, entendimento e apropriação dos ditames desse sistema, para implementar no estado a municipalização das medidas em meio aberto. Até junho de 2006, 21 prefeituras estabeleceram convênios para a municipalização do atendimento, contando com a assistência, a supervisão e acessória da Fundação, assim como suplementação financeira para o desenvolvimento do programa de LA (Cf. FUNDAÇÃO CASA, 2010). Em 2007, ano de publicação do relatório “Mapeamento Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto”, a medida de LA havia sido municipalizada em 63 dos 645 municípios do estado, o que representava apenas 9,8% do total.

No ano de 2009, foi tipificado pelo Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS, a Resolução nº109/09 que estabelece que o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Meio Aberto (LA e PSC)

⁵⁶ Ver os artigos 87 e 88 do ECA.

deve ficar sob a responsabilidade dos CREAS dos municípios. Em decorrência da nova resolução, em janeiro de 2010 os serviços de LA no estado de São Paulo antes realizados em parcerias com a Fundação CASA, entidades assistenciais e ONGs, foram totalmente municipalizados com repasse estadual de verbas gerenciado pela Secretaria de Estado, Assistência e Desenvolvimento Social.⁵⁷

Segundo dados do Censo Serviço Único de Assistência Social – SUAS /CREAS, no ano de 2012, um total de 2.167 CREAS, 1.561, ou seja, 72% afirmaram ofertar o serviço de MSE em meio aberto de LA e PSC. E, segundo o documento, por meio da Resolução nº7, da Comissão Interssetorial Tripartite - CIT, promoveu-se uma expansão da oferta do serviço de MSE em meio aberto no SUAS, passando de 388 para 903, o número de municípios com co-financiamento federal.

Com o objetivo de regulamentar o cenário quase anárquico em relação ao sistema socioeducativo previsto no ECA, o SINASE, instituído em 19 de abril de 2012, vem depositar mais uma vez esperanças no recurso legal como elemento para assegurar direitos, estabelecer procedimentos técnico-administrativos e distribuir competências (JIMENEZ; JESUS; MALVASI; SALLA; 2012).

A sistematização da proposta do SINASE pela SEDH e pelo CONANDA, com apoio do UNICEF, teve início no ano de 2004. Em 2006, sua proposta foi aprovada em assembleia do CONANDA⁵⁸ e apresentada como projeto de lei (PL 1.627/2007) ao Plenário da Câmara dos Deputados (VERONENSE E LIMA, 2009). Em 9 de julho do mesmo ano foi criada a Comissão Especial do Atendimento Socioeducativo para analisar o projeto e em 18 de janeiro de 2012, foi publicada a Lei nº 12.594/2012, que institui o SINASE. A nova legislação passou a vigorar em 19 de abril de 2012, trazendo uma série de mudanças em relação às MSE.

Fruto de encontros organizados desde 2002 pela SEDH, pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SPDCA e pelo CONANDA, a versão final do SINASE, publicada em 2006, contou com a participação de juízes, promotores de justiça, conselheiros tutelares e técnicos de instituições que atuavam no atendimento socioeducativo. Organizado em nove capítulos a publicação teve como objetivo orientar as diretrizes para a formulação da legislação

Enquanto documento normativo publicado em 2006, o SINASE se propõe a ser um subsistema dentro do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

⁵⁷ Fonte - <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/medidas-socioeducativas>

⁵⁸ Resolução nº 119 do CONANDA, de 11 de dezembro de 2006.

– SGD. O SINASE se comunica e sofre interferência dos demais subsistemas internos ao SDG, tais como saúde, educação, assistência social, justiça e segurança pública. Desse modo, um dos principais conceitos definidos no documento é o da incompletude institucional que traz em seu bojo a ideia de integração das políticas na concretização dos direitos dos autores de ato infracional. Em termos gerais, o conceito de incompletude institucional demonstra a necessidade de políticas e ações pensadas, elaboradas e promovidas em rede, para que seja possível atender as complexidades do fenômeno que envolve os jovens autores de atos infracionais, as MSE e o fortalecimento do SGD.

A ideia central é a criação de políticas públicas e de fortalecimento dos serviços prestados pelo poder público e pela sociedade civil, propondo a atuação a partir de três eixos: promoção, defesa e controle social, levando em conta a utilização de recursos comunitários e um conjunto de políticas executadas por diferentes setores, de modo a garantir a participação da sociedade na gestão e, por outro lado, o controle na sua execução. Com base nesse conceito, institui-se uma rede na qual se articulam as políticas de assistência social, de saúde, de esporte e lazer, cultura e da educação. Para o Sistema Único da Assistência Social - SUAS, institui-se a promoção de serviços, programas, projetos e de um conjunto de benefícios para famílias dos jovens em cumprimento de MSE, com o propósito de contribuir para a inclusão e acessos aos bens e serviços assistenciais, com foco não apenas na família, mas também priorizando a comunidade. Ou seja, a política pública vai se caracterizar idealmente por ações descentralizadas, construídas de modo participativo através de articulações inter-setoriais no âmbito municipal, estadual e federal a fim de garantir a universalidade das políticas e dos serviços (MALVASI, 2012).

O documento normatiza os parâmetros arquitetônicos para unidades de atendimento socioeducativo, dispõe sobre a previsão orçamentária para a execução das medidas e compreende o atendimento ao jovem autor de ato infracional desde o processo de apuração até a aplicação e a execução da MSE (SEDH, 2006). O SINASE também busca reafirmar as diretrizes do ECA, como o fortalecimento das medidas em meio aberto em detrimento às medidas de privação de liberdade e a proliferação de unidades, assim como o caráter de excepcionalidade e brevidade das medidas, cujo elevado número de internações e rigor não tem melhorado a inclusão dos egressos do sistema socioeducativo (SEDH, 2006, p.14).

A privação do ambiente familiar e social traz mais problemas do que benefícios àqueles que são submetidos a ela. Não é possível desconsiderar que historicamente foi construído um ideário de que a institucionalização era apropriada para determinado grupo de crianças e adolescentes, aqueles considerados em situação irregular, justificando a separação da família e da sociedade dentro do modelo institucional correccional-repressivo. O ECA consagra a doutrina de proteção integral sendo, a convivência familiar e comunitária um dos direitos fundamentais e imprescindíveis para o pleno desenvolvimento de toda criança e adolescente (SEDH, 2006, p. 51).

Prioriza-se ainda a regionalização dos programas de privação de liberdade a fim de garantir a convivência familiar e comunitária bem como as especificidades culturais de cada interno, como etnia e gênero.

Com a publicação do documento em 2006 e com a promulgação da legislação no ano de 2012, coloca-se uma forte expectativa em relação à lei, tendo em vista que ela pode ser compreendida como um recurso legal pelo qual poderiam vir a serem assegurados aos jovens em conflito com a lei os direitos já consolidados no ECA, no entanto, não presentes no domínio das práticas institucionais (JIMENEZ; JESUS; MALVASI; SALLA; 2012).

Enquanto legislação que entrou em vigor no ano de 2012, tendo como base para sua formulação o documento normativo publicado em 2006, o SINASE se define⁵⁹ como um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução das MSE, incluindo os sistemas estaduais, distritais e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento.

A legislação vem estabelecer e definir as competências específicas da União, dos estados e dos municípios. De acordo com o SINASE, cabe a União formular e coordenar uma Política Nacional de Atendimento Socioeducativo, a elaboração do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, a prestação de assistência financeira aos estados e municípios para o desenvolvimento dos sistemas, a instituição do Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo, seu funcionamento, entidades, programas, incluindo dados relativos ao financiamento e a população atendida e, sobretudo a avaliação dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo, seus planos, entidades e programas.

Os estados devem formular o Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, o Plano Estadual de Atendimento em conformidade com o Plano Nacional, programas para a execução das MSE de semiliberdade e internação, normas complementares para

⁵⁹ Art. 1 do SINASE.

organização e funcionamento do seu sistema de atendimento, assessoria técnica e financeira aos municípios, defesa técnica a quem se atribua a prática de ato infracional, cadastro no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo além de fornecer regularmente os dados necessários à alimentação e à atualização do Sistema.

Já aos municípios cabe formular o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas em meio aberto, editar normas complementares para o funcionamento dos programas municipais, cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários, co-financiar junto aos estados e a União à execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial dos apreendidos para apuração de ato infracional, bem como aqueles que cumprem MSE em meio aberto.

A legislação dá ainda diretrizes para a elaboração dos planos nacionais, estaduais e municipais de atendimento que devem obrigatoriamente prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultural, capacitação para o trabalho e o esporte. Também se refere à estrutura dos programas de atendimento em meio aberto e de privação de liberdade no que condiz a equipe, ao projeto pedagógico, ao fortalecimento de redes com escolas, hospitais e outras instituições.

O SINASE passa a instituir o Sistema Nacional de Avaliação e Acompanhamento do Atendimento Socioeducativo com o objetivo de contribuir para a organização da rede de atendimento socioeducativo, assegurar o conhecimento das ações e seus resultados, promover a melhora da qualidade da gestão, além de disponibilizar informações sobre o atendimento socioeducativo. Determina ainda que ao final das avaliações deve ser elaborado um relatório contendo o histórico e o diagnóstico da situação, assim como as recomendações e os prazos para que as metas estabelecidas sejam cumpridas. Tais relatórios devem ser encaminhados aos respectivos Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e ao MP. As avaliações ainda devem englobar quais os impactos efetivos das MSE de internação e de meio aberto impostas aos jovens, a fim de verificar a situação desses, após o cumprimento das medidas, tendo como base suas perspectivas educacionais, sociais, profissionais e familiares, assim como a reincidência ou não da prática de atos infracionais.

O SINASE elenca também a responsabilização dos gestores, operadores, entidades de atendimento e as sanções em caso de descumprimento, assim como os

fundos responsáveis pelo financiamento das medidas como o Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, o Fundo dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e os entes federados.

Dá ainda as diretrizes para a execução das MSE, dos procedimentos em consonância com o ECA, dos direitos individuais, do Plano Individual de Atendimento - PIA, da atenção integral a saúde, dos procedimentos de visitas e da capacitação para o trabalho.

Ou seja, o SINASE vem suprir as deficiências do ECA no que condiz as ausência de normativas sobre a execução das medidas, o que faz com que o plano da lei seja diferente do plano das práticas.

No entanto, enquanto legislação, o SINASE não contempla todos os aspectos do documento normativo publicado em 2006. O documento normativo dá maior ênfase à participação dos jovens no PIA, ressaltando sua participação crítica na elaboração, no monitoramento e avaliação das práticas sociais desenvolvidas possibilitando o exercício da responsabilidade, liderança e autoconfiança. No plano da lei a participação dos jovens aparece apenas no capítulo III “Dos Direitos Individuais”.

Art. 49. São direitos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, sem prejuízo de outros previstos em lei.

VI - receber, sempre que solicitar, informações sobre a evolução de seu plano individual, participando, obrigatoriamente, de sua elaboração e, se for o caso, reavaliação. (BRASIL, 2012).

De acordo com Jimenez, Jesus, Malvasi e Salla (2014), há ainda a ausência de diretrizes pedagógicas como a concepção de socioeducação e de parâmetros pedagógicos que busquem orientar as propostas, os programas socioeducativos e o cotidiano das gestões. Portanto, o que se evidencia no plano da lei é que a racionalidade técnica burocrática contida nas normas e nos regulamentos valoriza somente os procedimentos administrativos, o que secundarizou o processo educativo.

As orientações do SINASE para a elaboração dos planos e programas socioeducativos se limitam apenas a exigências de que as instituições, no processo de sua elaboração, descrevam os elementos contidos no roteiro prévio, como: a articulação entre as áreas, os métodos, técnicas pedagógicas, o que parece superficial. Com isso, não constam na pauta do SINASE as diretrizes, a concepção de socioeducação, os parâmetros pedagógicos, compreendidos como valores a serem incorporados no cotidiano da gestão (JIMENEZ; JESUS; MALVASI; SALLA, 2012, p.3).

A lei também não faz referência ao desenho arquitetônico das instituições, nem à Resolução nº 46/1996 do CONANDA, que estabelece o número máximo de quarenta jovens por unidade, diferentemente do documento normativo publicado em 2006. Não dá diretrizes para a ação da polícia e do judiciário, forças institucionais marcantes na experiência dos jovens que passam por MSE e que aparecem na legislação como uma “rede externa” da comunidade socioeducativa, da qual se faz necessário a criação de uma “aliança estratégica” (MALVASI, 2012).

Desse modo, ao deixar de traçar diretrizes e parâmetros para a implantação do sistema socioeducativo, o SINASE abre espaço para que as práticas já consolidadas que priorizam o disciplinamento, espaços autoritários e a centralização excessiva, continuem vigentes nos processos socioeducativos.

3.3 A implementação das medidas socioeducativas em meio aberto no município pesquisado – O discurso institucional

O histórico oficial da implementação das MSE em meio aberto no estado de São Paulo foi realizado através da publicação “Medidas Socioeducativas em Meio Aberto”, organizado e impresso pela Fundação CASA, no ano de 2012. A presente publicação teve como objetivo constituir-se como um guia para a municipalização das MSE em meio aberto nos municípios do estado de São Paulo e trouxe um capítulo dedicado ao “histórico oficial” dos até então chamados “postos” de atendimento.

De acordo com a publicação institucional, o município em que a pesquisa foi realizada teve seu primeiro posto de atendimento criado no dia 17 de junho de 1986, a partir do processo de descentralização da medida de LA. A equipe inicial do posto era composta por uma assistente social e por uma psicóloga, enquanto que três outros funcionários foram cedidos à Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social - DRADS com o objetivo de dar continuidade ao acompanhamento de entidades conveniadas para supervisionar a aplicação dos recursos financeiros repassado a elas. O posto em questão era a sede da região e sua área de abrangência era composta inicialmente por um total de 55 municípios vizinhos.

A partir de 1988, os técnicos da FEBEM, na busca de expandir o atendimento prestado aos jovens inseridos na medida de LA retornaram aos postos descentralizados, incluindo o município pesquisado, a fim de realizar plantões mensais de atendimentos onde houvesse demanda.

No ano de 1991, a partir da promulgação do ECA, os técnicos dos postos passaram a realizar um trabalho de divulgação, colocando em pauta a formulação de políticas públicas, na busca de articular a criação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares. Nesse período os postos passaram a ser subordinados à Divisão de Apoio ao Menor na Comunidade-DAMC. A partir de então, o posto com sede no município em questão passou a contar com um subposto em um município próximo, também de grande porte, que se responsabilizou pela gestão das medidas em meio aberto de vinte e um municípios que até então faziam parte da região de abrangência do posto sede.

Nesse momento, vinha sendo realizado pelos postos de atendimento, um levantamento do número de jovens autores de atos infracionais para que a coordenação da DAMC pudesse obter dados quantitativos sobre a realidade no estado de São Paulo, com vistas à reformulação técnica para ampliar a área de atuação. O posto sede, localizado no município pesquisado, participou no período de diversos eventos buscando discutir o aprimoramento das ações, tendo em vista a criação do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente - CONDECA e da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS em 1993.

No ano de 1998, ocorreu a elaboração de um amplo planejamento estratégico para o posto sede, visando o aperfeiçoamento do trabalho executado pelas equipes nos bairros carentes do município, a fim de detectar as causas que levavam a chamada marginalização e a busca de propostas da prevenção e da solução dos problemas levantados. Nesse período, dois novos subpostos foram criados, abrangendo assim vinte e dois municípios que ainda estavam sob o território do posto sede. A partir daí, o posto sede do município pesquisado passou a não realizar mais o atendimento direto aos jovens inseridos nas MSE em meio aberto, no entanto, continuou realizando um trabalho de sensibilização e mobilização para que os municípios assumissem esses atendimentos.

A partir do ano de 2002, tiveram início os convênios entre a FEBEM e ONGs para atender os jovens inseridos nas medidas em meio aberto. O posto do município pesquisado passou a realizar a supervisão dos convênios e assessorar os municípios que possuíam demanda de atendimento para a formalização de convênios com repasses de recursos financeiros. Nesse mesmo ano foi elaborado um Manual de Convênios/Parcerias/Cooperação, em formato de apostila, na mesma ocasião em que o posto sede

passou a divulgar e discutir com os municípios de sua área de abrangência as formas de trabalho objetivando uniformidade nas ações.

A partir do ano de 2004, o posto iniciou um trabalho de conscientização aos municípios, pois os atendimentos ainda vinham sendo realizados pelos Conselhos Tutelares, visando que o município assumisse esses atendimentos por meio das Secretarias Municipais de Assistência Social.

A partir de 2005, teve início o processo de municipalização do atendimento por meio de entidades conveniadas, acompanhadas pelo posto da cidade pesquisada. Nos anos de 2007 e 2008 outras prefeituras passaram a assumir a gestão das medidas em meio aberto, culminando com as discussões do SUAS, ficando estipulado que as execuções seriam de forma direta ou indireta de acordo com cada realidade dos municípios.

No ano de 2009, iniciou-se um projeto piloto juntamente com a DRADS do posto sede e as supervisões conjuntas dos municípios vizinhos apresentando aos demais atores o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente e todo o processo desde a municipalização a transição, com o intuito de dar continuidade ao processo na região. Até 2010, segundo a publicação institucional os profissionais da cidade em questão estavam engajados em finalizar o processo de transição efetiva no que diz respeito às medidas em meio aberto, ou seja, as medidas ainda não haviam sido repassadas para o município.

No discurso institucional, publicado pela Fundação CASA, as práticas estão articuladas ao desenho da política de atendimento socioeducativo e têm como objetivo subsidiar a instrumentalização de organizações e instituições governamentais ou não a dar continuidade a implementação e efetivação das medidas em meio aberto. No entanto, ao entrevistar atores que fizeram parte da narrativa institucional foi possível perceber que no plano efetivo da implementação do desenho das políticas há uma imbricada rede de interesses e perspectivas que disputam e marcam o sistema socioeducativo (MALVASI, 2012) fazendo assim com que a única constância dos projetos seja caracterizada pela sua inconstância.

3.4 A implementação das medidas socioeducativas em meio aberto no município pesquisado – A política na “ponta”.

Ao longo da pesquisa que teve como objetivo verificar as mudanças na execução das MSE em meio aberto, com a implementação do SINASE, foi possível entrevistar três antigos funcionários e gestores da Cáritas Diocesana, ONG que atuou com as MSE em meio aberto no município entre os anos 2002 a 2007, através de um convênio com a FEBEM e de 2008 a 2010, através de outro convênio com a prefeitura municipal. Compreender esse processo de transição, término e início de novos convênios e por fim a municipalização das medidas foi possível através das narrativas de quem trabalhou e trabalha na “ponta” do sistema, ou seja, no local onde se dá a execução das políticas públicas desenhadas em âmbito governamental.

Diferentemente do histórico oficial da implementação das medidas no município em questão, foi possível perceber, através dos relatos, que na execução das políticas públicas nada está articulado ou acabado, não há um tempo rígido, cronológico, mas há a descontinuidade dos projetos, das propostas, assim como dos recursos e dos funcionários.

A trajetória profissional narrada por Renato⁶⁰ está diretamente relacionada ao histórico de implementação das diretrizes do ECA no município. Renato ocupou o cargo de conselheiro tutelar, técnico e coordenador das medidas em meio aberto entre 2002 a 2011, vivenciando a implementação de convênios entre a Cáritas, a FEBEM, a prefeitura, a transição das medidas do estado para o município, a instalação da Vara da Infância e Juventude, ou seja, o ciclo da implementação e desmonte das políticas públicas.

A primeira lembrança de Renato que envolve o atendimento socioeducativo no município remete ao período narrado pela publicação “Medidas Socioeducativas em Meio Aberto”, organizado e impresso pela Fundação CASA, em que a FEBEM executava as medidas em meio aberto através da DAMC. De acordo com ele, devido à demanda por atendimento ser regional, os técnicos tinham contato com os jovens apenas uma vez no mês, o que comprometia o atendimento.

Da primeira vez as medidas vieram para a Cáritas em 2002, antes de 2002, as medidas eram executadas através de uma diretoria que se

⁶⁰ Assim como os jovens entrevistados, os técnicos e funcionários da Cáritas Diocesa e do CREAS tiveram seus nomes substituídos a fim de garantir o sigilo.

chamava DAMC – Divisão de Acompanhamento ao Menor na Comunidade, que tinha seus próprios técnicos formados em assistência social, em pedagogia ou psicologia e faziam o acompanhamento das medidas. Mas a capacidade que esses técnicos tinham para ter contato com os adolescentes era de uma vez ao mês porque eles não atendiam apenas os adolescentes inseridos em medidas no município mais eles tinham que atender outros municípios da região administrativa da qual eles faziam parte (Renato).

Ou seja, até o ano de 2002, as MSE em meio aberto ainda não haviam sido implementadas no plano da efetividade, já que os atendimentos eram realizados apenas uma vez ao mês. Com o início do convênio entre a Cáritas Diocesana e a FEBEM em 2002, Renato relatou a proximidade entre os técnicos da instituição e os profissionais da ONG através de reuniões mensais para discutir os casos dos jovens que saíram da medida de privação de liberdade para cumprir as medidas em meio aberto, assim como os casos de jovens que tiveram a medida em meio aberto convertida em medida de internação. A FEBEM também participava dos processos seletivos para a contratação dos técnicos e incentivava a capacitação constante da equipe. Para ele, mesmo diante da proximidade entre as equipes, o papel da FEBEM nessa parceria era basicamente o de supervisionar os recursos financeiros, assim como as atividades desenvolvidas, o que resultava na ausência de autonomia para que os profissionais da ONG pudessem propor atividades e gerir os repasses financeiros.

O papel da FEBEM era basicamente o de supervisão. Ela injetava um recurso e ela queria saber se esse dinheiro estava sendo usado. Embora o profissional que estava indo supervisionar estivesse preocupado com a qualidade do trabalho a FEBEM enquanto estrutura de Estado estava preocupada com o dinheiro que estava sendo gasto. Então o profissional se via de mãos atadas, então ficava sempre na berlinda, procurando é claro, conciliar, porque estávamos falando na época de dinheiro público, então é claro e necessário que se tenha responsabilidades com esse dinheiro, mas a dinâmica do trabalho com as medidas socioeducativas é bem maior do que um recurso engessado. Pra eu te dar um exemplo, você recebia o recurso pra que inserisse o adolescente em um curso profissionalizante. Instituições como o SENAI dispunham de seis meses de curso, nós sabemos que, de acordo, com o Ministério do Trabalho, um curso profissionalizante precisa ter no mínimo dois anos e meio, então, o que o SENAI oferecia eram módulos. Você completa seis meses o curso de mecânica I, depois tem mais seis meses o curso de mecânica II, terceiro semestre mecânica III e aí ao longo de você ter terminado os módulos, aí você poderia dizer que você tem o curso profissionalizante de mecânica. Mais com seis meses já te dava possibilidade de adentrar no mercado de trabalho, então quando nós íamos falar com os adolescentes, nos tínhamos vários adolescentes com baixa escolaridade, então o SENAI não aceitava a inscrição deles,

e tinham adolescentes que queriam fazer um curso, mas ainda não estava claro nele, o desejo incorporado de fazer um curso, ele tinha ideia de que era importante para ele, para a LA dele fazer o curso profissionalizante mas não estava toda estruturada a ideia tanto que alguns que tiveram acesso aos cursos profissionalizantes nesse primeiro momento do convênio, alguns deixaram de frequentar, só que as mensalidades já estavam pagas, porque o SENAI exigia que o módulo fosse pago com antecedência. Então como prestar conta de um curso que o adolescente ao longo de 2, 3 meses resolveu parar e ele tinha ainda 3 ou 4 meses pagos? E como você tinha um dinheiro fechado pra pagar cursos profissionalizantes e você tinha um elenco grande de adolescentes que não tinham escolaridade para frequentar um curso profissionalizante, de acordo com os critérios do SENAI e esse dinheiro ficava parado. Você não tinha mobilidade de pensar, escuta aqui, no aspecto cultural esse adolescente tem uma vertente muito interessante para um futebol, uma música, será que nós não podíamos aproveitar esse dinheiro? Não. Então essa dinâmica com relação aos desejos, com relação aquilo que ele realmente se identifica ficava vago e preso a uma medida que tinha em torno de seis meses de duração, a um calendário do SENAI, por que se você iniciasse uma medida, se o juiz mandasse um adolescente no mês de abril pra iniciar o cumprimento de uma medida, ele não podia iniciar o curso profissionalizante porque já havia iniciado, só no próximo semestre. O módulo era em agosto, só que no meio de agosto ele já teria cumprido quatro ou cinco meses de medida e a FEBEM não aceitava que ele fosse matriculado em agosto, recebesse em setembro ou outubro a decisão do juiz pra encerramento da medida, sendo que ele tinha ainda mais dois ou três meses de curso, então ele ficaria preso ali. Então a gente pegava esse dinheiro e devolvia para a FEBEM (Renato).

O engessamento de recursos e as dificuldades em encaminhar e suprir as demandas dos jovens, narradas por Renato, parece intrínseco ao atendimento socioeducativo na “ponta” e vão perpassar todas as narrativas, independentemente da legislação em questão ou do convênio estabelecido em determinado período. Gabriel Feltran (2008), em sua tese, “Fronteiras em Tensão – um estudo sobre violência e política nas periferias de São Paulo”, teve como objetivo a partir de uma etnografia, iluminar o funcionamento, fluxos, tensões, interesses em disputa entre a periferia da cidade e o mundo público. Sua pesquisa foi realizada no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA de Sapopemba, organização que tem por fim mediar o contato entre jovens e mundo público, que implementa dentre outros programas, as MSE em meio aberto, afirmou que esquematicamente na engenharia dos programas de atendimento, o jovem atendido teria uma gama de possibilidades de acesso a outras entidades sociais e instâncias de governo “o que propiciaria a instituição um fluxo *ascendente* de circulação de problemas a resolver, que encontrariam na rede de proteção social sua instância própria de resolução” (FELTRAN, 2008, p. 259), fluxo esse que

poderia ser representado pela imagem esquemática de uma árvore. No entanto, quando no encaminhamento das demandas, os ramos das árvores estão inativos ou são tão altos que são impossíveis de serem alcançados. Não há vagas para a inserção no trabalho, para quem tem antecedentes criminais, na escola, o sistema de saúde não oferece tratamento para dependência química, os cursos são pagos, não há nível de escolaridade suficiente para matricular-se no curso, desse modo, a política traçada em âmbito governamental, quando na prática, não articula os programas, instituições e possui dificuldade para gerir e prestar contas dos repasses financeiros.

De acordo com Renato, mesmo quando a Cáritas Diocesana oferecia atividades financiadas através de outros projetos, cujo orçamento não estivesse vinculado ao programa das MSE, na tentativa de suprir as demandas, os jovens apresentavam dificuldades de locomoção de suas residências até o projeto, por conta do limite de passes de ônibus disponibilizados para o cumprimento das medidas. Além disso, as atividades de caráter cultural não compunham o plano pedagógico, o que impossibilitava a utilização dos recursos financeiros das MSE para outras atividades.

Na verdade existia um problema, com o tanto de dinheiro que se podia colocar no passe deles, então se eles viessem mais vezes, mais cedo acabava os passes deles, então se acabasse mais cedo o técnico da FEBEM nos questionava, mas se ele ganhou um saldo suficiente pra vir aqui até janeiro, por que agora já acabou? Aí respondíamos é porque ele estava participando de uma atividade de futebol, de piscina, aí eles falavam: tá previsto isso no projeto? Tá previsto como atividade cultural, lúdica, pedagógica e tal, mas a gente não coloca isso no projeto porque o Estado não aceita isso no projeto. Se a gente for levar o adolescente no cinema, aquele filme que ele vai assistir tem que ter um propósito pedagógico, técnico, se for pra distração não pode. Eu fico me perguntando, quantas pessoas vão nesse mundo ao cinema apenas com um propósito técnico, pedagógico? Eu não vou assistir “O Homem Aranha” porque não tem um propósito técnico pedagógico, então não pode ir e não pode gastar dinheiro com isso também. Então, se você de repente colocar dinheiro do próprio bolso ou do programa que você tem lá e colocar nas ações desenvolvidas isso não tem impacto nenhum pro técnico lá do Estado, não significa nada pra ele (Renato).

Ou seja, os problemas entre o convênio estabelecido iam desde o projeto pedagógico, que retirava autonomia da ONG para propor atividades até o repasse de recursos financeiros. No período em que as MSE em meio aberto eram geridas através do convênio, os repasses financeiros vinham do governo do Estado, sendo referente ao número de jovens atendidos no programa, ou seja, per capita. Segundo Renato, o convênio fechava um pacote através de uma média de jovens atendidos em um período

de quatro meses, no entanto, quando a média diminuía esses recursos eram rapidamente diminuídos e quando a média aumentava demorava-se a aumentar o valor do repasse feito a ONG.

O financiamento era per capita. Era uma verba do governo do Estado e ela era per capita. Então se fechava um pacote de setenta ou oitenta adolescentes e aí eles mandavam um dinheiro, de acordo com essa quantidade de adolescentes. Em um primeiro momento era mensal, depois de um primeiro momento a FEBEM passou a mandar por quadrimestre, ela mandava a cada quatro meses o referente a quatro meses de execução de medidas e o que ela pensava era assim, o programa de medidas ficava responsável por municiar a FEBEM por um relatório e nesse relatório se colocava qual era a quantidade de adolescentes que foram atendidos, qual era o número de adolescentes existentes, quantas visitas domiciliares foram feitas, quantos atendimentos foram feitos, individuais ou personalizados, quantos atendimentos em grupos foram feitos, quantos atendimentos personalizados e em grupos com as famílias foram feitos, quantas visitas técnicas foram realizadas. Então você tinha que oferecer isso e ao final você fazia uma análise crítica dessas práticas e desses procedimentos. Aí ao longo de quatro meses fazia-se a média para se propor uma retificação do convênio ou para aumentar ou para diminuir. Não preciso esconder de ti que quando era para diminuir o Estado era bem rápido e quando era pra aumentar bem demorado. Quando aumentava o número de meninos se trabalhava como o SINASE ainda trabalha, com até vinte adolescentes por técnico, houve um momento em que o juiz da infância cumulava outras Varas e outros ofícios e em uma época eleitoral ele acumulou a Vara Eleitoral, então ele ficou muito ocupado e por conta disso o número de audiências ficou bastante escasso, então o número de adolescentes caiu bastante, aí a FEBEM propôs o retificação do convênio com justiça, porque passamos a atender bem menos, aí houve toda uma reformulação na carga horária dos profissionais. Fim do período de eleição o juiz então retomou as audiências com muita energia ao ponto de que cada técnico ficasse com 30, 40 adolescentes para atender com 30 horas. Nesse período, a Cáritas fez muitos contatos a fim de que se aumentassem os recursos para que se pudessem contratar novos técnicos e ampliar a carga horária dos técnicos que já estavam. Aí foi nesse período em que o programa que atendia apenas comigo formado em Ciências Sociais, outro profissional em psicologia e um em assistência social, teve depois que a FEBEM fez a retificação, a entrada de novos profissionais pra que daí conseguisse estabilizar, por que na época veio um monte. (Renato).

O repasse de recursos financeiros, a prestação de contas desses recursos, a ausência de autonomia para gestá-los e o atraso nos repasses permeiam todas as narrativas. Esse fenômeno é possível de ser observado não somente no campo das MSE, mas no campo ampliado da execução das políticas públicas no país, pois o financiamento público reflete na correlação de forças sociais e políticas e é alvo de

diferentes interesses no momento da apropriação dos recursos públicos, além de ser alvo de uma política de controle (BRANDÃO, 2011).

As dificuldades na articulação de convênios e de encaminhamentos de demandas também norteiam todo o atendimento socioeducativo em meio aberto, pois quando as diferentes entidades não se recusam a prestar atendimento aos jovens devido aos seus antecedentes criminais, a recusa se dá pela alta demanda existente ou através da justificativa da entidade ou da instituição não possuir responsabilidades para com esse público. Para Renato, as articulações e as redes são feitas através de “pessoas”, ou seja, quando uma ação realizada em parceria com um órgão governamental obtém êxito, muitas vezes é através do intermédio de relações pessoais com “conhecidos” em secretarias ou outras instâncias e quando essas pessoas são substituídas em decorrência da grande rotatividade de recursos humanos, financeiros e de projetos as redes são desmontadas.

Esses encaminhamentos são realizados pelo meio burocrático, ou seja, você tem que escrever um ofício ou um documento mesmo, encaminho o adolescente tal, para que seja matriculado nesse mês, possui uma declaração escolar, etc. Enfim, você manda esse encaminhamento e a primeira coisa que um diretor de escola faz é perguntar o porquê que ele tá vindo aqui com esse encaminhamento, aí começa-se uma desconfiança sobre a razão pela qual ele usou um programa para encaminhar esse adolescente, aí começa-se a desconfiar: ele praticou algum delito, alguma infração, não quero ele aqui. Se encaminha ele pra um CAPS a assistente social lá já fala ele tá vindo aqui meio que empurrado por esse encaminhamento, então o nosso trabalho leva-se em conta a vontade da pessoa já tá meio que prejudicada, então algumas vezes a gente esbarra nesses problemas. Então fazia-se o encaminhamento em duas frentes, uma era de formalizar mesmo e outra era de entrar em contato e ligar, relatar a situação e outra de ir até o local mesmo com aquele adolescente depois de marcar um horário e procurar conversar com o profissional e tal, tal, tal. Às vezes o diretor, profissional já falava não quero você dando problemas aqui, daí lá fora você chamava ele de lado oh, tá vendo, essa é a sua oportunidade de você mostrar que você é uma pessoa que não vai fazer aquilo lá que ele tá dizendo. Então, em princípio, procurava-se minimizar, porque ele ficava assim por isso que eu não venho mesmo, aí falava um palavrão feio, então os encaminhamentos eram assim levava-se em conta as possibilidades. Os encaminhamentos para a biblioteca municipal tinha uma moça que gerenciava a biblioteca que queria esses adolescentes lá, que ela queria mostrar o mundo da leitura para esses adolescentes, o que há de magnífico em você lidar com os livros, com o leitor, como participante de uma história de leitura, de história de contos, que de repente tá meio capegenga, o que é muito sério, porque é muito alto o número de adolescentes que já estão no segundo ano do Ensino Médio e que não sabem ler e escrever. Então, todos esses encaminhamentos eram feitos assim, pra que o bendito supervisor quando abrisse a pasta técnica dele lá enxergasse isso e se sentisse satisfeito, então está sendo

feito o trabalho. Por outro lado, também é importante para que você possa olhar esse material todo, para que você possa saber como esse trabalho está sendo feito, também existe esse lado. A prefeitura no caso do CREAS se você vai fazer uma articulação da polícia do estado pra se discutir algumas queixas dos adolescentes contra eles como: chutes, socos, se você tá querendo que ele passe a confiar na polícia como uma esfera da segurança pública, como é que você vai trabalhar isso? Nessa reunião com o comandante lá, muitas vezes você precisa pedir autorização pro secretário, porque o secretário não quer que um funcionário público da secretaria dele vá pra uma reunião lá com outro representante de outro órgão público sem que ele esteja sabendo, sem que ele esteja dominando o assunto. Então, assim o trabalho não era muito fácil porque você precisava encontrar um momento com outro equipamento público, equipamento municipal e também ter. Então, quando você vai dialogar com outras esferas públicas que não são do município eles questionam muito o município eles acham que o município deixa de fazer muita coisa, então se você vai, por exemplo, e uma vez a gente tentou falar com os bombeiros porque a ideia era pegar aqueles adolescentes que já tinham se envolvido em brigas graves que já tinham quebrado o braço e tal de outras pessoas pra poder ter a experiência claro, levando em conta a possibilidade de ele poder fazer isso, ver como era a rotina de um corpo de bombeiros que era uma rotina árdua e tudo, que dá trabalho, aí a gente tentou conversar um pouco, aí o comandante disse meio que nas entrelinhas: “escuta e a secretaria de vocês, municipal, já absorveu todos esses adolescentes?” Então, vê primeiro se a prefeitura está fazendo o papel dela pra depois você vir conversar com o Estado. Do nosso ponto de vista, a prefeitura não está fazendo o papel dela e do nosso ponto de vista, o Estado não está fazendo o papel dele, então não se articula. Então tem muito esse outro lado de se enxergar muito como prefeitura e não como uma ação da Secretaria Municipal da Saúde está interferindo em uma ação da Secretaria de Assistência Social. Então as articulações são demoradas, são muito trabalhosas, elas são feitas com pessoas e quando as pessoas são retiradas dos seus cargos essas articulações morrem, porque não é uma política do serviço público, foi uma ação particular isolada daquele diretor, daquele comandante e quando ele sai morre toda a parceria (Renato).

Feltran (2008), também verificou problemas semelhantes nos encaminhamentos de jovens no CEDECA de Sampaopemba em São Paulo, onde realizou sua pesquisa etnográfica. Pois, quando os encaminhamentos não são agravados pelo histórico de envolvimento em atos infracionais, eles não são realizados devido à baixa escolaridade, à documentação defasada e quando tais demandas são encaminhadas é comum que as respostas sejam negativas.

Assim como narrado por Feltran (2008), o ciclo de implementação das MSE conta também com o ciclo de desmanche: fim de convênios, cortes significativos de repasses e cortes de funcionários. Em 2008, o convênio entre a Fundação CASA, antiga FEBEM e a Cáritas Diocesana foi extinto, em uma primeira tentativa de municipalização das medidas de meio aberto, sendo repassadas para a Secretaria de Assistência Social. De

acordo com Renato, essa primeira experiência não foi bem sucedida, devido às dificuldades encontradas pela prefeitura em prestar contas dos recursos repassados. Após sete ou oito meses, a prefeitura estabelece um novo convênio com a Cáritas Diocesana e as medidas voltam a ficar sob a responsabilidade da entidade.

Foram dois momentos, em um primeiro momento, a Fundação CASA ainda era gestora das medidas de meio aberto, quem quisesse trabalhar com as medidas em meio aberto no estado de São Paulo precisava entrar em contato com a Fundação CASA e ela vinha sinalizando o propósito da municipalização e isso fez uma tentativa de 2007 para 2008, e essa tentativa foi no sentido de que uma secretaria no caso a Secretaria de Assistência Social pudesse estar assumindo. Naquela época, a prefeitura, ela não conseguiu reunir profissionais para estar trabalhando, então não tínhamos nenhum assistente social e nenhum psicólogo na equipe, então eu fui para monitorar a formação dessa equipe e a estruturação dessa equipe. O que nos tínhamos na época eram estudantes, uma estudante de direito, um educador social com formação em pedagogia e estudantes também do curso de serviço social. Então esse foi o primeiro ensaio que nós tivemos mas isso durou cerca de seis sete meses, aí a prefeitura se viu com muita dificuldade de aplicar os recursos que vinham e de prestar contas desse recurso e voltou a falar com a Cáritas no sentido de que a Cáritas reassumisse. Aí, então, nesse segundo momento que a Cáritas conseguiu retomar o atendimento das medidas, só que aí a Cáritas também teve dificuldades naquela época de reunir profissionais já formados novamente, aí acreditava que poderia trabalhar com estagiários, seguindo a linha de trabalho que prefeitura estava desenvolvendo. Aí num primeiro momento dessa etapa eram estagiários do curso de serviço social e um estagiário do curso de psicologia. Com o passar do tempo elas se formaram e foram admitidas como profissionais, aí a Caritas ficou com uma psicóloga formada, uma assistente social formada e com duas estagiárias em serviço social. E a prefeitura cedeu na época mais uma profissional de serviço social que no caso é a atual coordenadora do CREAS. Então eu fiz a coordenação dessa equipe até o final de 2010 e em 2011 ela retornou para o CREAS, aí já se tinha um entendimento mais claro do papel do CREAS com relação às medidas socioeducativas, aí a coordenadora foi atrás e já estava garimpando dentro da própria secretaria profissionais de serviço social para estar atuando (Renato).

Ou seja, com o processo de municipalização das MSE, a partir das diretrizes do SINASE, o município levou um período para compreender seu papel na execução das medidas, assim como para constituir um quadro de profissionais. Para Lourenço, diretor da entidade no período do convênio entre a FEBEM e a Cáritas Diocesa, que se mantém no cargo até os dias atuais, qualquer possibilidade futura de assumir novamente a gestão das MSE em meio aberto, por meio de parcerias ou convênios estava descartada. Para ele, a burocracia e a ausência de autonomia para gerenciar os recursos e propor

atividades pedagógicas deixava o trabalho da entidade “engessado”, ou seja, a Cáritas atuava apenas como executora da política pronta, acabada e não como propositora.

(...) na verdade, o grande problema que nós enfrentávamos com a FEBEM era se adequar aos procedimentos técnicos porque eu, por exemplo, na época eu tava como, todo tempo eu trabalhei como diretor e por alguns momentos eu trabalhei como coordenador direito e a grande dificuldade que a gente encontrava era de se enquadrar nessas diretrizes, porque essas diretrizes elas ditavam o trabalho, você tem que atender tantas crianças, tantos adolescentes e aí se diminui, diminui também o repasse, porque eu tô contratando alguém, se diminuir eu não posso diminuir o salário dele. Esse era um grande problema e outra coisa era o pedagógico, porque engessava o trabalho pedagógico, então toda essa possibilidade da entidade de fazer um trabalho criativo, diferente, a gente acabava esbarrando na burocracia, porque às vezes o técnico ao invés de atender o adolescente ele ficava preenchendo relatório, fica fazendo todo o trabalho burocrático de montar, fazer assim os casos, montar um planilha assim de cada mês, quantos adolescentes foram inseridos na escola, quantos não foram, quantos adolescentes foram inseridos nos cursos profissionalizantes, quantas reuniões foram feitas com os pais, tudo isso, numa planilha mais algo assim de excel, matemático, eu me rebelava contra isso, mais não tinha como fazer a não ser dessa forma porque as coisas eram enquadradas e aí vai pra FEBEM, pra São Paul tudo, e aí tem um controle de tudo isso, infelizmente é algo que se repete nos sistemas escolares, tudo vem de cima já, direcionado, então se enquadra nisso e se perde toda a riqueza, toda a possibilidade de se fazer algo diferente. Não que não deva haver o controle, não sou contra isso, tem que ter controle sim, dinheiro público, sim, com certeza, mas tem que ser feito de uma maneira mais inteligente e isso era um assunto constante em nossas reuniões, e muitas vezes com as supervisoras técnicas, algumas muito compreensivas, buscando caminhos, a maioria delas né, uma ou outra que a gente se confrontou um pouco, então esses foram aonde se pensava só em resultados, os resultados foram limitados por isso, por causa das planilhas, porque às vezes não se dedicava tanto tempo em abraçar a causa, em fazer uma visita domiciliar, em tá na situação, eu tive aqui um orientador e ele chegou, se mobilizou, chegou a conseguir um carro, pra levar o adolescente na clínica, ele atendeu tão bem o jovem, se chegou a se envolver profissionalmente mais com o coração que abraçou a causa e qualquer coisa tirava até do bolso, pra poder ajudar aquela situação. Então isso tudo, a riqueza tava ali, mas que se perdia em outras coisas, então isso era assunto constante nosso. Uma vez nós fizemos uma reunião, mudamos umas coisas e aí encaminhamos. Ah, não pode, tem que pedir autorização lá. Então, depois surgiram outras possibilidades da gente fazer parceria com a semi-liberdade, ali que se instalou, com a Cáritas, mais aí nós analisamos, já conhecíamos e aí nós falamos não, o que vocês querem é nós pra trabalhar pra vocês, pra pegar o abacaxi e vocês dão o dinheiro, mas nós não trabalhamos com os nossos objetivos, então é melhor vocês contratarem alguém, contratarem alguém direto, é bom, enfim... (Lourenço).

Além do coordenador das medidas em meio aberto e do diretor da ONG religiosa foi possível conversar com uma técnica que atuou seis anos nas MSE em meio aberto na Cáritas Diocesana. Lúcia, formada em psicologia, atualmente trabalhava no CREAS em que a pesquisa foi realizada, no Programa de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos - PAEFI. Para Lúcia, atuar nas medidas em meio aberto se constituiu como uma “experiência enriquecedora”, mas assim como os demais entrevistados até o momento, considerava que o êxito das medidas esbarrava nos procedimentos burocráticos e na ausência de autonomia para gerenciar os recursos financeiros.

Tinham as meninas das medidas em meio aberto da antiga FEBEM e elas que passavam e davam todo o suporte pra nós, então a gente tinha a supervisão dessa equipe da FEBEM. Então a gente se reunia bastante, praticamente uma vez por semana e depois uma vez a cada 15 dias mas era bem constante. Então, assim era troca mesmo, como fazer, como elas faziam e soluções que podiam ter. E na Cáritas mesmo nós tínhamos muitas reuniões, uma vez por semana, era troca. Então sentávamos todos e a gente discutia né, discutíamos os casos, e assim, independente da nossa formação, ali nós éramos técnicos e cada um então tinha o seu caso, não era, por exemplo, um caso que passava por todos, mas o que acontecia nessas reuniões era que a gente fazia a troca e lógico cada um dentro da sua área acabava contribuindo. Então era bem enriquecedor mesmo. Lá nos tínhamos bastante apoio da equipe, embora assim o trabalho fosse bastante difícil, nós tínhamos muito suporte da equipe, então era um lugar assim que eu amava trabalhar. O trabalho mesmo era muito enriquecedor, porque eu falo quem trabalha nessa área cresce muito como pessoa e como profissional, porque você começa a ter uma outra visão de muitas coisas que até então você de fora só julga, critica ou tem um outro olhar e quando você começa a trabalhar com eles você começa a perceber que tem muito mais coisas além do que aquilo. Mas o dinheiro repassado do Estado pra Cáritas e aí a Cáritas fazia esse gerenciamento que era o nosso salário e as coisas que eram compradas realmente pro projeto, pros meninos, mas era muito burocrático, pra tudo você tinha que ter assim uma mega, hiper, máster justificativa. E assim oh, não podia comprar, por exemplo, eu posso comprar pão, mas não podia comprar um bolo, né, então assim e nós gostávamos e até pela Cáritas, até pela filosofia que tem os marianistas que contribuía muito para o nosso trabalho e desenvolvimento que a gente achava que não era só porque eles estavam cumprindo uma medida que eles tinham que comer só pão, então a gente achava realmente que tínhamos que oferecer várias outras coisas. Então assim, na reunião de pais uma vez por ano a gente comprava pizza, fazia, acolhia eles assim, porque tem que ter uma coisa diferente. Mas assim, na nota saia pão, mas a gente tinha uma parceria com a padaria pra entregar a pizza, o bolo, a gente comprava coisas diversificadas porque no fundo é uma hipocrisia (Lúcia).

Ou seja, na “ponta”, local em que as políticas públicas são implementadas, são realizados rearranjos para a compra de materiais, para o encaminhamento dos jovens e prestação de contas, pois no plano cotidiano, a política não se dá de maneira estanque e acabada como em seu desenho. Para Lúcia, que hoje atua no CREAS, mesmo local em que é realizado o atendimento as medidas em meio aberto no município, com a municipalização das medidas, “atualmente as medidas existem mais pra falar do que tem do que pra funcionarem realmente” (Lúcia), ou seja, não atendem os jovens de maneira efetiva.

Renato esteve presente no processo de municipalização das medidas em meio aberto que, de acordo com ele, teve início no ano de 2011, quando elas voltaram a ser responsabilidade da prefeitura, que passa a executar as medidas através do CREAS, que formou a equipe ao longo de um ano.

Então foram duas assistentes sociais que iniciaram, um advogado que também entrou na equipe também para fazer a orientação técnica e mais tarde chegou outra assistente social e o advogado foi se retirando e ficando mais na parte jurídica. Então a prefeitura foi se arrumando administrativamente dessa forma para receber as medidas (Renato)

Para Renato, com a municipalização das medidas em meio aberto os poucos aspectos positivos do convênio entre a antiga FEBEM e a Cáritas Diocesana, acabam se perdendo nesse processo. As reuniões realizadas mensalmente com os técnicos da Fundação CASA para discutir os casos e as ações, deixam de existir, os antigos técnicos da Cáritas que possuíam afinidade com a temática e acumularam experiência no campo das MSE são demitidos, os recursos antes gestados pela Cáritas ficam agora sob o controle da Secretaria de Assistência Social sem que os técnicos possam ter autonomia sobre os gastos, surgem problemas relacionados ao espaço físico, ao horário de funcionamento que não possibilitava mais com que os grupos de pais ocorressem no horário noturno, assim como a falta de incentivo e recursos para a capacitação, ou seja, inicia-se um novo ciclo de desmanche da política no município.

Naquela época a prefeitura contava com bastante profissionais da assistência social, mas assim com poucos profissionais inclinados a trabalhar com adolescentes que cometeram infrações. Pra prefeitura eles pegam o profissional e retiram de um lugar e isso é feito assim de uma hora pra outra. Você agora vai trabalhar com isso, nem com uma peça de motor de carro da pra se fazer isso, mais eles acreditam muitas vezes que com seres humanos dá pra se fazer isso, então pegava-se o profissional, o que eu nesse caso buscava identificar quais eram as

angústias desse profissional, temores, inseguranças e eu tentava redimensionar isso pra que ele tentasse encarar o trabalho como um desafio, mas que não era nenhum bicho de sete cabeças o trabalho. Profissionais que nesse segundo momento responderam bem, a forma como foi feito que eu acho que é desagradável, como o aparelho publico faz, acho desagradável, ruim (Renato).

A partir da pesquisa de campo no CREAS, foi possível perceber a existência de distintos momentos na execução das medidas. O primeiro foi no final de 2011, quando foi realizado o primeiro contato com o órgão a fim de verificar a possibilidade de realizar a pesquisa na instituição e Renato ainda coordenava as medidas e sua equipe era composta por 4 técnicas, com formações em diferentes áreas. O segundo momento foi no final de 2012, no início da pesquisa de campo, quando foram realizadas as primeiras entrevistas com os jovens, nesse período Renato havia sido transferido do CREAS para trabalhar em um abrigo de crianças e jovens da prefeitura. Na entrevista com Renato ele declarou estar atuando há 8 meses como técnico administrativo de uma ONG do município e não mencionou o motivo de sua saída do CREAS. No início de 2013, as medidas estavam sem um coordenador e o número de técnicas havia sido reduzido para duas, com uma demanda de atendimento de em média 100 jovens ao mês, para cada técnica. Nesse período, o CREAS ficou sem recursos financeiros para disponibilizar passes de ônibus aos jovens que vinham cumprir as medidas de LA e PSC, desse modo, alguns percorriam longos quilômetros andando de seus bairros até o centro da cidade ou faltavam nos atendimentos, era um novo ciclo de desmonte da política no município.

Em uma das ocasiões em que fazia campo no CREAS me reuni com Vânia e Laura, duas assistentes sociais que permaneceram no atendimento dos jovens inseridos nas medidas em meio aberto. De acordo com elas, o desmonte ocorreu após a reeleição de um novo prefeito, o que acarretou na mudança do secretário da assistência social e do diretor da DRADS do município. Segundo elas, no início do processo de municipalização das medidas em meio aberto, comparecia semanalmente um responsável da Secretaria da Assistência Social para fiscalizar a execução das medidas, a fim de cobrar uma resposta do município, cujo prefeito era da oposição, o que fez com que a equipe se estruturasse, tivesse uma sala, recursos e um coordenador das medidas. Com a eleição do novo prefeito e a nomeação de novos secretários, não houve mais fiscalização no CREAS.

Com a mudança da gestão municipal, o número de funcionários deixou a desejar, está claro. Quando eu entrei nós éramos em quatro,

hoje eu não vejo mais a DRADS aqui né, e nós estamos em duas e dobraram o número de medidas socioeducativas. Então, assim, eu acho um pouco complexo hoje e quanto ao financiamento eu não sei se melhorou ou se piorou porque não é gerido por aqui né, mas eu acho que se tem essa verba disponível pras medidas a gente podia refazer essas metas, tentar entender no que se pode gastar, por exemplo, a gente tem um data-show pra Secretaria de Assistência inteira, então eu nem trabalho com data-show, porque não vai existir essa possibilidade, a gente teve uma época aí e ele quebrou e nunca mais tivemos, então essas coisas assim sabe que a medida deveria ter o básico assim (Laura).

Ou seja, mesmo antes do processo de municipalização das medidas é possível concluir que a efetivação das medidas em meio aberto só ocorre idealmente no plano do desenho das políticas públicas, quando no campo da execução das políticas, não há tempo hábil, os educadores atendem centenas de casos, há corte de recursos e funcionários, a rede local de encaminhamentos não é muito extensa, dentre inúmeros outros problemas (FELTRAN, 2008).

No final de 2013, Laura se aposentou e não houve nenhuma nova contratação ou transferência para substituí-la, ou seja, Vânia passou a realizar todos os atendimentos de LA e PSC do município. Na ocasião, Vânia relatou estar enfrentando dificuldades para preencher as pastas e encaminhar os relatórios de acompanhamento para o juiz, na tentativa de não deixar “as medidas pararem”. Vânia sinalizou que tudo indicava que no próximo ano as medidas seriam novamente repassadas para a Cáritas Diocesana através de um novo convênio entre a ONG e a prefeitura, ou seja, o ciclo de desmonte da política de municipalização das medidas estava completo.

No início de 2014, ao retornar ao CREAS, Vânia ainda encontrava-se sozinha para atender no mês de janeiro a 79 jovens que cumpriam as medidas de LA e PSC. De acordo com ela, os atendimentos antes realizados semanalmente agora vinham sendo realizados a cada 15 dias para que ela pudesse dar conta da demanda. E, até aquele momento, as medidas ainda não haviam sido repassadas para a Cáritas Diocesana, segundo Vânia, devido aos baixos valores dos repasses financeiros para a execução das medidas de LA, a ONG recusou assumir a medida, afirmando que ao final teriam de arcar com os custos para o desenvolvimento do programa.

Alguns meses depois, ao retornar ao CREAS para encerrar o campo, fui comunicada que as medidas retornariam para a Cáritas Diocesana e estariam sob a supervisão de Vânia. De acordo com ela, nas últimas reuniões realizadas para a transferência das medidas, houve “boatos” de que ONG aceitou novamente receber a

medida de LA porque estava com sérios problemas financeiros, correndo o risco de encerrar seus projetos. Era o início de um novo ciclo da política.

O ciclo das políticas públicas das MSE em meio aberto pode ser aproximada da trajetória de Renato, igualmente paradigmática, pois ela está diretamente vinculada à rede de interesses das medidas no município. Em alguns momentos Renato tornou-se coordenador, técnico e novamente coordenador das medidas em meio aberto. No período em que as MSE se consolidam no CREAS, Renato é afastado da prefeitura. Assim como a trajetória de Renato, independentemente do desenho das políticas públicas que buscam instrumentalizar a execução das medidas em meio aberto de LA e PSC, elas estão inscritas nos jogos de poder e interesse, assim como as pessoas envolvidas em sua execução.

O cenário narrado de ciclos inconstantes das MSE em meio aberto não se faz exclusivo ao município pesquisado, mas também foi demonstrado nas pesquisadas realizadas por Feltran (2008), Paula (2011) e Albuquerque, Botelho e Oliveira (2013).

Albuquerque, Botelho e Oliveira (2013) analisaram o processo de municipalização das medidas socioeducativas de LA e PSC em dois municípios com características diferentes, São Paulo/SP e Pouso Alegre/MG. Através da pesquisa puderam constatar que as medidas socioeducativas em São Paulo contam com 55 serviços, cada um com 120 vagas. Com relação ao município de Pouso Alegre em Minas Gerais, os autores apontaram que a estruturação do programa conta com apenas um programa de medidas socioeducativas de meio aberto, que começou a ser implementado no município no ano de 2009, por meio da Fundação Pousoalegrense Pró-Valorização do Menor.

Foi constatado pelos autores, que, com a implementação do SINASE muitas mudanças ocorreram em 2012, como alterações na estrutura física, com salas de atendimento individual e também espaço para atividades em grupo, a redefinição das oficinas realizadas, evolução no atendimento às diretrizes legais como o início da elaboração do PIA, a inserção de um advogado na equipe e de um coordenador geral. No entanto, os problemas encontrados no processo de municipalização das medidas foram referentes ao repasse de recursos, a inexistência de um Plano Municipal que regule a estrutura do atendimento socioeducativo e a não articulação da rede assistencial que possa respaldar o atendimento e a política socioeducativa como um todo. Como conclusão, os autores apontam à necessidade de se atender as resoluções do

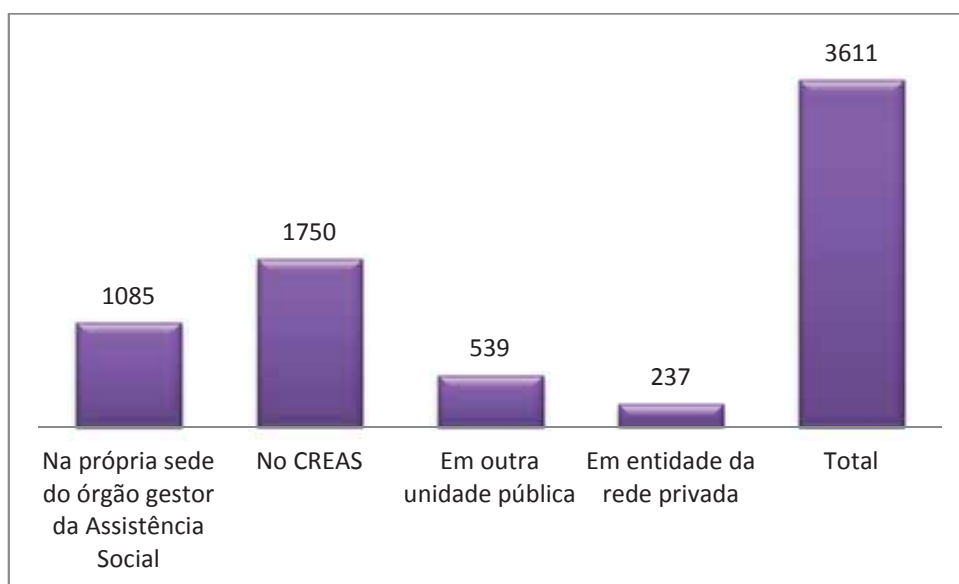
SINASE, a fim de que a política pública possa avançar, rompendo com ações assistencialistas, de caráter religioso, ligadas ao primeiro-damismo e a ótica menorista.

Ao analisar a municipalização da medida de LA no município de São Paulo, que teve início no ano de 2008, Paula (2011) apontou que após a saída da Fundação CASA, que realizou por aproximadamente 30 anos, a gestão e o atendimento as medidas, entram em cena a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADS e a Prefeitura, que ampliaram o número de convênios com organizações que não tinham experiência no atendimento.

A municipalização e os novos convênios passaram a envolver o estabelecimento de uma nova cadeia na gestão da LA e impor uma lógica gerencial aos coordenadores, técnicos e orientadores, necessitando um forte investimento na profissionalização e na prestação de contas dos recursos públicos. Desse modo, a formalização das práticas impossibilitava que os educadores tratassem de questões específicas das trajetórias dos jovens atendidos, a fim de que os educadores oferecessem outros sentidos a escolarização, profissionalização e inserção em programas e benefícios sociais. Por ter a pobreza como foco, a medida de LA, se constitui ao mesmo tempo, como punitiva e de assistência social, voltada principalmente para adolescentes pobres que tenham cometido atos infracionais. E, por se situarem geralmente em bairros periféricos e no plano da assistência social, a medida de LA, acaba por se concentrar nas “solidariedades e no vínculo familiar, que se mobilizam para promover o ingresso do jovem no mercado de trabalho, muitas vezes informal, e sua inserção na escola, um dos poucos equipamentos públicos disponíveis em todo o bairro” (PAULA, 2011, p. 234). Desse modo, a medida de LA não oferece outras experiências possíveis aos jovens, que não a escolarização e a inserção no mercado informal de trabalho.

De acordo com os dados do Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa, publicado em 2014, que trazem dados relativos ao ano de 2012, o local predominante para a execução das medidas em meio aberto de LA e PSC no país são os CREAS, mas é importante ressaltar que as medidas não foram totalmente municipalizadas, existindo um número expressivo de outras instituições que executam o serviço.

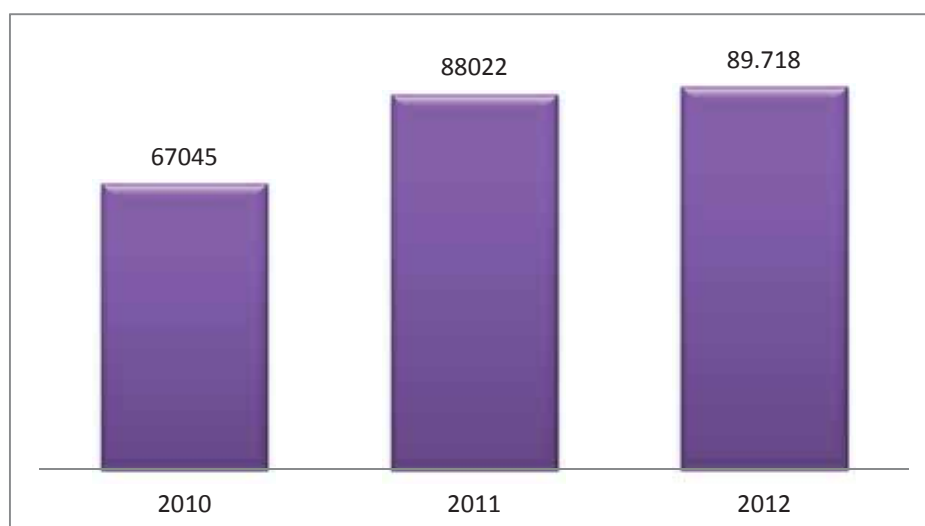
Gráfico 14 - Local de execução das MSE de LA e PSC no Brasil – 2012



Fonte: SNPDCA/SDH 2014

Entre os anos de 2010 a 2012, o número de jovens em cumprimento de MSE em meio aberto cresceu no país. Em 2010, o número de jovens inseridos nas medidas de LA ou PSC foi de 67.045, em 2011, teve um salto para 88.022 e em 2012, houve um pequeno, quando comparado ao período anterior, para 89.718 jovens.

Gráfico 15 - Número de jovens cumprindo MSE em meio aberto no Brasil – 2010 a 2012

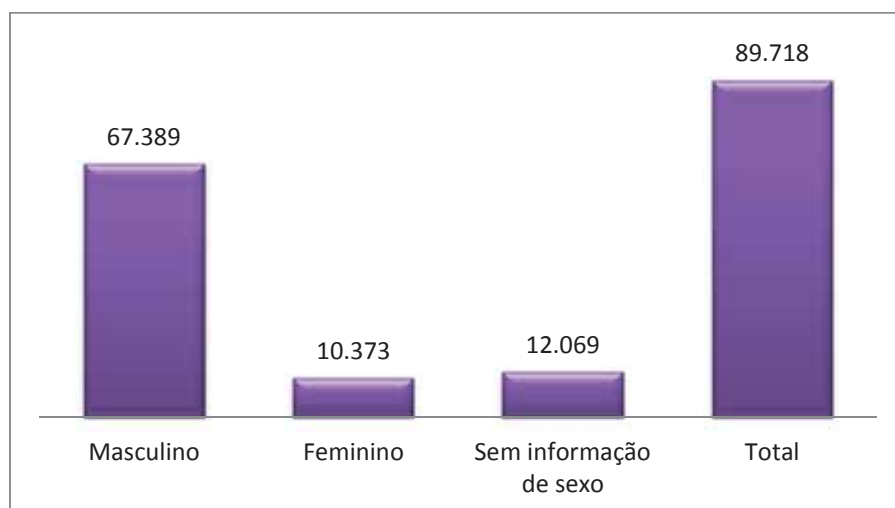


Fonte: SNPDCA/SDH 2014

O total de jovens que cumprem MSE de meio aberto no Brasil é de 89.718. Desse total, 67.389 são do sexo masculino, 10.373 do sexo feminino e 12.069 não

apresentam informações sobre gênero. Desse modo, assim como nas medidas privativas e restritivas de liberdade, prevalece o número de jovens do sexo masculino.

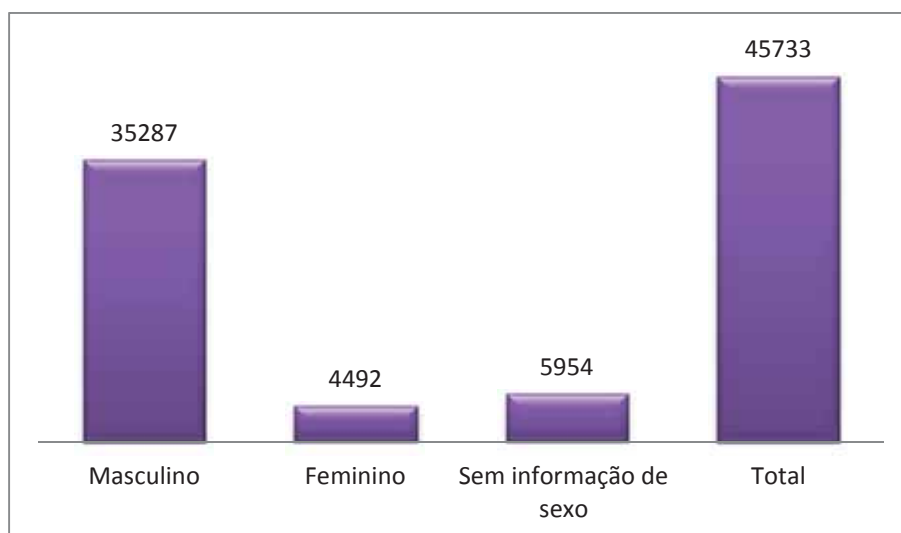
Gráfico 16- Jovens em cumprimento de MSE de LA e PSC por gênero no Brasil - 2012



Fonte: SNPDCA/SDH 2014

O número de jovens cumprindo a medida socioeducativa de LA no país foi de 45.733, em 2012. Desse total, 35.287 eram do sexo masculino, 4.492 jovens do sexo feminino e 5.954 não apresentaram informação sobre gênero.

Gráfico 17- Número de jovens em cumprimento de medida de MSE de LA no Brasil – 2012



Fonte: SNPDCA/SDH 2014

Sobre o atendimento prestado aos jovens em cumprimento de MSE de meio aberto, o Levantamento Anual traz dados sobre a frequência no acompanhamento aos

jovens em cumprimento de LA e PSC. De acordo com os dados é possível destacar que apesar da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais estabelecer a frequência no acompanhamento de forma sistemática, com frequência mínima semanal, de forma a garantir o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do Plano Individual de Atendimento – PIA, persiste ainda o registro variado de frequência.

Tabela 1 - Frequência de atendimento dos CREAS as MSE de LA no Brasil – 2012

Não realiza atendimento	158
Semanal	779
Quinzenal	455
Mensal	226
Bimestral	06
Trimestral	12
Semestral	14

Fonte: SNPDCA/SDH 2014

Em relação aos 1491 CREAS que responderam a questão referente às principais atividades desenvolvidas no acompanhamento dos jovens inseridos na medida de LA, a maior parte afirmou serem as políticas de educação, saúde e profissionalização, atendendo ao princípio da incompletude institucional, disposto no SINASE. No entanto, mesmo previsto na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, desde 2009, e disposto na Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, o PIA ainda não é elaborado por todas equipes do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida. O PIA é apontado pelo SINASE como uma ferramenta imprescindível para o acompanhamento dos jovens em cumprimento de medidas de LA e PSC e pressupõe a participação não só do jovem, como também de sua família. Além disso, é necessária uma articulação consistente entre as políticas setoriais para consecução das metas pactuadas no PIA.

Tabela 2 - Percentual de ações e atividades realizadas pelos profissionais no âmbito da Liberdade Assistida – 2012

Elaboração do PIA	88%
Atendimento Individual	98,5%
Atendimento em grupo	59,1%
Atendimento da família do jovem em cumprimento de medida de LA	94,8%
Atendimento com grupos de famílias dos jovens em cumprimento de LA	49,8%
Visita domiciliar	96,7%
Encaminhamento do jovem para o sistema educacional	92,3%
Acompanhamento da frequência escolar do jovem	94,3%
Encaminhamento para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	79,7%
Encaminhamento do jovem e sua família para outros serviços e programas da rede socioassistencial.	90,9%
Encaminhamento para serviços da rede de saúde para atendimento de usuários/dependentes de substâncias psicoativas	82,5 %
Encaminhamento de famílias ou indivíduos para outros serviços da rede de saúde.	85,6%
Encaminhamento do jovem para cursos profissionalizantes	80%
Elaboração e encaminhamento de relatório para a Justiça da Infância e da Juventude ou Ministério Público	95,6%
Elaboração e encaminhamento de relatórios periódicos para o órgão gestor da assistência social no município	57,4%

Fonte: SNPDC/SDH 2014

De acordo com os dados do Levantamento Nacional, a educação e a saúde são os principais parceiros dos CREAS para a inserção dos jovens em cumprimento de LA e de PSC na rede de atendimento. Enquanto que, outras políticas como esporte, lazer, cultura, profissionalização, tem indicadores mais baixos. Desse modo, a medida de LA não oferece outras experiências possíveis aos jovens, que não a escolarização e o acesso à saúde.

Tabela 3 - Principais parceiros com os quais este CREAS conta para inserir na rede de atendimento os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de LA e PSC - 2012

Não conta com parceiros da rede	2,65%
Educação	84,4%
Saúde	74,6%
Esporte e lazer	51,4%
Cultura	40,4%
Trabalho/Orientação ou qualificação profissional (Ex.: Adolescente Aprendiz, etc.)	44,4%
Grupos ou atividades desenvolvidas por iniciativas da sociedade civil organizada	25,9%
Outros	36,2%

Fonte: SNPDCA/SDH 2014

Portanto, de acordo com as narrativas dos técnicos da Cáritas Diocesana e do CREAS e com os dados do Levantamento Anual (2014) é possível afirmar que ao buscar criar uma política de caráter nacional, com normativas específicas, o SINASE não leva em consideração as limitações, os rearranjos e os interesses dos estados e municípios, partidos políticos, atores, ONGs e empresas privadas, na gestão das medidas e dos repasses financeiros, o que torna as medidas em meio aberto suscetíveis a

instabilidades e discontinuidades. Desse modo, o cenário atual das MSE em meio aberto ainda está distante das normativas estabelecidas pelo SINASE.

Comumente o Estado é concebido como uma forma administrativa de organização política, racionalizada e suas margens espaciais e sociais são pensadas como lugares em que o Estado não tem sido incapaz de impor sua ordem. No entanto, as margens do Estado são implicações necessárias, da mesma forma que a exceção é um componente da regra (DAS; POOLE, 2008).

Portanto, a aparente desorganização no campo das MSE em meio aberto, constituem-se como parte integrante do sistema, em que a política pública pensada em âmbito governamental, quando na sua execução são carregadas de omissões, rearranjos para a compra de produtos e materiais, para o encaminhamento dos jovens, prestação de contas dos repasses financeiros, assim como por uma dimensão moral que perpassa o atendimento prestado pelos técnicos e educadores.

No entanto, os jovens inseridos nas MSE e no processo de convênios, ciclos de desmonte de políticas públicas, ausência de repasses públicos, demissões de técnicos, não são corpos inertes submetidos às políticas do Estado, como demonstram Das e Poole (2008), mas criam maneiras de fugir desse controle e criam formas outras de cidadania, o que será debatido no último capítulo através das narrativas dos jovens inseridos nas MSE de restrição e privação de liberdade e de LA.

CAPÍTULO IV

4 A JUVENTUDE DENTRO E FORA DA CASA

O presente capítulo traz o perfil, a trajetória e as representações dos jovens egressos das unidades socioeducativas da Fundação CASA, sobre o período de cumprimento da medida de internação e da MSE em meio aberto de LA.

Por ser uma instituição que recebe predominantemente jovens do sexo masculino⁶¹, o presente capítulo traz também a narrativa de meninas que cumpriram a medida de internação e de LA, a fim de verificar como a instituição vem atendendo as jovens do sexo feminino.

Com base nas narrativas é possível concluir que as práticas da antiga FEBEM ainda permanecem no cotidiano das unidades masculinas e femininas da Fundação CASA e nas representações dos jovens sobre a instituição.

Quando em liberdade, a medida de LA vem se constituindo como uma ampliação da pena, que aumenta a possibilidade de reincidência e retorno a instituição, sem, contudo, possibilitar a vivência de outras trajetórias para os jovens inseridos nas medidas socioeducativas.

⁶¹ Dentre os 8831 jovens cumprindo medida de internação nas unidades da Fundação CASA, 349 são do sexo feminino, o que representa 3,9% do total de jovens internos.

4.1 Perfil dos jovens entrevistados

Tabela 4 – Perfil dos entrevistados

Nome	Sexo	Idade	Raça / cor	Identidade Sexual	Moradia	Escolaridade	Estado civil	Número de filhos	Renda	Renda familiar	Trabalho	Situação dos pais	Responsável pelo Domicílio
Mel	Feminino	17	Parada	Heterossexual	Urbana	1º ensino médio	Amasiada	0/gestante	0	R\$600,00	Não trabalha	Separados/ Pai falecido	Companheiro
Júlia	Feminino	17	Branca	Heterossexual	Urbana	8º série ensino fundamental	Amasiada	0/gestante	0	R\$800,00	Não trabalha	Moram juntos	Pai e Mãe
Thais	Feminino	15	Parada	Heterossexual	Urbana	6º série	Amasiada	0	R\$600,00	R\$1000,00	Trabalha	Separados	Mãe
Antônio	Masculino	17	Pardo	Heterossexual	Urbano	3º ensino médio	Solteiro	0	0	Não informou	Não trabalha	Separados	Mãe
Luan	Masculino	17	Branco	Heterossexual	Urbano	2º ensino médio	Solteiro	0	R\$1000,00	R\$1.800,00	Trabalha	Moram juntos	Pai e Mãe
Welington	Masculino	17	Pardo	Heterossexual	Urbano	2º ensino médio	Solteiro	0	0	R\$1.500,00	Não trabalha	Separados	Mãe
Iago	Masculino	17	Pardo	Heterossexual	Urbano	Concluiu o ensino médio	Solteiro	0	0	R\$800,00	Não trabalha	Separados	Tia

No momento da entrevista, seis jovens possuíam 17 anos e apenas Thais estava com 15 anos. A situação familiar e econômica dos sete jovens é semelhante, a maioria é proveniente de lares em que as figuras femininas são provedoras da renda e do sustento familiar, por meio de atividades informais, do trabalho doméstico realizado por suas mães ou de benefícios sociais, como Thais, Antônio, Wellington e Iago, ou vivem com renda inferior ou igual a um salário mínimo, como Mel, Júlia e Iago.

As três jovens entrevistadas afirmaram estar amasiadas no momento da entrevista e duas eram gestantes. Os meninos se declararam solteiros e não tinham filhos. Com relação à escolaridade, os jovens do sexo masculino em relação à idade e série apresentavam maior escolaridade do que as meninas. Dos sete jovens entrevistados, apenas Mel e Thais, declararam não estar frequentando a escola. Com relação ao trabalho, Luan disse estar trabalhando como garçom de um restaurante e Thais como ajudante no bar de sua tia, ou seja, trabalhos informais e de baixa remuneração.

Os dados referentes ao perfil desses jovens demonstram que suas trajetórias, não são distantes do que apontam as pesquisas recentes⁶² sobre a condição juvenil no Brasil, ou seja, desemprego, baixa escolaridade, constituição de famílias cada vez mais cedo e a maternidade para as jovens mulheres. A partir dos dados, o que não se pode negar é que as trajetórias juvenis no Brasil são marcadas por caminhos distintos, permeadas por múltiplas identidades e múltiplas maneiras de ser jovem, no entanto, alguns fenômenos vêm se tornando parte integrante para certos segmentos da população juvenil, que passam a ser considerados problemáticos ou indesejáveis.

4.2 Mel

Ao responder as questões Mel foi evasiva, respondendo apenas com um aceno de cabeça para o sim ou um aceno de cabeça para o não a quase todas as perguntas.

Em algumas questões sobre seu relacionamento com outras meninas dentro da unidade os com os funcionários, Mel foi clara ao afirmar que preferia não se relacionar

⁶² A pesquisa “Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre o Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros”, realizada entre abril e maio de 2013, sob responsabilidade da Secretaria Nacional da Juventude e da Secretaria Geral da Presidência da República, divulgada em agosto de 2013 é o que tem de mais recente no campo das pesquisas que buscam conhecer as realidades, questões e opiniões da juventude brasileira.

com as demais jovens, técnicos e funcionários da Fundação CASA, o que me levou a compreender a razão da sua breve narrativa.

Diferentemente das duas jovens entrevistadas não foi possível construir com base em seu relato uma trajetória sistematizada do seu cotidiano antes da MSE de internação.

Mel disse ter consumido maconha por muito tempo, mas não tinha relação com o tráfico de drogas: “tanto que eu fui presa a primeira vez por burrice”. Mel afirmou que na ocasião sua mãe não estava trabalhando e estavam sem dinheiro, quando apareceu a oportunidade de levar uma encomenda para outro município.

Apareceu um cara mandando eu buscar uns negócios que ele ia me dar dinheiro, só que no caso ele não falou o que que era, aí eu peguei e fui, porque ele pagou o moço pra mim ir e pra mim voltar, moto taxista, aí chegou uma hora que eu fui ver e era droga, aí eu pensei já tô aqui mesmo e seja o que Deus quiser.

Mel foi apreendida quando levava drogas de um município para outro na companhia de um moto taxista do sexo masculino. A jovem relatou que a abordagem não foi violenta para com ela, mas com o moto taxista sim.

Com o moto taxi que tava comigo eles bateram. Eles só me ameaçaram, falaram que se eu não falasse eles iam me bater, ia acabar comigo ali mesmo, mais eles não chegaram a relar em mim não.

Mel disse ter ficado custodiada em uma cadeia feminina por 9 dias, em cela separada, durante os quais ficou sem comer por alguns dias: “não tinha refeição não tinha nada, só comia se pai e mãe levar lá, que é de quinta a domingo. Ai lá não tinha”.

Em sua audiência, Mel afirmou que teve defensor público, mas “ele não abriu a boca pra falar nada”. Quando perguntei se ela pode falar, ela respondeu: “o que ele perguntou eu respondia e o que eu quis falar ele não quis escutar”.

Mel cumpriu medida de internação em unidade feminina da Fundação CASA de gestão plena, localizada na capital de São Paulo, por seis meses e seis dias. Quando perguntei sobre sua relação com os técnicos e funcionários no período em que ela permaneceu internada na unidade, ela respondeu que não gostava de se relacionar com os técnicos ou funcionários da CASA.

Na verdade eu nem gostava de ter relação com funcionários, só quando eles perguntavam e vinham conversar mesmo porque eu pra

conversar com eles não ia não, tinha um que era meio ignorante, meio irritante, querendo dar tapa, mas nem todos.

Com as técnicas ela afirmou que respondia apenas o necessário e disse ter feito algumas amigas, mas “nem era tudo o que eu contava”.

Tipo assim não é que eu não gosto, não é que eu não gosto, eu não consigo sentar com uma pessoa pra pedir conselho, pra desabafar, as coisas que acontecem comigo eu guardo pra mim mesma e eu tento eu mesma me dar conselho.

Mel fez algumas críticas à unidade na qual cumpriu a medida de internação, pois faltavam produtos de higiene básica e as refeições não possuíam boa qualidade.

Faltava. Faltava em tudo porque eles começaram a cortar os negócios que entrava e não tava entrando mais creme de cabelo, não tava entrando mais shampoo, não tava entrando mais nada, comida que eles davam tinha bicho, uma vez a gente foi comer tinha animal pra dentro do feijão, bicho no meio do arroz, na salada, essas coisas, carne mal feita.

Com relação aos cursos profissionalizantes, ela disse que o que mais lhe preparou para sair da unidade foi o curso de salgadeira, “porque minha mãe fazia antes pão, salgadinho pra vender, porque ela comprou uma casa que ela tá reformando e ela quer abrir lá na frente”.

Para Mel, os seis meses da medida de internação serviram para que ela passasse a dar valor ao que tem fora da unidade.

Internação é ruim ficar lá dentro, não vou falar que é bom porque é ruim é bastante sofrimento é horrível ficar lá dentro, mais foi bom, valeu a pena. Pra mim serviu pra bastante coisa porque eu tava aqui fora não queria saber de nada, tava dando bastante trabalho pra minha mãe, então pra mim serviu pra bastante coisa, porque agora eu sei dar mais valor em tudo, pra mim saber dar valor aqui fora.

No momento da entrevista, Mel estava há oito meses em liberdade e grávida de quatro meses. Quando perguntei qual foi sua reação quando soube que iria ser mãe, ela respondeu: “fiquei muito feliz”. Após a notícia a jovem afirmou que passou a residir com seu companheiro com que mantinha um relacionamento antes da medida de internação, mas que passava o dia inteiro na casa da mãe cuidando do irmão mais novo, enquanto sua mãe trabalhava. Ela afirmou que no momento não estava estudando, trabalhando, ou fazendo cursos: “eu tava estudando lá e eles ficaram de mandar a transferência pra fazer a matrícula aqui fora e eles não mandaram, ficaram lá com eles”.

Com relação ao cumprimento da medida socioeducativa de LA, ela respondeu que: “eu tô grávida é difícil ficar vindo, não sei, porque eu não gosto, mas não tem o que reclamar, no começo quando eu tava vindo tem curso, tinha uns negócio pra vim, mais como só tinha menino e eu não gosto de ficar no meio de um monte de gente eu parei de vim”.

Essa foi à única vez na qual pude conversar com Mel, pois logo após ela parou de vir aos atendimentos por conta da gestação.

4.3 Júlia

Quando entrei sala de atendimento das medidas, Júlia já estava sentada no sofá, essa era a primeira vez que conversávamos. Quando a vi, baixa estatura, magra, vestindo calça jeans e camiseta, cabelos presos, olhar resignado, cabisbaixa, imaginei-a como uma menina frágil. No entanto, a imagem constituída por mim de Júlia não condizia com o relato de sua trajetória que viria a seguir. No decorrer das entrevistas, os meninos e meninas com quem conversei fizeram questões sobre minha vida pessoal e profissional, pois o pesquisador não é o único a observar o outro e as relações são constantemente negociadas com base em avaliações mútuas (VIEIRA, 2009).

Nas primeiras questões sobre a situação familiar, Júlia resume:

Minha mãe também já foi usuária de droga e eu não tinha conhecido meu pai ainda, eu fui registrada pelo pai do meu irmão, aí ele faleceu, aí eu comecei a usar crack também, aí minha mãe também começou, aí ela foi internada no Hospital Espírita, aí eu comecei a vender drogas e fui presa por tráfico.

Júlia narrou ainda duas situações nas quais foi vítima de abuso sexual por desconhecidos, a primeira vez aos 8 anos e a segunda vez aos 11 anos, quando tem o seu primeiro contato com os programas da assistência social⁶³.

Eu fui estuprada duas vezes já, mas não foi por ninguém da minha família não. Um tá morto já, o outro eu nunca mais vi não. Eu tinha 8 anos e tava sozinha, aí eu fui comprar pão pra minha mãe ali no mercado e ele trabalhava em carreto essas coisas, aí tava eu e uma amiga minha, de 16 anos, mais velha já, mais eu acho que ela conhecia ele já, aí ela chamou eu pra ir com ela, aí como eu não pensava em nada aí eu fui aí foi lá na (nome do bairro), aí ele amarrou eu e me estuprou, não foi nem com o pênis dele, foi com a unha do dedo, pra machucar assim. *(Eu) Ai você denunciou?* Não, porque eu tava amarrada né, aí passou um moço de bicicleta e viu. *(Eu) O que te*

⁶³ Na ocasião a jovem foi atendida pelo PAEFI.

estuprou não te desamarrou né? Não, ele chegou a mexer, aí ele deixou eu amarrada e foi ficar com a outra né, mas no mesmo lugar né, no mato, aí o homem viu eu amarrada e ligou pra polícia. Aí a delegada foi lá, aí ele foi preso, aí mataram ele na cadeia, estuprando ele. Na segunda vez eu tinha 11 anos, aí uma mulher foi em casa, porque minha mãe bebia né, aí ela falou que ia na casa de um amigo dela né, ele já era de idade pra ela pedir dinheiro pra ela comprar uma pinga, aí eu fui com ela, aí eu fiquei lá, aí ela falou espera aí que eu vou comprar no bar, aí eu acho que ele deu dinheiro pra ela, ela encheu a cara e esqueceu de mim lá e aí foi ficando de noite e eu querendo ir embora e ela mandou eu esperar porque ela já tava vindo aí eu esperei, esperei e foi chegando de madrugada, aí ele foi pegou um taco de beisebol e (silêncio) e não chegou a ser assim um estupro, porque foi a força né, quando a gente não quer e estupro né, mais ele fez lá, esse foi com o pênis né, o outro foi com a unha do dedo né. Aí eu passei aqui também, passei um tempo por psicólogo, essas coisas. Aí eu comecei a gritar, os vizinhos ouviu e chamou a polícia, aí ele também foi preso, mas ele saiu porque tinha dinheiro.

Em seu relato, com a morte de seu padrasto que estava preso, pai do seu irmão, sua mãe passou a consumir crack e Júlia passou a se prostituir aos 12 anos, após o segundo abuso sexual. Em uma das noites em que fazia *ponto*⁶⁴, teve o seu primeiro contato com o crack através de uma amiga, que segundo ela, hoje se encontrava morta.

Aí foi quando eu tava fazendo programa, foi quando eu comecei, aí eu já nem usava drogas ainda, aí ela (amiga) ficava com um cara e o cara vinha com pedaço de pedra (crack) pra ela e dinheiro e ela falou se eu queria fumar, aí falei que eu não sabia como é que fumava, aí ela ensinou e a primeira vez que eu fumei viciiei.

A partir daí, os ganhos com seus programas iam para o consumo da droga e nas ocasiões em que era convidada para a casa de algum *cliente*, junto com suas amigas aproveitavam para roubá-lo, “aí ia sair com ele e roubava ele, aí a gente pegava a carteira dele e nem percebia, tem uns que se vê mata, mata lá dentro mesmo”.

Nesse período, Júlia foi apreendida a primeira vez por roubo aos 12 anos e cumpriu 90 dias de MSE de internação, em unidade feminina da Fundação CASA, “já tive passagem já, já fui pro abrigo, já roubei, tem bastante BO meu na delegacia, no Fórum”.

Ao sair da Fundação, Júlia afirmou que voltou a roubar e deixou de cumprir a medida de LA, “comecei roubando de novo, eu tava assinando LA, era pra mim ir lá e eu fui 3 vezes e nunca mais fui, era lá na CARITAS, aí eu nunca mais fui”.

Com a dependência do crack, adquirida logo no início dos primeiros programas, Júlia passou a morar nas ruas do município, passando as noites dentro de diferentes

⁶⁴ As categorias nativas estão destacadas no texto em itálico.

construções abandonadas. Desse modo, ia se virando ⁶⁵ por meio de atividades ilegais como o roubo aos *clientes*, assalto a residências, a prostituição e o tráfico para consumir drogas.

Nesse período Júlia afirmou que: “não comia, vivia das drogas, todo dia era assim de dia, de tarde e de noite, todo dia a mesma coisa”. Com pneumonia, Júlia deu entrada no hospital pouco tempo antes da sua segunda apreensão e ao adquirir forças para levantar, esperou os médicos e enfermeiros se retirarem do quarto e fugiu do hospital.

Eu esperei os médicos vira assim, ai eu tava no hospital cheia de soro, bagulho assim, ai fui tirando no meio da rua e sai andando, fui jogando tudo assim. Ai eu tava com seis e cinquenta, ai cinco real eu peguei um papel de pedra e com um e cinquenta eu comprei cigarro solto e fósforo, ai eu fui pra rua, fui lá pro (nome do bairro). O desejo na droga não te deixa fazer nada, só fumar.

Sua segunda apreensão foi aos 15 anos, com 22 *papéis de pedra* e 600 reais, na ocasião a jovem estava acompanhada do seu *ex-marido*, com idade próxima aos 40 anos, usuário e *vendedor* de drogas.

Na segunda eu tava com 22 papel de pedra, perto ginásio, ai a polícia parou e tava eu e meu ex-marido né. Ele era mais velho que eu, ele tinha acho que uns quarenta anos. Aí ele usava drogas também e também vendia. (Eu) *E você começou a vender com ele ou já vendia antes?* Não, eu já vendia já, ai pararam nós lá e não tinha como jogar né, porque tava guardado no meu bolso, tinha 22 papel de pedra e 600 real em dinheiro, mas dai eles queriam que eu jogasse a culpa nele, que ele era de maior né. Falaram na frente dele, falou pode falar que é dele, ninguém vai falar que foi ocê. Pediram pra falar onde que ficava as drogas com os traficantes, onde escondia, mas eu não falei nada.

Quando perguntei para Júlia se a droga realmente era sua ou de seu ex-marido, ela afirmou que era dela, que com o dinheiro dos programas comprou o crack e que parte das drogas seria destinada à venda e a outra parte ao consumo de ambos. Júlia se colocou como autônoma na venda das drogas, ou seja, não devia dinheiro para os traficantes, não possuía relações de amizade, apenas de compra e autorização para venda em um ponto estratégico, perto de onde residia no momento, um complexo poliesportivo.

⁶⁵ Segundo Gregori (2000) *viração* é um termo empregado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. Em sua pesquisa, os meninos de rua se viram, o que significa em muitos casos, se tornarem pedintes, ladrões ou prostitutas, ou “biscateiros” ou ainda se comportarem como menores nos escritórios da assistência social.

Mas era minha, não era de nenhum traficante, eu quem tava vendendo. Eu comprei, comprei 1 kilo e fiz os papel pra vender, mais era minha, eu paguei o dinheiro pra eles, não tava devendo nada, senão quando você sai você tem que pagar.

Mesmo isentando o companheiro de responsabilidades sobre a droga, ela afirmou que: “se eu falasse isso, (que a droga era dele) quando ele saísse ia querer me matar é assim...”. Na segunda apreensão, Júlia cumpriu dois anos e quatro meses de MSE de internação em uma unidade socioeducativa feminina de gestão compartilhada, localizada no interior do estado. Quando perguntei sobre esse período, Júlia afirmou que tinha um bom relacionamento com sua técnica e com os demais funcionários, protagonizando apenas uma situação de desentendimento com um dos responsáveis pela segurança.

Ah eu nunca tive discussão, só uma vez que o funcionário xingou minha mãe, que falou que a minha mãe era uma drogada que por isso que eu tava lá, que minha mãe não cuidava de mim, ai eu fiquei nervosa e fui pra cima dele. Mais ele brigava com qualquer um ali, é um homem. Eu fiquei brava com ele, peguei a cadeira e taquei nele assim.

Ainda sobre o relacionamento com os funcionários, ela afirmou serem comuns comentários nos quais as meninas que cumpriam a medida de internação se relacionavam com os responsáveis pela segurança. Júlia disse também que era frequente ver algumas das meninas com pacotes de bolacha, chicletes e balas, produtos proibidos de entrar na unidade em que ela ficou internada, cuja gestão é compartilhada⁶⁶.

Eu já ouvi falar né, que tinha funcionário que saia com menina, que levava bolacha pra dentro, que isso não pode né, não pode entrar com bolacha, chiclete e eu já vi isso lá, menina com chiclete e de onde é que isso ia sair. E eles não saiam do quarto daquelas mesmas meninas. *(Eu) E não pode entrar?* Só quando vai fazer revista né, no quarto né, porque em menina é só mulher que faz e eles sentava lá, entrava lá, que nem nós tá aqui né. Teve um cara lá que pegou um BO né, porque a menina falou na cara dele, até ele foi pra casa III, a masculina né, porque não pode mais ficar na feminina, porque ele pegou um BO lá. Porque ele saiu com a menina, porque no dia da saída, porque tem dia que vai pro Fórum, tem psiquiatra na cidade né, ai saiu com ela. Ai foi ele, ela, acho que a assistente social tinha outra coisa pra fazer que não podia ir, ou a técnica não tinha como ela ir, ai foi os dois. Ai os motoristas tava na frente da van, ai ela ficou com ele. Ela quis ficar

⁶⁶ No capítulo 2 faço a distinção entre as unidades gestão plena e compartilhada. Nas unidades cuja gestão é compartilhada, a Fundação CASA oferece todos os produtos e alimentos e os familiares são proibidos de levar o “jumbo” nos dias de visita.

com ele porque ela gostava dele, aí ela viu que ele tava dando bola pra outra menina lá, aí ela foi lá e contou tudo. Mais aí ele não pode sair, porque ele é do Estado né, aí ele foi transferido pra masculina.

Júlia relatou que na unidade na qual esteve internada muitas meninas mantinham relações homoafetivas, proibidas pela direção e que poderiam acarretar em sanções. Júlia disse que na unidade de internação não chegou a namorar com nenhuma menina, mas que na *rua* sim.

Na Fundação tem bastante menina que namora assim com menina, mas não pode. Se pegarem, ah pega sanção... Então namora escondido. Mas tem como, porque aí uma vai no banheiro, aí a outra sobe em cima do banheiro, aí beija... Teve menina até que uma foi com a outra, assim, na quadra, no banheiro.

Com relação à alimentação e produtos de higiene pessoal como cremes de cabelo, sabonete, papel higiênico, fornecidos pela unidade de gestão compartilhada em que Júlia cumpriu a MSE de internação, ela disse não ter nenhuma queixa, “mas antes de eu vim embora tava vindo comida com pedaço de pau, cabelo, mas quando eu entrei assim a comida era boa, bicho também a gente já viu”.

Nos primeiros meses da medida socioeducativa de internação, Júlia afirmou ter tido crises de abstinência, em decorrência da dependência do crack, ocasião na qual sofreu contenção por parte da equipe técnica, através de algemas para não se machucar ou não machucar ninguém e foi transferida para uma clínica para dependentes químicos, o que para Júlia, “foi bom, não tive mais abstinência”.

Lá tinha AA também, só que tomava muito remédio, lá eles dopava mesmo, vivia dopada. No começo eles dava remédio, na Fundação né, mais daí quando eles viu que não dava pra estudar, pra fazer nada, aí eles iam diminuindo, porque lá tem enfermeira também né. A maioria toma remédio, porque a maioria que tá é por causa de droga, aí pra cortar a abstinência eles dão remédio.

Nesse período Júlia relatou que, por meio de uma intervenção judicial, sua mãe também ficou internada em uma clínica para se livrar da dependência do crack e ela teve sua paternidade comprovada através de um exame realizado na Fundação CASA.

O meu pai que eu descobri, porque depois que meu padrasto faleceu a minha mãe falou que ele era meu pai, até que eu fiz um exame quando eu tava na Fundação. *(Eu) E como é sua relação com ele?* É normal, porque já sou crescida já, porque seu fosse mais pequena eu não ia entender. Porque tudo o que eu peço pra ele, ele me dá...

Após permanecer internada na unidade feminina da Fundação CASA por dois anos e meio, Júlia afirmou que sentiu medo a primeira vez que viu a rua: “a gente fica meio retardado no meio da rua, porque a gente fica andando só naquilo, só vivendo naquilo e quando sai fica meio doida, tem medo de ser atropelada (risos)”. Agora, há quatro meses em liberdade, Júlia afirma que mudou muito:

Ah eu mudei bastante, porque a primeira vez que eu fui eu saí ai eu comecei roubando de novo, eu tava assinando LA, era pra mim ir lá e eu fui 3 vezes e nunca mais fui, era lá na CARITAS, ai eu nunca mais fui, por isso que o juiz também né, porque se você não for você volta né. Ai eu fui a segunda vez e mudei bastante, nunca mais pus droga na minha boca, eu só fumo cigarro mesmo, não respeitava minha mãe, agora eu respeito bastante.

Após a comprovação da paternidade, sua mãe saiu da clínica de recuperação para dependentes químicos e passou a residir na casa do pai de Júlia. Ao sair em liberdade Júlia passou a morar com seus pais e matriculou-se na oitava série: “você acredita que a diretora da escola tem medo de pessoas que já passaram pela Fundação, ai eu falei pra ela que não tem nada a ver isso não, que eu jamais. Ela só me pôs lá, porque ela ficou com medo”.

Ao se mudar para a casa do pai, Júlia conheceu seu namorado, de 29 anos, que segundo ela, era concursado e trabalhava como servente de pedreiro de uma instituição escolar. Quando perguntei sobre o cumprimento da medida de LA, ela respondeu que a medida não era difícil de cumprir: “a LA tá bem, porque não tá sendo tão difícil, que que custa você não fica nem uma hora aqui, ai ela pergunta se tá bem, se precisa de alguma coisa e marca e vai embora”.

Três meses após a primeira conversa, reencontro Júlia e conversamos novamente. Ela cumpria a medida de LA há 7 meses. Nesse dia, a jovem chegou à sala de atendimento das medidas ofegante, com o rosto vermelho, estava calor e Júlia estava grávida de dois meses. Logo no início ela afirmou que iria pedir para ser *liberada* das medidas, pois vinha tendo enjoos constantes e não conseguia mais se locomover com a mesma facilidade.

Quando soube que estava grávida, Júlia disse ter sentido medo, pois ainda se considerava muito nova, mas estava tranquila, pois seu *marido* estava trabalhando e ambas as famílias ficaram felizes com a notícia. Agora Júlia planejava ir morar na casa do seu *marido*, na mesma rua da casa de seu pai. Segundo ela será bom no início, pois terá a ajuda da sogra e da sua mãe para cuidar do bebê.

Com relação aos estudos, Júlia continuava frequentando a escola e no próximo ano planejava fazer supletivo no período noturno, por conta da chegada do filho. Além dos enjoos frequentes, Júlia disse enfrentar dificuldades para parar de fumar e ter medo da dor no momento do parto.

4.4 Thais

Conheci Thais na atividade desenvolvida em grupo, no período em que a jovem cumpria a MSE de LA. Nesse dia, Thais chegou atrasada à atividade e quando questionada pela técnica sobre o motivo do seu atraso, a jovem respondeu que não tinha ninguém para trazê-la e que não queria vir andando, em decorrência da distância. Thais ainda estava sem o cartão de ônibus que dá gratuidade a passagem para aqueles que cumprem as medidas em meio aberto e, mesmo diante das afirmações da jovem, a técnica alegou que seu atraso era injustificado, pois ela tinha pernas e pediu para que a situação não se repetisse.

Na atividade desenvolvida, o tema discutido foi o consumo de drogas e suas consequências. Convidada pela técnica das medidas eu participava pela primeira vez do grupo, a fim de conhecer a dinâmica adotada. Após explicar para todos a razão da minha presença no grupo fui convidada tanto pela técnica como pelos 3 meninos e 3 meninas, a participar das atividades.

Primeiramente, a técnica fez algumas questões sobre o consumo de drogas, no entanto, os seis jovens ali presentes pouco responderam às questões, alguns eram tímidos, olhavam para baixo ou não se manifestavam. Na atividade apenas duas meninas responderam as questões feitas pela técnica, dentre elas Thais.

Em meio às questões realizadas, a técnica sempre reiterava que, quando apreendido por tráfico de drogas até os 18 anos, o *adolescente* vai para a Fundação CASA, e após os 18 anos vai para a prisão, podendo ficar até 8 anos em regime de reclusão, dando o exemplo de alguns *adolescentes* que ela atendeu no CREAS e que hoje encontravam-se presos.

Em média, a discussão sobre o uso e consumo de drogas durou cerca de 20 minutos. Posteriormente a técnica entregou palavras cruzadas a cada um dos jovens e afirmou que aqueles que achessem mais palavras ganhariam um prêmio. Juntamente com os jovens preenchi as palavras cruzadas. Como prêmio aqueles que mais acertaram ganharam dois bombons e aqueles que menos acertaram ganharam um bombom, Thais estava entre os jovens que acertaram mais palavras na atividade.

Ao final do grupo, foram servidos a todos os participantes salgadinho e refrigerante. Quando a técnica das medidas em meio aberto lembrou que Thais cumpriu medida de internação na Fundação CASA, me apresentou a jovem que aceitou conceder uma entrevista para a pesquisa no dia seguinte.

Conforme combinado, no dia seguinte pela manhã Thais estava lá, começamos a conversa relembrando do grupo realizado na tarde anterior e ela logo afirmou que participar do grupo “é melhor do que ficar lá, naquele lugar”, referindo-se ao período em que cumpriu medida socioeducativa de internação na Fundação CASA.

Thais morava com o companheiro havia dois anos, no entanto, no momento da entrevista, ele estava cumprindo MSE de internação em uma unidade da Fundação CASA.

Antes de morar com o atual companheiro, Thais já tinha morado junto com outro companheiro, tendo saído de casa pela primeira vez aos 12 anos de idade, pois segundo ela: “quem manda na minha vida agora sou eu”. Thais disse ter residido com seu companheiro de 18 anos por um ano e meio, tendo apanhado e sido vítima de perseguições e ameaças após o fim do relacionamento.

Não já casei, fiquei um ano e meio, um ano e dois. Com esse daqui eu não tó perdendo, com o primeiro eu perdi bastante, eu não podia sair, ele me batia bastante, bate... bate... ele falava se você larga de mim eu vou te matar, quando eu larguei dele ele arrumou maior tumulto, brigou com a minha família inteira. *(Eu) E como você conseguiu terminar o relacionamento?* Eu fui firme, Ele falou assim: se você não voltar pra mim eu vou fazer mor estrago na sua família. Minha mãe saiu até na mão com ele, ai meus irmãos: não minha irmã não quer mais nada com você, não vai ficar com você, ai nesses quatro meses eu morando na mesma rua que ele, ai ele me perseguia, eu saía pra rua ele me xingava, ai seu eu não entrasse pra dentro ele vinha com pau pra me bater, ai depois de quatro meses ele ficou um mês na casa da mãe dele que é lá na zona sul, ai como nois não tinha mais contato, ai assim acabou...

Além das agressões, Thais relatou que seu companheiro impunha regras de comportamento como: “usar shorts ele deixava, ele não deixava eu ficar com as pernas abertas, conversar com ninguém, nem olhar pro lado, nem ter celular”.

Thais foi criada pela mãe, disse conhecer o pai, mas não ter contato com ele. Sua mãe passou a viver com outro homem, seu padrasto e pai de seu irmão mais novo. Thais relatou que seu padrasto cometeu uma tentativa de assassinato contra sua mãe, disparando 3 tiros, o que fez com que ela perdesse um rim e ficasse com sequelas.

Com a minha mãe, de padrasto né, porque o meu padrasto é pai do meu irmão, já deu tiro na minha mãe. Teve denúncia, teve boletim de ocorrência, agora ele tá pagando, foi preso, não só por isso, mas a condenação dele caiu por causa disso. Mais ela correu atrás das denúncia, porque nois falo que era ele sim, porque se nois falasse que era ele ela ia falar que era mentira, que nois não queria ela com ele, aí ela foi e agora não adianta mais tira. Ele deu três tiros nela, ela perdeu é dois fígados que a gente tem? Rim? Ela perdeu um, ah afetou o fígado, a minha mãe quase morreu, aí nois não tirou, eu entendo minha mãe porque meu irmão tem só três anos, ela não queria que ele pegasse cadeia.

Thais foi uma das jovens que me auxiliou a compreender um pouco da organização do tráfico de drogas no município em questão. Ela afirmou que desde a sua infância tem envolvimento com o tráfico e com as drogas por conta dos seus dois irmãos mais velhos estarem *envolvidos*, assim como seus primos, tios, padrasto e todos os vizinhos do entorno do seu bairro, que ela denominou como *favela*.

No entanto, quando perguntei para a jovem há quanto tempo ela traficava, ela respondeu que há pouco, sem ser mais específica. Thais disse que traficava para comprar roupas, ir a baladas, nunca pensando que iria *cair*, perder a droga e o dinheiro. Thais *trabalhava* em uma *biqueira* próxima à sua residência, no período diurno, das sete da manhã às sete da noite.

Trabalhava das sete as sete da manhã. A gente vendia bem, mas a noite já era outra pessoa. Tinha outra biqueira, aí quando eu saía das sete as sete entrava outro eu ficava das sete da manhã às sete da noite, era um trabalho mesmo, não era um trabalho da lei, (risos) tinha um patrão e um funcionário. O patrão ganha bem, o patrão tirava por semana, por semana eu tirava uns mil e trezentos, no fim do mês dava uns três e pouco, mas não guardava porque era balada, era não sei o que, era pagando dívida, aí você perdia a droga, aí você tinha que ficar inteirando seu lucro, aí é onde você não via lucro. Lucro existe sim pra quem tem cabeça pra guardar, mas eu nunca pensei, vou ir presa, vou ter que pagar advogado, até que a metade do meu advogado eu já paguei com o dinheiro que eu tava, mas daí eu pensei, então tava comigo era meu, eu fui presa eu perdi tudo, eu nunca achei a vo presa, perdi tudo.

Ainda sobre o tráfico de drogas, Thais apontou as diferenças entre a organização do tráfico em duas zonas diferentes do município. De acordo com ela, na zona norte, local onde ela residia e vendia drogas, o tráfico é desarmado, a polícia caminha livremente pelo bairro. Já na zona sul da cidade, de acordo com a jovem, o tráfico é armado, os patrões são *altos*, a polícia não entra e não tem *menores* pelas ruas.

Lá ninguém anda armado⁶⁷. Tanto o patrão de cima⁶⁸, quanto o patrão de baixo⁶⁹, os dois tem arma, os forte, tem que ter, não é que nem no outro bairro. Lá o pessoal é mais forte, a diferença é que polícia não entra. Tem um traficante que ninguém vai na favela dele, pra chegar nele tem que passar por três caras, com quem você quer falar e o que você quer com ele, aí de novo o que você quer falar e o que você quer com ele... Na dele é mais maior, moleque mais forte, não tem menor. Ele pra andar na rua anda armado, ele não, os dois caras de moto, ele e mais dois caras de moto armado, que acompanha ele.

Thais atribui o maior número de mulheres e meninas na venda de drogas em seu bairro como decorrência do tráfico de drogas desarmado, pois os *meninos menores* que trabalhavam nas ruas estavam todos presos.

Lá é mais mulher envolvida. Se eu falar umas seis. Cinco homem na rua só que tá lá e oito mulheres e quatro menores. Menino menor não tem porque tinha bastante na rua, agora tá tudo preso, com o menor eles não faz acordo, porque com os menor eles não ganha nada, se tiver que subir nois sobe, maior não, eles ganha, eles sabe, por exemplo, que se o meu irmão roda o meu irmão não sai com menos de dois anos. Entendeu. Menor, eu mesma fiquei um mês, mais era tudo meu, porque era meu.

Para Thais, as mulheres vêm entrando no tráfico de drogas para não dependerem financeiramente dos homens e para substituir seus maridos quando vão presos.

Antes a mulher era bancada pelos homens. Eu acho que as mulheres não gosta de depender do homem, e muitas mulher quando o marido tá no tráfico uma hora acaba o dinheiro porque você gasta com não sei o que, com coisas lá, pra cadeia, vai gastando, aí vai acabando o dinheiro, aí as mulher tem que se virar, tem que dar os pulos dela, pra ficar ciente, tem muitas mulher que eu conheço aí que é muito inteligente no corre, mais loca que os homem.

No entanto, Thais assumiu que não possuía as características necessárias aos traficantes de drogas, a rigidez para cobrar dívidas, relatando ocasiões em que inteirou seus lucros para pagar dívidas contraídas por *noias*, diante disso, seus irmãos a alertavam para ser *ruim*.

Eu falo pra patrão em caso de dívida. É com o patrão, se é noia, noia, noia, não vai fazer nada, vai falar pra família, falar que tá envolvido. Um boy foi lá vendeu um celular por cem reais, mor da hora, grandão, aí ele ficou devendo 200 pro meu marido, 200 pro meu primo, 200 pra mim. Toma o celular, aí ele falou: eu não posso dar tudo isso, aí eu falei é lábia de zé povinho que fala que não tem e não quer dar e não tem, aí nois foi lá na casa dele, lá na chácara na zona sul, aí eu peguei

⁶⁷ Thais sobre o seu bairro.

⁶⁸ Responsável pela biqueira, lojinha de cima.

⁶⁹ Responsável pelo comando da biqueira, lojinha de baixo.

300, 300 e 300, aí a família dele deu, porque já conhece já, já tava internado, porque é rico. Mas eu mesmo quando devia tinha dó dos noia, eu não gosto que maltrata, se me deve eu deixo dever, aí depois sai do meu bolso. Meu irmão falou você tem que ser mais ruim, aí eu falo: como é que eu vou ser ruim?

Thais afirmou que até a ocasião, não tinha passagens pela polícia ou boletins de ocorrência. No momento de sua apreensão estava na *biqueira* com seu irmão *fazendo dinheiro*, com 21 cápsulas de cocaína, 2 papелotes de crack e quinhentos reais em dinheiro. Mesmo apreendida na companhia de seu irmão, Thais alegou que a droga era sua, mas seu irmão também foi detido e até o momento aguardava o julgamento.

O meu irmão tava comigo, mas eu tava com droga. Mas aí ele também caiu junto, ele tava comigo, mas ele era de maior, aí ele caiu junto. (Eu) Mas ele não tava carregando nada? Não mas ele é de maior, tava como corrupção de menor

Sobre a apreensão policial, a jovem afirmou que a abordagem da polícia não foi violenta com ela, mas com seu irmão sim: “não foram violentos comigo não, com o meu irmão foi, eles bateram no meu irmão, é porque eles não bateram nin mim pensando que eu ia sair”.

Com relação à sua audiência, Thais disse ao juiz que a droga pertencia a ela para consumo, a fim de livrar seu irmão das acusações, afirmou ainda que os policiais entraram em contradição, que um deles alegou que a via todos os dias naquele ponto da *biqueira* e que já havia a apreendido por porte de drogas anteriormente, enquanto o outro disse que nunca a viu ali. Thais teve advogado constituído para defendê-la, que de acordo com ela foi pago metade pelo *patrão*, para quem ela vendia drogas e o restante por ela.

Thais não foi condenada a cumprir medida socioeducativa de internação, no entanto, ficou 45 dias na internação provisória de uma unidade feminina de gestão compartilhada, localizada no interior do estado aguardando a sentença. Thais relatou que ficou internada no período em que a unidade se encontrava de férias letivas, pois, como os professores que lecionam na Fundação CASA são vinculados à Rede de Ensino Estadual, no mês de julho, mês de férias, os professores não dão aulas nas unidades de internação.

Nesse período, Thais disse não ter frequentado as aulas formais ou cursos profissionalizantes, dividindo o tempo que passou na *FEBEM*⁷⁰, entre dormir, realizar as

⁷⁰ Thais referiu-se o tempo todo a unidade de internação provisória da Fundação CASA a FEBEM.

refeições, assistir a televisão e a leitura de livros, “nas férias ficava de boa, só dormindo, aí elas dava crochê, tear, dava atividades e sábado nois ia pra quadra e domingo não fazia nada”. Segundo ela a unidade de internação provisória em que ficou estava com uma quantidade superior de jovens ao número de vagas: “tinha mais menina que cabia, porque o máximo lá era dezesseis, já tinha vinte menina. Eu tive sorte porque a menina pediu transferia de quarto, aí não peguei chão”. Thais dividia o quarto com cinco jovens, sendo que a última que chegou dormia no colchão no chão. A jovem relatou que tinha um bom relacionamento com as colegas, exceto por um episódio de desentendimento:

Com as meninas eu briguei, mas não deu nada porque ela tava grávida, eu não bati nela porque as meninas do quarto não deixou. Porque eu cheguei da minha audiência estressada aí ela veio me irrita. Veio falando que meu irmão foi preso, aí ela falou você tá triste porque seu irmão tá preso? Aí eu falei: porque minha sogra saiu e porque meu irmão tá preso, aí ela falou: aí mais é tonta mesmo.

Mesmo afirmando que não recebeu advertências e que mantinha uma boa relação com os funcionários, Thais relatou episódios de desentendimentos desde o primeiro dia em que deu entrada na unidade.

Eu só tenho vontade de voltar lá e pegar uma muié, funcionário, funcionário não né, técnica, quando eu cheguei ela me maltratou, ela me bateu, ela falou oh, porque eu cheguei rindo né, ela falou você não chega sorrindo não, porque você tá em Fundação, não é cadeia, aí falei pra minha mãe, falei pra minha mãe, o dia que eu saí, o dia que eu saí do portão pra fora, mãe escuta o que eu to te falando, um dia eu volto pra cá, pra essa cidade, pra pegar essa muié.

Nos 45 dias em que permaneceu na unidade, a jovem recebeu a visita de sua mãe uma vez, que segundo ela, ficou indignada com o número de funcionários do sexo masculino na unidade, “porque onde já se viu na fundação de muié ter mais funcionário homem do que mulher, porque isso minha mãe achava injusto, um monte de adolescente com um monte de homem”. De acordo com ela, dava para contar nos dedos o número de funcionários do sexo feminino: “2 enfermeira, 2 na cozinha, 2 feminina lá que cuida da gente, 1 professora e tudo homem, tudo homem. Na hora de tomar banho mesmo quem fica com a gente era mulher e quando não tinha mulher era homem que ficava no banheiro com a gente”.

A relação com os funcionários, em alguns momentos, era de *zueira*, “nois chamava eles de funça, aí eles que que é funça, aqui é policia é zuava nois, essas bandidinhas aí oh, fez tanto lá fora pra tá aqui hoje, privada do mundão, agora oh, vocês

fica aí que eu tó indo pro mundão”. Quando questioneei se Thais sofreu algum desrespeito pelo fato da maioria dos funcionários serem homens, ela respondeu que não, que eles as respeitavam, mas que: “quando eles batem, eles algemam e batem”.

Thais foi crítica com relação ao atendimento prestado pelas técnicas da unidade, as assistentes sociais e psicólogas.

Vô te falar a verdade, as técnicas lá não presta, não presta. Elas não é assistente social, porque assistente social, nois tentava conversar com a assistente social pra saber como é que tava os nossos casos, pra falar com as nossa mãe, elas vinham uma vez na semana, e nem dava tempo de falar com você. Eu fiquei um mês e três dias e falei duas vez com a técnica, não sabia como que tava o meu caso, minha mãe.

Quando perguntei se Thais era vaidosa, ela respondeu que sim, muito, mas que na FEBEM o banho era rápido e espelho só na hora do banho: “não existia maquiagem para a gente passar, era só o creme pra pentear o cabelo, a pasta e o sabonete”. De acordo com ela, a ausência de produtos de beleza, ficava pior diante das técnicas que iam trabalhar com “as roupas do mundão, todas maquiadas, tudo bonitona, nois tem que andar com o cabelo assim, de coque, ou se não de rabo preso”.

Ela ainda relatou que lá o que mais tinha era “muié com muié, e elas eram ciumenta as meninas de lá”. De acordo com Thais, os funcionários não se importavam com os relacionamentos entre as meninas, mas “não podia deixar pegar, porque se pegasse elas ficava numa sala, algemada e apanhava”.

Thais disse que não tinha queixas da unidade em que ficou internada, mas que se *pegasse* uma internação gostaria de trocar de unidade, pois disse ter conhecido meninas que vieram de outras unidades da *FEBEM* na capital e que relataram que “lá o tratamento é melhor, é mais menina, pode fumar, o tratamento de roupa, comida, era melhor lá”.

Sua saída da CASA foi permeada por tristeza e emoção. Tristeza, pois de acordo com a jovem, na ocasião em que recebeu a liberdade foi chamada pelas técnicas que informaram que ela tinha sido condenada. Thais contou que chorou muito, foi ao quarto pegar seus pertences para ir para a unidade de internação e que na volta às técnicas perguntaram qual perfil ela iria preferir? Rubi, esmeralda ou diamante? De acordo com Thais, as joias representavam o comportamento dentro da unidade, o “diamante é o comportamento ótimo, o rubi um comportamento péssimo e a esmeralda é o médio”. Thais respondeu: “o diamante pra ir embora mais rápido, aí elas falaram não, sua mãe que tá aí”.

Após a primeira semana em liberdade, Thais relatou que seu *marido* foi *preso* por quebrar a medida de LA e ela voltou a morar com sua mãe. A jovem estava insegura com relação à saída do marido da CASA, pois não tinha certeza se iriam voltar a morar juntos, pois a mãe dele saiu há pouco tempo da prisão.

A mãe dele tá na rua, daí eu não sei se ele vai voltar a morar com a mãe dele, agora eu não posso ficar morando com ele né, ou ele vem morar comigo na minha casa com a minha mãe ou nois não vai ficar mais junto.

Quatro meses depois da primeira entrevista, reencontro Thais. Logo no início, a jovem afirmou que não tinha se desligado do tráfico, mas “continuo com eles, perto deles, lá na rua, não tem como não tá perto, lá todo mundo é envolvido”. No entanto, Thais disse que por enquanto havia parado de vender drogas, pois chegava o natal e ela não queria novamente ser presa, passando as festas na FEBEM: “agora que tava acostumando a ganhar dinheiro fácil, tenho que parar”. Seu irmão, que tinha *caído* no mesmo BO que ela continuava preso, sem julgamento. Thais disse se sentir culpada pela prisão de seu irmão, pois: “ele foi preso pela minha droga”.

Alguns dias após a sua liberdade, o outro irmão de Thais que estava em liberdade também foi preso. Para ela e sua família, sua prisão foi forjada, pois o jovem estava dentro de casa na ocasião em que os policiais chegaram e encontraram a droga no jardim.

Agora era somente Thais e sua mãe, pois seu marido, padrasto e dois irmãos estavam presos, todos sob a acusação de tráfico de drogas. E, todos os finais de semana ela ia com sua mãe os visitar, cada qual no seu presídio, “meu padrasto tá preso, eu e minha mãe tá sozinha, meu padrasto tá lá (nome da cidade), meu primo, um tá na semi, o outro saiu”. Portanto, Thais não conseguia compreender qual o motivo para não poder visitar seu *marido* na Fundação CASA, sendo que realiza visitas ao padrasto e aos irmãos na prisão, “com homens maiores de idade, posso entrar visitar meus irmão”.

Com o companheiro preso, o relacionamento se dava através de cartas e por telefone, pois na semana em que ele não recebia visitas podia fazer uma ligação. No entanto, a *prisão* acarretou brigas constantes por ciúmes, fazendo com que ele cogitasse a hipótese de terminar o relacionamento enquanto estava *preso*, mas ela não desejava o fim, então: “me comporto não do motivo para ninguém falar nada de mim”.

Com relação à MSE, ela afirmou que a medida vinha lhe ajudando, pois sua técnica “dizia muitas coisas boas”, mas com a aposentadoria dela, teria que trocar de técnica, o que lhe causava receio de ter que começar tudo de novo.

Por enquanto, a jovem estava ajudando a tia em seu bar e ganhava R\$150,00 por semana, segundo ela, era muito difícil ficar sem dinheiro para comprar suas coisas, mas caso sua tia arrumasse um *bom* trabalho ela aceitaria, “se minha tia arrumar um serviço pra mim que cuida de uma criança ou de uma veia eu cuido, mas não de coisa pesada, faxina”.

Com relação à escola, ela disse não gostar de estudar e afirmou que quando saiu da *FEBEM*, na metade do ano, não fazia sentido continuar indo a escola, já que não conseguiria passar de ano, tendo estudado tão pouco tempo, desse modo, não estava estudando, “eu não eu não gosto de estudar não, não gosto de estudar, aí eu vou fazer a prova e vô pra sétima, aí ano que vem eu faço outra prova e vô pra oitava, primeiro?”

Para Thais deixar o tráfico de drogas estava condicionado ao *sorteio das casinhas populares*. Desse modo, a jovem se mudaria da *favela* se afastando do tráfico de drogas e dos vizinhos *envolvidos*.

Planos estudar e viver mina vida tranquila, porque quando eu mexia com droga minha vida não era tranquila né, minha vida era corrida, podia passar por polícia, passa muita polícia, passa pra pegar né, igual quando vê a policia o pessoal corre, porque lá tem um monte de câmpão.

Thais encerrou nossa conversa afirmando que hoje, com 15 anos, não gostaria de passar o resto da vida sendo mulher de bandido, “porque ele tá preso, eu to presa com ele”.

Eu pretendo tirar ele, vai ser difícil, mais meu tio vai ter que arrumar alguma coisa pra ele trabalhar, eu não vou ficar em porta de cadeia indo ver homem não. Tipo assim, ele tá preso, eu to presa com ele, eu não posso fazer nada. Já sei como é a vida.

4.5 Antônio

Antônio foi breve ao responder as questões. Sua trajetória foi resumida por ele como: “tive alguns bicos já, sabe, tipo servente, pintor, vidraceiro mais só pouco tempo”, “gosto de estudar, de ler”. Ele consumia drogas e traficava: “um pouco dos dois né”. Antônio nunca teve passagens pela polícia e, quando foi detido, realizava um assalto a uma residência na companhia de alguns amigos. Quando perguntei sobre a abordagem policial, ele respondeu: “eles oprimiram né, porque polícia é assim mesmo”.

Antônio cumpriu medida de internação provisória em uma unidade localizada no município em que residia com sua mãe. Sobre a sua relação com os técnicos e funcionários da CASA, ele afirmou que: “o relacionamento era tranquilo, o melhor possível, eu nunca apanhei mas eu vi apanhar, vi dar castigo”.

No período de internação provisória, ele disse que continuou estudando e realizando diferentes atividades: “no começo eu tava tendo aula ainda, aí ficava na escola o dia inteiro né, jogava bola, tinha um monte de atividade lá”. Antônio afirmou que gostava de ler, leu um livro sobre a trajetória de um egresso da antiga FEBEM: “eu terminei de ler um livro que eu tava lendo aqui fora que é “A menina que roubava livros”, aí eu terminei lá e outro que era tipo o depoimento de um ex-interno também da FEBEM, “Luz no fim do túnel””.

Quando perguntei o que poderia melhorar na unidade, ele respondeu: “não tem como melhorar eu acho”. Antônio disse que ocasionalmente ocorriam algumas brigas entre os meninos e que na unidade era comum fazer o uso de gírias: “janela eles chama de ventana, porta é capa, banheiro é boi, eu não lembro é que eu parei de falar essas coisas já”.

Após o período de internação provisória, ele recebeu a medida de semiliberdade em uma unidade que também ficava localizada em seu município. Na unidade de semiliberdade, Antônio disse que saía todos os dias e todos os finais de semana retornava para sua casa: “ia só pra casa de final de semana, bem mais tranquilo, saia todo dia”. Nesse período, Antônio disse ter frequentado um curso profissionalizante de mecânica e outro de montador de carros em uma instituição estadual e continuou a frequentar o 3º ano do Ensino Médio. Sua rotina se dividia entre acordar cedo, tomar café da manhã, almoçar, frequentar o curso técnico e ir à escola: “eu ia à tarde pro curso, à noite pra escola e de manhã não fazia nada lá”. Como a unidade se localizava em uma região central do município, Antônio disse que ia andando com os outros meninos para a escola e para o curso, vestindo o uniforme da escola técnica e da instituição escolar que estava matriculado.

Ia com uniforme do curso, só usava a roupa padrão já dentro mesmo, pra sair era roupa nossa mesmo que a gente trazia de casa, quando a gente ia a gente trazia, todo fim de semana a gente ia pra casa e voltava com a roupa pra passar a semana.

Sobre sua relação com os técnicos e funcionários da unidade de semiliberdade, Antônio respondeu que ao final de sua medida protagonizou algumas situações de

desentendimento, o que acarretou na perda do benefício de retornar à sua casa no final de semana.

Só no final, a não sei parece que eles não que o seu bem e aí querem te atrasar, só faz coisa ruim pro cê. Queriam que eu assinasse uns termos lá, uns negócios pra perder final de semana, se você tiver mau comportamento você perde, é um benefício, aí você perde e eles queria tirar.

Para Antônio os motivos que acarretaram a perda do benefício foram: “coisinhas banais, a poucas coisas, uma que eu cheguei alcoolizado e outra que eu tive um desentendimento na escola”. Para Antônio, o fim da medida de semiliberdade não foi muito diferente da rotina que vivenciava na unidade: “eu tava acostumado a sair na rua já, todo dia, mais foi melhor né”. Para ele a medida de internação e a semiliberdade serviram: “pra mim ver o outro lado, ver outra coisa, ter uma consciência diferente das coisas, eu tirei algo positivo de tudo o que eu passei”.

Ao sair da unidade de semiliberdade, Antônio começou a trabalhar em uma vidraçaria, mas, “por causa do horário da escola tava chegando atrasado”, teve de deixar o emprego. Para ele, os cursos de mecânico e montador de carros ainda não o auxiliaram a encontrar um emprego: “até agora não, entreguei currículo, espero que ajude”. No momento da entrevista, o ano letivo estava chegando ao final e Antônio estava concluindo o 3º ano do Ensino Médio. Portanto, ele disse ter se inscrito para o vestibular de uma Universidade Estadual: “eu coloquei Relações Internacionais, mais pelo horário, essas coisas, mas eu to vendo mais pra ver como que é pra dificuldades, não pra passar mesmo, se eu fosse fazer aqui não tem o que eu queria teria que ir pra outro lugar é engenharia”.

Para ele, a medida de LA não foi justa: “eu devia ter ficado só na semi”, além disso, a medida era “chata, tem que ficar vindo aqui, isso aqui não vai em ajudar em nada eu acho, é mais pra perder tempo”. Quando eu perguntei o que poderia melhorar ele respondeu que poderia pensar, mas “acho o que o acontece aqui quando eu venho é sempre a mesma coisa”.

4.6 Luan

Luan iniciou sua narrativa falando que antes da medida de internação não convivia bem com seus familiares, por conta da dependência pela cocaína.

Eu não convivia bastante com eles, não ficava com eles, por causa da droga, companhia, eu não tinha gosto de mais nada na vida, só nas drogas, eu não sabia fazer mais nada, abandonei a escola, abandonei minha casa.

Luan relatou que antes da medida de internação trabalhava como caminhoneiro, ajudando seu pai em suas viagens, mas todo o dinheiro que recebia pelo trabalho era gasto com cocaína. Luan afirmou nunca ter traficado ou roubado para conseguir dinheiro para comprar drogas. Disse ainda que, sua relação com os traficantes era *normal*, pois sempre estava *lá* comprando.

Ah o tráfico nunca, mas eu usar sim, bastante eu usava. Cocaína. Eu trabalhava com meu pai né e com o dinheiro que eu tinha eu gastava tudo em cocaína. Eu chegava na cidade e os meus colega né, aí eles vinha me chamar, a gente ia pras festas, pras baladas e eu usava. A relação com o pessoal que vendia normal, eu frequentava bastante lá, bastante, era quase todos os dias.

Com a dependência, Luan passou a morar na casa de amigos, deixando de ajudar o pai nas viagens, o que o deixou sem dinheiro para comprar a droga. Como sempre esteve envolvido com amigos que cometiam roubos para consumir drogas, ele disse ter participado pela primeira vez, ocasião em que foi apreendido.

Já, sempre eu tava envolvido com esse tipo de gente, mas a primeira vez foi essa que eu fui preso, a primeira vez. Eu não gostava de roubar, meu negócio era ir pra balada e usar só e eles roubavam pra comprar, porque não trabalhava né. Roubava aí trocava na boca e pegava em droga.

Luan disse que no dia em que foi detido, passou a noite consumindo cocaína com seus colegas e pela manhã roubaram a bolsa de uma moça que estava passando na localidade. Ela logo começou a gritar: “pega ladrão”. Com relação à abordagem policial, ele relatou que: “chegaram duas, uma veio por trás e uma veio pela frente, pegaram a gente, falaram pra por a mão na cabeça, algemaram a gente, colocou dentro da viatura e levaram pra delegacia, bateram mais em mim, eu que tava com as coisas do roubo”. Luan relatou que ficaram dois dias custodiados na delegacia sem comer e tomar água: “passamo á noite lá, na verdade a gente ficou dois dias lá, sem comer, sem beber, na verdade a minha mãe ainda falou com o promotor e o promotor falou que podia levar comida pra gente, tudo, só que o delegado não deixava entrar”.

Sobre a audiência, Luan afirmou que teve advogado constituído, o juiz indagou sobre a ocasião e os policiais estavam presentes à audiência.

Luan disse que ficou 48 dias na UIP até ser *condenado* a 11 meses e 7 dias na unidade de internação localizada no município em que residia com seus pais.

Sobre sua relação com os funcionários da unidade, Luan disse que sempre os respeitou e preferia apenas responder o que eles perguntavam. No entanto, protagonizou uma situação de desentendimento em que recebeu duas sanções e ficou 11 dias sem fazer as refeições, apenas tomando água:

Sempre respeitei funcionário. A conversa muito, eu evitava conversa com funcionário, ficava mais na minha, no canto, quieto, mas quando eles vinha pergunta eu respondia na educação, normal, fazia as coisas que eles pedia, tudo certinho, só no começo que era difícil, no começo eu tive briga lá, peguei dois castigo, 11 dias no escuro sem ver nada, na verdade num era uma sala, era um quarto assim, fechava tudo e não via nada, só bebendo água, sem comida, só água.

Entre os meninos que cumpriam a medida de internação existiam algumas regras como *não caguetar* o companheiro, *não xingar* o funcionário, além dos sinais de libras utilizados para a comunicação.

Caguetagem né, não podia ter, é xingar funcionário também não, que eles cobrava depois, códigos tinha, sinais de mão, quando os funcionários tava vendo, a pra gente falar, comunicar um com o outro, eu aprendi conforme o tempo foi passando lá, os sinais de mudo. Só essas.

Ele disse que na unidade era “muita opressão” e que precisava ter sua “família por perto mesmo”. Luan afirmou ser “muito vaidoso, bastante, no começo era difícil pra mim, mas aí eu fui me adaptando com as coisas de lá da FEBEM, cabelo rapava”. Nesse período, Luan relatou que recebia frequentemente visitas da sua mãe e de suas irmãs, mas seu pai nunca o visitou.

Visitas recebia todo domingo, minha mãe nunca faltou, nem minhas irmãs nem nada, só meu pai que nunca foi me visitar, porque ele não conseguia ir ver lá eu, ele queria ir, só que ele chegou lá, até ia uma vez, só que aí ele chegou lá e não quis entrar, deixou lá a minha mãe e ficou lá esperando, ele não entrou.

Luan relatou que o que mais ajudou a sair da unidade “rápido”, foi a meta imposta pela sua técnica, que tinha como objetivo reduzir sua ansiedade. Para ele, os cursos técnicos realizados na CASA apenas ajudaram a passar o tempo.

Atividade nenhuma, foi mais a meta que elas me deram, eu era muito ansioso, muito ansioso eu era, hiperativo, bastante e eu consegui superar isso, foi por isso que elas me liberaram de lá, mandaram relatório pro juiz, porque eu cumpri a minha meta, foram seis meses

de meta. Eu era muito ansioso, ficava no pé delas, bastante, bastante, quero sair, quero sair, aí eu fui me acalmando bastante, fui ficando mais na minha, aí eu fui maneirando aos poucos e aí eu sai.

Ao sair da unidade, Luan disse que foi recebido muito bem por sua família, principalmente por seu pai. A família de Luan mudou de bairro e, posteriormente, de município.

Quando conversamos, Luan afirmou que estava em liberdade há dez meses, período em que cumpria a medida de LA. Em liberdade, ele disse ter feito dois cursos profissionalizantes, de informática e de hardware, pagos pelos seus pais. Luan voltou a estudar, estava cursando o 2º ano do Ensino Médio, mas disse ter tido dificuldades para encontrar vagas na escola: “bastante, bastante preconceito do diretor”.

Com relação ao emprego, disse não ter tido muitas dificuldades, pois seu patrão ajudou muito. Luan trabalhava aos finais de semana, no período noturno, em um restaurante da cidade em que residira.

Não, pelo contrário, esse patrão aí ele me ajudou bastante, ele sabe de tudo o que aconteceu comigo e ainda me deu uma oportunidade. Conteí quando eu fui entrar. Um pouco eu fiquei com medo, mas uma hora ele ia saber, aí ele ia ficar sabendo, então eu já falei. Medo não é que eu guardava pra mim, eu não gosto de ficar lembrando pelo o que eu passei.

Com o emprego no restaurante, Luan disse que seu pai, seu cunhado e sua irmã também passaram a trabalhar lá, com a ajuda de seu patrão.

Eu trabalhava, eu entrei de garçom, aí ele mandou eu pro bar e ele me mandou pra churrascaria, aí meu pai tá lá na churrascaria também, meu cunhado tá lá no bar e a minha irmã tá lá no play sabe, o play onde fica as crianças. Depois que eu entrei minha família inteira foi pra lá.

Luan havia retomado o namoro com a antiga namorada, que morava na cidade para a qual ele havia se mudado. Antes de ser internado, o namoro foi interrompido por conta do consumo de drogas, pois sua namorada “era da igreja” e não aceitava o seu comportamento.

Antes de entrar aí a gente ficou dez meses separado por causa disso, de droga né, porque ela é da igreja né, da igreja mesmo, ela e a família dela inteira e ela me ajudava bastante, só que eu ignorava, eu traía ela na frente dela, fazia um monte de coisa com ela, aí eu saí e fiquei cinco mês sem ver ela, aí foi quando eu voltei pra (nome da cidade), ela mora lá, conheci ela lá porque direto eu ia pra casa da minha avó lá, aí eu saí né e fui pra lá, aí eu comecei ir lá na pracinha ficar lá na praça, aí eu comecei a estudar de novo, aí foi onde ela veio conversar

comigo e aí a gente retomou, fui lá pedi pra mãe dela de novo, falei que eu tinha mudado e aí a mãe dela aceitou eu de novo, faz seis meses que a gente tá junto.

Com relação aos seus amigos, Luan disse que perdeu o contato com todos os colegas de antes, “meus amigos é só meus primos e minhas irmãs e lá, na Fundação, não tinha como te amigo, era um quere se mais que o outro”.

Seu tempo agora está dividido entre ir à escola, trabalhar, ver a namorada e ir à igreja com ela.

Eu jogava bola né, mais aí eu sai, parei de jogar, vou na igreja com a minha namorada, fico na casa dela, minha rotina é essa, de dia eu fico em casa, aí ajudo minha mãe, aí umas cinco horas, seis horas, eu trabalho de quinta, sexta e sábado só né, só três dias, aí agora eu to lá com meu pai né, aí hoje eu vou trabalhar porque ele pediu pra mim trabalhar hoje, porque o rapaz faltou, aí eu vou repor o lugar dele. Aí quando é dia de semana normal eu vou pra casa dela, cinco seis horas, aí depois manda a gente embora, porque a irmã dela tem namorado aí a hora que acaba a novela a mãe dela manda a gente embora.

Com relação à medida de LA, Luan afirmou que ela já deveria ter acabado e que conversar com as técnicas tem ajudado muito.

A medida de LA já era pra eu ter acabado já né, mais aí como eu faltei um tempo, fiquei umas três semanas sem vim, mais aí tá tudo bem, tá acabando graças a Deus. Acho que não falta melhorar nada, porque já tá no final né. Então, ah, pra mim foi bom, pra mim foi bom, tá sendo bom até agora, porque eu conheci a técnica, ela me ajudou bastante, ela é gente fina pra caramba, conversa comigo, me dá toda atenção que ela pode me dar ela me dá. Ela ajudou bastante, bastante.

Pouco tempo após nossa conversa, Luan foi liberado do cumprimento da medida em meio aberto. A última notícia que tive dele foi através de sua técnica que afirmou que sua namorada poderia estar grávida.

4.7 Wellington

Logo no início da conversa, notei que Wellington me chamava de senhora a todo o momento. Sendo assim, perguntei qual era a razão e ele responde:

Porque a gente é acostumado, entendeu moça? Porque lá a gente é acostumado a falar senhora e senhor, daí quando a gente sai a gente tá acostumado, porque eu fiquei seis meses lá, é muito tempo lá, então ficou muito tempo e todo dia ter que passar perto de uma pessoa e falar senhor, senhora, senhor, senhora, a gente vai acostumando, aí quando a gente sai a gente pega esse costume pra falar com as

peessoas, independente de idade porque lá é todo mundo senhor, independente de idade, tem pessoas velhas, pessoas novas, mas é funcionário, nois tem que tratar igual e aqui também eu tenho que tratar você, tenho que tratar eles igual eu tratava lá, senhor e senhora, porque querendo ou não vocês é uma pessoa né.

Após sua explicação, ele disse que passaria a me chamar de você ao longo da nossa conversa, mas logo ele me chama novamente de senhora e atribui a prática ao costume.

Wellington era filho único e morava com sua mãe, com quem disse ter uma boa relação. Ele relatou ter trabalhado duas vezes, uma em uma clínica odontológica e outra como instrutor de patinação no gelo, no final de ano, em um shopping do município, ambos empregos sem carteira assinada.

Ele afirmou consumir maconha: “comprava na biqueira, eu moro na favela senhora é muito fácil, isso é a coisa mais fácil que tem de você conseguir”. No entanto, ele disse que não traficava drogas, apenas roubava, pois no tráfico há regras e hierarquias. Já no roubo: “meu problema é com a polícia, eu vou lá e resolvo”.

Cobrança tem mais eu nunca vi cobrar. Ah mas aí, por isso que eu não entro pra traficar, porque eu não gosto de fazer isso com as pessoas, não é nem coragem é que eu não gosto, porque nois não sabe o dia de amanhã e se amanhã eu tiver devendo, vai fazer comigo certeza, porque se eu não fizer alguém faz comigo, então se me dever eu vou ter que fazer, se eu dever o cara vai ter que fazer comigo, então, tipo se eu roubar o meu problema é cá polícia eu vou lá e resolvo mais com esses cara aí eu nem....

Wellington disse que já havia “feito vários roubos” e, na ocasião em que foi apreendido, “dei azar... mas eu já parei já senhora”. Com o dinheiro e objetos *feitos* nos roubos ele afirmou: “comprar roupas, tênis, arrumar o cabelo”. Wellington disse que nunca pensou que seria apreendido: “você nunca vai espera né, você nunca vai esperar, você não quer, mas eu tentei correr do jeito que eu pude, tentei fugir, mais é muita gente fofoqueira, *zé povinho*, que eu falei vocês pego o cara errado, cato o cara errado, que tá na câmera, sua roupa lá”.

Na ocasião da apreensão, Wellington disse que estava acompanhado por mais cinco colegas, e realizam um assalto a uma residência, em um condomínio fechado. Sobre a abordagem policial disse: “apanhei bem viu senhora”.

Não eu tava com cinco cara. A gente foi... faze 157, é roubo, aí a gente foi, eu eu já tava, a gente foi entrar numa chácara, condomínio fechado, aí eu já tava quase entrando dentro da minha casa, aí vieram

e já fecharam eu, já me pegaram, aí já me agrediram, apanhei bem viu senhora, cheguei assim com uma bola rocha já na coluna, cheguei com o olho regaçado, cortado.

Wellington ficou custodiado na delegacia por vinte e três dias, segundo ele, esse período foi para que seus machucados minimizassem e ele pudesse ser transferido para a UIP da Fundação CASA, sem que os policiais que o agrediram tivessem problemas: “mas você acha que eles é bobo, se eles mandasse eu pra lá daquele jeito, mais eu falei pro juiz que eles me agrediu, mais cadê os machucados, uma verdade sem prova”. No período em que ficou na delegacia, ele disse que sua mãe foi visitá-lo para levar cobertores. Ao vê-lo sua mãe reafirmou o que sempre lhe dizia: “o dia que você cair você vai apanhar pra caramba, toma cuidado”.

Me viu, ela foi lá na mesma noite já levar coberta pra mim, tava muito frio, muito vento a noite, foi (dia) de maio do ano passado. Aí eu vi minha mãe, falei com a minha mãe. Ela sabia já que eu tinha começado, tipo a entrar, mas ela não sabia que eu roubava, ela sabia que eu tava envolvido, mas ela falava, se você cair você vai apanhar, todo dia... ela sabe, que já também, né senhora, já presenciou umas cenas, umas fitas né senhora, mais ela sabe, ela sempre falou pra mim. Ela conhecia bastante gente envolvida, nos morava na favela, mora até hoje.

Wellington disse que, na ocasião da apreensão, apenas ele “era de menor” e somente ele e mais um colega foram apreendidos, pois os outros três conseguiram fugir: “o de maior que saiu antes de mim ainda ficou só cinco meses só, ele ganhou, ele recorreu do BO dele”. Sobre a audiência, Wellington contou que teve defensor público: “eu falei, a polícia falou, a vítima falou, foi me reconheceu, o juiz falou: então manda ele pra Fundação de novo pra ele esperar a sentença ou a liberdade”. Após dois meses na UIP, Wellington recebeu a medida de internação: “aí desceu a sentença, aí vem o oficial de justiça e ele traz, aí o funcionário chega e traz sua sentença, aí você assina. Lá é o lugar que o filho chora e a mãe não vê”. Wellington cumpriu seis meses de MSE de internação em uma unidade da Fundação CASA de gestão compartilhada, localizada em seu município.

Wellington se considerava muito vaidoso, afirmou que sempre gostou muito de se arrumar. No entanto, “na Fundação não tem como você se arrumar é tudo igual né”, apenas aos domingos, dia de visita, era permitido fazer a barba.

Raspava o cabelo só na 2, mais corta tudo, não deixa nada, assim tipo, oh o meu já tá num corte mais diferente, lá não faz pezinho, não faz

nada, só passa a maquininha. Ai no espelho, só quando vai fazer a barba que é no domingo, dia de visita, ai dia de domingo a gente faz a barba, se arruma, uma vez na semana que pode fazer a barba e se arrumar.

Na unidade em que Wellington ficou internado, todos os produtos de higiene pessoal, roupas e alimentos são fornecidos pela instituição. Ao falar sobre os cuidados com a higiene pessoal dentro da unidade, Wellington foi crítico sobre a qualidade de todos os produtos fornecidos pela CASA, afirmando nunca faltar nada, mas que os produtos eram sempre da pior qualidade. Wellington também se queixou do pouco tempo para o banho e contou como se organizavam entre eles para que todos pudessem tomar banho no único chuveiro disponível para cada módulo: “tinha gente que tinha sete em cada barraco”. Ou seja, em cada quarto havia seis camas e o último menino a chegar no quarto dormia em um colchão no chão: “a CASA tava lotada. Tinha mais gente do que cabia, tinha uma época que tinha oito em cada quarto, mas só seis cama”.

Perfume não tem é normal. Desodorante tem mais é sem cheiro, normal, neutro, shampoo tem também mais é um, tudo o mesmo cheiro, mais sabonete glicerinado, todo glicerinado, saboneteira, bucha normal, tinha mais básico, bem básico mesmo, escova de dente era aquelas de silicone ainda e acostumei depois que eu escovei aqui fora com uma normal machucou tudo a minha gengiva, machucou bastante. Pasta de dente não é tipo aquelas Colgate, era só coisa ruim. Tinha mais não era tênis assim não senhora, era tênis normalzinho, aqueles de jogar futebol de quadra baixa, chinelo. Cueca eles também dava, mas não era tipo boxe, era tudo azul, tudo da mesma cor, era aquelas que você começa a usar ainda criancinha, era ruim, horrível aquelas cueca e agente vai engordando, vai ficando tudo apertada. Nunca faltou, mas também era tudo do mais simples possível, porque acontece muita briga se deixar entrar roupa, supor a gente usa nossas roupas, deixar a família trazer pode parecer que quer causar briga, a se eu tenho uma coisa melhor que ele e ele tem uma coisa melhor que eu pode causar briga. Então lá é tudo eles que fornece, o governo fornece tudo, nada vem de fora. O tempo do banho era cinco minutos, um chuveiro só tem dois abridor, uma quente e uma gelada, ai entrava três e saia três. Não é tipo quatro módulo, cada módulo tem um banheiro, ai cada módulo tem dois quarto, e vai um quarto de cada vez, ai era quarto 1 e quarto 2, ímpar e par, ai como era oito quartos era ímpar e par, dai em dia ímpar o quarto ímpar tomava banho primeiro e dia par o quarto par tomava banho primeiro, ai revessava no quarto ali quem vai primeiro, quem não vai, ai a gente ali entre nós que resolvia, ai falava não, então eu vou primeiro, nos três vai primeiro, depois seis três, tinha gente que tinha sete em cada barraco, ai ia três primeiro voltava e ia, porque ia sozinho, ai liberava dois do outro quarto pra ir, ai era tudo assim, nós se resolvia entre nós assim.

Com relação à alimentação, ele afirmou que as refeições eram equilibradas, alimentavam-se cinco vezes por dias, mas “não tinha gosto a comida”.

Tudo equilibrado, cinco refeições por dia. E era boa a comida, tinha vez que era boa, mas tinha vez que era ruim, não tinha gosto à comida, sem tempero, aí era uma comida... Merenda de escola você ainda sente o gosto do tempero, lá eles colocavam só sal mesmo, só pra dar um gostinho um pouquinho, porque tem nutricionista né, aí fala que sal em excesso faz mal né, aí colocava pouco.

Sobre sua relação com os meninos que cumpriam medida de internação na unidade, Wellington disse que evitava conversar da sua vida pessoal com os meninos, pois, “lá é cada um por si e Deus por todos, negócio pessoal assim já não né, agora conversar normal, assim”. Com as técnicas, ele disse ter um bom relacionamento: “tem que conversar senão... porque é elas quem manda a gente embora né, senhora...”.

É elas que manda a gente embora, porque é elas que cuida do nosso relatório, então a gente tem que conversar, falar do que a gente tá passando certo, elas pergunta a mesma coisa que você pergunta se a gente sofre alguma agressão de algum funcionário, porque se a gente sofre a gente tem que falar pra elas porque aí elas já fala na reunião, porque é elas que é nossa defensora ali, porque a única pessoa que a gente tem que confiar ali é elas. Eu confiava na minha técnica eu gostava dela, porque senão....

No momento da entrada na unidade, Wellington disse que todas as regras foram explicadas e que desde o início sabia como deveria se comportar para sair em liberdade no tempo mínimo. Ele explicou que relatórios sobre o seu comportamento eram enviados mensalmente para o juiz, que poderia definir quanto tempo ele permaneceria na unidade.

Você chega lá e eles já fala: você quer ir embora rápido e eu falo: lógico. Aí eles fala: então você fala isso, isso, isso, tem as regras, o regimento, então faz a sua parte que nois manda você embora rápido. Se não você dá no pé a gente vai relatando, vai mandando pro juiz e o juiz não vai mandar você embora, porque tudo o que a gente faz, eles relata e se a gente faz algo errado, eles vai relata, então vai pro juiz. Tinha um moleque lá que tava um ano e cinco mês, ele se comportava péssimo.

Quando perguntei a primeira vez sobre sua relação com os funcionários, ele respondeu: “boa com todos, nunca tive nenhum problema, com nenhum funcionário, nem com técnica nem com nada”. Com relação à unidade ele respondeu: “o loco senhora tem que reclamar de tudo aquilo lá, não é... como que você vai tomar banho com sabonete glicerinado, não tem nem cheiro”.

Wellington disse que além das regras da unidade, “nois mesmos colocava lei entre nós, senão fica bagunçado”. Quando perguntei quais eram as *leis*, ele respondeu que uma delas era não olhar para a visita do companheiro e os sinais de libras.

Tipo assim se você é da minha família e vai me visitar, e ai chega outro moleque lá e fala pó sua irmã e mó bonita e pá e pum, tal, ai dá briga... de ter que vim funcionário. Tinha língua de surdo mudo, ai quando a gente ia conversar com os caras e os funcionários não podia ver, ele pode, mais tem conversa que a gente conversa lá e ele não pode ouvir, senão ele vai lá e fala pra técnica, tipo aquele funça ali já tá a mais, tipo, já tá agredindo menor, já tá parari e pororo, então nós tem que dar um jeito nele.

Quando as *leis* eram quebradas, Wellington disse que: “todos os menor dava uma opinião pra ver qual que ia ser”, como os funcionários não podiam ver a votação, ela ocorria de maneira individual e caso a maioria decidisse pela punição, essa ocorria à noite, dentro do banheiro.

Tinha que ser organizado, ai um moleque falava, aquele moleque merece ser agredido porque ele fez isso, isso e isso? Ai chegava um em cada um, ai o funcionário não podia ouvir essas conversas, então a gente chegava um em cada um de cada vez, ai perguntava aquele moleque fez isso, isso e isso, você acha que ele merece ser agredido? Batia dentro do banheiro, nossa... não podia agredir a face né... do pescoço pra baixo.

Para o Wellington, “tinha que saber conversar”, ou seja, as relações e os problemas entre ele e outros meninos eram resolvidos com diálogo.

Tipo assim eu entrei lá, sempre tinha uns que queria brigar comigo, mas eu sempre tinha uma resposta, uma vez teve uns que queria brigar comigo, porque sempre tinha uns encenqueiros, mas dai eu falei assim: seguinte o que mano, se você quiser me agredir o barato é o seguinte eu também vou agredir, eu to aqui pra fazer a minha mano, se você quiser comigo eu também quero em dobro, mais se você quer paz, também nos tamo ai...

Após o relato em que Wellington falava das agressões dos funcionários, perguntei novamente sobre sua relação com eles e ele respondeu: “funça agride nois lá, fica ai... é de sair na mão, ai os menor revolta e vai pra cima também, faz rebelião, faz tudo...” Perguntei se nesse período em que ele ficou internado houve alguma rebelião, Wellington disse que sim, diminuiu o tom de voz e começou a relatar em detalhes a rebelião que começou por conta da *galinhagem*:

Tudo começou por galinhagem, zuação entre menor e funcionário, ai o funcionário começou a zuar o menor ai nós, porque ninguém guenta com nós na galinhagem, ai os funcionário não guentava, nois zuava eles e eles perdia a linha e arrastava, sempre era assim, eles começava e a gente zuava, porque a gente também não pode ficar levando

desaforo né, a gente zuava também, ai começava a perder a linha e ele arrastava só relatório, beleza, ai começou um a zuar o outro funcionário, ai o funcionário já falou da mãe do menor, ai ele já saiu catando o funça, ai ele pegou e foi todos funcionário pra cima do menor e todos menor pra cima do funcionário, ai já tinha metade das pessoas comendo, porque fica todo mundo em fila, na formação assim nos pátio todos quarto fica lá, cada quarto em sua linha, nois tem uma postura lá, ai tava normal. Ai já tinha metade dentro do refeitório que já tava comendo, ai vai uma vez por quarto pega a sua comida e vai, ai termina de comer e sai todo mundo, só sai todo mundo quando termina de comer, ai já tinha uma boa parte lá dentro comendo ai já tava a outra metade, ai foi nessa hora que os funça começou a brigar com os menor, ai nos tudo que tava lá fora foi e ai todo mundo que tava lá dentro saiu também, que viu as cozinheira saiu correndo, ai fechou a porta, trancou tudo, ai quebrou o pau. Foi uma guerra. Pique 300. Ai que que aconteceu, nois tava ganhando (risos), porque eles veio com cassetete e nois tava tacando pedra, só tijolo. Lá tem uma partona lá que era é cheia de pedra, cheia de coisa lá. Ai começamos a tacar pedra, nois tacava tijolo, eles não parava de chegar perto porque se eles chegassem ia tomar pedrada, ai eles encurralou nois assim só tacando pedra e eles não vinha, se eles vinha era pedrada. Teve vários funça que saiu machucado, ai tomava pedrada, ai falou, não beleza, chega, chega vamo parar, vai cada um pro seu quarto, vai ficar normal e pá, ai conversamo, conversamo nois lá e tentamo entrar em acordo com os funça, ai entramo.

No dia seguinte a rebelião, após o acordo com os funcionários, Wellington disse que houve a entrada na unidade do Choque, ocasião na qual foram para o pátio somente de cuecas e apanharam. No retorno aos quartos seus colchões foram retirados, nesse dia não tiveram atividades e não fizeram as refeições.

No outro dia entro o Choque. Tipos eles fizeram falsidade com nois entendeu. Chego de manhã, acordamos normal, foi tomar café. Ai os funcionários chego, converso com nois, não vai ter choque não vai ter nada, ninguém vai vir aqui, normal, daqui a pouco fechou todo mundo no quarto, ai os menor começo a chacoalhar: e ai ninguém vai soltar nois não? Porque nois tinha que sair pra estudar né, ai não soltaram e deixou lá esperando o choque vim, ai o choque veio, ai já foi em todos quarto, um em cada quarto, mando ficar todo mundo pelado, ai só de cuecas, todo mundo vai lá pro pátio, ai foi todo mundo pro pátio, todo mundo de cueca pro pátio, ai todo mundo formou de novo, ai ficava bem mais perto, ficava assim com a cabeça baixa, ai eles ia passando, ai os funcionário já ia falando aquele ali fez isso, aquele fez isso, ai eles ia batendo de acordo com que os funça falava. Teve um que não conseguia nem andar... Nesse dia ficamo o dia inteiro no quarto, sem colchão, no concreto, deitado no concreto, vixi nossa se você vê.

Wellington disse que essa foi a única ocasião na qual a *galinhagem* chegou a ocasionar violência entre *os funça e os menor*: “aqui acontece mas é bem raro é só quando tá muito avançado, os funcionários tá muito pra frente, os funcionário já não tá

mais aguentando cê zuado por menor, porque eles que começa a zuação. Ai lógico vai zuar nois, a gente vai zoar eles também”. Após a rebelião todos os *menores* foram conversar com os *referências*: “oh você fez isso, isso e isso, seu ato foi ruim, então a gente vai ter que mandar pro juiz, você vai ficar um tempinho a mais...”. Após a rebelião, Wellington relatou que a relação entre *menor* e *funça* passou a ser somente a necessária, mas foi apenas por um tempo: “foi só uma semana, depois voltou normal, vixi é que nem marido e mulher, os funcionário e menor é que nem marido e mulher dormiu já era...”.

Além das aulas formais, Wellington disse que gostava de ler e que leu muitos livros no período em que permaneceu internado, “li o Luz no fim do túnel, ele conta o relato, do jovem que passa pela FEBEM, como que era, que no final ele morre”. Ele disse ainda ter sido o melhor de sua sala de aula, mas que perdeu o contato com o mundo.

Não tinha contato com o mundo, novela, televisão, jornal, nada, nos não sabia de nada. Fiquei seis meses sem saber o que se passava no mundo, desligado, total. Nunca senti falta de ver um jornal, aqui você fala ah tem outro dia tem outro, e lá não, lá você tem que aproveitar cada dia como se fosse o último.

No dia em que *cantou sua liberdade*, Wellington disse que venceu um concurso de beleza negra promovido pela unidade em que permaneceu internado: “ai sexta-feira teve um concurso de beleza negra, participei e ganhei o concurso. Ganhei! O primeiro concurso de beleza negra que teve eu ganhei! Ganhei uma camiseta, ai ia dar pra minha mãe levar a camiseta, ai eu mesmo levei a camiseta, porque no mesmo dia que eu ganhei cantou a minha liberdade”.

Os jurados era pessoa de fora. Chamo pessoa de fora, nois coloco uma roupa daqui de fora da hora né, ai eu desfilei normal, ai ficou eu e outro moleque lá, ai foi pro empate, ai empatou... ai os jurados falo que não sabia, ai falou que vai ter que desfilar mais uma vez, ai eu fui, desfilei de novo ue. A Fundação que deu a roupa mais ai tipo, que que aconteceu, fomos desfilando de novo, ai eu ganhei, ai entrei na escola só um pouquinho só e eu sai, tava sentado lá de boa, ai o funcionário chegou e falou a vamo ali levar uns negócios lá fora lá comigo. Ele não fala que você vai embora ele chama você pra fazer outra coisa, ai ele fala vamo ali levar o almoço lá pra fora que a gente sempre levava, ai levei e voltei e peguei sai de novo, ai a hora que eu cheguei no portão com a segunda bagagem assim, sabe porque eu te chamei? Ham? Porque você vai pra semi-liberdade, ai eu falei nossaaaa e fiquei feliz pra caramba senhora.

Após os seis meses na unidade de internação, Wellington cumpriu mais quatro de MSE de semi-liberdade em uma unidade localizada no seu município. Para ele a medida foi diferente: “bem pra melhor. Ali não, ali a gente vai pra escola, a gente faz curso aqui fora, eu fiz curso no SENAI oh”. Na unidade de semiliberdade sua rotina se dividia entre acordar cedo, ir ao curso, almoçar, jogar tênis de mesa ou xadrez no período da tarde: “quarta eu já ia pro guri a tarde era sempre revessado, mas de manhã era sempre curso, todo dia de manhã era sempre curso e a noite eu ia pra escola”. No curso técnico e nas aulas usava a “roupa do mundão quando nois chegava dentro do centro nois passava por uma revista, tirava essa roupa e colocava a da Fundação”. Para ele retornar a estudar durante a semiliberdade: “foi legal, vi pessoas novas, já vi menina na sala, porque lá dentro era só moleque dentro da sala”.

Wellington afirmou que, cumprir a medida de semiliberdade exigia responsabilidades: “se a gente quisesse quebrar pra eles não tinha nada a ver porque quem tava perdendo era nois”. Wellington contou que, caso algum dos meninos chegasse alcoolizado à unidade, ou após ter consumido drogas, estaria quebrando a medida e retornando para a internação: “bastante menino quebrou heim senhora, porque a gente vem embora final de semana, aí pode ficar livre, final de semana é livre nosso, aí quem fica com bom comportamento sai na sexta a tarde e quem dá trabalho assim sai só no sábado de manhã, aí volta só no domingo a noite, oito horas tem que tá lá, até oito horas...”

Era responsabilidade de nois, nois tinha que ser responsável, a responsabilidade tava em cima de nois, eu saía e eles marcavam a hora que eu saía no cartãozinho amarelo, aí tinha tanto tempo pra chegar, que já sabiam a noção do tempo de onde a gente sempre ia, então eles tinham a noção do tempo e não podia se atrasar muito, então você tinha o tempo certo, chegava lá a professora já sabia que tinha que colocar a hora que você chegou, aí tal hora ele colocava, aí na hora que eu saía tinha que ir lá e marcava a hora que eu saía e eu chegava no centro, aí eles sabiam a hora que eu chegava”

Para ele, passar o final de semana fora da unidade e ter que retornar no domingo à noite foi pior do que cumprir a medida de internação:

Responsabilidade heim, aí mais nossa senhora, já passei mal aí senhora, passei. Não tem como. Mil vezes você ficar lá na Fundação do que na semi. Porque senhora, porque como que você vai sair pra um lugar sabendo que você tem que voltar pro mesmo lugar, toda hora. Então se você tá na rua, eu já sai pra rua, tipo eu já queria sair livre, já queria sair sem ter que ficar cumprindo mais nada senhora.

Quando perguntei sobre sua relação com os funcionários da unidade de semiliberdade, Wellington falou que perdeu o benefício de ir para sua casa no último final de semana antes de entrar em liberdade, o que para ele foi como um castigo. Segundo ele o funcionário queria *arrastá-lo*, pois havia *subido* o relatório conclusivo para *cantar a liberdade de vez*.

Eu fiquei o último final de semana, eu discuti porque eu tinha hora pra sair pra escola entendeu, e como eles pegava muito no pé por causa de hora o funcionário queria mandar eu mais tarde pra escola e não ia dar tempo, eu não ia chegar a tempo, porque a minha escola era longe, era na zona sul. Então como é que eu ia chegar no horário lá na escola? É muito longe. Eu saía seis horas pra chegar lá as sete, eu ia devagarzinho, não tava nem vendo, eu falava não... Subiu meu relatório pro juiz pra mandar eu pra ir embora, pra acabar, cantar de vez a liberdade, aí o que que aconteceu, o funcionário chegou, aí na hora de ir pra escola e o funcionário queria mandar eu ir mais tarde, aí eu sabia que eu ia perder meu final de semana que eu não ia chegar, aí eu falei eu não posso, eu não posso, fiquei batendo o pé com ele. Ele já sabia senhora, que eu ia sair.

Quando eu perguntei como foi quando ele ganhou a liberdade, ele respondeu: “eu nem saí de liberdade...”. Havia sete meses que Wellington estava em liberdade quando conversamos pela segunda vez. Ele estava matriculado no segundo ano do Ensino Médio.

Wellington disse que passou a “fazer mais sucesso” com as meninas quando saiu em liberdade: “quando elas me via assim oh, elas ficava oh... já fiquei com várias, eu saí muito mais bonito elas falava, elas falava ah você mudou pra caramba...”

Porque antes de eu ir eu era bem magrinho senhora, bem magrinho e bem baixinho, aí eu era muito magrelo e elas não gostava né, e aí eu já adquirir mais um corpo, porque eu usava droga, bastante droga, aí o meu corpo evoluiu e lá a gente não usava nada, meu corpo já evoluiu muito mais rápido, aí elas já nossaaaa... aí eu aaaaa.

Após passar pela CASA, Wellington disse que adquiriu mais respeito, em sua *quebrada* e “as meninas sai matando...”. Ele ainda reencontrou alguns colegas da Fundação e conheceu novos colegas “de várias quebradas”.

Já encontrei aqui fora, já vi, já dei role, já fiz de tudo já com eles de lá de dentro, boleí uma ideia, mor da hora, boleí gente nova, conheci vários pessoal novo, de várias quebrada, vários lugar diferente... Fiz amizade.

Para ele, dentre as três diferentes MSE, a medida de LA era a “melhor”, por conta de não estar mais preso: “eu saí do portão pra fora e já era”.

Ah tá legal, eu to vindo todo dia, toda semana. Aqui eu venho na minha casa, eu venho uma vez por semana... Tá sendo normal... To vivendo normal, só que eu não to preso... como se eu tivesse em liberdade, só que eu ainda to vindo aqui assinar, porque a senhora vem e me atende aí eu vou embora e aí a vida volta ao normal.....

Wellington disse estar procurando emprego como mecânico, pois tinha cursado o curso técnico em mecânica na semiliberdade e havia distribuído currículo em oficinas, mas até aquele momento não havia encontrado trabalho.

Tenho curso pelo SENAI, mecânico, três meses todo dia, já tenho meu certificado já. Já tentei mas as oficina geral não tá contratando porque já deu uma caída nos carro, não tá frequentando muito, então deu uma caída, mas meu currículo tá em várias oficinas, aí falou que se precisa vai chamar porque eu sou um cara que fez um curso pelo SENAI né, aí eles dá mais prioridade.

Para ele, muitos empregadores podem vir a ter preconceito, por ele ser egresso da Fundação: “sempre tem né, quem não tem tá mentindo, ainda mais em local de trabalho. Já você é uma dona de mercado, você vai contratar uma pessoa que já passou pela cadeia no seu mercado? Os outros que tão lá não vão querer isso, nunca pra eles...”. Para ele, muitas pessoas mesmo que queiram “sair do crime, se quer alguma coisa, não tem como”, pois, quando em liberdade retornam para o mesmo lugar de onde saíram.

“Tem que pegar os menor, tem pessoas que sai e sai diferente mesmo, mais tem pessoa que sai e não tem como, que mora mesmo que mora no lugar, tem que ver onde mora, pra onde vai voltar, sai de lá e vai voltar pro mesmo lugar. Se quer alguma coisa não tem como. Tem que ver onde mora”

Após terminar de cumprir a medida de LA, Wellington pretendia parar de frequentar a escola: “depois que eu parar de assinar eu não sei se eu vou terminar não, porque eu vou ter que trabalhar né senhora, aí eu vou trabalhar, eu não gosto de estudar”. Para Wellington, sua medida deveria estar chegando ao final, pois cumpria até aquele momento “um ano e dois mês, pelo mesmo B.O”.

4.8 Iago

Conheci Iago através do convite de sua técnica, para comparecer a um espaço cultural, no qual ele iria cantar a sua letra de rap para um produtor musical do município.

Sua composição narrava a história de um jovem iludido pelo lucro do tráfico que se mudou para a *biqueira*, começou a vender drogas, foi apreendido e “ficou preso na

ilha da solidão”. O produtor musical deu alguns conselhos para Iago sobre presença de palco, público que ele gostaria de atingir, importância da leitura, possibilidade de não alcançar a fama, uso de gírias e estilo musical.

Ao longo dos conselhos, o produtor musical narrou sua trajetória em que disse ter feito parte do crime, adquirido muitos bens, ter *caído* rápido e morado na rua. Com o auxílio de alguns colegas, passou a atuar como educador na FEBEM do município e hoje coordena o projeto Favela 360°, no qual trabalha com todos os elementos da cultura hip-hop, música, dança e grafite em *favelas* do município. Após esse primeiro encontro, o produtor musical combinou um novo encontro com Iago, que mesmo tímido para cantar, estava animado com a possibilidade de gravar suas letras. Na ocasião, perguntei se Iago aceitaria conceder uma entrevista para a pesquisa. Ele aceitou e no dia seguinte estava no CREAS.

Iago falou que não conhecia seu pai e que sua mãe foi presa quando ele tinha oito meses de vida. Após a prisão da sua mãe, Iago disse ter ido para um abrigo e quase foi adotado por uma senhora, mas sua guarda foi concedida a sua bisavó.

Ela foi presa eu era recém-nascido, eu tinha 8 meses de idade, aí eu fiquei no abrigo sabe, aí passou um tempo, aí ia uma mulher lá me visitar todo o domingo, aí ia ela e a minha avó, minha bisavó quer dizer, aí como as duas ia a mulher queria adotar eu sabe, mas ela não era nada minha, aí depois queria tomar eu, me adotar, aí o juiz determinou não, como a bisavó é da família, então deu preferência pra ela, aí eu fui morar com a minha bisavó. Minha avó falava que era uma japonesa, que ela queria porque queria tomar eu sabe, da minha família do lado de lá, aí eu fui morar com a minha bisavó, aí morava minha bisavó, minha tia e meus dois primos, aí a minha bisavó faleceu faz uns três, quatro anos atrás, aí eu fui morar com a minha tia.

A mãe de Iago continuava presa até o momento da entrevista. Ele disse ter ido apenas uma vez visitar sua mãe, por causa da distância: “já vi já, uma vez, eu fui lá em 2005, eu era criança ainda, eu tinha 8 anos”. Iago mantinha contato com ela através de telefonemas e cartas: “de vez em quando eu mando carta, mas já faz um tempo já, que ela não manda mais”. Iago não sabia qual era a pena da sua mãe: “a última vez que ela ligou pra mim, ela falou que não tem não previsão dela sair”. Sobre o período em que sua mãe está presa, Iago tem um livro com sua foto, sua idade e seu depoimento.

O lugar que ela tá antes era cadeia, eu tenho um livro dela que ela fez lá dentro sabe, um livro que mostra tudo, o depoimento das pessoas que já passou, aí mostra, e tá escrito penitenciária da capital sabe e lá dentro tá escrito hospital, hospital de custódia, hospital. Tinha um doutor, o Dráuzio Valera e deu oportunidade sabe, de escrever um

livro, mas não só a história dela, mais várias histórias sabe, aí cada história tem a idade, a foto da pessoa que tá lá presa, aí tem a entrevista dela. Aí ela me deu de presente. O livro é “O direito de olhar”.

Para Iago, sua entrada no mundo do crime estava articulada ao falecimento de sua bisavó: “ela me dava de tudo, foi só ela falecer que depois eu entrei nessa vida”. Iago relatou que após o falecimento da bisavó passou a procurar emprego, mas por conta de ser muito novo, 12 anos, não conseguia: “aí eu pensei a única condição é eu entrar pra outra vida né”.

Iago disse que iniciou pichando os muros da cidade, tendo 15 passagens pela polícia e após ser apreendido diversas vezes, começou a vender drogas. Com a venda de drogas, ele disse ganhar em média R\$ 800,00 por semana, além de ter sua casa, armas e *família*.

Eu ganhava oitocentos reais, eu ganhava por semana, eu tinha tudo, eu tinha casa, porque o meu tio tinha duas casas, ele me deu uma pra mim morar com tudo dentro, e era como se fosse minha, porque eu morava, pra entrar lá tinha que ter minha autorização, sabe, tinha dinheiro pra comprar arma, família tinha, tinha tudo. Tipo era assim, oitocentos eu ganhava por semana, pro traficante maior isso aí não é nada, pra ele por dia, ele fazia uns dois mil real, mil reais na parte da tarde, mil reais na parte da noite.

Para Iago, os ganhos com o tráfico: “vem rápido e vai rápido, vixi eu saía pra balada, gastava quase tudo, vixi eu comprava bebida, roupa, tudo”. Iago foi apreendido com 14 anos, com R\$1.700,00 em pedras de crack. Antes da primeira apreensão, ele afirmou que perdeu diversas vezes o dinheiro das vendas para os policiais que passavam pela *biqueira*. Iago disse que para poder apreendê-lo, os policiais precisavam encontrar certa quantidade de droga, quando não conseguiam a droga, levavam apenas o dinheiro ou a pouca quantidade que ele tinha, como na ocasião em que um policial tomou o *pino* de cocaína de sua mão e consumiu na sua frente.

Já pegou já na minha frente, só de dinheiro que eu perdi foi três mil real, mas não três mil assim direto, tipo uma vez vinha e pegava quinhentos, a outra vinha e pegava quatrocentos e era assim sabe. Só que eles não falava isso aqui é nosso e isso aqui é seu entendeu, é que nos não tava com as drogas, aí eles pegava o dinheiro e liberava nos sabe. Porque pra nos se eles pegasse o dinheiro tava bom, não pegando a droga, porque pro policial é o seguinte, pra ele prender você tem que ter os dois, tem que ter a droga e tem que ter o dinheiro, se ele levar você só com as drogas eles forja o dinheiro, mas se tiver só o dinheiro eles não leva, eles só ranca, tem uns que toma mais tem

uns que devolve, teve uma vez que tava sentado eu e meu tio e ninguém sabia de nada, tava sentado assim e tinha uma cápsula assim de cocaína no meu bolso, aí o policial paro e falou e essa cápsula aqui é boa, falo desse jeito, aí eu falo não, não uso não, aí ele falou é minha agora, aí ele foi pego lá no carro que tava com a caderneta assim oh, ponho lá a farinha e cheirou na nossa frente, na nossa frente.

Na *favela* em que vendia drogas, o tráfico era armado. Desse modo, aos 12 anos, Iago teve a sua primeira arma: “minha primeira foi uma 22, depois uma garruncha, depois uma 38, depois um oitão”. Iago tinha permissão pra transitar na favela e uma boa relação com os *patrões*, diferentemente dos policiais. Para Iago, a *favela é o lugar da guerra* entre os moradores e a polícia.

Eu entrava assim na favela, eu entrava normal, aí quando é outra pessoa eles pergunta quem é, não sei o que, polícia assim entra na favela só de farda, com a roupa deles fardado, agora sem farda não entra. Comunidade normal, favela é comunidade normal, só que é outras pessoas entendeu, que já não gosta de polícia, a guerra deles é com polícia, se você chegar assim acompanhado com polícia deixa você entrar, policial não, eles pode ir com roupa normal assim que nem nós, eles conhece.

Iago ainda contou sobre uma ocasião em que um policial chegou disfarçado para apreender drogas. No dia, ele ameaçou o policial com sua arma e conseguiu fugir para longe da *favela*. Pois, se ele descesse para a favela e o policial o seguisse, o policial seria assassinado e ele teria de se entender com os *irmãos*⁷¹, pois levar a polícia para a *favela* pode acarretar um tiroteio e a morte de um morador.

Às vezes chega polícia em carro disfarçado, porque já chegou de eu tá vendendo assim e eu não sabia que era polícia disfarçado, chegou com uma BMW, o cara chegou e falou me vê vinte pino de cocaína, vinte pino vai dá duzentos reais. Um cara desse da mô, eu falei vinte, eu tava desconfiando, aí eu fui lá embaixo busquei, aí a hora que eu entreguei assim na mão dele, eu entreguei uma bolsa fechada assim, aí ele falou bota a mão na cabeça que é polícia, aí eu tava armado, na hora eu puxei da mão dele, aí eu fui tirar minha arma, aí eu já peguei da mão dele e sai correndo. Porque não pode né, se ele entrar ele pode até matar um lá dentro. Depois, se você descer, ele vai correr atrás porque vai chegar um ponto que ele não vai mais poder, lá na viela, pode entrar com uma arma dele que é 1.40, lá na viela, lá embaixo na primeira curva tem um com uma 12, entendeu, aquela arma maior, aquela lá uma bala da ponto quarenta é oito daquela. Então um tiro de 12, se eu der um tiro de 12, voa essa parede aí. Se ele tiver com colete, um tiro de 12 perfura todo o colete dele.

⁷¹ De acordo com Biondi (2009) os *irmãos* são membros *batizados* do PCC. Para mais informações sobre o processo de *batismo* no *Comando* Ver Biondi 2009.

O tráfico de drogas também envolvia uma guerra de traficantes pelo controle das *biqueiras* e dos *pontos* de venda. No dia em que Iago cantou suas letras de rap, narrou a morte de um companheiro. Na entrevista perguntei quem era e ele disse que era seu tio. Até hoje o assassinato do tio não foi esclarecido, e ele não sabe afirmar se os assassinos eram traficantes em disputa, um cliente ou policiais.

Nós não sabe se foi polícia, até hoje, tipo nos tava sentando assim oh, nos tava aqui num canto, aqui, ele tava lá na frente no meio da rua, e aí ele chegou assim, aí ele queria saber quem é que era que tava dentro dos carros, aí passou um carro assim, aí chegou um Santana cinza, passou e parou perto assim, aí ele chegou perto, aí o cara abaixou o vidro um pouco e deu um tiro nele, deu certinho na nuca, aí ele saiu assim e o carro foi embora, não deu nem tempo, aí ninguém sabe até hoje, deu três tiros na nuca, pensamo que podia ser cliente, ser usuário. Nesse mundo também tem briga de biqueira, também de traficante. Que nem eu vendo droga pra uma pessoa entendeu e ela e mais forte do que eu, aí eu junto dinheiro, começo a levantar, tipo eu compro a minha biqueira entendeu, aí ele vai ficar com inveja, porque eu vendia pra ele. A biqueira é um ponto, cada quadra é um ponto, aí o dono, você não sabe nem quem é, ele fala eu quero comprar a sua biqueira, aí fala então quero comprar, é o mesmo preço de uma casa. Depois que você compra também é sua, tipo ninguém vai tirar você dali, mas pra você comprar uma biqueira tem tudo aquilo, tem conversa de irmão que tá dentro da cadeia, porque todas as biqueiras que têm na rua, os irmãos de dentro da cadeia sabe, entendeu.

No dia do velório de seu tio, o carro que disparou o tiro passou para conferir o assassinato: “no dia que matou meu tio, meu tio tava fazendo o velório e passava o Santana ainda na frente assim oh, só que aí eu acho que mudou a placa, mudaram tudo, aí eles passava bem assim, toda hora, pra ver se tinha matado”. Após o assassinato de seu tio, uma guerra foi declarada, carros passavam atirando na *biqueira* e eles disparavam de volta. Perguntei se ele não teve medo da morte: “não, porque eu andava armado né, eu pensava comigo, se vem vai tomar né, se vim atirar também vai tomar né. Não pensava, até polícia nós não tinha medo não”. Iago disse que usava a arma para intimidar e ameaçar, tanto os policiais, como aqueles que deviam dinheiro pra o tráfico, assim como para se proteger de possíveis investidas noturnas.

Pra matar os outros assim não, mais pra ameaçar assim já. À noite na favela assim, os traficantes falava: vamos buscar droga lá embaixo, aí eu falava: nos vai lá em baixo, vamo pegar porque nois não sabe o que que tem lá embaixo, aí ia, cada um em uma mão. Entendeu, cada um em uma mão, se ouvir algum barulho, se tiver alguma coisa lá...

Iago ainda explicou a ordem que os *irmãos* e os *disciplinas*⁷² do Primeiro Comanda da Capital - PCC impunham na *favela*, com objetivo de não *arrastar* policiais para dentro do bairro, bem como impedir assassinatos de inocentes e principalmente daqueles que têm familiares *envolvidos*: “porque você não tá tirando a vida de um qualquer, tem a família dele, você não sabe se a família dele é envolvido”. Explicou também o respeito e o reconhecimento alcançados ao assassinar um policial.

Na favela tinha irmão, se acontece alguma coisa aqui fora, tipo alguém rouba um favelado, isso já não pode, se acontece de roubar, tipo assim disciplina, tem uma briga no bairro pra não arrastar os polícia ai eles vai e conversa, os disciplina, fala assim quer brigar briga, mais fala baixo pra não arrastar polícia. Agora os irmãos, porque o seguinte, um cara roubou minha família, matou um da minha família, pra mim chegar nele eu tenho que chegar no PCC pra ele dar a palavra, porque se eu chegar e matar um cara aqui vai chegar não só a polícia, mas só que os irmãos de lá de dentro, pra eles foi mais um preso, agora lá dentro não, ele vai perguntar, que que foi, porque que você matou, porque você não tá tirando a vida de um qualquer, tem a família dele, você não sabe se a família dele é envolvido. Se é um policial assim, você tem respeito lá dentro, se você mata um policial. Agora dá favela, pode ser até, tipo eu não sou mais envolvido, mais se alguém me mata tem família meu, tem parente meu que é envolvido entendeu, ai ele vai querer saber o porquê, se ele falar é porque eu quis, então você vai morrer porque nois quer.

Iago cumpriu 8 meses e 7 dias de MSE de internação em uma unidade da Fundação CASA, localizada em seu município. Nesse período, Iago compôs suas letras de rap que narravam um pouco de sua trajetória e o cumprimento da medida na “ilha da solidão”: “eu fazia música lá dentro, eu não podia ficar assim sozinho que vinha música lá dentro, vinha rima assim, marcada. A maioria que eu escrevi foi lá dentro”. Iago descreveu o período em que ficou internado como um regime de *opressão* e de uma tentativa de rebelião:

Opressão né. Lá dentro né é outro, aqui fala normal, lá dentro nois fala que é opressão, tipo de funcionário bater assim, ai que nois faz junta todo mundo, de menor assim e faz rebelião né. Ai nos domina a cadeia, começa todo mundo a bater no funcionário, porque no final ali todo mundo faz rebelião, porque todo mundo vai levantar, pra todo mundo sair, mais não tem como, tem aquela muralha grande, cheio de grande assim oh. Teve uma tentativa já de rebelião, só que o cara descobriu, o coordenador descobriu e fez todo mundo encaixar. Fez todo mundo ficar na quadra assim oh, com a mão na cabeça e foi lá conversar, começa a falar, ai assim os mais atirado, que dá mais

⁷² De acordo com Dias (2011) *piloto*, *disciplina* e *palavra* são postos de liderança dentro do PCC, que podem ser ocupados em determinada unidade prisional, em bairros ou comunidades. Para mais informações Ver Dias (2011).

trabalho na FEBEM eles até bate, na frente de todo mundo. Lá dentro a qualquer momento pode apanhar. Porque lá tem regra e regra tem que respeitar, mais tem uns lá mais bocudo que não tá nem ai entendeu, fala que quem manda aqui, quer mandar em tudo.

Iago relatou que, logo nos primeiros dias em que deu entrada na unidade, não apresentou um bom comportamento e, aos poucos, foi percebendo que caso ele não se adequasse as regras da unidade poderia permanecer mais tempo.

Você não pode chegar lá, 17, 18 dias eu comecei a brincar assim, brincava dentro dos quartos que não podia, ai tem duas unidades de internação UI e UIP ai no começo eu tava na unidade de internação provisória, ai eu comecei fazer maldade assim, ai eu comecei a ver que se eu comesse a fazer mais eu ia ficar mais tempo, ai eu fui pra outra unidade, ai na primeira oportunidade eu parei, fiquei de boa.

A cada sanção por mau comportamento, Iago disse que o relatório encaminhado para o juiz determinava mais três meses de internação. No período em que ficou internado, Iago recebeu uma sanção, o que fez com que ele ficasse com dores no corpo.

Tipo, quando você faz arte assim, eles põe num corredor assim, corredor grandão assim, ai você fica numa reta assim, com a mão na cabeça, ai você fica assim, na primeira vez eu falei isso aqui é castigo, pra mim isso aqui não é nada, ai passou uma hora, duas horas e nada, ai começa a doer assim, começa a doer às costelas, as costas, o corpo inteiro começa a doer, ai fica uma hora, duas horas, três horas, ai pra voltar a se mexer é uns dez minutos.

Nesse período, a *FEBEM* estava lotada: “o quarto é seis camas, seis beliche sabe, duas num canto, duas no outro, ai nos quarto assim sempre tinha dois moleque a mais, no colchão no chão, isso tem quarto que tava em até dez”.

No início da medida, Iago disse que a rotina o empolgou, acordava cedo, fazia as refeições, ia para a escola e fazia cursos, “mas é uma rotina assim que você pensa, no começo, de primeiro, ai hoje eu vou fazer tal coisa, cada dia da semana, ai depois você pensa, nossa de novo, vai começar de novo a mesma coisa”.

Para Iago, “você tem que saber tirar, eu tirei e me comortei pra sair”. No início sua tia o visitava semanalmente, mas com o passar dos meses sua tia diminuiu a frequência, pois Iago disse que de seu bairro até a unidade da *FEBEM* o moto taxista cobrava cerca de R\$20,00 a ida e R\$20,00 a volta o que impossibilitava que sua tia o visitasse todas as semanas.

Mesmo diante da *opressão* dos funcionários na unidade da Fundação CASA, Iago definiu a passagem pela *FEBEM* como: “é um lugar bom pra comer e ruim pra se morar”, fazendo oposição à cadeia.

Né, né, cadeia é mesmo diferente, aí fala cadeia e FEBEM é tudo a mesma coisa, a FEBEM é o seguinte: tem roupa lavada, tem comida, tem do bom e do melhor lá, é como os outros diz: é um lugar bom pra você comer e ruim pra você morar. Agora dentro da cadeia, é o seguinte, lá dentro é você, você sozinho, se você não tiver visita, não tiver ninguém pra te ajudar, você sofre. Tem que ter alguém que lave a roupa pra você, tem que ter tudo lá dentro, se você não tiver. Não tem regras lá, assim, tem regras tudo normal, isso faz parte de uma cadeia só que regras assim, pedir licença, não tem, lá é eles que faz lá dentro, dentro da cela, lá é entre eles mesmo. Lá na FEBEM não, qualquer conversinha, que nos tá conversando assim, lá na cela, nos tá numa história assim, do outro lado da pra escutar assim, eles só escuta, aí eles vem e pega assim e já leva.

Com os técnicos e com os funcionários, Iago disse conversar apenas o necessário e apontou o que deveria mudar na unidade: “ah menos opressão né, ah faz isso não vou, qualquer coisinha já vinha te bater, então menos opressão, entendeu”.

Iago saiu quando tinha 15 anos da unidade. Quando conversei com ele, estava em liberdade havia dois anos. Ao sair da unidade, ele disse que teve muitas oportunidades de voltar para o tráfico de drogas, mas preferiu voltar a estudar e concluiu o Ensino Médio.

Eu já vi assim, eu já tinha oportunidade, porque você entrava na favela assim, os caras fala que você já vendia, então você tem muita oportunidade sabe, já vi de pegar na mão tudo que eu construí, pegar de novo, mas eu não, tipo, vou ter vontade de novo. Eu não tenho mais não. Nossa, eu vou pegar isso aqui de novo, eu vou passar mais um tempo na FEBEM, não dá não, eu sai de lá eu falei: vou voltar a estudar, quando eu sai de lá, deu quase um ano que eu tava lá né, eu tava no primeiro.

No período em que ele frequentava o Ensino Médio, disse que seus colegas de escola demonstravam medo, respeito e curiosidade pelo período em que ele permaneceu internado na unidade: “sei lá, não sei por que, só porque uma pessoa assim puxa FEBEM porque não conhece assim essa vida, tem medo de você e eu chegava assim, eles conversava no respeito, não xingava, tinha mais medo”.

Eles perguntava, falava como é que era lá dentro, falava normal, eu falava desse jeito, porque puxar todo mundo puxa, é só fazer uma coisa de errada ali contra a lei, que qualquer um pode puxar.

Dos cursos técnicos que ele fez, Iago disse ter dois certificados, um de garçom e um de pizzaiolo, mas não foi possível encontrar emprego nessas áreas.

Dos cursos eu sai com dois é, um de pizzaiolo e um de garçom. Quando eu to em casa, quando tá todo mundo assim, ai vamo comer uma pizza, ai vamos ver o valor da pizza, a pizza, o valor mínimo você vai pagar 20,90 a mais barato, ai se você vai fazer na sua casa com R\$20,00 você compra tudo, compra mussarela, compra frango, compra a calabresa pra rechear a pizza, ai eu faço. Porque você paga vinte e um real, com um kilo de trigo você faz seis, você faz seis vezes mais. Pra arrumar emprego é difícil eu acho. Lá tem um problema não é você quem vai experimentar a massa né, é os cliente e tem que deixar a massa num ponto bom e isso já eu não sei ver. Ai tem que deixar a massa num ponto mole, mais assim...

Após sair da unidade, Iago disse que sua mãe parou de escrever cartas por um período, pois ficou decepcionada com seu comportamento: “no começo foi difícil, né, no começo a minha mãe parecia que me abandono, não mandava mais carta, não mandava mais nada, ai depois ela falou que tinha perdido o endereço, ela falou né”. Iago disse que logo que saiu da unidade e foi em busca de emprego, enfrentou preconceito e que sempre contou, após o período de experiência, sua trajetória para seus empregadores.

Emprego, os caras sabia. No começo eu não falava porque tem preconceito né, tem pessoa que nem tem tatuagem já fala não é presidiário, a maioria dos outros assim fala não, vê que você tem tatuagem e já fala, discrimina pela tatuagem. Primeira coisa quando você olha assim é aparência, ele não olha no seu rosto, eles olha primeiro a sua tatuagem. Já vê que formato que é, o que que é. Tem algumas que não discrimina, essa aqui é um terço, um rosário ai nem discrimina muito, que nem nome, essa aqui é um maori fechando a perna. Tem tatuagem, que nem meu colega ele tem um mago aqui, mago é coisa ruim, e tem a morte na outra perna, o mago é um espírito né, é coisa do mal né. Palhaço, carpa, carpa é tipo um comando sabe, todos os irmãos de dentro da cadeia tem uma carpa.

Iago tinha algumas tatuagens em seu corpo, a primeira foi feita aos doze anos, era o nome da sua mãe. Após sair da unidade, o primeiro emprego que ele encontrou foi de lavagem de automóveis.

Ele cumpriu inicialmente a medida de PSC: “bom não foi, porque eu tava tentando arrumar serviço ai atrapalhava né, eu tinha que ir lá duas vezes na semana, ai a mulher queria me mandar embora por causa disso”. Na primeira vez, sua técnica encontrou um contato de um possível produtor musical, para que ele pudesse gravar

suas letras de rap: “o cara falou pra mim que não mexia com esse tipo de base, aí eu não desisti, eu falei não dá...”

Nesses dois anos, Iago trabalhou em oito diferentes lava-rápidos, ganhando um salário mínimo por mês. Iago estava desempregado, mas havia assinado recentemente um contrato para dar 3 aulas de grafite em uma escola estadual, através do intermédio de sua técnica. Agora, Iago cumpria a medida de LA por causa de um desentendimento na escola em que estudou. Para ele, a medida se consistia em assinar para não retornar a *FEDEM*: “ah tipo eu venho aqui, sabe só pra você vim assinar, eu venho mesmo senão é capaz de eu voltar. Aí eu falei não, to vindo assinar é melhor, porque eu venho aqui assinar e já é melhor”.

Iago estava namorando, nesse dia interrompemos a conversa por volta do meio dia porque ele ia buscá-la na escola. Não nos encontramos novamente e não tive notícias se Iago reencontrou o produtor musical.

4.9 Juventude, ato infracional e gestão dos ilegalismos.

No Brasil, o Código Penal de 1890 considerava que a criança, a partir dos nove anos de idade estava sujeita a sofrer processo criminal, sendo tratada como adulto. Caso o crime praticado pela criança fosse “sem discernimento” ela não seria responsabilizada criminalmente. De acordo com Silva (2005), os dados estatísticos sobre a criminalidade em São Paulo entre os anos 1900 e 1916, mostram que, dentre 10.000 habitantes, 307 adultos eram presos, contra 275 crianças e adolescentes. Das infrações cometidas pelas crianças, 40% eram motivadas por desordem, 20% por vadiagem, 17% por embriaguez e 16% por furto ou roubo.

Teixeira (2012), partindo da centralidade que as prisões correcionais ocupavam no cenário das práticas legais, constatou que os principais códigos jurídicos: o código penal e de processo penal, do Império e da República, não faziam menção a esse instrumento ou a sua regulação. Desse modo, as prisões correcionais não estavam previstas no ordenamento jurídico e acabavam por se operacionalizar à margem dos termos legais, à revelia de uma acusação formal, sem a formação do devido processo. As detenções policiais se tratavam de uma prática policial arbitrária, embora difundida e incorporada à dinâmica social e à rotina das instituições, inclusive do poder judiciário, permanecendo durante todo o século XX.

Representado pelos altos índices de prisões juvenis no período, o menor passa a se constituir como um problema no imaginário social, suscitando inúmeros debates entre juristas, médicos, industriais, policiais, envolvendo a infância pobre, a delinquência e o trabalho infantil, que culminaram na promulgação do Código de Menores de 1927, processo descrito no segundo capítulo. Portanto, a polícia se constitui historicamente como a porta de entrada para os jovens no sistema socioeducativo e no sistema penitenciário do país.

Bierrenbach (1988), em uma conferência proferida em um curso de formação de educadores de rua na antiga Secretaria do Menor, apontou para a polícia como um dos destaques na trajetória dos menores. De acordo com a autora, nesse período a polícia se constituía como um dos componentes fundamentais da rede de exploração dos menores, que dominavam pela força, coação, cobrança e comercialização dos rendimentos dos furtos. Com a imputabilidade penal do Código de Menores, eram atribuídos aos menores os mais variados crimes, quando os boletins de ocorrência registravam as tentativas ou as suspeitas, sem comprovação. Após as apreensões, os menores iam para as delegacias de polícia, nos chamados “corros”, em condições precárias e insalubres, permanecendo além do período de cinco dias, determinado pelo juiz. Para Bierrenbach (1988), nesse período os menores vinham sendo punidos em maiores proporções do que os adultos, cuja lei garante que se responda em liberdade quando não for apreendido em flagrante delito. Os menores mantinham com a polícia, a camaradagem, o respeito à força, mas na primeira oportunidade demonstravam repúdio, revolta as agressões, aos desmandos e as situações de opressão e, não mais que de repente, esses jovens se viam à frente das chamadas instituições de bem-estar do menor (BIERRENBACH, 1988).

Passados vinte e seis anos da conferência proferida por Bierrenbach (1988), e após a mudança da doutrina da situação irregular para a doutrina da proteção integral, com a promulgação do ECA em 1990, processo debatido no segundo capítulo, é possível verificar nas narrativas de todos os meninos e meninas entrevistados as permanências das práticas, pelos gestores da ordem e pelo sistema de justiça infanto-juvenil. A polícia age violentamente, com discricionariedade, sem levar em conta gênero, ou outros fatores e envolve uma complexa gama de violências, que vão desde a violência simbólica, a discriminação e a violência física.

Segundo Guilhermina Seri (2011), a discricionariedade é compreendida como o poder de julgar e decidir o que fazer em uma situação concreta, no espaço entre a lei e a ação. Desse modo, a discricionariedade policial irá definir um terreno de disputas entre

as leis escritas e não escritas, que em cada caso resultam em uma decisão. A discricionariedade pode se dar em casos de interpretação de regras, abuso de poder, corrupção por parte de agentes públicos, uso do poder na forma de intervenções, no entanto, é no caso da polícia que a discricionariedade se revela mais latente. Devido ao fato da polícia tomar decisões sobre a vida dos indivíduos, sua posição, de acordo com a autora, lhes provém definir a extensão das pessoas que podem exercer a liberdade de opinião, a criminalização ou não do comportamento do indivíduo. O poder discricional permite aos policias interpretar as leis na forma que lhes convier, caracterizar situações e classificar os membros de uma comunidade como suspeitos e delinquentes, o que faz com que a discricionariedade seja um elemento decisivo do poder policial. Para Seri (2011), não existe solução para a discricionariedade policial, pois o poder discricional é eminentemente problemático e empala as práticas de governo, constituindo o exercício do poder policial como o de pequenos soberanos.

De acordo com Bittner (2003), uma das dificuldades para definir a polícia reside na confusão entre a habilitação da polícia para usar a força em situações inegociáveis de violência e a fonte de soberania estatal. A polícia pode se definir extensamente como uma pluralidade de tarefas diversas e com uma missão cujo objetivo está indeterminado, sua gênese é a urbanização e a relação entre polícia e sociedade é primordial. O autor ainda aponta que o trabalho policial reproduz julgamentos e preconceitos, baseado em suspeitas de cálculos e riscos, ou seja, na distribuição da vigilância o policial reforça os preconceitos presentes na sociedade. Desse modo, Bittner (2003) demonstra como a lei e a suposição do trabalho policial passa a ser orientada por outros princípios que não aqueles estabelecidos.

Heuillet (2011), afirma que a genealogia da polícia permite perceber não somente constrates na pruralidade e variedade das formas policiais, senão também as relações recíprocas entre elas. A genealogia da polícia permite, por em manifesto que a polícia sobre influência das circunstâncias e inaugura uma tradição política de novo tipo, dentro do estado território, a serviço do estado populacional. Assim, de acordo com Heuillet (2011), a polícia converte-se na verdadeira politeia⁷³ mundial e o abuso de autoridade,

⁷³ Ao examinar a denominação polícia, Heuillet 2001 encontra sua fonte em politeia, termo que tem sido objeto de estudo desde o século XVII. Dos gregos, aponta Levi Strauss, politeia é um dos termos mais difíceis de traduzir. Uma das tradições mais usuais é a que remete a “república” para traduzir, por exemplo, o termo la politeia de Pláton, dentro do espírito grego tradicional a politeia é a alma da cidade.

faz recordar que sua fundação tem lugar na violência e sua eficiência depende do saber e da vigilância.

Ao longo das narrativas dos sete jovens entrevistados é possível observar que a polícia, ao realizar diretamente a gestão dos ilegalismos, age com discricionariedade, reforça julgamentos e preconceitos presentes na sociedade e abusa da autoridade, nos moldes debatidos na teoria policial (BITTNER, 2003; SERI, 2011; HEUILLET, 2011), tornando as relações entre os jovens e as forças policiais semelhantes ou mesmo idênticas a narrativa de Bierrenbach (1988), no período precedente ao ECA.

Foucault (1997) vai discorrer sobre a relação entre a prisão e a gestão dos ilegalismos. Durante o século XVIII, forma-se uma nova estratégia para o exercício do poder de castigar, a fim de fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, não punir menos, mas punir melhor, com universalidade e necessidade, inserindo profundamente no corpo social o poder de punir.

No Antigo Regime, os diferentes estratos sociais tinham uma margem de ilegalidade tolerada, profundamente enraizada e necessária à vida de cada camada social, no entanto, havia uma continuidade onde as fronteiras eram difíceis de demarcar, em que as ilegalidades eram um dos fatores de aumento da criminalidade. Na segunda metade do século XVIII, com o aumento da riqueza e o crescimento demográfico, o principal alvo da ilegalidade popular passa a não se constituir nos direitos, como antes, mas nos bens, o que transforma os colonos, artesões e camponeses em vítimas preferenciais. De acordo com Foucault (1997), a burguesia aceitava sem muitos problemas a ilegalidade dos direitos, mas não quando se tratava de seus direitos de propriedade. Desse modo, houve uma pressão cada vez mais cerrada sobre as pequenas ilegalidades, nascendo assim uma nova política de punição em relação a elas.

A burguesia se reservou a ilegalidade de direitos, enquanto aos demais, a ilegalidade de bens, desse modo, torna-se necessário uma vigilância constante que se faça essencialmente sobre a ilegalidade de bens, sendo necessário submeter às ilegalidades populares a um controle estrito e constante, definido as infrações e punindo com constância. A nova legislação penal passa a se apoiar na alteração da economia tradicional das ilegalidades, para geri-las diferencialmente, mas não para suprimi-las (FOUCAULT, 1997).

Os suplícios passam a ser substituídos pela prisão, que logo é questionada pelo seu aparente fracasso. Para Foucault (1997), a prisão passa a exercer funções específicas na gestão dos ilegalismos, tendo como objetivo distingui-las, distribuí-las e utilizá-las,

organizando a transgressão das leis em uma tática geral das sujeições. “A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles” (FOUCAULT, 1997, p. 227).

A prisão passa a produzir a delinquência, tipo específico, economicamente menos perigoso e utilizável de ilegalidade, aparentemente marginalizado, mas controlado. Para Foucault (1997), o circuito da delinquência é o efeito direto de uma penalidade, que para gerir as práticas ilegais, investe em um mecanismo de “produção-reprodução”, de uma delinquência concentrada, controlada, desarmada e diretamente útil.

A constituição da delinquência também permite sua utilização direta, através dos agentes fiscais ilícitos sobre as práticas ilegais. Foucault (1997) apresenta como exemplo, a constituição de um lucro sobre a interdição a prostituição no século XIX, a proibição legal sobre o tráfico de armas e de álcool nos países da lei seca, sobre o qual é possível exercer um controle e retirar um lucro ilícito, através de elementos ilegais, que se tornam manejáveis por sua organização em delinquência, desse modo, às ilegalidades passam a ser geridas e exploradas. A organização da ilegalidade isolada e fechada na delinquência torna-se possível com o desenvolvimento dos controles policiais, com a fiscalização geral da população e a vigilância.

As narrativas dos sete jovens entrevistados expressam em detalhes, como os gestores dos ilegalismos⁷⁴, nesse caso os policiais militares e civis utilizam e exploram os ilegalismos. Antônio, Luan e Wellington apreendidos por ato infracional análogo ao furto e roubo, não mencionaram qualquer tipo de acerto policial, suborno ou propina, mas todos foram unânimes em relatar a violenta abordagem policial. Para Antônio e Wellington, a violência policial é naturalizada, ou seja, é parte integrante de sua função: “eles oprimiram né, porque polícia é assim mesmo” (Antônio), “apanhei bem viu senhora, é esse o trabalho dele”. (Wellington). Luan, disse ter apanhado mais dos policiais em relação aos seus dois colegas, pois a bolsa e o celular roubados estavam em sua posse: “bateram mais em mim, eu que tava com as coisas do roubo” (Luan). Wellington teve escoriações, decorrentes da abordagem policial: “apanhei bem viu senhora, cheguei assim com uma bola rocha já na coluna, cheguei com o olho regaçado, cortado”. Somente Iago, apreendido aos 12 anos por tráfico de drogas relatou as

⁷⁴ Vera Telles (2009) aponta que na transação, com os mercados também ilegais, entram em operação redes e atores na interface dos poderes públicos (fiscais, gestores urbanos, vereadores, forças policiais) oscilando entre acordos na partilha dos ganhos, troca de favores, clientelismo, compra de proteção e práticas de extorsão.

constantes abordagens policiais e o recolhimento de somas em dinheiro resultante da venda das drogas, no entanto, sem um acordo específico, “já pegou já, na minha frente, só de dinheiro que eu perdi foi três mil real, mais não três mil assim direto, tipo uma vez vinha e pegava quinhentos, a outra vinha e pegava quatrocentos e era assim sabe” (Iago).

Teixeira (2012) aponta que no ano de 2012, o roubo e o tráfico de drogas foram as maiores causas de internação no estado de São Paulo, correspondendo a 42,7% e 42,1% respectivamente, ou seja, infrações com menor potencial ofensivo. Ao realizar entrevistas com jovens apreendidos na capital de São Paulo, a autora conclui que as trajetórias desses jovens são marcadas por escassos recursos, econômicos e simbólicos, para transacionar com as forças da ordem ou com os operadores dos ilegalismos. Portanto, os produtos dos roubos e furtos realizados pelos três jovens: bolsas, celulares e a pouca quantia em dinheiro, não chegam a se constituir como recursos para a negociação da liberdade, desse modo, eles são agredidos como parte integrante do dispositivo de punição e levados para a delegacia.

De acordo com Teixeira (2012), mesmo quando os jovens estão inseridos em mercados criminais urbanos mais articulados como o tráfico de drogas, ou menos articulados, como o roubo, furto e receptação, sua inserção se dá de modo mais precário, ocupando os níveis mais baixos da estratificação social do crime (TEIXEIRA, 2012). Com relação aos jovens entrevistados, Thais e Iago ocupavam papéis secundários no tráfico de drogas e permaneciam expostos nas ruas, o que os conduziu mais facilmente a prisão. Thais demonstrou clareza do papel secundário que exercia no tráfico e da exposição nas ruas, atribuindo o maior número de mulheres vendendo drogas em seu bairro a gestão policial e a inexistência de acordos com os *menores*:

Lá é mais mulher envolvida. Se eu falar umas seis. Cinco homem na rua só que tá lá e oito mulheres e quatro menores. Menino menor não tem porque tinha bastante na rua, agora tá tudo preso, com o menor eles não faz acordo, porque com os menor eles não ganha nada, se tiver que subir nois sobe, maior não, eles ganha, eles sabe, por exemplo, que se o meu irmão roda o meu irmão não sai com menos de dois anos. Entendeu. Menor, eu mesma fiquei um mês, mais era tudo meu, porque era meu (Thais).

Em algumas ocasiões as forças policiais nem se mobilizam para exigir o *acerto* dos jovens, “visando, na maioria dos casos, a informação sobre a identidade do patrão,

ou sobre a origem da droga, ou seja, os fornecedores” (TEIXEIRA, 2012, p.10), situações vivenciadas por Mel e Júlia.

Com o moto taxi que tava comigo eles bateram. Eles só me ameaçaram, falaram que se eu não falasse eles iam me bater, ia acabar comigo ali mesmo, mas eles não chegaram a relar em mim não (Mel).

Não eu já vendia já, aí pararam nós lá e não tinha como jogar né, por que tava guardado no meu bolso, tinha 22 papel de pedra e 600 real em dinheiro, mas daí eles queriam que eu jogasse a culpa nele, que ele era de maior né. Falaram na frente dele, falou pode falar que é dele, ninguém vai falar que foi ocê. Pediram pra falar onde que ficava as drogas com os traficantes, onde escondia, mais eu não falei nada (Júlia).

Iago traficou drogas dos 12 aos 14 anos, e relatou que nesse período perdeu inúmeras vezes o dinheiro da venda das drogas para os policiais sem, contudo ser preso: “pra ele prender você tem que ter os dois, tem que ter a droga e tem que ter o dinheiro, se ele levar você só com as drogas eles forja o dinheiro, mais se tiver só o dinheiro eles não leva, eles só ranca” (Iago). Para os policiais, não interessava sua prisão, pois a institucionalização acabava por subtrair a força de trabalho delitiva e com ela os produtos apropriados do tráfico de drogas (TEIXEIRA, 2012).

Em sua tese, Teixeira (2012) aponta que os adolescentes parecem transitar entre diferentes atividades criminais, recusando via de regra, um percurso único, em que as trajetórias são marcadas pelo trânsito entre o trabalho no tráfico de drogas e os roubos avulsos nas regiões centrais de São Paulo. Contudo, com relação aos jovens entrevistados no interior do estado, os únicos a recusarem um percurso único no crime foram Júlia, que se “virava” nas ruas como estratégia de sobrevivência e Antônio que não entrou em detalhes sobre sua participação nos roubos e no tráfico de drogas. Júlia se considerava autônoma no tráfico de drogas, ou seja, através dos programas acumulava dinheiro, comprava a droga e possuía autorização para a venda, próximo ao complexo poliesportivo no qual residia no momento da apreensão. No mundo do crime as regras de sociabilidades são claras, (FELTRAN, 2008; MALVASI, 2012), no tráfico de drogas dívidas contraídas são dívidas pagas, ou seja, vender drogas para o patrão obriga os jovens a uma série de hierarquias, a enfrentar longas jornadas de trabalho e muito possivelmente em decorrência da dependência de Júlia pelo crack, período em que afirmou *viver na noia*, a jovem não obtivera o respeito ou o aval necessário para a venda de drogas em consignação, ou seja, para pagar posteriormente. Portanto, Júlia primeiro pagava e depois vendia, quando não, consumia a quase totalidade das drogas que

adquiria. Mesmo isentando o companheiro de responsabilidades, ela afirmou que “se eu falasse isso (que a droga era dele) quando ele saísse ia querer me matar é assim...” (Júlia), ou seja, Júlia conhecia as regras e as respeitava, mesmo não se submetendo as hierarquias do tráfico. Quando apreendida pela polícia, não houve acordo ou negociação, queriam apenas a identidade dos fornecedores.

Mel recusou o comprometimento com o “mundo do crime” e com o tráfico de drogas, afirmando “apenas” levar uma sacola com drogas para outro município, sem cumprir longas jornadas de trabalho nas ruas ou responder diariamente a um *patrão*, enquanto Luan afirmou não ter associação com o tráfico de drogas ou com o roubo, trabalhava com o pai para consumir drogas e participou uma vez de um roubo a uma jovem, tendo sido sentenciado a cumprir MSE de internação. Já Wellington se recusava a ingressar no tráfico de drogas, segundo ele, por conta de um compromisso ético com os credores, assim como pelas hierarquias e obrigações do tráfico, pois no roubo, a resolução de seus “problemas” se dava apenas na instância policial.

Já Iago e Thais, recusaram o percurso no roubo desarticulado, optando pelo tráfico de drogas. Mesmo diante das posições inferiores exercidas no tráfico, Thais afirmou que teve advogado constituído para defendê-la e que o valor foi dividido entre ela e seu *patrão*. A narrativa de Thais pode vir a sinalizar para uma mudança no papel desempenhado pelos jovens no tráfico de drogas ou ainda, que a relação estabelecida entre o *patrão*, os irmãos, tios e padrasto de Thais, todos *funcionários* do tráfico, atribuía a jovem, uma posição diferente a dos outros *menores* que vendiam drogas nas ruas de seu bairro.

De acordo com Iago e Thais, a gestão policial dos ganhos do tráfico de drogas estava diretamente implicada com a gestão dos patrões nas *biqueiras*. Os dois relatos narram o tráfico na *biqueira* desarmada de Thais, localizada na zona norte da cidade e na *biqueira* armada de Iago, localizada na zona sul. Na *biqueira* em que o tráfico de drogas se dá de maneira menos ostensiva, sem armas, os policiais transitam livremente, fazendo acordo com os patrões, prendendo mais facilmente os *menores* nas ruas. Na *biqueira* em que o tráfico é ostensivo, armado, a polícia não transita livremente, há períodos de guerra entre policiais e traficantes e as extorsões se dão apenas na base da hierarquia do tráfico de drogas: *os menores*.

Vira e mexe os policial tá fazendo acordo. Teve a vez que teve um lá que teve o som e o gps roubado por um noia. Ai o policial pediu pro patrão acha o som lá que ele deixava nois em paz um tempo, ai o

patrão pediu pros meus irmão ajuda, aí meus irmão acho o noia e devolveu as coisas lá, pro policial, aí ele sumiu. Tem um policial lá que ele faz na noia, ele é noião, delata todo mundo, cagueta todo mundo por causa da droga (Thais).

Porque não pode né, se ele entrar ele pode até matar um lá dentro. Depois se você descer ele (polícia) vai correr atrás, porque vai chegar um ponto que ele não vai mais poder, lá na viela, pode entrar com uma arma dele que é 1.40, lá na viela, lá embaixo na primeira curva tem um com uma 12, entendeu, aquela arma maior, aquela lá uma bala da 1.40 é 8 daquela. Então um tiro de 12, se eu der um tiro de 12, voa essa parede aí. Se ele tiver com colete, um tiro de 12 perfura todo o colete dele (Iago).

O que é possível apreender nos dois relatos sobre o tráfico armado na zona sul e o tráfico desarmado na zona norte, é que, independente da gestão do tráfico de drogas, os *menores* são aqueles que estão mais suscetíveis à apreensão da polícia e que dispõe de menos recursos financeiros e simbólicos para transacionar com os agentes da ordem (TEIXEIRA, 2012).

Com a reestruturação dos mercados criminais, nos anos 90, esses jovens passam a fazer parte do exército de reserva de mão de obra criminal, ocupando sempre as funções mais arriscadas, desse modo, tanto no roubo, quanto no tráfico de drogas, continuam a desempenhar, assim como os menores no passado, um protagonismo assujeitado, úteis, sobretudo, para as forças policiais (TEIXEIRA, 2012).

Mas, esse protagonismo assujeitado não se dá somente na hierarquia do “mundo do crime”, mas também nas carceragens das delegacias de polícia, quando os relatos apontam para longos períodos de permanência⁷⁵ em celas individuais, sem alimentação, até que esses jovens sejam transferidos para unidades de internação provisória. Mel, afirmou que permaneceu 9 dias em uma cela de uma cadeia feminina, sem alimentação, Luan disse que ficou dois dias sem alimentação e água, enquanto Wellington disse ter ficado 23 dias em uma cela, até que as marcas das agressões policiais se amenizassem para que ele fosse transferido para a UIP da Fundação CASA.

Desse modo, os relatos apontam para o flagrante desrespeito às normativas do ECA, seja ao aguardar uma vaga em uma unidade feminina, como no caso de Mel, ou para que as escoriações desapareçam, como no caso narrado por Wellington. Todos os entrevistados cumpriram a medida de internação provisória e apenas Thais que teve

⁷⁵ O artigo 185 do ECA aponta que “sendo impossível a pronta transferência, o adolescente aguardará sua remoção em repartição policial, desde que em seção isolada dos adultos e com instalações apropriadas, não podendo ultrapassar o prazo máximo de cinco dias, sob pena de responsabilidade”.

advogado constituído para defendê-la, não foi sentenciada a cumprir a medida de internação.

Portanto, esses jovens não vêm se assujeitando apenas à hierarquia do crime ou aos gestores dos ilegalismos (TEIXEIRA, 2012), mas também às práticas institucionais e a justiça infanto-juvenil. Mesmo sob as diretrizes do ECA, esses jovens vêm permanecendo longos períodos nas delegacias e nas cadeias públicas sem alimentação, cumprindo em alguns casos medida de internação provisória por crimes que os adultos respondem em liberdade sob a pretensa alegação da situação de vulnerabilidade social, na qual esses jovens estariam inseridos, como discutido no segundo capítulo. Esse fenômeno intensifica a violência empreendida contra os jovens em todo o sistema socioeducativo e vem acarretando a ausência de vagas em unidades e a expansão do sistema por todo o estado de São Paulo.

4.9.1 De CASA a FEBEM – As unidades masculinas

Bierrenbach (1988), ao descrever a trajetória do menor, apontou que as instituições do “Bem-Estar-do-Menor” eram em geral, clivadas pelo ranço do assistencialismo e da repressão. A autora relata que ao dar entrada na instituição o atendimento é lento, burocratizado, as revistas são feitas de forma degradante, o banho rápido despoja os menores de seus bens, os pertences são guardados, a identificação por meio do processo fotográfico é realizado de maneira morosa, as entrevistas sociais com os técnicos restringem-se a identificar o retorno à família ou do ciclo de internação. Durante a permanência na FEBEM, produzem-se ritos e normas, a subserviência como padrão, a instituição não cria mecanismos para tornar o processo escolar atrativo e não profissionaliza ninguém (BIERRENBACH, 1988).

Após o fim da FEBEM, processo descrito no segundo capítulo, a Fundação CASA passou a atender as MSE de internação provisória e de internação com diferentes modelos arquitetônicos e de gestão. Para Olic (2008) e Moreira (2011), as unidades da Fundação CASA, mesmo submetidas a um mesmo regimento interno passam a se diferenciar ainda em termos de cotidiano. Em pesquisas etnográficas em unidades masculinas da instituição, os autores encontraram dois diferentes tipos de relação entre os jovens, os funcionários e a gestão das unidades.

Nas unidades cuja premissa da disciplina institucional é efetivada através do controle dos horários e das atividades pelos funcionários, como a *formação*, o uso de

uniformes e a cabeça raspada, as unidades são consideradas pelos jovens como na *mão dos funças* e as agressões perpetradas pelos funcionários são conhecidas como regime de *opressão*. Mas, as unidades também podem estar sob o controle dos jovens, nas quais o uniforme cede lugar às roupas do *mundão*, as cabeças raspadas dão lugar a diferentes cortes de cabelo e os funcionários são impedidos de acessar a determinados lugares e quando acessam permanecem em locais específicos, essas unidades são conhecidas como unidades *dominadas* (OLIC, 2008; MOREIRA, 2011). Nas unidades *dominadas* geralmente estão concentrados os *ladrões estruturados*: jovens reincidentes, que possuem uma longa *caminhada* no crime. Segundo Moreira (2011), esses jovens são evitados ao máximo em unidades que estão nas *mãos dos funça*, pois, segundo os agentes institucionais, eles podem vir a romper com a ordem institucional, retirar as unidades da *opressão* e influenciar aqueles com menos experiência. Para que as unidades possam ser dominadas é necessário que entre a *população* existam *ladrões estruturados*, que tenham um *proceder* e *fechem com o certo*, ou seja, com os códigos partilhados pelos membros do *Comando*. Nessas unidades, a rotina institucional é organizada por alguns jovens que detêm uma *caminhada* correta, distribuídos entre *faxina*, *piloto*, *setores*, *esporte*, *encarregados*, *toque de cadeia* e *toque geral*. Mesmo fechando com o *certo*, com o *partido*, esses jovens não são batizados, filiados, portanto, não são conhecidos como irmãos, “o que existe é um PCC transcendente, desindividualizado e desterritorializado que pode se territorializar em qualquer lugar que lhe ofereça condições favoráveis” (OLIC, 2008, p. 17). Nas unidades *dominadas* a direção negocia constantemente as regras e a rotina das atividades, caso contrário à probabilidade de conflitos torna-se maior.

Ao longo das narrativas, foi possível verificar que Antônio, Luan, Wellington e Iago cumpriram a medida de internação na mesma unidade, em períodos diferentes. A unidade é localizada em um município do interior do estado de São Paulo e foi considerada pelos jovens como uma unidade em *regime de opressão*. “Opressão né. Lá dentro né é outro, aqui fala normal, lá dentro nois fala que é opressão, tipo de funcionário bater assim, ai que nois faz junta todo mundo, de menor assim e faz rebelião né” (Iago).

Na descrição da rotina institucional da unidade *na opressão* é possível identificar o processo descrito por Goffman (2001) como mortificação do eu, assim como as características de uma instituição total. Em uma instituição total todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma mesma autoridade, controlados por uma

organização burocrática. A tendência ao fechamento que as instituições colocam entre o internado e o mundo externo constitui a primeira mortificação do eu. Ao entrar em uma instituição total, o indivíduo é imediatamente despedido das disposições sociais que possibilitavam a concepção de si, através de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O processo caracterizado como admissão nas instituições totais, como obter uma história da vida, tirar fotografia, enumerar os bens pessoais, dar banho, cortar cabelos, distribuir uniformes, dar instruções quanto às regras, tem como objetivo modular suavemente o internado através da rotina. Como o internado é despojado de seus bens, outros são providenciados, mas são geralmente de um tipo barato, mal ajustado, muitas vezes velho e igual para a maioria dos internados, como relatou Wellington: “oloco senhora tem que reclamar de tudo aquilo lá não é... como que você vai tomar banho com sabonete glicerinado, não tem nem cheiro” (Wellington). Ao ser admitido em uma instituição total, o indivíduo é despedido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais se mantém, o que provoca a desfiguração pessoal (GOFFMAN, 2002).

Além dos jovens internados manterem posições humilhantes em relação ao corpo, como a posição de *formação* e *encaixe* na CASA, eles também são obrigados a se reportar verbalmente a equipe técnica e dirigente por “senhor e senhora”, assim como pedir licença a todo o momento (GOFFMAN, 2002). Nas instituições totais queixas a alimentos sujos, locais em desordem, sapatos e roupas impregnados com o suor de quem os usou e instalações sujas são comuns, assim como os quartos ou celas lotadas, como pode ser observado na narrativa:

Perfume não tem é normal. Desodorante tem mais é sem cheiro, normal, neutro, shampoo tem também mas é um, tudo o mesmo cheiro, mais sabonete glicerinado, todo glicerinado, saboneteira, bucha normal, tinha mais básico, bem básico mesmo, escova de dente era aquelas de silicone ainda e acostumei depois que eu escovei aqui fora com uma normal machucou tudo a minha gengiva, machucou bastante. Pasta de dente não é tipo aquelas Colgate, era só coisa ruim. Tinha mais não era tênis assim não senhora, era tênis normalzinho aqueles de jogar futebol de quadra baixa, chinelo. Cueca eles também dava mais não era tipo boxe, era tudo azul, tudo da mesma cor, era aquelas que você começa a usar ainda criancinha, era ruim, horrível, aquelas cueca e agente vai engordando vai ficando tudo apertada (Wellington).

Goffman (2002) descreve que ao mesmo tempo em que o indivíduo é despojado de seus bens e o processo de mortificação se desenvolve, o internado começa a receber

instruções a respeito do que ele denominou de sistema de privilégios, que consiste em três elementos básicos. Primeiro são as regras da casa, “um conjunto relativamente explícito e formal de prescrições e proibições que expõe as principais exigências quanto à conduta do internado” (GOFFMAN, 2002, p. 50). Na unidade nas *mãos dos funça*, as regras e o condicionamento a saída da instituição são detalhados desde o primeiro momento: “você chega lá e eles já fala: você quer ir embora rápido e eu falo lógico. Ai eles fala: então você fala isso, isso, isso, tem as regras, o regimento, então faz a sua parte que nos manda você embora rápido” (Wellington). Iago também percebeu logo no início da internação que caso não apresentasse um bom comportamento permaneceria mais tempo na unidade. “(...) tem duas unidades de internação UI e UIP, ai no começo eu tava na unidade de internação provisória, ai eu comecei fazer maldade assim, ai eu comecei a ver que se eu comesse a fazer mais eu ia ficar mais tempo, aí eu fui pra outra unidade, aí na primeira oportunidade eu parei, fiquei de boa” (Iago).

Em segundo lugar, apresenta-se uma série de privilégios e benefícios obtidos em troca da obediência à equipe dirigente e o terceiro elemento são os castigos, definidos como consequência de desobediência as regras (GOFFMAN, 2002). Na CASA, obedecer as regras condiciona a um curto período de internação e a cada sanção da equipe dirigente, o internado permanece 3 meses a mais na instituição: “é regra, é sanção. Ai se você agride o funcionário, aí sua técnica vai lá e fala com você, aí você assina um livro preto lá, aí vai e manda pro juiz, e o juiz, sabe que você veio de lá com um comportamento excelente, aí se você fizer isso, ele manda um pedido de internação pra mais de três meses”(Iago). No sistema de privilégios, alguns atos podem ser conhecidos como o aumento ou a redução do período de estada, e a liberdade futura encontra-se sempre no centro do sistema de privilégios (GOFFMAN, 2002).

“(...) no começo eu tive briga lá, peguei dois castigo, 11 dias no escuro sem ver nada, na verdade num era uma sala, era um quarto assim, fechava tudo e não via nada, só bebendo água, sem comida, só água (Luan).

O dispositivo de punição que consiste em deixar os jovens confinados em seus quartos durante grande parte do dia, por algumas semanas ou meses, conhecido como *tranca*, tem sido combatido pelos setores ligados aos direitos humanos, por ferir os princípios do ECA, pois, nesse período a rotina institucional, como as aulas formais, os cursos profissionalizantes são interrompidos, para o controle mais rígido dos jovens (OLIC, 2008). Mesmo combatido por organizações de defesa dos direitos, OLIC (2008)

apontou que o dispositivo de controle da *tranca* permanece no regimento interno da unidade, contudo, o jovem que estiver cumprindo a *tranca* deverá continuar frequentando a escola e os cursos profissionalizantes, o que não ocorreu de acordo com Luan.

Quando as pessoas se movimentam em conjunto, podem vir a serem supervisionadas por um pessoal, cuja atividade principal é a vigilância, a fim de garantir que todos façam claramente o que lhes foi exigido. Nas instituições totais, Goffman (2002) afirma que o grupo dos dirigentes e de pessoas controladas foi feito um para o outro. Cada grupo tende a conceber o outro através de estereótipos, a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como reservados, amargos e hostis e tendem a se sentirem superiores e corretos, enquanto o grupo dos internados vê os dirigentes como condescendentes e arbitrários e tendem a se sentirem inferiores, fracos, censuráveis e culpados. Os funcionários que ocupam cargos abaixo da administração das instituições totais podem vir a ter a mesma origem social que os internos, e até uma origem inferior. Como compartilham a cultura do mundo original do internado podem servir como um canal de comunicação entre o grupo mais alto da administração e os internados e pela mesma razão podem ter dificuldades de manter distância social com relação àqueles que precisam fiscalizar. Isso pode complicar o papel de guarda expondo-o ao sacarmos dos internados. (GOFFMAN, 2002). Na Fundação CASA, a relação de piadas e brincadeiras entre os *menores e os funça*, é conhecida pelos jovens como *galinhagem*⁷⁶.

Tudo começou por galinhagem, zuação entre menor e funcionário, aí o funcionário começou a zuar o menor aí nós, porque ninguém guenta com nós na galinhagem, aí os funcionário não guentava nois zuava eles e eles perdia a linha e arrastava, sempre era assim, eles começava e a gente zuava, porque a gente também não pode ficar levando desaforo né, a gente zuava também, aí começava a perder a linha e ele arrastava só relatório. Beleza, aí começou um a zuar o outro funcionário, aí o funcionário já falou da mãe do menor, aí ele já saiu catando o funça, aí ele pegou e foi todos funcionário pra cima do menor e todos menor pra cima do funcionário (Wellington).

De acordo com Olic (2008), nas unidades que estão na *galinhagem* os jovens conquistam uma maior autonomia frente às normas institucionais, o pode acabar levando a situações de descontrole, como o início da rebelião, narrada por Wellington. Para o autor, a *galinhagem* consiste em uma estratégia que busca desterritorializar a

⁷⁶ De acordo com Goffman (2002), cria-se uma gíria institucional através da qual os internados descrevem os acontecimentos decisivos em seu mundo específico.

ordem imposta pelos funcionários. Nas unidades que se encontram na *galinhagem* é comum uma relação jocosa entre os jovens e os funcionários. Nas unidades que estão na *disciplina*, a *galinhagem* é condenada pelos jovens, tendo em vista que ela pode dar início a conflitos e consequentemente o fortalecimento da ordem institucional.

Ao estudar dois grupos distintos, os estabelecidos e outsiders, Norbert Elias e John Scotson (2000) buscam compreender a natureza e a função das fofocas em uma comunidade cindida. De acordo com os autores, a fofoca depreciativa é sempre inseparável da elogiosa, que costuma restringir-se ao próprio indivíduo e aos grupos com que ele se identifica, trazendo fama para o indivíduo e seu grupo. Mas, as fofocas em geral tem um valor considerável como entretenimento, “se um dia parassem os moinhos da boataria na “aldeia”, a vida perderia em muito seu tempero” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 122). Do mesmo modo que a vida na comunidade cindida perderia a graça, na CASA, mesmo após a relação entre funcionários e *menores* se abalar com o início da rebelião relatada por Wellington, logo a *galinhagem* se reestabeleceu na instituição, “foi só uma semana, depois voltou normal, vixi é que nem marido e mulher, os funcionário e menor é que nem marido e mulher, dormiu já era...”. (Wellington). No grupo estabelecido, nesse caso, dos funcionários, as fofocas têm como objetivo expor a superioridade exclusiva da conduta, dos valores e do estilo de vida, bem como a inferioridade do grupo outsider, os jovens internos.

Na narrativa de Wellington no momento em que o funcionário fala sobre a mãe do colega, “ele já saiu catando o funça” (Wellington), pois na maioria das vezes, a mãe é uma figura santificada pelos jovens no mundo do crime, como enfatiza Feltran (2008) e designada como uma guerreira, como aponta Moreira (2011). Desse modo, as calúnias que acionam sentimentos de culpa, ou vergonha no grupo outsider, diante dos sinais de superioridade do grupo estabelecido, fazem com que os grupos dominantes mantenham sua dominação em relação ao grupo socialmente inferior (ELIAS; SCOTSON, 2000).

A partir dos relatos é possível afirmar que as unidades da CASA nas *mãos dos funça* apresentam os principais aspectos do poder disciplinar: a punição, a docilização dos corpos, o adestramento e o panoptismo. Foucault (1997) analisa as transformações das práticas penais que culminaram no surgimento das prisões, que se sustentam até os dias atuais. No século XVIII, as punições davam-se através dos suplícios, que tinham por objetivo a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune, dando ao soberano a decisão do poder de morte (FOUCAULT, 1997). Segundo Foucault (1997), desde a época clássica, tem-se a concepção que o corpo está diretamente relacionado a

um campo político, em que as relações de poder têm alcance imediato sobre ele, elas o marcam, o dirigem, obrigam-lhes sinais, o tornando dócil, ágil e disciplinado. Cria-se assim uma tecnologia política do corpo, que através de disposições, manobras, técnicas e táticas, investem poder sob ele. Desse modo, as disciplinas tornaram-se no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação, estabelecendo sob o corpo um elo coercitivo de uma aptidão aumentada e de uma dominação acentuada, fazendo emergir a sociedade disciplinar.

No fim do século XVIII e princípio do século XIX, dá-se o início de uma nova forma de punir, o surgimento das prisões que através de um trabalho preciso sobre o corpo do condenado, constitui-se em um aparelho para transformar os indivíduos. Mas a pura privação de liberdade ou trabalho forçado, não funcionaria sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra, pois, ainda permanece um fundo supliciante nos modernos mecanismos da justiça criminal (FOUCAULT, 1997). Mas, ainda que a punição não recorra frequentemente aos suplícios e aos castigos violentos, mesmo quando utiliza métodos mais sutis é do corpo que se trata, de suas forças, utilidade e docilidade, de sua repartição e de sua submissão.

Com a substituição dos suplícios pela prisão, o carrasco foi substituído pelos guardas, médicos, psiquiatras, psicólogos, educadores e o corpo passou a ser colocado em um sistema de coação e privação, obrigações e interdições. Os juízes não julgam mais sozinhos, pequenas justiças e juízes paralelos se multiplicam em torno do julgamento principal, peritos psiquiátricos, magistrados da aplicação das penas, funcionários da administração penitenciária fracionam o poder legal de punir e o dividem com as instâncias da decisão judiciária. Os juízes anexos vão decidir se o condenado deve ou não ser posto em semiliberdade ou em liberdade condicional, se podem ou não por fim a sua tutela penal, mecanismos que se constituem em punição legal deixados a sua apreciação (FOUCAULT, 1997). Na CASA, as assistentes sociais e psicólogas conhecidas como as técnicas, assim como os funcionários da segurança, poderiam *arrastar* a qualquer momento a medida de internação, ou seja, enviar o relatório de acompanhamento semestral ao judiciário dando o parecer para manutenção da medida de internação ou optar por colocar fim a medida.

A imposição de uma rotina, o uso de uniformes, a obrigação de se reportar aos técnicos e funcionários por senhores e senhoras, pedir licença, ser despojado de seus bens e suas roupas, consiste no investimento político do corpo por relações de poder e

de dominação, em um sistema de sujeição, pois o corpo só se torna útil se ao mesmo tempo for produtivo e submisso. A vida passa a ser repartida de acordo com um horário, sob vigilância ininterrupta, cada instante do dia é destinado a alguma coisa, atividades, obrigações e proibições (FOUCAULT, 1997).

Acorda, aí quando dá seis horas toma café com leite chocolate e pão com manteiga, aí tem a escola, aí no intervalo da escola tem outro café, aí dia de semana tem os cursos, aí lá a gente tem uma rotina, mas é uma rotina assim que você pensa, no começo, de primeiro, aí hoje eu vou fazer tal coisa, cada dia da semana, aí depois você pensa nossa de novo, vai começar de novo a mesma coisa (Iago).

Horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, silêncio, respeito, bons hábitos, são métodos que procuram construir o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a regras, ordens, autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, é esse o objetivo da medida de internação imposta aos jovens. Esses métodos são o que Foucault (1997) conceituou por disciplinas, que se tornaram nos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação e permitem realizar a sujeição constante de suas forças e lhes impor uma relação de docilidade-utilidade. As disciplinas têm como objetivo extrair do corpo o máximo de tempo e de força, através dos exercícios, treinamentos e da vigilância constante.

A prisão fixa os indivíduos, os classifica, distribui, para tirar o máximo de tempo, de forças, treinar seus corpos, formar um aparelho de observação, registro e anotações, construir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A prisão reparte os indivíduos não em função dos crimes que cometeram, mas das disposições que demonstram, em indivíduos bons ou maus, a prisão funciona como um aparelho de saber (FOUCAULT, 1997).

O poder disciplinar se dá através do olhar hierárquico, da sanção normalizadora e do exame e caso as regras sejam descumpridas, toda uma série de processos sutis a título de punição são empregados, desde o castigo físico leve a privações ligeiras e pequenas humilhações, como a que Iago foi alvo:

Tipo, quando você faz arte assim, eles põe num corredor assim, corredor grandão assim, aí você fica numa reta assim, com a mão na cabeça, aí você fica assim, na primeira vez eu falei isso aqui é castigo, pra mim isso aqui não é nada, aí passou uma hora, duas horas e nada, aí começa a doer assim, começa a doer às costelas, as costas, o corpo inteiro começa a doer, aí fica uma hora, duas horas, três horas, aí pra voltar a se mexer é uns dez minutos (Iago).

Mas, a disciplina encontra alguns problemas para resolver, ela deve dominar as forças que se constituem de uma multiplicidade organizada, neutralizar os efeitos de contra poder que nascem e formam resistências ao poder que quer dominá-la, as agitações, revoltas, organizações e rebeliões. Pois, a institucionalização produz marcas nos corpos e nas mentes, punição suplício e modulação, mas sempre há resistências (VIEIRA, 2014). Na CASA, as resistências à privação de liberdade podem ser desde as mais sutis, como quando os jovens dizem: “você tem que saber tirar”, quando se referem ao respeito às regras e as hierarquias para cumprir a medida por um período mais curto, até as rebeliões presentes nas narrativas de Wellington e Iago, que cumpriram a medida na mesma unidade, em períodos diferentes.

Mesmo na unidade considerada pelos jovens como *na opressão*, os códigos e a dinâmica do *Comando* que vigora nas unidades *dominadas* se fazem presentes, em menor grau e de forma sutil. Moreira (2011) identificou as seguintes regras nas unidades *dominadas*: em dia de visita não é permitido olhar para as mulheres que visitam os companheiros, falar palavrões, tocar nos órgãos genitais, falar em voz alta, pois tais atitudes demonstram desrespeito com a família dos outros jovens. Aqueles que não *caminham pelo certo*, como os estupradores, os *caguetas* ou os que desrespeitam as visitas alheias, sofrem como sanção agressões físicas conhecidas como *madeiradas*. Algumas das regras mencionadas por Moreira (2011) foram descritas pelos entrevistados:

Nois mesmos colocava lei entre nós, senão fica bagunçado. Tipo assim, se você é da minha família e vai me visitar, e aí chega outro moleque lá e fala pó sua irmã e mó bonita e pá e pum tal, aí dá briga... de ter que vim funcionário. Tinha língua de surdo mudo, aí quando a gente ia conversar com os caras e os funcionários não podia ver, ele pode, mas tem conversa que a gente conversa lá e ele não pode ouvir, senão ele vai lá e fala pra técnica, tipo aquele funça ali já tá a mais, tipo já tá agredindo menor, já tá parari e pororo, então nós tem que dar um jeito nele (Wellington).

Quando as regras estabelecidas pelos jovens são quebradas, ocorria o debate entre os *menores*: “todos os menor dava uma opinião pra ver qual que ia ser”, (Wellington). Como os funcionários não podiam ver a votação, ela ocorria de maneira individual e caso a maioria decidisse pela punição, ela ocorria à noite, dentro do banheiro.

Tinha que ser organizado, aí um moleque falava, aquele moleque merece ser agredido porque ele fez isso, isso e isso? Aí chegava um em cada um, aí o funcionário não podia ouvir essas conversas, então a gente chegava um em cada um de cada vez, aí perguntava aquele

moleque fez isso, isso e isso, você acha que ele merece ser agredido? Batia dentro do banheiro, nossa... não podia agredir a face né... do pescoço pra baixo (Wellington).

De acordo com Dias (2011), os debates são o núcleo duro em torno do qual foram organizados os padrões de funcionamento político que são constituintes do *Comando*. Os debates consistem como uma instância deliberativa por excelência a partir do qual se dão as intervenções dos *irmãos* na resolução de conflitos, julgamentos e punições. De acordo com a autora, os debates se expandem para além das prisões e se disseminam para as periferias da cidade, assim como a expansão do PCC, para fora dos muros da prisão. Assim como os enunciados do *Comando* se expandiram para fora das instituições prisionais é possível afirmar a partir das narrativas dos jovens do sexo masculino entrevistados, que eles ultrapassaram os muros das unidades socioeducativas do estado de São Paulo e regulam o cotidiano e a sociabilidade entre os jovens nas unidades, ainda que estejam nas *mãos dos funça*.

As rebeliões relatadas por Wellington e Iago se constituem como resistências ao cumprimento da medida e as *opressões* perpetradas pelos funcionários, assim como *saber tirar* a medida para cumprir o tempo mínimo de internação, os preceitos do *Comando*, os debates e as punições entre os internos. A rebelião relatada por Wellington, logo teve intervenção do GIR, chamado de *Choque*, ou *Choquinho* pelos jovens, na busca de retomar a ordem institucional, o que culminou em seções de espancamentos de alguns meninos e no procedimento de *tranca*.

No ano de 2012, foi confirmado no município em que a pesquisa foi realizada, a instalação de uma unidade de semiliberdade⁷⁷ para jovens do sexo masculino. A decisão gerou, por meses, inúmeros protestos por parte de vereadores, de vizinhos do imóvel que abriga a unidade e da imprensa escrita local⁷⁸. Um abaixo assinado e uma ação judicial foram movidos pelos moradores do bairro no qual a instituição seria instalada na tentativa de barrar a unidade no centro da cidade, local escolhido devido à facilidade de locomoção dos jovens para a escola e para os cursos técnicos.

De acordo com as técnicas das medidas socioeducativas em meio aberto, a inauguração da Unidade, instalada inicialmente para atender 20 jovens, fez com que o

⁷⁷Art. 120 do ECA. . O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

⁷⁸Não foi realizada nenhuma referência às notícias sobre a implantação da Unidade de semi-liberdade, devido ao fato de que qualquer menção ao jornal local acarretaria na identificação do município no qual a pesquisa foi realizada.

juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca passa-se a aplicar a medida de semiliberdade como forma de transição para o meio aberto, para os jovens do sexo masculino egressos das unidades de internação. Desse modo, reduziu-se o número de jovens egressos que cumpriam medida de LA no CREAS do município, ou seja, era preciso preencher as novas vagas criadas com a instalação da unidade no município.

Dos jovens entrevistados, apenas Antônio e Iago cumpriram a medida de semiliberdade. Para Iago, a medida de semiliberdade foi considerada como “mais tranquila”, nesse período ele continuou a frequentar as aulas do 3º ano do Ensino Médio e foi matriculado em um curso técnico de mecânica de automóveis. Já para Wellington que cumpriu seis meses de medida de internação, a medida de semiliberdade foi diferente, “bem pra melhor. Ali não, ali a gente vai para escola, a gente faz curso aqui fora, eu fiz curso no SENAI oh”, mas também exigia mais responsabilidades do que a medida de internação, pois, “se a gente quisesse quebrar pra eles não tinha nada a ver porque quem tava perdendo era nois”. Os dois jovens protagonizaram situações de desentendimento com os funcionários da unidade de semiliberdade, um pouco antes de terem a medida extinta, perdendo o benefício de retornar para suas casas no final de semana. Wellington ainda relatou alguns problemas referentes ao trajeto que fazia para se deslocar da unidade a escola e da unidade ao curso técnico, assim como os conflitos por conta dos horários impostos pelos funcionários.

O que é possível concluir a partir das narrativas dos meninos internos é que as unidades consideradas na *opressão*, que estão nas *mãos dos funça*, se aproximam da dinâmica institucional da antiga FEBEM, abordada no segundo capítulo: unidades superlotadas, espancamentos, sanções e rebeliões. Com a descentralização das unidades socioeducativas, a expansão do sistema socioeducativo para o interior do estado de São Paulo e a redução do número de jovens nas unidades, as rebeliões são facilmente controladas pelo GIR, pela imposição da hierarquia e do respeito aos funcionários e transferência dos jovens *estruturados* para unidades dominadas, na capital. Desse modo, as antigas práticas perpetradas pelos funcionários da segurança permanecem na dinâmica institucional, sem, contudo, chamar a atenção das associações de defesa de direitos e da imprensa. A FEBEM permanece viva no contexto institucional, na narrativa dos jovens e no modo como eles se referem à instituição, mas com o diferencial que com a expansão do PCC para fora dos muros das prisões do estado de São Paulo, os jovens passaram a se organizar com base nos preceitos do *Comando*.

4.9.2 As unidades femininas

Ao analisar os dados sobre a apreensão dos menores na capital de São Paulo, segundo o sexo, entre os anos 1938 a 1943, Teixeira (2012) conclui que do total de menores apreendidos, as meninas representavam entre 20% a 35%, o que denota um maior controle sobre as meninas, do que sobre as mulheres, que representavam 10% do total de presos correccionais, ou seja, metade da proporção de meninas detidas. Pois, nesse período, era recorrente a associação entre o espaço da rua e o risco da degenerescência moral e do meretrício. Portanto, incidia sobre as meninas um duplo controle, comprovado por sua alta representatividade no conjunto das apreensões correccionais (TEIXEIRA, 2012).

No período da FEBEM, Bierrenbach (1988) relatou que ao dar entrada na instituição os menores traziam consigo diversos pertences que vão desde produtos de furto, armas e até bonecas. Houve o caso de uma menina, internada na instituição, que carregava uma escova de dente amarrada no pescoço, por ser o único bem que possuía, no entanto, a autora não apresenta o cotidiano das meninas internadas na FEBEM.

Um dos poucos relatos sobre as meninas na FEBEM é o de Sandra Mara Herzer (1982), o Anderson Bigode. Nascida em 1962, em Rolândia, interior do Paraná, com o nome de Sandra Mara Peruzzo, ela perdeu seu pai assassinado a tiros, quando tinha 4 anos e sua mãe algum tempo depois, após uma cirurgia. Sandra e sua irmã foram viver com sua avó, que logo faleceu, sendo adotada por um casal de tios, ganhando o sobrenome Herzer. Ao longo de sua autobiografia Herzer, elimina as ambiguidades de gênero, se referindo pelo gênero masculino desde o início.

Aos sete anos Herzer mudou-se com a família para São Paulo, nesse período tinha constantes desentendimentos com os colegas da escola, aos nove anos, disse ter se “modificado” um pouco, passando a jogar bola, brincar de carrinhos e de revólver de espoletas. Aos quatorze anos passou a não dormir mais em casa, frequentando bares e bebendo a noite toda. Nesse período, foi internado a primeira vez em uma comunidade terapêutica, “lá se cuidavam de adolescentes (homens e mulheres) e também crianças” (HERZER, 1982, p. 20), conhecendo o Optalidon, droga cujo efeito o deixava inquieto. Herzer foi expulso da instituição, sendo internado em outra comunidade terapêutica, sendo logo liberado. Nesse período, iniciam-se as ameaças de internação na FEBEM, até que um dia a promessa foi cumprida. Em sua narrativa, Herzer atribui o alcoolismo,

a dependência em Optalidon e as fugas de casa, aos desentendimentos com seus pais adotivos, após descobrir que sua mãe possuía um amante e seu pai tentar molestá-la.

Herzer permaneceu internado por três anos e meio, tendo escapado duas vezes, dentro da unidade ele escrevia poemas e peças de teatro encenadas pelas meninas. Nesse período, a FEBEM abrigava crianças e jovens em “situação irregular”, ou cujos pais não tivessem condições financeiras para sustentá-los, como exposto no segundo capítulo. Desse modo, Herzer (1982) não foi internada sob a acusação de ato infracional, mas por não respeitar as regras estabelecidas por seus pais adotivos. A biografia de Herzer perpassa o regime de espancamentos imposto às meninas, bem como seu impacto sobre as subjetividades dos indivíduos e sobre as identidades formadas nessa instituição.

Ao dar entrada na FEBEM, Herzer (1982) narra que na chegada foi para um centro de triagem, permanecendo em um pequeno quarto sem condições de abrigar a quantidade de *menores* detidos, crianças e recém-nascidos. Na hora das refeições, o refeitório era dividido em duas partes, de um lado ficavam as meninas e de outro os meninos. Apesar de almoçar próximo aos meninos, as normas proibiam contato entre os grupos, caso acontecesse o inspetor retirava o menor do refeitório dando chutes e tapas.

Após quatro dias de permanência na unidade de triagem, Herzer foi encaminhado para a unidade educacional Maria Auxiliadora. Logo na chegada, foi revistado por uma funcionária que mandou tirar as roupas, distribuindo um pijama curto, já usado e um par de chinelos. Eram dois quartos, com vinte beliches no chão e no refeitório, onde dormiam muitas meninas. Muitos colchões eram urinados, gastos e finos, havia fezes espalhadas pelo banheiro, no café da manhã eram servidos pães duros e após o café eram distribuídos três cigarros a cada *menor*. Das oito às doze da manhã, *as menores* permaneciam nas salas de aula ou nos cursos profissionalizantes, mas de acordo com Hezer (1982), os cursos não prendiam a atenção das menores, no início era distração, mas logo vinha a rotina do dia a dia, os cursos profissionalizantes eram de arte, culinária, corte e costura, couro, tecelagem, cabelereiro, revessados de seis em seis meses, que de acordo com ele, não profissionalizavam ninguém. Após o almoço, os cursos retornavam até às 18 horas e após o jantar *as menores* podiam permanecer no pátio até às 22 horas. Na sua primeira passagem pela FEBEM, viu pela primeira vez a figura das meninas “machões”, de um tipo masculino. Ao mesmo tempo em que se assustou disse ter feito “uma grande descoberta, saber que para se ter uma mulher, para se vestir como um homem, não seria necessário ser um” (HERZER, 1992, p. 33).

Após sua descoberta, Herzer foge da FEBEM, sendo novamente devolvida à unidade por seus familiares, na segunda passagem cortou os cabelos e deixou de se depilar. Ele ainda relatou ser comum o envolvimento das menores com os funcionários da segurança, que vinham constantemente trabalhar embriagados, os espancamentos, as tentativas de abusos, os castigos e o envio de menores para o sanatório.

A entrada de homens era proibida ali, no horário do banho, mas nesse dia o famoso tio Marcos entrou em nosso quarto, começou a dizer algo e já percebemos que ele estava bêbado. De repente, pulou em cima de uma das meninas que estava conversando comigo, tentando tocar o pescoço dela com sua boca. Então nós nos atiramos nele, dando-lhe murros e tapas nas costas, enquanto outras gritavam pela tia Dudu, que estava dentro do banheiro. Conseguimos tira-ló de lá, sem que ele tenha feito nada à menor Rosângela, a não ser machucado um pouco o seu pescoço, enquanto tentava deitar-se sobre ela (HERZER, 1982, p. 59).

Com a saída do Sr. Humberto, diretor da unidade, tido por Herzer como um carrasco, que ordenava espancamentos diários, houve sua substituição por Dona Marlene, caracterizada como uma mulher de tipo frágil, mas poderosa, que sabia que não podia enfrentar *as menores*, como o diretor (HERZER, 1982). Ela dependia dos funcionários, que se transforaram em “mostros selvagens” para ganhar confiança da nova diretora.

Após a ida para o pensionato da FEBEM, por não apresentar o comportamento esperado, Herzer retornou para a unidade da Vila Maria, que se encontrava sob nova direção, dona Vólúvia. Dona Vólúvia construiu uma lavanderia na unidade para que *as menores* lavassem suas roupas, que antes eram misturadas aos cobertores com fezes e urina, os espancamentos foram retidos, a unidade foi dedetizada e *as menores* passaram a ter acesso à direção caso tivessem algum problema (HERZER, 1982). Mas dona Vólúvia não permaneceu por muito tempo à frente da direção da unidade, sendo logo substituída pelo senhor Humberto.

Em uma das saídas autorizadas pelo senhor Humberto para ir ao SENAI, Herzer procurou por Lia Junqueira, do Movimento de Meninos e Meninas de Rua, que o apresentou ao senador Eduardo Suplicy, ocasião em que ele expôs as denúncias à unidade. Eduardo Suplicy convidou Herzer para trabalhar no gabinete legislativo e se responsabilizou pela guarda dele. Em 1980, Herzer saiu da unidade onde ficou dos 14 anos aos 17 anos e meio. Em liberdade, Herzer trabalhou por dois anos no gabinete e no

dia 9 de agosto de 1982, jogou-se do Viaduto 23 de Maio, pouco tempo depois seu livro foi publicado.

O relato de Sandra Herzer é o único a descrever o cotidiano de uma unidade da FEBEM que abrigava meninas, no entanto, nas passagens do livro não fica claro se a Ue 3- Unidade Maria Auxiliadora e se a Ue 4- da Vila Maria atendiam apenas meninas ou se eram unidades mistas. Herzer (1982) ainda relatou a visita de meninas no período do carnaval a unidades masculinas, como: “no último dia de carnaval, a ut 4 (Vila Maria) não estava, pois algumas menores estavam em outras unidades da febem (de meninos), passando o carnaval” (HERZER, 1982, p. 89), assim como as transferências para a unidade situada na Avenida dos Imigrantes, desse modo não é possível identificar qual a real situação das meninas internadas nesse período.

Após a substituição do antigo Código de Menores, para o ECA em 1990, as meninas passam a ser internadas nas unidades da FEBEM em decorrência do cometimento de atos infracionais. Em 1998, a ala feminina do Complexo Imigrantes, foi desativada após a rebelião que causou a morte de 4 internos. De acordo com a assistente social Maria Tonet, diretora de uma das novas unidades construídas para atender meninas, no antigo Complexo, as garotas usavam cuecas porque a FEBEM não comprava materiais específicos para as meninas, desse modo, conseguir absorventes era algo difícil⁷⁹.

Atualmente a Fundação CASA conta com 6 unidades para atender exclusivamente as meninas, sendo 4 na capital e 2 no interior do estado de São Paulo, desse total, quatro unidades foram construídas a partir de 2006, as demais datam o ano de 2000 e 2002. A “Casa das Mães Maria Clara Machado”, anexa à unidade Chiquinha Gonzaga, localizada na Mooca foi entregue no ano de 2004⁸⁰, com capacidade para atender 17 jovens com seus bebês. Antes da inauguração da unidade, as gestantes eram encaminhadas pela Vara da Infância e Juventude para uma entidade que as atendia e após quatro meses de permanência com os bebês, elas retornavam para a unidade e as crianças eram encaminhadas aos familiares.

Dentre os 8831 jovens cumprindo medida de internação nas unidades da Fundação CASA, 349 são do sexo feminino, o que representa 3,9% do total de jovens internos⁸¹. Assis e Constantino (2001) apontam que o reduzido número de meninas e a

⁷⁹Febem teve de se adaptar as mudanças. Link: www.folha.uol.com.br/fsp/cotidan/ff2103200403.htm

⁸⁰Febem inaugura casa das mães no Dia Internacional da Mulher. Link: www.febem.sp.gov.br/index/re/re134.htm.

⁸¹ Levantamento Nacional Adolescente em Conflito com a Lei. 2011.

invisibilidade da mulher no mundo do crime são responsáveis pelo lugar subalterno que essa instituição tem ocupado no sistema socioeducativo desde a sua criação.

A invisibilidade das mulheres no sistema socioeducativo também se dá na academia, pois não há trabalhos sobre as jovens internas no período da FEBEM e após a transição para Fundação CASA no estado de São Paulo. Desse modo, as narrativas de Mel, Júlia e Thais buscam apontar como a instituição que recebe predominantemente jovens do sexo masculino, vem atendendo as jovens.

Mel cumpriu medida de internação em uma unidade feminina da capital, Júlia cumpria a medida em uma unidade feminina do interior e Thais cumpriu a medida de internação provisória em uma UIP localizada no interior. Mesmo sem relatar grandes diferenças no cotidiano institucional, Thais afirmou que se “pegasse uma internação” gostaria de trocar de unidade, pois disse ter conhecido meninas que vieram de outras unidade das “FEBEM na capital e que relataram que lá o tratamento é melhor, é mais menina, pode fumar, o tratamento de roupa, comida, era melhor lá” (Thais), o que sinaliza que as unidades femininas também podem apresentar diferentes cotidianos, como relatado pelos meninos.

Além das possíveis diferenças em relação ao cotidiano institucional, é possível afirmar que mesmo após 32 anos da publicação da biografia de Herzer (1982), as narrativas das jovens não se diferenciam muito do cotidiano e das práticas da antiga FEBEM. Há ausência de produtos de higiene pessoal, queixas referentes à qualidade da alimentação e unidades atendendo acima da sua capacidade. “Tinha mais menina que cabia, porque o máximo lá era dezesseis, já tinha vinte menina. Eu tive sorte porque a menina pediu transferência de quarto, aí não peguei chão” (Thais).

Faltava. Faltava em tudo porque eles começaram a cortar os negócios que entrava e não tava entrando mais creme de cabelo, não tava entrando mais shampoo, não tava entrando mais nada, comida que eles davam tinha bicho, uma vez a gente foi comer tinha animal pra dentro do feijão, bicho no meio do arroz, na salada, essas coisas, carne mal feita (Mel).

Os cursos profissionalizantes que a unidade oferece às jovens continuam os mesmos mencionados por Herzer (1982), em sua passagem pela FEBEM nos anos 80, que segundo ela, não profissionalizam ninguém, pois “pelo horário escolar das menores, tem-se a impressão de que esses cursos profissionalizantes dão algum progresso às mesmas, mas isso não é verdade” (HERZER, 1982, p. 33). Ao realizar o histórico da unidade feminina da Fundação de Atendimento Socioeducativo do estado do Rio

Grande do Sul (FASE), Fachinetto (2008) também verificou que os cursos profissionalizantes da unidade são semelhantes aos do “Guia das Internas”, de 1942 e da “Dinâmica do Instituto Educacional Feminino”, de 1984. Os cursos de cabelereiro, manicure, maquiadora, pintura em tela, teatro, culinária, horticultura, oferecidos na Fundação CASA, são predominantemente voltados para o lar, para preparar as jovens para ocupar o papel de “dona-de-casa”. Tais propostas surgem no cotidiano das unidades e prisões femininas nos anos 80, motivados pela ideia de que a mulher é a ordenadora das atividades doméstica (FACHINETTO, 2008). Tais atividades se mantêm nas prisões com o objetivo de pedagogizar o comportamento feminino nas relações de gênero e normatizar o ser mulher (BUTLER, 2003). Desse modo, essas atividades são vistas como a única opção para as mulheres se redimirem do delito que cometeram, assim como para voltarem ao seu lugar de origem na vida social, o lar. (FACHINETTO, 2008).

No período em que Herzer (1982) permaneceu internado na FEBEM, os funcionários da segurança eram do sexo masculino: Deicão, Haroldo, Cabral, etc. De acordo com o relato das jovens, ainda hoje nas unidades femininas da Fundação CASA há uma maior proporção de funcionários do sexo masculino responsáveis pela segurança da unidade, “2 enfermeira, 2 na cozinha, duas feminina lá que cuida da gente, 1 professora e tudo homem, tudo homem. Na hora de tomar banho mesmo quem fica com a gente era mulher e quando não tinha mulher era homem que ficava no banheiro com a gente”(Thais). Ainda que a lei 12.121/09, sancionada em 16 de dezembro de 2009, que proíbe a entrada de agentes masculinos em presídios femininos esteja em vigor em todo país, parece que o regimento deixou à parte as jovens em cumprimento de MSE de privação de liberdade. É possível afirmar que, a maior proporção de funcionários do sexo masculino em unidades femininas da Fundação CASA está atrelada à lógica de respeito e submissão à hierarquia masculina que deve ser interiorizada por tais jovens, pois, de acordo com Colares e Chies (2010), embora os presídios nos quais realizaram pesquisa abriguem mulheres, são instituições cujas dinâmicas estão permanentemente ligadas à sustentação da moralidade e da sexualidade viril. “Essa condição acarreta práticas administrativas perversas por reafirmar o “outro”, a presença masculina, como princípio de orientação das intervenções formais secundarizando e invisibilizando as mulheres em seus espaços” (COLARES; CHIES, 2010, p. 421). Pois, subsiste nas prisões femininas o objetivo de transformá-las e encaixá-las em modelos tradicionais, de acordo com os padrões sexistas. Ou seja, a

mulher deve reestabelecer seu papel de mãe, esposa e guardiã do lar (FACHINETTO, 2008).

Em sua narrativa, Júlia apontou que algumas jovens tendem a manter relações afetivas com os funcionários.

Eu já ouvi falar né, que tinha funcionário que saía com menina, que levava bolacha pra dentro, que isso não pode né, não pode entrar com bolacha, chiclete e eu já vi isso lá, menina com chiclete e de onde é que isso ia sair? E eles não saiam do quarto daquelas mesmas meninas. (Júlia)

Assim como Júlia, no período em que Herzer (1982) permaneceu na FEBEM, era corriqueiro ver *menores* trocando carícias com funcionários, “está trocava, muitas vezes em frente às outras menores, carinhos com o Deicão e, quando ele bebia fingindo estar dançando com ela, ficavam se esfregando um no outro” (HERZER, 1982, p.60). O relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil, realizado no ano de 2007, apontou que em algumas prisões femininas, as mulheres eram submetidas à violência sexual praticada por funcionários das próprias penitenciárias, quanto por presos em unidades mistas. Nesse momento não se tinham dados oficiais de quantos funcionários do sexo masculino trabalhavam diretamente com as mulheres, mas sabe-se que esses funcionários tinham acesso irrestrito ao interior das celas, o que acarretava a ausência de privacidade e violência sexual. De acordo com o relatório, algumas mulheres trocavam relações sexuais por privilégios ou benefícios, existindo muitos casos de mulheres que engravidaram dos funcionários e como apenas as vítimas poderiam apresentar a denúncia, raramente os funcionários eram punidos. Quando a lei 12.121/09 que proíbe a entrada de agentes masculinos em presídios femininos deixa de ser aplicada às unidades socioeducativas femininas, abre margem para que as violações e abusos vigentes nos presídios femininos no período anterior à lei continuem ocorrendo com as jovens internas em unidades socioeducativas, seja como moeda de troca por privilégios ou na condição de abuso sexual.

Assim como os meninos, todas as jovens entrevistadas disseram ter protagonizado situações de desentendimento com os funcionários da segurança. Thais disse ter sido recebida na unidade de internação provisória com violência física “quando eu cheguei ela me maltratou, ela me bateu, ela falou oh, porque eu cheguei rindo né, ela falou você não chega sorrindo não por que você tá em Fundação, não é cadeia” (Thais). Ao sair da unidade, Thais também foi alvo de piadas, quando a fizeram acreditar que tinha sido

sentenciada a cumprir a medida de internação por tempo indeterminado. Assis e Constantino (2001) também indentificaram conflitos nas relações entre os funcionários e as jovens internas no Educandário Santos Dumond, no Rio de Janeiro, dificultada pela insatisfação dos funcionários com seu trabalho, assim como pela ausência de preparo para lidar com as jovens, buscando resolver os conflitos mediante uma lógica militar e disciplinar. Fachinetto (2008) também apontou em sua pesquisa com as meninas internas na FASE, a relação de conflito entre as jovens e as monitoras. De acordo com a autora, as monitoras comumente se dirigiam às meninas através de deboches ou apelidos que expunham fraquezas ou problemas pessoais, ou seja, tais práticas não estão restritas aos funcionários do sexo masculino, mas é inerente aos dois grupos, cujo objetivo é expor a superioridade da conduta dos funcionários, bem como a inferioridade do grupo outsider (ELIAS; SCOTSON, 2000). Como decorrência de suas funções, que passam a ser exclusivamente a de contenção e a de produção de não acontecimentos como: não briga, não fuga, não rebelião, não droga, não desobediência, não depredação, não desrespeito, a vida passa a ser estruturada com base em um verdadeiro catálogo de “nãos”, o que torna os conflitos e as práticas disciplinares inerentes às instituições socioeducativas (ASSIS; CONSTANTINO, 2001).

Em sua autobiografia, Herzer (1982) narrou suas experiências com outras meninas, desde o primeiro beijo, a primeira namorada, as famílias constituídas na FEBEM em que ela desempenhava o papel de pai e os diferentes tipos de punição institucional pela recusa em usar vestidos e se depilar. Logo após a primeira fuga da FEBEM, ao retornar para a instituição com os cabelos curtos, o diretor, senhor Humberto, “disse-me que eu teria que tomar cuidado para não pisar em chão errado e que meu cabelo teria que crescer rápido antes que ele se enfezasse” (HERZER, 1982, p.45). A partir do relato das jovens, é possível afirmar que assim como no período relatado por Herzer (1982), a CASA vem punindo o comportamento homoafetivo entre as jovens, optando pela repressão ao diálogo: “não podia deixar pegar, porque se pegasse elas ficava numa sala, algemada e apanhava” (Thais); “na Fundação tem bastante menina que namora assim com menina, mas não pode. Se pegarem, ah pega sanção... Então namora escondido” (Júlia).

Para Assis e Constantino (2001), o homossexualismo de internato é uma construção institucional, ou seja, algo constitutivo da natureza desses espaços de reclusão, mas a questão é omitida e negligenciada pela equipe técnica, devido à dificuldade de abordá-la na prática. Como a instituição não possui normas vigentes

sobre a homossexualidade, os encaminhamentos são realizados pelos funcionários e estão sujeitos a concepção moral dos dirigentes. Devido à falta de esclarecimentos para lidar com a questão, os funcionários e dirigentes passam a acreditar que a homossexualidade é uma definição passageira e buscam resolver a questão de maneira paliativa, proibindo que as meninas cortem o cabelo, adotem vestimentas masculinas, ou pela punição.

De acordo com Barcinsk (2012), as expressões homossexuais no caso das prisões femininas são conhecidas e esperadas nos estudos sobre a cultura prisional. No entanto, quando essas mulheres assumem explicitamente a postura de homens usando nomes masculinos, certos privilégios tradicionalmente destinados aos homens são concedidos e legitimados por suas companheiras e pelo staff, como cobrar de suas companheiras o cuidado da cela e o preparo da comida, o de circularem com várias mulheres, ou seja, ao serem reconhecidas enquanto homens, as participantes experimentam o poder que em suas vidas fora exercido por homens. A biografia de Herzer (1982), segundo Gregori (2000), na busca de marcar uma identidade definitiva, a aproxima das autoridades que a repreendem e a punem, figuras de poder, que não são por acaso masculinas: o diretor e alguns funcionários. Portanto, ao nomear-se como Anderson, ela busca interagir com seus pares e mandantes, como se tivesse poder e se refere às experiências com mulheres como se fosse um machão, troca de namoradas com frequência e faz alusão às outras meninas em um tom machista, ou seja, experimenta o poder exercido em seu cotidiano por aqueles que a punem.

A destituição de bens e a mortificação do eu (GOFFMAN, 2002), como exposto anteriormente, acaba por criar um “curto-circuito na condição feminina” (GREGORI, 2000). A vaidade pessoal é abafada nas unidades femininas a partir de inúmeros dispositivos e instrumentos de despersonalização: uniformes masculinos, lingerie padronizadas, cabelos presos, ausência de acessórios: “não existia maquiagem para a gente passar, era só o creme pra pentear o cabelo, a pasta e o sabonete” (Thais). A ausência de produtos de beleza ficava pior, segundo Thais, diante das técnicas que iam trabalhar com “as roupas do mundão, todas maquiadas, tudo bonitona, nois tem que andar com o cabelo assim, de coque, ou se não de rabo preso” (Thais), o que se constitui como um segundo dispositivo de punição. Assis e Constantino (2001) apontam ainda que a prisão pode acarretar para as mulheres: depressão, ganho de peso, fadiga, dores de cabeça, dores nas costas e tristeza por não poderem acessar aquilo que lhes é próprio, o que acarreta a perda gradual da identidade.

Júlia foi medicalizada no período em que permaneceu na CASA e foi encaminhada para uma clínica para dependentes químicos.

Lá tinha AA também, só que tomava muito remédio, lá eles dopava mesmo, vivia dopada. No começo eles dava remédio, na Fundação né, mas daí quando eles viu que não dava pra estudar pra fazer nada aí eles iam diminuindo, porque lá tem enfermeira também né. A maioria toma remédio, porque a maioria que tá é por causa de droga, aí pra cortar a abstinência eles dão remédio (Júlia).

A psiquiatrização dos jovens vem se tornando recorrente nas unidades socioeducativas, segundo Vicentin (2010), processo decorrente da predominância dos saberes e fazeres psi na gestão das problematizações e conflitos de setores da juventude, como a medicalização e o crescimento de internação psiquiátrica por mandado judicial. Para a autora, a noção de transtorno de personalidade ganha centralidade na tematização das questões de saúde mental na interface com o sistema de justiça e de socioeducação. Cresce, desse modo, o número de internações psiquiátricas de jovens por mandado judicial, caracterizada pela compulsoriedade, estipulação de prazos ou ainda por tempos superiores aos admitidos pelo ECA. Nos anos 1980, Herzer (1982) já descrevia o constante envio de meninas aos sanatórios, de acordo com ela, enviavam-se jovens completamente sãs e quando retornavam para a FEBEM estavam irreconhecíveis. “Todas as vezes que ela voltava contava-nos que tomava diversos remédios e injeções, choques, portanto retornava impregnada” (HERZER, 1982, p. 66).

Das jovens entrevistadas, Thais foi à única que cumpriu apenas a medida de internação provisória. Nesse período, ela disse não ter frequentado o ensino formal, realizado cursos profissionalizantes, nem ter tido informações sobre seu processo, o que contraria o art. 123, parágrafo único do ECA, “durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas” (ECA, art. 123).

Diante das narrativas dos meninos e meninas entrevistados é possível perceber diferenças no cotidiano institucional das unidades, pois, enquanto os meninos vêm se organizando com base nos preceitos do *Comando*, dispõe de um vocabulário próprio e passam a se valer de estratégias específicas para desestruturar a organização imposta pelos funcionários, o que resulta no início de rebeliões e na entrada do GIR nas unidades, nas narrativas das jovens, é possível perceber apenas as agressões perpetradas pelos *funças* no cotidiano da instituição. Após a leitura da biografia de Herzer (1982) é possível concluir que as práticas da antiga FEBEM permanecem vivas no cotidiano institucional das unidades femininas: atendimento acima da capacidade, agentes do sexo

masculino acessando livremente as dependências das unidades femininas, cursos profissionalizantes que buscam reconduzir as mulheres ao lar e a atividade doméstica, medicalização e transferência para clínicas psiquiátricas, agressões, punição e silêncio frente às relações homossexuais. Portanto é possível afirmar que a mudança da legislação e semântica da instituição não proporcionou mudanças na rotina punitiva imposta aos jovens que vêm cumprindo as medidas socioeducativas de internação, nos mesmos moldes que as medidas impostas aos menores em situação irregular, na antiga FEBEM.

4.9.3 Fora da CASA - A medida de LA

A primeira institucionalização se constitui como um dos ritos de passagem relevante na vida de um jovem da periferia, “a polícia faz sua ficha, tira fotografias, monta uma pasta, ele passa a ser alguém com antecedentes criminais e, assim também frente ao Estado muda seu antecedente” (FELTRAN, 2008, p. 91).

Para os jovens entrevistados, as medidas socioeducativas vêm sendo compreendidas enquanto pena e as unidades socioeducativas, a *FEBEM*⁸², enquanto prisão. Ser apreendido pela polícia e sentenciado a cumprir MSE é representado, por esses jovens, como a primeira passagem pela prisão: “tanto que eu fui presa à primeira vez por burrice” (Mel); “comecei a vender drogas e fui presa por tráfico” (Júlia); “eu fui presa eu perdi tudo, eu nunca achei a vo presa, perdi tudo” (Thais).

Nessa primeira passagem, os jovens passam a incorporar em seu vocabulário, uma linguagem própria do Código Penal, utilizado por presos adultos, como: *desceu a sentença, cantou minha liberdade, subiu meu relatório*. Passam a ser alvo de audiências, julgamentos, revistas diárias, da disciplina imposta pelos *funças*, a diferenciar a instituição do *mundão* e o período de permanência na instituição passa a ser contado em dias. Além do vocabulário utilizado, os jovens ainda fazem uso de alguns códigos do *Comando*, na busca de desterritorializar o controle imposto pelos funcionários, como a *galinhagem*, as *leis*, os *debates* e as *rebeliões*.

Mesmo fora das unidades da *FEBEM*, alguns dos jovens continuam a utilizar o repertório institucional como: *senhor e senhora, ventana, capa, boi, opressão, debates, barraco, funça, arrastar, tirar cadeia*, dentre outros. Apenas Iago fez uma distinção

⁸² Como esses jovens se referiam a unidade de internação da Fundação CASA.

entre a prisão e a *FEBEM*, pois para ele, a prisão não dispõe de produtos de higiene e alimentos, levando o detento à condição de dependente dos familiares.

O período de cumprimento da medida de internação na *FEBEM* foi encarado por Mel como um período de sofrimento: “é ruim ficar lá dentro, não vou falar que é boa porque é ruim, é bastante sofrimento é horrível ficar lá dentro”, (Mel), “ilha da solidão” e “um lugar bom pra você comer e ruim pra você morar” por Iago ou o “lugar que o filho chora e a mãe não vê” (Wellington).

Quando fora da instituição, apenas Antônio e Wellington cumpriram a medida de semiliberdade, pois no período em que Luan e Iago cumpriram a medida de internação, a unidade de semiliberdade, ainda não havia sido inaugurada no município em questão. Todos os sete jovens entrevistados cumpriam, por mandado judicial, a medida de LA.

A medida de LA está prevista no artigo Art. 118 do ECA e será adotada “sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente” (Art. 118 do ECA). E cabe aos orientadores:

Art. 119 – Incube ao orientador, com o apoio e a supervisão das autoridades competentes, a realização dos seguintes encargos, dentre outros:

- I- promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;
- II- II – supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;
- III- III – diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;
- IV- IV – apresentar relatório do caso (ECA, Lei Federal, 8.069/1990).

No CREAS do município em que a pesquisa foi realizada, as ações adotadas pelos orientadores consistem em: interpretação da medida de LA na companhia dos pais ou responsáveis, atendimentos semanais e individuais aos jovens, grupos de jovens e de pais a cada quinze dias e visitas domiciliares, conforme necessário. A partir da elaboração do PIA, que consiste em realizar um levantamento das condições familiares, econômicas, educação e escolarização, os educadores planejam as intervenções necessárias na vida dos jovens, como inserção na instituição escolar, em cursos profissionalizantes ou no trabalho. Desse modo, amplia-se a intervenção do Estado e da sociedade, a partir da mediação na escola, políticas familiares, sociais e dos saberes psicológicos (PAULA, 2011).

De acordo com Paula (2011), os planos e políticas federais da área da assistência social e dos direitos da criança e do adolescente que têm os autores de ato infracional como público-alvo, colocam como princípio a convivência familiar e comunitária e a possibilidade de intervenção socioeducativa.

O SINASE também adota a concepção de que a família é mediadora entre o adolescente autor de ato infracional e as demais instâncias do mundo social. O documento normativo adota como concepção de família as relações estabelecidas através de um recorte de gênero, geração e dos tipos de vínculo. No entanto, isso não significa que as relações familiares dos jovens não sejam medidas e ajustadas (PAULA, 2011), a partir das concepções morais dos educadores.

Dos sete entrevistados, apenas Luan e Júlia tinham os pais residindo juntos, nos moldes de uma família nuclear. Iago residia com a tia, após a prisão de sua mãe, da morte de sua avó materna e de seu tio, ou seja, contava com as redes de solidariedade familiar. Wellington não conhecia seu pai e residia apenas com a mãe, assim como Thais que residia com a mãe e disse não ter contato com seu pai, Antônio tinha os pais separados e morava com a mãe e Mel teve o pai assassinado e residia com a mãe.

No entanto, todos os técnicos entrevistados da Cáritas Diocesana e do CREAS demonstravam uma concepção de família nuclear, em que o pai teria como papel ser chefe e provedor da família e a mãe, uma possível orientadora, aliada dos técnicos.

Então os que iam aos atendimento em grupo era um número reduzido, nós queríamos que viessem pra se conversar o papel do pai, o papel da família, a importância da família no cumprimento da medida, na vida do adolescente, a gente pegava até pesquisas... (Renato).

Os casos que mais davam retorno realmente eram os casos em que a família participava, quando a família participava esse alcance era bem maior, quando a família não participava isso se tornava bem mais difícil, muitas famílias não queriam nem saber (Lúcia).

Ou seja, as concepções morais dos técnicos influenciam nas intervenções realizadas nas famílias e desconsidera as dinâmicas e os arranjos familiares dos jovens. Thais saiu de casa pela primeira vez aos 12 anos, indo morar com seu namorado, ao longo do cumprimento da medida de LA, Mel e Jéssica ficaram grávidas, indo residir com seus companheiros, enquanto Luan tornou-se pai, ou seja, as normativas e as concepções de atendimento deixam de dar ênfase as distintas trajetórias juvenis, que compreendem a saída da casa dos pais ou da família estendida, a constituição de suas famílias, o retorno a casa dos pais, ou seja, trajetórias não lineares.

A partir das trajetórias dos jovens é possível afirmar que a prisão e a violência ocupam um lugar de importância na vida de alguns jovens. Iago teve sua mãe presa quando era um recém-nascido e o tio assassinado, os dois irmãos e o padrasto de Thais cumpriam pena por tráfico de drogas, Júlia teve seu padrasto preso e assassinado na prisão, enquanto Mel teve o pai assassinado. A prisão também é referência constante nas narrativas de Mel e Iago, quando falam do seu bairro, denominado por eles como *favela*. Os documentos normativos, a medida de LA e os educadores, na maioria das vezes desconsideram esse fenômeno e quando o tratam, partem de princípios morais.

Com relação à saída da instituição, a totalidade dos jovens quando questionados sobre a vivência de discriminações decorrentes da passagem por unidades da *FEBEM* disseram que foram bem recebidos por seus familiares, amigos e vizinhos no retorno ao bairro de origem, “lá na rua tem um monte de gente que já passou” (Thais). Moradores de regiões periféricas, os jovens afirmaram ser frequente a prisão de vizinhos e parentes. Desse modo, para alguns jovens a passagem pela unidade é operada como um símbolo positivo diante do grupo de amigos, ou colegas pertencentes ao tráfico, o que de acordo com eles demonstra *responsa*, ou que *tirou cadeia na moral*. Ou seja, “trabalhar no tráfico é um símbolo de importância moral e de certo modo um modelo inclusivo, pelo qual os jovens obtêm bens de consumo e simbólicos – dinheiro, respeito, prazer, e uma lista ampliada de objetos” (MALVASI, 2012, p.247).

Com a territorialização do tráfico de drogas nas periferias no final dos anos 90 e início dos anos 2000, os modos de vida foram impactados, para os mais jovens, o antigo projeto de ascensão familiar centrado no mundo trabalho, passa a ser menos realizado e, sobretudo se individualiza. Para aqueles que as possibilidades de trabalho estão distantes, a alternativa é obter renda através de atividades criminais, como o tráfico e os assaltos, que geram possibilidade de consumo e ampliação do status em relação ao grupo (FELTRAN, 2008).

Ao sair da *FEBEM*, o status de Iago aumentou em relação aos padrões do tráfico de drogas, tendo novas oportunidades como vendedor: “eu já vi assim, eu já tinha oportunidade, porque você entrava na favela assim, os caras fala que você já vendia, então você tem muita oportunidade sabe, já vi de pegar na mão tudo que eu construí, pegar de novo” (Iago).

No entanto, quando são encaminhados para algum serviço público, como na tentativa de retorno à instituição escolar, ou na busca de um emprego, fica evidente a discriminação em decorrência da passagem anterior pela Fundação CASA,

principalmente nas escolas. Luan relatou que teve dificuldades para encontrar vagas em uma escola próxima a sua residência: “bastante, bastante preconceito do diretor” (Luan), assim como Júlia e Wellington. Desse modo, a ausência de vagas se constitui para as direções das escolas, como uma forma de limitar o acesso dos jovens em cumprimento da medida de LA (PAULA, 2011).

Mesmo diante da evasão escolar, que perpassa todas as trajetórias, com exceção a de Antônio, a maior parte dos jovens: Antônio, Lucas e Júlia, afirmaram que gostavam de ler e estudar, enquanto Wellington, disse que gostava de ler, mas não de frequentar a escola. Entre os livros lidos no período de cumprimento da medida estão: “Luz no fim do túnel” e “A menina que roubava livros”. Antônio pretendia dar continuidade aos estudos, após o encerramento do Ensino Médio, Júlia gostaria de se tornar professora de matemática e Iago havia assinado um contrato para trabalhar como professor de grafite em uma instituição escolar. Ou seja, mesmo manifestando interesse pelos estudos, em algum momento de suas trajetórias esses jovens abandonaram a instituição escolar ou foram expulsos, mesmo que no plano informal. Desse modo, é possível afirmar, que mesmo no plano legal o acesso à instituição escolar esteja democratizado, a educação ainda encontra dificuldades para se legitimar para o jovem a quem se atribuiu a prática de ato infracional (DIAS, 2011).

Para alguns jovens, o direito de acesso à escola se coloca como dever a ser cumprido enquanto inserido nas medidas de LA (PAULA, 2011). Mel e Thais recusaram-se a retornar para a instituição escolar e Wellington afirmou que após o cumprimento da medida de LA deixaria de frequentar a escola. Pois, a escolarização transforma-se em dever, à medida que é uma das atribuições dos educadores e é utilizada como parâmetro pelo judiciário para medir o grau de eficácia da medida aplicada, isto é, se os jovens se moldaram ao cumprimento da medida de LA (PAULA, 2011).

Assim como a escolarização, a inserção profissional também aparece como uma das atribuições dos educadores. Mas, quando esses jovens buscam atravessar as fronteiras do “mundo do crime” para o “mundo do trabalho”, mais uma vez são alvos de estigmas e optam por “correr o risco” de narrar suas trajetórias para aqueles que serão seus novos padrões, a fim de demonstrar confiança: “contei quando eu fui entrar. Um pouco eu fiquei com medo, mais uma hora ele ia saber, aí ele ia ficar sabendo então eu já falei” (Luan); “emprego, os caras sabia, no começo eu não falava porque tem preconceito né” (Iago).

Os cursos profissionalizantes realizados no período de cumprimento da medida auxiliaram alguns jovens a “passar o tempo na instituição”. Mel disse que pensava em vender salgados com a mãe, Júlia disse que o curso de manicure e cabelereira a ajudou: “eu faço a unha das minhas amigas, pinto cabelo, faço uns biquinhos” (Júlia) e Iago foi crítico em relação à profissionalização oferecida na instituição, pois de acordo com ele, o curso de pizzaiolo não o qualificou para o mercado de trabalho, que exige conhecimentos além do básico. Todos os cursos profissionalizantes são voltados para atividades de caráter informal, em geral de baixíssima remuneração e ampla precariedade, ou seja, as atividades são impostas de cima para baixo, sem diálogo ou consulta prévia aos jovens e buscam dar continuidade as condições de subserviência já impostas pela sociedade.

Desse modo, os cursos profissionalizantes nas unidades socioeducativas do estado de São Paulo não estão muito distantes do que apontou a pesquisa realizada pelo IPEA em 2002. A pesquisa realizou visitas a todas as unidades socioeducativas do país e verificou que os cursos profissionalizantes, quando existiam, revelavam a ausência de planejamentos sistematizados, de políticas de profissionalização que atendessem o interesse e levassem em consideração às necessidades e diferenças regionais de mercado. Portanto é possível afirmar que os cursos ministrados nas unidades socioeducativas vêm tendo como estratégia educacional apenas ocupar o tempo ocioso desses jovens, sem que de fato tenham como objetivo incorporar elementos profissionalizantes.

Ao sair da *FEDEM*, Iago trabalhou em 8 diferentes lava-rápidos, Thais estava ajudando sua tia no bar, Luan trabalhava como garçom em um restaurante e Antônio trabalhou por pouco tempo em uma vidraçaria. Ou seja, trabalhos informais, de baixa remuneração, sendo essas as possíveis inserções para esses jovens que possuem pouca idade, pouca escolaridade e quase nenhuma experiência. Os jovens transitam entre o mercado legal e ilegal de trabalho, sejam através dos roubos, no tráfico de drogas, na venda de produtos ilegais ou nos trabalhos informais, sem carteira assinada. Desse modo, a vida infracional coloca-se como alternativa às experiências de inserção precária no mercado informal de trabalho, compartilhadas por alguns membros de suas famílias (PAULA, 2011).

Já as intervenções no campo da profissionalização, que poderiam ser realizadas pelos educadores a fim de inserir os jovens no campo de trabalho formal, não foi efetivada para nenhum dos jovens entrevistados. A única dinâmica que levou em conta

o interesse do jovem, para além da inserção na instituição escolar e no trabalho, foi o intermédio realizado pela técnica entre Iago e o produtor musical.

Goffman (2001) aponta para a diferença de status na vida dos internos de instituições totais. O ex-interno de instituições como prisões, manicômios e hospitais, cujo status proativo é desfavorável, quando retorna ao mundo social, tem na maior parte das vezes uma recepção fria, muitos de seus contatos sociais tendem a se desfazer e em grande parte das vezes o ex-interno é carregado de “estigmas”⁸³, como ao candidatar-se a algum emprego ou a um lugar para viver. O ex-interno, quando submetido a longos períodos de internação, está sujeito a tornar-se incapaz de adquirir alguns aspectos de sua vida diária ou impossibilitado de adquirir hábitos exigidos pela sociedade, fenômeno esse denominado de desaculturação. Quando o status proativo é desfavorável, como no caso dos prisioneiros, sua estada na prisão pode vir a orientar suas ocupações futuras para posições secundárias e quando o status proativo é favorável em instituições totais como colégios internos, os egressos podem orientar suas ocupações para melhores posições. No caso dos jovens que cumpriram medida de internação, o status positivo se dá em relação ao “mundo do crime”, enquanto o status negativo se dá em relação à escolarização, ao trabalho, ou seja, fora do “mundo do crime”. A saída da instituição para Júlia, que cumpriu o maior período de internação, 2 anos e 6 meses, exemplifica o fenômeno denominado de desaculturação por Goffman (2001), “a gente fica meio retardado no meio da rua, porque a gente fica andando só naquilo, só vivendo naquilo e quando sai fica meio doida tem medo de ser atropelada (Júlia).

Além de suprimir campos de sociabilidade para além do “mundo do crime”, como a escolarização e o trabalho, a institucionalização amplia a rede de sociabilidade e a articulação entre aqueles que permaneceram na instituição, como descreve Wellington:

Já encontrei aqui fora, já vi, já dei role, já fiz de tudo já com eles de lá de dentro, bolei uma ideia, mor da hora, bolei gente nova, conheci vários pessoal novo de várias quebrada, vários lugar diferente... Fiz amizade (Wellington).

⁸³ Goffman (1891) menciona três tipos de estigmas nitidamente diferentes. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, desonestidade, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualidade, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família.

O sistema carcerário, com todas as suas ramificações, investiu, recortou, penetrou e organizou, num meio definido, a delinquência, em relação às ilegalidades. Ou seja, o aparente fracasso da prisão, está em organizar um meio fechado e penetrável, contribuindo para estabelecer uma ilegalidade, visível, marcada e útil (FOUCAULT, 1997).

O atestado de que a prisão fracassa em reduzir os crimes deve talvez ser substituído pela hipótese de que a prisão conseguiu muito bem produzir a delinquência, tipo especificado, forma política ou economicamente menos perigosa — talvez até utilizável — de ilegalidade; produzir os delinquentes, meio aparentemente marginalizado mas centralmente controlado; produzir o delinquente como sujeito patologizado (FOUCAULT, 1997, p. 230).

De acordo com Teixeira (2012), o Estado é o principal operador da articulação da criminalidade em todos os ciclos da gestão dos ilegalismos, das ruas a prisão e da prisão às ruas. Nas ruas quando recruta ao espaço da prisão indivíduos desarticulados, que não podem transacionar com as forças da ordem, na prisão quando os empurra a articulações criminosas e na saída quando o Estado confere o engajamento mais preciso nessa criminalidade, agora articulada.

É certo que a rede de sociabilidade desses jovens se amplia após a passagem pelas unidades socioeducativas. Quando em liberdade, todos cumpriram a medida de LA e caso não cumprissem seriam novamente recrutados às unidades de internação⁸⁴, tornando-se reincidentes ou foragidos da justiça infanto-juvenil e do Estado. Uma vez reincidentes, amplia-se o status positivo no “mundo do crime”, enquanto diminuem as possibilidades no “mundo do trabalho”, ou seja, a própria prisão produz a reincidência.

Dos jovens entrevistados, apenas Júlia era reincidente, ou seja, teve mais de uma passagem pela unidade de internação e apenas Júlia cumpriu o maior tempo de MSE. Sergio Adorno (1991), em uma pesquisa sobre reincidência penitenciária no Brasil, apontou que o perfil dos reincidentes não difere do perfil dos não-reincidentes. Não há diferença nos atributos sociais, pessoais, jurídicos-penais, que os distinguem, mas há distinções no terreno das punições. De acordo com o autor, as práticas punitivas pesam com mais gravidade sobre os reincidentes penitenciários do que sobre os não-reincidentes. Portanto, os delinquentes não persistem na prática de delitos em virtude de

⁸⁴ Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

certos atributos pessoais, sociais ou jurídicos, mas se constitui em relação às ligações que vão sendo construídas com as agências de controle e contenção da criminalidade. Desse modo, eles se tornam conhecidos da polícia, dos tribunais de justiça, da massa carcerária, aprendem a lidar com o aparelho policial, a se portar diante dos juízes, o que falar e como falar, familiarizam-se com as práticas institucionais e o arbítrio punitivo. Os jovens que cumprem a primeira medida de internação passam a se familiarizar com a apreensão policial, o julgamento, as regras institucionais e o cotidiano das unidades de internação, quando em liberdade sabem como se portar diante dos técnicos das medidas em meio aberto a fim de escapar de uma nova medida de internação, bem como ampliam sua rede de sociabilidade.

Quando em liberdade esses jovens enfrentam ainda a ausência de políticas públicas específicas que tenham como objetivo garantir direitos após a saída da instituição⁸⁵ e o desmonte do sistema de medidas em meio aberto, como descrito no terceiro capítulo. Uma pesquisa feita pelo IPEA e pelo Departamento da Criança e do Adolescente - DCA, da SDH e do MJ (IPEA/MJ, 2003), no último semestre de 2002, constatou que do total de unidades pesquisadas no Brasil, 47% realizam ações de apoio ao egresso. Desse total a maioria realiza ações de acompanhamento periódico à família (64%) e de garantia da continuidade da educação escolar (52%); 39% realizam ainda, atividades de acompanhamento médico e/ou psicológico e a proporção menor fica com as ações de encaminhamento ao mercado de trabalho (30%) e de auxílio-alimentação (19%). Atualmente o estado de São Paulo não dispõe de nenhum programa de apoio ao egresso de unidades socioeducativas, ficando a cargo das medidas em meio aberto.

Quando questionados sobre a importância do cumprimento da medida de LA, a totalidade dos jovens afirmou serem os conselhos dados pelas técnicas para que eles frequentem a escola e não voltem à prática de atos infracionais, ou seja, a ausência de atividades e encaminhamentos é nítida aos olhos dos jovens que compreendem a medida como um dever a ser cumprido, imposto pela Vara da Infância e Juventude. Para alguns, a medida é considerada “injusta”, “perca de tempo”, uma ampliação desnecessária da punição: “não acho que foi justo, eu devia ter ficado só na semi”, é chata, tem que ficar vindo aqui, isso aqui não vai em ajudar em nada eu acho, é mais pra perder tempo” (Antônio), ou ainda como “vim assinar”: “depois que eu parar de assinar

⁸⁵ A legislação internacional - especialmente as Regras da ONU para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade em seu item 80 - determina que “as autoridades competentes devem criar ou recorrer a serviços para auxiliar os adolescentes a reintegrarem-se na sociedade e para diminuir o preconceito contra eles”.

eu não sei se eu vou terminar não” (Wellington); “ ah tipo eu venho aqui, sabe só pra você vim assinar, eu venho mesmo senão é capaz de eu voltar. Ai eu falei não, to vindo assinar é melhor, porque eu venho aqui assinar e já é melhor” (Iago).

O controle das medidas em meio aberto é constate e passa a produzir um saber sobre esses indivíduos, se materializando nos relatórios encaminhados para o judiciário. Luan, Wellington, Iago e Mel estavam cumprindo a medida de LA por um período superior a seis meses, apenas Antônio e Thais estavam no início do cumprimento da medida. Em nome da garantia de direitos e do enfrentamento da situação de “vulnerabilidade social” em que esses jovens se encontram, o tempo de cumprimento das diferentes medidas socioeducativas, desde a permanência nas celas da delegacia até as medidas em meio aberto, vêm se ampliando: “o de maior que saiu antes de mim ainda ficou só cinco meses só, ele ganhou, ele recorreu do BO dele” (Wellington).

Com relação à medida de internação, Wellington foi crítico, para ele, retornar ou não para o “mundo do crime”, está diretamente relacionado ao retorno à periferia e não o período de cumprimento da pena:

Tem que pegar os menor, tem pessoas que sai e sai diferente mesmo, mais tem pessoa que sai e não tem como, que mora mesmo que mora no lugar, tem que ver onde mora, pra onde vai voltar, sai de lá e vai voltar pro mesmo lugar. Se quer alguma coisa não tem como. Tem que ver onde mora (Wellington).

A medida de internação possibilitou que Júlia e sua mãe acessassem equipamentos públicos e programas sociais, cujo meio aberto não foi capaz de articular, o que possibilitou que elas vivenciassem outros caminhos, como o fim da dependência do crack, o exame de paternidade e a saída das ruas. Desse modo, por meio de justificativas como a proteção dos jovens vítimas de violação de direitos ou “vulneráveis”, o judiciário vem internando meninos e meninas no sistema socioeducativo.

Após cumprir a MSE de internação, Luan mudou de cidade com os pais, Júlia mudou de bairro e Thais estava ansiosa pela entrega de uma moradia popular, localizada em outro bairro, pois só assim a jovem considerava que iria parar de traficar drogas. Ou seja, na ausência de políticas públicas efetivas, “a solução para a não reincidência foi tentar fugir da vulnerabilidade de suas quebradas” (MALVASI, 2012, p.184).

É possível concluir que ao possibilitar um maior controle dos jovens, assim como de suas famílias e a articulação entre escola e mundo do trabalho, a medida de LA possibilita que esses corpos retornem mais facilmente as unidades socioeducativas,

produzindo a delinquência articulada. Ao exercer um controle intrusivo em todas as esferas da vida do indivíduo, com imperiosas prerrogativas de disciplina estabelecidas pelos técnicos, a medida se constitui como campo de saber e como mais um campo de punição.

A medida de LA, ao contrário de se constituir como um programa de auxílio para os jovens egressos das unidades socioeducativas, vem ampliando o cumprimento da pena, na busca de transformar o comportamento dos condenados. A medida não se destina em sancionar a infração, mas controlar e neutralizar o indivíduo e sua pretensa periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, quando em liberdade e se cessa somente após a obtenção de tais modificações (FOUCAULT, 1997). A vigilância constante dos jovens, através das medidas em meio aberto, acaba por facilitar o controle dos indivíduos em liberdade, o que permite recrutá-los mais facilmente às unidades socioeducativas, caso quebrem a medida, o que em suas palavras significa “parar de assinar”, ou não cumpram todas as prerrogativas impostas por suas técnicas. A MSE de LA, aliada aos efeitos que a institucionalização acarreta: desemprego, proibição de permanência, antecedentes criminais, dificuldades de retorno à instituição escolar, status positivo no “mundo do crime”, amplia quando em liberdade a possibilidade de retorno as atividades no tráfico de drogas ou nos roubos.

Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo, trazer o perfil, a trajetória e as representações dos jovens egressos das unidades da Fundação CASA, sobre o período de cumprimento da medida de internação e da MSE em meio aberto de LA.

Desse modo, para as considerações finais é importante destacar que, os jovens vêm se constituindo na fala do crime, como o principal grupo responsável pela violência nas cidades. Com a política de segurança pública adotada no estado de São Paulo, que privilegia a expansão do sistema socioeducativo e prisional, os recursos para compra de equipamentos e armas e que legitima a “polícia que mais prende no país”⁸⁶, os jovens vêm se constituindo como o principal alvo das polícias e do sistema de privação de liberdade.

⁸⁶www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/02/fracasso-em-aco-es-sociais-governo-alckmin-comemora-ter-a-policia-que-mais-prede-no-brasil-1840.html

Ou seja, quando os jovens não são capturados e enquadrados nas recentes políticas públicas de juventude, que têm início no Brasil nos anos 2005, eles são capturados pelo Judiciário, pela chave da vulnerabilidade social e são sentenciados a cumprir as medidas socioeducativas.

Nas unidades de privação de liberdade, esses jovens passam a ser alvo das práticas dos antigos Códigos de Menores e da FEBEM: espancamentos, sanções, cursos profissionalizantes que não os profissionalizam, rebeliões, tranca, dispositivos institucionais que permanecem vigentes, mesmo com a promulgação do ECA, da descentralização e construção de novas unidades. A FEBEM permanece viva nas práticas, no cotidiano e no modo como os jovens se referem à instituição.

No entanto, o cumprimento das medidas não se dá sem resistências e cada vez mais, como tem mostrado outras pesquisas⁸⁷, além dos jovens passaram a utilizar um vocabulário e práticas vigentes no sistema prisional, cada vez mais eles se aproximam dos preceitos do *Comando*.

Quando em liberdade, o status proativo desses jovens é ampliado em referência ao mundo do crime e o status negativo, ampliado em relação ao mundo do trabalho, a profissionalização e escolarização, o que limita ainda mais as escolhas possíveis para esses jovens.

E, no cumprimento da medida em meio aberto, de LA, que teria por função inserir o jovem em outras instâncias que não as ofertadas pelo crime, a medida vem se constituindo como uma ampliação das penas, na busca de moldar o comportamento dos indivíduos.

Com a promulgação do SINASE e da municipalização das medidas em meio aberto, surge um novo rol de diretrizes, sem, contudo, modificar o cenário de disputa por repasses financeiros, atendimentos baseados em preceitos morais, alta rotatividade de funcionários e o constante ciclo de desmonte de políticas e programas. Desse modo, a medida de LA perde um possível potencial de possibilitar aos jovens vivenciar e optar por outras trajetórias, que não a inserção no trabalho precário e informal ou o retorno à instituição escolar, da qual muitos foram expulsos em algum momento de suas trajetórias.

Desse modo, a medida de LA não se distancia da antiga medida de liberdade vigiada, que aparece desde 1927 no antigo Código de Menores, na qual, o não

⁸⁷ Ver Miraglia (2002); Olic (2008); Moreira (2011).

cumprimento dos deveres estabelecidos pelos técnicos acarreta no retorno a instituição e a condição de reincidência perante a justiça e ao Estado.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano** São Paulo: ed. Scritta, 1994.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil; In: Juventude e Contemporaneidade – **Revista Brasileira de Educação**, n. 5 e 6, ANPED, 1997.

_____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In Org. FREITAS, M. V. **Juventude e Adolescência no Brasil: Referências Conceituais. Ação Educativa.** São Paulo. 2005

_____; BRANCO, P. P. M. (orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2005.

ABRAMOVAY, M. (Coord.). **Gangues, Gênero e Juventudes: Donas da Rocha e Sujeitos Cabulosos.** Secretaria de Direitos Humanos – SDH. Brasília – DF. 2010

_____. As trajetórias das juventudes brasileiras. **Correio Brasiliense**, Brasília, 20 outubro 2008.

_____; CASTRO, M. G. **Juventude, juventudes: o que une e o que separa.** Brasília: UNESCO, 2006.

ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP.** Vol.3, p. 7 – 40, 1991.

ALBUQUERQUE, C. M; BOTELHO, A. D; OLIVEIRA, A. P. B. A municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto em São Paulo (SP) e Pouso Alegre (MG). **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade.** Vol. 9, p. 25-47. 2013.

ALMEIDA, R; SOUZA, L. Liberdade Assistida: sócio educação e punição em conflito. **O público e o privado** – nº 15 – Janeiro/Junho – 2010.

ALVAREZ, M. C. **A emergência do Código de Menores de 1927:** Uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1989.

_____. A questão dos adolescentes no cenário punitivo da sociedade brasileira contemporânea. **Revista Adolescência e Conflitualidade.** Uniban. v. 10, p. 110-126. 2014

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1978.

ASSIS, S. G; CONSTANTINO, P. **Filhas do mundo:** infração juvenil feminina no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

BARCINSKI, M. Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se “transformar em homem” na prisão. **Psicologia – USF**. v; 17, n.3, p. 437-446, set./dez. 2012.

BARROS, A. R **A reinvenção da prisão**: a expansão prisional no Estado de São Paulo e as consequências do encarceramento massivo (1985-2010). 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. Marília. 2012.

BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis**. Droga e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003

BIERRENBACH, M. I. Instituição fechada e violência. In: BIERRENBACH, M, I; SADER, E; FIGUEIREDO, C, P. **Fogo no Pavilhão**. Uma proposta de liberdade para o menor. São Paulo. Editora Brasiliense. 1987. p. 37-138.

_____. **Instituição de Menores**: Uma abordagem crítica. Curso de formação de educadores de rua. Secretaria do Menor. Fundação do Desenvolvimento Administrativo. 1988.

BIONDI, K. **Junto e misturado**. Imanência e transcendência no PCC. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos. 2009.

BITTNER, E. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2003.

BRANDÃO, F. A. **Notas informativas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/FNAS/DGSUAS. 2011.

BUDÓ, N. M. Vulnerabilidade, exclusão, seletividade: o menorismo vivo nas decisões do STJ sobre o ato infracional. Anais do **XII Encontro Nacional do CONPEDI/Unicuritiba** (2010) p. 291 -314.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARMO, M. M. Margem adentro: Notas Preliminares de uma Pesquisa em Curso. **Anais do I Encontro Nacional de Pesquisadores e Pesquisadoras de Juventude**. Brasília. 2014.

CARRANO, P. Políticas públicas de juventude: desafios na prática. In: **Juventude em Pauta**: Políticas Públicas no Brasil. Org. PAPA, F. C; FREITAS, M. V. São Paulo: Peirópolis. Editora. Renata Farah Borges. 1ª edição, 2011

CASTRO, J, A; AQUINO, J (Org). Juventude e políticas sociais no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. IPEA. Brasília. 2008.

CIARALLO, C. A; ALMEIDA, A. O. Conflito entre práticas e leis: adolescência e processo judicial. **Revista de Psicologia**. Vol. 21, p.613-630, Set/Dez, 2009.

COIMBRA, M. C. Juventudes e Mitos. In: FRAGA, P, C, P; LUNIANELLI, J, A. **Jovens em tempo real**. Editora DPA. 2005.

COLARES, C. B. L; CHIES, B. A. L; Mulheres (nas) sombras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. **Estudos Feministas**. Vol. 18, p. 407- 423. 2010.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, Vol.28, n.100, p. 1105-112. 2007.

DAS, V; POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**. n° 27, pp. 19–52, 2008.

DIAS, F. A. **O jovem autor de ato infracional e a educação escolar**: significados, desafios e caminhos para a permanência na escola. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2011

DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. Tese. (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.

DEBESSE, M. **A adolescência**. São Paulo. Europa-América. 1946.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro. Graal. 1986.

ELIAS, N; SCOTSON, J. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro. Zahar. 2000.

ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro. Zahar. 1976.

FACHINETTO, R. F. **A “casa de bonecas”**. Um estudo sobre a unidade de atendimento socioeducativo do RS. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2008.

FELTRAN, S. G. **Fronteiras em tensão**. 2008 (Tese em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Campinas, São Paulo. 2008.

_____. Jovens em conflito com a lei. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**. Vol.3, n.1, jan.-jun., p.259-267, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro. Forense. Universitária, 2009.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo. Loyola. 1996

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: M, Foucault, **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro. Graal, 2000.

_____. **Em defesa da sociedade.** Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Nascimento da biopolítica.** Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Segurança, território e população.** Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **História da sexualidade.** A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. 2001.

FRAGA, P. C. P; LUNIANELLI, J. A. **Jovens em tempo real.** Editora DPA. 2005.

FREITAS, V. F. (org.). **Juventude e adolescência no Brasil:** referências conceituais. Ação Educativa. São Paulo. 2005.

GARLAND, D. **A cultura do controle:** crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GONZALES, Z. K; GUARESCHI, N, M, F. Discursos sobre juventude e práticas psicológicas: a produção de modos de ser jovem no Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v.6, n.2, p.463 – 489. 2008.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, Coleção Debates. 2001

_____. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, 4ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1998

GREGORI, M. F. **Viração.** A experiência de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GROPPO, L. A. **Juventude:** ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HEUILLET, H. Genealogia de la policía. In GALEANO, D; KAMINSKY, G (coord.) **Mirada (de) Uniforme** – Historia y critica de la razón policial. p. 223 – 254. 2011.

HEZER, S. M. **A queda para o alto.** São Paulo: Circulo do Livro, 1982.

JIMENEZ, L.; JESUS, F. N.; MALVASI, A. P.; SALLA, F. Significados da nova lei do Sinase no Sistema Socioeducativo. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade.** Vol. 6, p. 1-18. 2012.

LULIANELI, A. S. J. Juventude para além dos mitos. In **Jovens em tempo real.** Org. LUNIANELLI, A. S. J; FRAGA, P. C. P. Editora DPA. 2003.

LONGO, S. I. **Conselhos tutelares e escolas públicas: o diálogo preciso.** Tese. (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

MALVASI, A. P. **Interfaces da vida loka**. Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese. (Doutorado em Saúde Pública) Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012

MAUAD, A. M. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, M.D. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo. Contexto. 1996, p 137-176

MINAHIM, M. A Eca: Apuração do ato infracional atribuído ao adolescente. **Série Pensando o Direito**. Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília. 2010

MIRAGLIA, P. **Rituais da Violência**: a FEBEM como espaço de medo em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001.

_____. Aprendendo a lição: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. **Novos estudos**. - CEBRAP, São Paulo, n. 72, 2005.

MORO, O. M. Adolescente “internável” e comércio de drogas: análise de processos, discursos, decisões e violações de direitos. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**. Vol. 7, p 92-113. 2013

MOREIRA, F. M. **Cadeias Dominadas**: dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.

NERY, M. A. **A representação social do adolescente egresso do regime de internação sobre o processo de (re) inserção na sociedade**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Araraquara, 2006.

NOVAES, R. Entre juventudes e governos (e nada será como antes) In. **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. Org. FREITAS, M.V; PAPA, F. C. São Paulo: Peirópolis, 2011.

OLIC, M. B. A casa está na mão de quem? Hierarquia e relações de poder no interior de Unidades destinadas a jovens infratores. In. **Cadernos de Campo** – revista dos alunos de pós-graduação em antropologia social da USP. São Paulo, ano 18, nº 18, p 107-125, 2009.

OLIVEIRA, S. M. A moral reformadora e a prisão de mentalidades: adolescentes sob o discurso penalizador. **São Paulo Perspectiva**. Vol. 13 n.4 São Paulo Oct./Dec. 1999.

ORTEGAL, L. R. O. **A medida socioeducativa de liberdade assistida**: fundamentos e contexto atual. 2011. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OZELLA, S. **Concepções de adolescente/adolescência**: Os teóricos e os profissionais. Relatório apresentado para concurso de promoção na carreira docente. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo - SP. 1999.

_____. Adolescência uma perspectiva crítica. In: KOLLER, S.H. **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Brasília. p 16-24. 2002.

PAIS, J, M. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise social**. Vol. XXV. p 105-106. 1990

_____. Jovens “arrumadores de carros” — a sobrevivência nas teias da toxicodependência. **Análise Social**. Vol. XXXVI p. 158-159. 2001.

_____. **Culturas Juvenis**. Lisboa. 2º ed. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda. 2003

_____. Jovens e Cidadania. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 49, p. 53-70, 2005

PASSETTI, E. Crianças Carentes e Políticas Públicas. In DEL PRIORE, M (org). **Histórias das Crianças no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. O menor e o Brasil republicano. In: PRIORE, M.. (org.) **História das Crianças no Brasil**. Rio de Janeiro: Contexto, 2000.

PAULA, L. **Liberdade Assistida e punição na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED, n° 5/6. 1997

PRIORE, M. D. (Org). **História da criança no Brasil**. São Paulo. Contexto. 1991.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, M.D. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo. Contexto. 1996. p. 14-54.

RIZZINI, I. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In RIZINNI, I; PILLOTTI, F (org.) **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 225-286.

_____, PILOTTI, F. Introdução. A infância sem disfarces: uma leitura histórica. In RIZINNI, I; PILLOTTI, F (org.) **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 15-30.

RODRIGUES, A. W. L. **Da emergência ao presente da Liberdade Assistida: uma análise da governamentalidade de jovens infratores**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul. 2013.

SADER, E. Democracia é coisa de gente grande? In: BIERRENBACH, M, I; SADER, E; ALVES, F, B. **Fogo no Pavilhão**. Uma proposta de liberdade para o menor. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987. p. 3-36.

SALLA, F; GAUTO, M; ALVAREZ, M, C. A contribuição de David Garland a sociologia da punição. **Tempo Social**. Revista de sociologia da USP. Vol. 18. p. 329-350. 2006.

SANTOS, M. A. C. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SARAIVA, C. B. J. As garantias processuais e o adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional. In. Ilanud, ABMP, SEDH (MJ), UNSPA (orgs.). **Justiça, Adolescente e Ato infracional**. Socioeducação e responsabilização. São Paulo, Método. 2006. p 175-206

SCHEINVAR, E. Idade e Proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família (pobres). In: NASCIMENTO, L, M. **PIVETES**. A produção de infâncias desiguais. Rio de Janeiro/Niterói, Oficina do Autor/Intertexto, 2002. p. 83 – 109.

SCHLIRTLER, C. M. **No crime e na medida**. Uma etnografia do programa de medidas socioeducativas em meio aberto. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2012

SCISLESKI, A; REIS, C.; HADLER, O; WEIGERT, M.A.B.; GUARESCHI, N.M.F; Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, vol. 64 (3): p. 19-34, 2012.

SERI, G. Discrecionalidad policial y la ley no escrita: governando em El estado de excepción. In GALEANO, D; KAMINSKY, G (coord.) **Mirada (de) Uniforme – Historia y crítica de la razón policía**. p. 394-381. 2011.

SOUZA, L. A. F. Obsessão securitária e cultura do controle. **Revista Sociologia e Política**. Vol. 20. p 161-165. jun. 2003.

SOUZA, L. A; COSTA, L. F. Liberdade Assistida no Distrito Federal: impasses políticos na implementação das normativas do SINASE e do SUAS. **Revista Brasileira. Adolescência e Conflitualidade**. São Paulo: Uniban. V. 4, p. 117- 134, 2011.

SOUZA, R. (Coord.) **Caminhos para a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto**: liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Rio de Janeiro BAM/DES ; Brasília: SPDCA/SEDH, 2008.

_____; GUARESCHI, N,M, F. Pensando o governo: produzindo políticas de vida e de extermínio. **Athenea Digital**, vol. 11(2), p. 85-99. 2011.

SPOSITO, M. P. (Coord.). **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Volume 1 – Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

_____; CARRANO, P. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED nº 24 Set/Out/Nov/Dez 2003.

TEIXEIRA, A. **Construir a delinquência, articular a criminalidade**. Um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

_____; SALLA, F. O lugar dos adolescentes no crime urbano em São Paulo. **37º Encontro Anual da ANPOCS**. ST 28 – Violência, crime e punição no Brasil. p. 1-18. 2013.

TEIXEIRA, J. D. **O Sistema socioeducativo de internação para jovens autores de atos infracionais no estado de São Paulo**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.

VERONENSE, R. P. J; LIMA, S. F. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**. Vol. 1, p 29-46. 2009.

VICENTIN, G. M. C; A patologização do jovem autor de ato infracional e a emergência de “novos” manicômios judiciais. **Revista Brasileira Crescimento Humano**. vol. 20, p. 61-69. 2010.

VIEIRA, D. “Correndo pelo certo no crime”: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de jovens institucionalizados. **38º Encontro Anual da ANPOCS**. GT 34 - Sobre periferias: novos conflitos no espaço público. 2014.

VOGEL, A. Do Estado ao Estatuto. Propostas e vicissitudes da política de atendimento a infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In RIZINNI, I; PILLOTTI, F (org.) **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 287-321

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Legislação

BRASIL. **Código de Menores**. Lei nº 6.697, de 10 de Outubro de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/16697.htm.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm.

_____. SEDH/PR (2007). **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. SINASE**. Brasília. Disponível em: http://www.direitoshumanos.gov.br/sedh/arquivos/spdca/sinase_integral.pdf.

_____. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm

_____. MDS (2005). **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília: Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>.

_____. MDS (2005). **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>.

Organização das Nações Unidas (1990). **Regras mínimas das Nações Unidas para administração da infância e juventude (Regras de Beijing)**. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10121.html.

_____. (1988). **Diretrizes das Nações Unidas para prevenção da delinquência juvenil. (Diretrizes de Riad)**. Disponível em: <http://pdfc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/legislacao>.

_____. (1985). **Regras mínimas para jovens privados de liberdade**. Disponível em: <http://pdfc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/legislacao>.

Material documental referido

BRASIL. Série pensando o Direito. Sumário Executivo **Relatório de Pesquisa responsabilidade e garantias ao adolescente autor de ato infracional: uma proposta de revisão do ECA em seus 18 anos de vigência**. Brasília/Salvador, 2010. Disponível em: <http://prvl.org.br/wp-content/uploads/2010/07/Apura%C3%A7%C3%A3o-do-Ato-Infracional-Atribu%C3%ADdo-a-Adolescentes.doc>; acesso em julho de 2010.

_____. **Mulheres Encarceradas**. Levantamento Nacional. Consolidação de Dados. Brasília. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. 2008.

_____. Departamento de pesquisas judiciárias. **Pesquisa sobre a Justiça Infanto-Juvenil: Situação atual e critérios para aprimoramento (2010)**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100623_resumo_executivo_cnj1.pdf

_____. Agenda Juventude Brasil. **Quem são, como vivem, o que pensam e propõe os jovens brasileiros? Pesquisa Nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros**. Relatório parcial resumido. 2013.

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **CONANDA defende fim da Febem/SP**. Disponível em <http://www.fetecsp.org.br>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – **Panorama Nacional. A Execução das medidas socioeducativas de internação**. Programa Justiça ao Jovem. 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br>.

FUNDAÇÃO CASA. **Portaria Normativa Nº 136/2007**. Institui, no âmbito da Fundação, o Regimento Interno das Unidades de Atendimento de Internação e de Semiliberdade. Disponível em <http://www.casa.sp.gov.br>.

_____. Caderno de gestão compartilhada de internação. **A gestão compartilhada no**

atendimento aos adolescentes em medida socioeducativa de internação/internação provisória. Superintendência Pedagógica. São Paulo: 2009

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Ministério da Justiça. Relatório: **Mapeamento da Situação das Unidades de execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade de adolescente em conflito com a lei.** Brasil, 2002.

_____. **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros.** Rio de Janeiro/IPEA, 2014.

SÃO PAULO (2010). Fundação CASA – SP. Medidas socioeducativas em meio aberto: Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – CASA.